

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC  
Centro Sócio Econômico  
Departamento de Economia e Relações Internacionais

WALTER HUGO GOMES NEVES

**Dinâmica de acumulação monopolista: A ótica do excedente**

Florianópolis, 2017

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DISCIPLINA: MONOGRAFIA (TCC) - CNM 7107**

**WALTER HUGO GOMES NEVES**

**Dinâmica de acumulação monopolista: A ótica do excedente**

Trabalho apresentado ao Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção de título de Bacharel em Ciências Econômicas sob orientação do professor Jaime Cesar Coelho.

Florianópolis, 2017

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**  
**DISCIPLINA: MONOGRAFIA (TCC) - CNM 7107**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota (9,00) ao aluno (*Walter Hugo Gomes Neves*) na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

-----  
Prof. *Jaime Cesar Coelho*

-----  
Prof. *Valdir Alvim da Silva*

-----  
Prof. *Fabio Pádua dos Santos*

Florianópolis, 2017

## RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar dinâmica de acumulação capitalista, dando ênfase a fase monopolista nos séculos XX e XXI, para tal, utilizou-se de ótica do excedente, tendo em vista perspectiva de reestruturação e transição sistêmica. A análise conjuntural do sistema monopolista aponta contradições em seu modo de acumulação, onde no que preza fuga a crise terminal de sua dinâmica, constata-se não só demanda por nova forma de acumulação, como possibilidade desta, não mais balizar-se pela ultra exploração da força de trabalho, mas, pela elevação da composição orgânica do capital, em outras palavras, pela elevação da produtividade que enseja processos de inovação.

**Palavras-Chave:** Capitalismo; Ótica do excedente; Economia-política; Transição ou reestruturação sistêmica.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Concentração e centralização no setor elétrico Alemão .....	p.86
Figura 2 - Fomas de deslocalização no setor têxtil e concordância/discordância das vantagens competitivas e comparativas .....	p.145
Figura 3 - Tendencias no intercâmbio intracorporativo. Comércio entre empresas coligadas de multinacionais americanas, 1982, 1989, 1992 .....	p. 151
Figura 4 - Constructo: Séculos longos e ciclos sistêmicos de acumulação .....	p. 163
Figura 5 - Sistema de subcontratação .....	p.174

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- COC em diferentes nações, exemplo de Marx .....	p.34
Tabela 2 - COC em diferentes nações, extrapolação para o contemporâneo .....	p.34
Tabela 3 - Formação da (l') geral .....	p.36
Tabela 4 - Aumento da (l) mesmo com queda na (l') .....	p.44
Tabela 5 - Percentagem de território pertencente às potências coloniais europeias e aos EUA .....	p.87
Tabela 6 - Dimensão das possessões coloniais .....	p.87
Tabela 7 - Possessões coloniais das grandes potências .....	p.89
Tabela 8 - Concentração bancária alemã .....	p.91
Tabela 9 - Dependência das instituições menores perante maiores .....	p.91
Tabela 10 - Total das emissões .....	p.93
Tabela 11 - Total dos valores em 1910 .....	p.93
Tabela 12 - Capital investido no estrangeiro .....	p.94
Tabela 13 - Partes do mundo entre as quais estão distribuídos os capitais investidos no estrangeiro .....	p.95
Tabela 14 - Intercâmbios inter-regionais .....	p.153

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do (e) e suas subvariáveis (Milhões de U\$) .....	p.131
Gráfico 2 - Turbulência local .....	p.165
Gráfico 3 - Turbulência sistêmica .....	p.166
Gráfico 4 - Modelo de metamorfose dos ciclos sistêmicos de acumulação .....	p.167
Gráfico 5 - Log do PNB per capita .....	p.180
Gráfico 6 - Tamanho relativo das zonas .....	p.180
Gráfico 7 - Taxa de crescimento real do PIB, para EUA, União Europeia e Japão .	p.186

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

(e) = excedente econômico;

(m) = massa de mais-valia;

(v) = capital variável;

(l) = massa de lucro;

$L = m + v$  = jornada de trabalho;

$(m') = m/v$  = taxa de mais-valia;

Valor de uma mercadoria =  $c + v + m$ ;

$COC = c/v$  = composição orgânica do capital;

$(C) = c + v$  = custo da mercadoria = capital total (em escala);

$(l') = m/(c + v)$  = taxa de lucro;

$(\rightarrow)$  = implica;

IDE = Investimento direto estrangeiro;

CSA = Ciclo sistêmico de acumulação.

# SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	9
1.2 OBJETIVOS .....	10
1.2.1 Objetivo Geral .....	10
1.2.2 Objetivos Específicos.....	10
1.2.3 Justificativa .....	11
1.3 METODOLOGIA.....	12
1.3.1 Estrutura do trabalho .....	14
2. A LÓGICA DO EXCEDENTE ECONÔMICO .....	15
2.1 História pela ótica do excedente econômico .....	15
2.2 O processo de valorização do capital .....	25
2.3 Formação da taxa geral de lucro .....	30
2.4 Tendência à queda da (l') geral e implicações sobre o movimento operário .....	42
3. A SAÍDA DE LUXEMBURG PARA O ESQUEMA DE REPRODUÇÃO AMPLIADA .....	49
3.1 O problema da reprodução: o que deve ser investigado.....	49
3.2 Compreensão da produção e reprodução nas sociedades (capitalistas ou não).....	51
3.3 A insuficiência da reprodução ampliada em Marx e “saída” proposta por Luxemburg ...	54
3.4 A “saída” internacional de Luxemburg, vinculada a constante acumulação primitiva.....	67
3.5 A forma sofisticada de escoamento do excedente: o caso dos empréstimos internacionais.....	76
3.6 Esgotamento do modo de produção capitalista .....	80
3.7 A práxis política de Luxemburg .....	81
4. O SISTEMA MONOPOLISTA .....	84
4.1 Transição para o novo imperialismo .....	84
4.2 O papel do capital financeiro na transição para o novo imperialismo .....	90
4.3 A fase imperialista .....	96
4.4 Os postulados de Lenin e o processo de transição sistêmica .....	98
4.5 A grande empresa e suas características .....	104
4.6 Definição de (e) e relação com (m) .....	107
4.7. Problemática: como demandar excedente crescente? .....	109
4.8 Solução à problemática do (e) crescente .....	118
4.9 Constatações finais sobre o (e) .....	129
5. MULTINACIONAIS.....	133
5.1 Definindo a multinacional .....	133
5.2 Principais estratégias e ações das multinacionais.....	135
5.3 IDE .....	137

5.4 Localização das sedes produtivas.....	142
5.5 P&D.....	145
5.6 Perspectivas para a dinâmica vigente .....	148
6. CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO E SUAS FASES.....	162
6.1 Ciclo sistêmicos de acumulação (CSA) .....	162
6.2 CSA EUA: Fase material .....	167
6.3 CSA EUA: Fase financeira e crise sinalizadora .....	170
6.4 ÁSIA: Candidata ao posto de líder hegemônico.....	171
6.5 Penúria e poder social.....	175
6.6 Estratificação por zonas econômicas .....	178
7. CONCLUSÃO .....	183
REFERÊNCIAS.....	188



## 1. INTRODUÇÃO

O tema “Estabilidade da Dinâmica Monopolista” situa-se na contemporaneidade do século XXI, onde material para análise é cotidianamente exposto pelos fatos internacionais. A estagnação do nível de atividade econômica neste século foi demarcada pela crise de 2008, onde as tentativas de recuperação heterodoxas, não são suficientes para ratificar crescimento sustentável. A recuperação ensejada não ocorrendo, exige das nações novas formas de rentabilidade, muitas vezes, reanimando hábitos condenados.

Apesar da dinâmica capitalista ser correntemente caracterizada como de mercado, sua lógica pauta-se fortemente pelo monopólio, onde conforme cenário apresentado, passa-se questionar estabilidade. Tal estabilidade apresenta fundamentos, estes: a exploração de mão de obra barata, estabilidade das desigualdades (entre nações e classes), e, o respeito dos grandes grupos empresariais (respectivas nações) aos acordos que mantem distribuição dos recursos cartelizados. Pode-se advogar que tais fundamentos tem funcionalidade, quando Lei Absoluta do capitalismo é respeitada, esta: valorização do capital, ou, valorização de excedente econômico.

A ótica do excedente econômico permite através de contradições intrínsecas ao capitalismo, compreensão de fase atual, inferindo perspectivas que versam sobre transição ou reestruturação sistêmica. Dentro desta lógica, permite-se pergunta problema: Colocada à prova estabilidade da dinâmica monopolista, existem perspectivas para novas formas de acumulação?

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Demonstrar instabilidade da dinâmica monopolista pela ótica do excedente, expondo demanda por nova forma de acumulação.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- i. Introduzir análise de dinâmica sistêmica pela ótica do excedente, dando ênfase em fase de mercado do modo de produção capitalista;
- ii. Demonstrar perpetuação da dinâmica capitalista pela internacionalização;
- iii. Delimitar na história fase monopolista do sistema capitalista e suas particularidades;
- iv. Apresentar as multinacionais como agentes centrais na dinâmica econômica monopolista;
- v. Apresentar compreensão histórica dos ciclos sistêmicos de acumulação no capitalismo;
- vi. Propor síntese que versa sobre possibilidade de reestruturação ou transição sistêmica.

### 1.2.3 Justificativa

As crises econômicas são traumas sociais tão profundos, permitindo por breve momento, elucidação sobre real *modus operandi* de dinâmica sistêmica. O último trauma porque passa o sistema capitalista é a crise de 2008, onde apesar das tristes consequências sociais, apresenta-se como oportunidade única para reflexão sobre transição ou reestruturação sistêmica. Assim, sendo o homem agente ativo-passivo em meio que insere-se, justifica-se tal esforço como necessidade intelectual, por compreensão do real.

### 1.3 METODOLOGIA

Este trabalho monográfico caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, onde recorre-se a revisão de pensadores renomados, para cumprir com objetivos propostos. A pergunta problema: “Colocada à prova estabilidade da dinâmica monopolista, existem perspectivas para novas formas de acumulação?” foi analisada pela ótica do excedente econômico, onde tal é introduzida no capítulo 2, com apresentação da abstração teórica “mais-valia” (Marx, 1996), como concepção de investigar o real a partir de sua produção; isto porque, dentro de cada modo de produção, existe maneira diferenciada de utilização das mesmas. Dentro desta perspectiva, transita-se brevemente por modos econômicos anteriores ao sistema de monopólio (feudalismo → mercantilismo → capitalismo de mercado), até adentrar-se no que Marx (1996) concebe como “lógica de mercado”, daí, levantam-se prerrogativas e contradições expostas pelo mesmo, dando atenção especial ao que comporta a “lei tendencial de queda da taxa de lucro”. Como a lógica do excedente econômico norteia o trabalho, apresenta-se abstrações econômicas de Marx (1996), que solidificam tal argumentação: reprodução simples e ampliada, processo de formação da taxa geral de lucro e, variáveis como: preço da mercadoria e mais-valia.

No capítulo 3 considerou-se limitação em Marx (1996) ênfase da dinâmica de “reprodução ampliada” para economias “puramente capitalistas”, por isso, parte-se de tal insuficiência para utilizar-se de Luxemburg (1970), no que tange dinâmica do capital em nível internacional. Tal pensadora, apesar de também utilizar a lógica de gasto do excedente - condição para a reprodução ampliada - encontra forma mais certa de explicar a movimentação do capital, enquadrando em sua análise não só economias “capitalistas puras”, mas também, economias “não capitalistas”. Para tal autora, a reprodução ampliada no capitalismo é dependente de uma contínua acumulação primitiva, não encerrando-se localmente.

Nos capítulos anteriores elencou-se diferentes modos de produção ao longo da história, abordando-se no capítulo 4, transição para a fase monopolista do capitalismo (LENIN, 2011). Considerando esta última como fase concernente a virada do século XX e extensão perante para o XXI, através de Baran e Sweezy (1966) exemplifica-se com fatos e informações estatísticas, quais são as transações macroeconômicas que sustentam a lógica do capital a nível internacional: a importância do orçamento militar na formação da demanda efetiva, o papel do Estado como mentor político de tal conta e, como ao longo

da história foi e é possível extrair recursos de economias vulneráveis, seja pela violência, ou através de transações inter-empresariais de alta complexidade.

No capítulo 5 evidencia-se importância das multinacionais e da ótica financeira no que concerne movimentação e reprodução do capital. De Chesnais (1996) e Andreff (2000) procura-se responder com relação às multinacionais: quando inicia seu movimento? De onde partem e para onde vão? Quais as estratégias de negócio? Qual sua relação com o capital financeiro? A resposta para tais indagações é formulada não só pela análise de conjuntura, mas pela distribuição do IED entre as nações, com considerações sobre aquisições e fusões entre companhias.

O capítulo 6 traz considerações para o cenário político-econômico internacional (sistema de monopólio vigente nos séculos XX e XXI), tendo em vista as diferentes nações e seus respectivos estágios de desenvolvimento (ARRIGHI, 1998); através de Arrighi (1996) apresenta-se forma de compreender os ciclos sistêmicos de acumulação, considerando conforme Foster e McChesney (2012), possibilidade de estagnação sistêmica que advém do século XX. Tais proposições, somadas a digressão anterior, permitem de forma “petulante”, propor no capítulo 7, reflexão sobre novas formas de acumulação, tendo como base reestruturação ou transição sistêmica.

### 1.3.1 Estrutura do trabalho

O trabalho é dividido em 7 capítulos. No capítulo 1 apresenta-se introdução a pesquisa com objetivos, metodologia e justificativa. No capítulo 2 apresenta-se interpretação dos modos de produção pela ótica do excedente, dando ênfase ao capitalismo em sua fase de mercado, esta, também conhecida como livre concorrência. No capítulo 3, de acordo com a ótica do excedente, pontuam-se motivações para a expansão do capital a nível internacional. No capítulo 4, apresenta-se fase monopolista, forma atual do sistema capitalista, salientando diferenças desta, para fase de mercado. No capítulo 5, sedimentado *modus operandi* do sistema monopolista, demonstra-se atuação de agente central no mesmo, as multinacionais, ainda, como a dinâmica das mesmas, amplia contradições sistêmicas. No capítulo 6 faz-se análise do capitalismo pelos ciclos sistêmicos de acumulação, elucidando vida útil dos mesmos; assim, permite-se no capítulo 7, sintetizar perspectivas sobre reestruturação ou transição sistêmica.

## 2. A LÓGICA DO EXCEDENTE ECONÔMICO

A ótica do excedente é um dos métodos disponíveis para análise de um modo de produção. Introdutoriamente, o excedente pode ser exposto como esforço (trabalho) sobressalente de sociedade particular, após satisfeitas prerrogativas básicas para sua existência. Neste trabalho a ótica do excedente problematizou tema “instabilidade da dinâmica monopolista”, sendo análise corroborada por complexo de variáveis passíveis de investigação, entre estas: exploração da força de trabalho, nível de produção e produtividade do trabalho. A análise que envolve o excedente pode ter tons particulares conforme posicionamento político-teórico, aqui deu-se preferência a posicionamento marxista, sendo Marx (1996) e sua obra “O Capital” pioneiros na exposição, também porque, tal configura-se como Tese, a medida que argumentação é a primeira (fundamento) em cronologia histórica pertinente.

Para compreensão dos resultados derivados da análise, faz-se necessário compreender recursos disponibilizados pelo método, quando permite compreender a história pela ótica do excedente, definindo tal variável, a gestão da mesma em diferentes modos de produção e, a passagem de sua gestão coletiva para a privada. Adentrando no modo de produção capitalista, a perpetuação de sua dinâmica atrelada a produção do excedente e sua valorização, processo fortemente caracterizado pela extração de mais-valia e seu emprego entre consumo e investimento. Tal perpetuação tem como Lei Absoluta a valorização do capital, sendo assim, faz-se necessário compreender abstração teórica: Taxa Geral de Lucro, como sua tendência “para a dinâmica de mercado”.

### 2.1 História pela ótica do excedente econômico

Na intenção de interpretar história pela ótica do excedente, abstração econômica primordial é a mais-valia em Marx (1996, Livro 1, Tomo 1, p. 311): excedente de trabalho produzido pelo trabalhador, mas, não pago ao mesmo, que junto ao capital variável (trabalho necessário e pago ao proletariado para perpetuação de sua existência), traduzem sua jornada de trabalho. A mais-valia foi apresentada por terminologia que representa o sistema de produção capitalista (trabalhador, proletariado), porém, o objetivo é capturar sua essência como trabalho que configura excedente social, este, presente em diversas organizações sociais, que não só a capitalista. Neste sentido, Marx (1996, Livro 1, Tomo

1, p. 349) mostra que a existência da mais-valia na sociedade é condicionada a presença de dois agentes no seio desta: proprietários e não proprietários dos meios de produção, sendo o processo de produção tão mais brutal para os segundos, quando orienta-se não para a criação de valor-de-uso (utilidade) mas, valor-de-troca:

O capital não inventou o mais-trabalho. Onde quer que parte da sociedade possua o monopólio dos meios de produção, o trabalhador, livre ou não, tem de adicionar ao tempo de trabalho necessário à sua autoconservação um tempo de trabalho excedente destinado a produzir os meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção, seja esse proprietário Aristocrata ateniense, teocrata etrusco, *civis romanus*, barão normando, escravocrata americano, boiardo da Valáquia, Senhor de terras moderno ou capitalista. É claro, entretanto, que se numa formação sócioeconômica predomina não o valor de troca, mas o valor de uso do produto, o mais-trabalho é limitado por um círculo mais estreito ou mais amplo de necessidades, ao passo que não se origina nenhuma necessidade ilimitada por mais-trabalho do próprio caráter da produção. O sobretrabalho mostra-se tenebrosamente na Antiguidade, por conseguinte, onde se trata de ganhar o valor de troca em sua figura autônoma de dinheiro, na produção de ouro e prata. Trabalho forçado até a morte é aqui a forma oficial de sobretrabalho. Basta ler Diodorus Siculus. Entretanto, estas constituem exceções no mundo antigo. Tão logo porém os povos, cuja produção se move ainda nas formas inferiores do trabalho escravo, corvéia etc., são arrastados a um mercado mundial, dominado pelo modo de produção capitalista, o qual desenvolve a venda de seus produtos no exterior como interesse preponderante, os horrores bárbaros da escravatura, da servidão etc. são coroados com o horror civilizado do sobretrabalho. Por isso, o trabalho dos negros nos Estados sulistas da União Americana preservou um caráter moderadamente patriarcal, enquanto a produção destinava-se sobretudo ao autoconsumo direto. Na medida, porém, em que a exportação de algodão tornou-se interesse vital daqueles Estados, o sobretrabalho dos negros, aqui e ali o consumo de suas vidas em anos de trabalho, tornou-se fator de um sistema calculado e calculista. Já não se tratava de obter deles certa quantidade de produtos úteis. Tratava-se, agora, da produção da própria mais-valia. Algo semelhante sucedeu com a corvéia nos principados do Danúbio (MARX, Karl. *O Capital*, 1996, Livro 1, Tomo 1, p. 349-350).

Tal como o mais-trabalho, a reprodução ampliada - reinversão de excedente para ampliação da capacidade produtiva (MARX, 1985, p. 357) - não é invenção capitalista. É falso argumentar que só por meio do capitalismo e intrinsecamente pela figura do capitalista, este modo de produção diferente dos anteriores, foi o único capaz de produzir excedente. Conforme Marx (1996), em formações econômicas anteriores, também escapa-se à reprodução simples - excedente é todo dissipado em consumo, não sendo ampliada capacidade produtiva (MARX, 1985, p. 291) -, com a diferença da detenção dos meios de produção ser descentraliza:



Nas mais diversas formações sócio-econômicas não apenas tem lugar reprodução simples, mas, embora em diferente medida, reprodução em escala ampliada. Produz-se progressivamente mais e se consome mais e, portanto, mais produto é transformado em meios de produção. Esse processo, contudo, não se apresenta como acumulação de capital e, por conseguinte, também não como função do capitalista, enquanto os meios de produção do trabalhador e portanto também seu produto e seus meios de subsistência não se confrontam com ele sob a forma de capital (MARX, Karl. *O Capital*, 1996, Livro 1, Tomo 2, p. 231).

Apesar da existência histórica do excedente, sua compreensão faz-se nebulosa na contemporaneidade capitalista, isto devido a maneira particular das relações de produção, mascararem sua realização e apropriação. No sistema Feudal onde os meios de produção (terra) eram detidos pelo Senhor, a produção de mais-valia representada na corveia, era feita pelo camponês em espaço distinto, daquele onde produzia seus meios de subsistência (capital variável), assim, a consciência de sua exploração ficava nítida, quando deslocava seu trabalho de um campo para o outro. No regime fabril de produção, esta relação fica obscurecida, a partir do momento em que a produção, por ser realizada num único lugar, dificulta ao operário alheio de informações, distinguir o quanto despende para sua própria exploração. (MARX, 1996, Livro 1, Tomo 1, p. 349-350). Ainda no contexto feudal, Marx (1996) aponta exemplo histórico, de como ocorre à transição de excedente gerido coletivamente, para um sistema em que grupo minoritário tem poder sobre esta; o caso Russo de transição para a corveia, e desta, para a servidão:

Nos principados do Danúbio, a corvéia estava associada à renda natural e demais complementos da servidão, mas constituía o tributo decisivo pago à classe dominante. Onde esse é o caso, raramente a corvéia originou-se da servidão, a servidão, ao contrário, muito mais da corvéia. E assim foi nas províncias romenas. Seu modo original de produção baseava-se na propriedade comum, porém não a propriedade comum sob a forma eslava, ou menos ainda indiana. Parte das terras era cultivada independentemente pelos membros da comunidade, como propriedade privada livre; outra parte — o Campo público — era cultivada em comum por eles. Parte dos produtos desse trabalho comunal servia de fundo de reserva para o caso de más colheitas e outras casualidades, parte de tesouro do Estado para cobrir os custos de guerra, religião e outras despesas comunais. Com o decorrer do tempo, dignitários militares e eclesiásticos usurparam a propriedade comunal e as prestações devidas à mesma. O trabalho dos camponeses livres sobre sua terra comunal transformou-se em corvéia para os ladrões da terra comunal. Com isso, desenvolveram-se simultaneamente relações de servidão, no entanto apenas de fato, não legalmente, até que a Rússia, libertadora universal sob pretexto de abolir a servidão, elevou-a à categoria de lei. O código de corvéia proclamado pelo general russo Kisselev, em 1831, foi naturalmente ditado pelos próprios boiardos. A Rússia conquistou, desse modo, com um só golpe, os magnatas dos principados danubianos e os aplausos dos cretinos liberais de toda a Europa (MARX, Karl. *O Capital*, 1996, Livro 1, Tomo 1, p. 351).

A transição anterior elucida um caso particular de “acumulação primitiva”: acontecimento histórico que possibilita a poucos, apropriação do trabalho de muitos. Exemplos análogos deste fenômeno são: saques, pilhagens e rendas auferidas das colônias europeias nos moldes do século XVII, estes, juntamente à condição do trabalhador como apenas detentor de sua força de trabalho, foram as variáveis cruciais para a gênese do regime capitalista de produção (MARX, 1996, Livro 1, Tomo 2, p. 339):

Essa acumulação primitiva desempenha na Economia Política um papel análogo ao pecado original na Teologia. Adão mordeu a maçã e, com isso, o pecado sobreveio à humanidade. Explica-se sua origem contando-a como anedota ocorrida no passado. Em tempos muito remotos, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, vagabundos dissipando tudo o que tinham e mais ainda. [...] Assim se explica que os primeiros acumularam riquezas e os últimos, finalmente, nada tinham para vender senão sua própria pele (MARX, Karl. O Capital, 1996, Livro 1, Tomo 2, p. 339).

A separação dos meios de produção de seus produtores acontece historicamente, onde a parcimônia pregada anteriormente entre “esbanjadores e poupadores”, deu lugar à brutalidade da coerção. O período e região histórica que caracteriza este movimento é a Europa, apesar de ensaios semelhantes em outras localidades (cidades mediterrâneas no século XV). Os fetais capitalistas manufatureiros (coexistentes ao baixo regime feudal), foram primeiros interessados no processo; com efetividade, aproveitando-se muitas vezes de acontecimentos históricos que lhe fugiam o controle, ocuparam espaços pertencentes aos antigos senhores feudais e mestres-artesãos. Assim, se por um lado o camponês foge da servidão feudal, esbarra nas condicionantes de um novo regime, apenas ofertando sua mão-de-obra (MARX, 1996, Livro 1, Tomo 2, p. 341-342); esta última, apenas um dos componentes do processo de trabalho: “Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios [...]” (Marx, 1996, Livro 1, Tomo 1, p.298).

Como dito anteriormente, apesar das diferentes formas de expropriação do camponês feudal, abordagem detalhada deste processo foi feita por Marx (1996, p.343/344), no que refere-se a história da Inglaterra; esta pode ser subdividida em dois períodos:

1º Período: O camponês Inglês (grande maioria em sua nação) adentra o século XV como livre da servidão feudal extrema, isso em decorrência de sua autonomia lavradora. O modo de vida deste, basicamente gira em torno do cultivo de três propriedades: a sua, a comunal e a senhorial. Tal fato faz com que possua alguma autonomia econômica. Aqui, o Senhor Feudal (autoridade política) tem seu poder em proporção ao número de súditos, os trabalhadores anteriores.

2º Período: A virada na vida deste camponês data do fim do século XV e início do XVI. Com a força motriz da sociedade girando em torno da manufatura, não mais os súditos e as relações que envolvem os mesmos são sinônimos de poder, mas sim, o dinheiro:

O impulso imediato para isso foi dado, na Inglaterra, nomeadamente pelo florescimento da manufatura flamenga de lã e a consequente alta dos preços da lã. A velha nobreza feudal fora devorada pelas grandes guerras feudais; a nova era uma filha de seu tempo, para a qual o dinheiro era o poder dos poderes. Por isso, a transformação de terras de lavoura em pastagens de ovelhas tornou-se sua divisa (MARX, Karl. O Capital, 1996, Livro 1, Tomo 2, p. 343).

No intuito de adquirir ganhos monetários, os senhores feudais passam a concorrer entre si por terras e, expropriar a força os camponeses lavradores. Com o preço da lã em alta, a lavoura se torna pastagem, esta agora, fornecerá “duplo” insumo a manufatura: lã e mão-de-obra. Os anteriores camponeses agora destituídos de meios de produção, não tem outra alternativa a não ser vender sua força de trabalho na cidade (MARX, 1996, p.347):

Ainda nas últimas décadas do século XVII, a *yeomanry*, uma classe de camponeses independentes, era mais numerosa que a classe dos arrendatários. [...] Ao redor de 1750, a *yeomanry* tinha desaparecido e, nas últimas décadas do século XVIII, o último vestígio de propriedade comunal dos lavradores (MARX, Karl. O Capital, 1996, Livro 1, Tomo 2, p. 347).

A Reforma Protestante, evento concomitante ao anterior, vem corroborar para o processo de transição. A antiga igreja católica, autoridade política no auge do regime feudal, passa agora a ser questionada em todas suas vertentes e, gradualmente se vê expropriada de parte de sua propriedade territorial, esta, agora transferida para a atividade

lanífera. A passagem anterior possui presença maciça da então monarquia vigente, tal ratificou transição para a futura configuração de grandes arrendatários, onde eventos importantes que remetem a presença desta são a Revolução Gloriosa e as Leis de Cercamento, conforme Marx (1996):

[...] com Guilherme III de Orange, extratores de mais-valia fundiários e capitalistas ao poder. Inauguraram a nova era praticando o roubo dos domínios do Estado, até então realizado em proporções apenas modestas, em escala colossal. Essas terras foram presenteadas, vendidas a preços irrisórios ou, mediante usurpação direta, anexadas a propriedades privadas. Tudo isso ocorreu sem nenhuma observância da etiqueta legal (MARX, Karl. O Capital, 1996, Livro 1, Tomo 2, p. 348).

[...] uma lei parlamentar geral para o cercamento das terras comunais, admitindo, portanto, que é necessário um golpe de Estado parlamentar para sua transformação em propriedade privada, porém, por outro lado, solicitando da legislatura uma “indenização” para os pobres expropriados (MARX, Karl. O Capital, 1996, Livro 1, Tomo 2, p. 349).

O processo foi trágico para o campesinato, com breves momentos de comicidade. Numa das manobras da duquesa de Sutherland, depois de desalojar um campesinato alvo cedendo suas terras a produção lanífera, propõe aos mesmos “a possibilidade” de alugar seu solo natal. Estes, que tiveram como prêmio de consolação terrenos próximos ao litoral - impróprios à lavoura - percebem um promissor negócio pesqueiro, assim, novamente são deslocados pela coroa, tendo suas ocupações novamente cedidas a grupos de interesse (MARX, 1996, Livro 1, Tomo 2, p. 353).

O que se vê é uma tendência a reorganização do decadente estado feudal em torno da mais nova atividade econômica, a manufatura. Para os liberais, desconhecadores da história e advogados da não intervenção estatal, o processo anterior vai contra seus ideais fantasiosos (a ascensão do *self made man*, quando pelos seus “próprios esforços”, poupando e investindo, torna-se o respeitável capitalista) pois, dá um típico exemplo histórico de centralização política (intervenção estatal) em torno de uma estratégia que julgou-se desenvolvimentista. Objetivamente, quem “pagou o pato” da Revolução Industrial Europeia, mas, não pôde saboreá-lo, foi o correspondente operariado regional (o aqui personificado Inglês). Já no período, as consequências de uma decorrente centralização fundiária foi admitida por todos: encarecimento dos meios de subsistência - anteriormente  $\frac{1}{4}$  do solo era para a pastagem o restante para a lavoura, findo o processo

anterior, a relação inverte-se - e achatamento dos salários - fruto da concorrência entre os trabalhadores (MARX, 1996, p.352).

Com o anterior êxodo rural, criou-se o ambiente de trabalho favorável a então indústria nascente, isto porque, a concorrência entre os trabalhadores, reduz seu custo de emprego. Perante percalços que impossibilitaram o “fino funcionamento deste esquema” (oferta insuficiente de trabalho; a não adaptação dos “potenciais” operários a nova rotina de vida) e, acabavam por produzir um tecido social composto por desempregados, vagabundos, pedintes e criminosos, utilizou-se da legalidade para colocar a nova força trabalho em ordem, tal legalidade, tão parcimoniosa quanto a que deslocou os camponeses para aquela situação (MARX, 1996):

Elisabeth, 1572: Esmoleiros sem licença e com mais de 14 anos de idade devem ser duramente açoitados e terão a orelha esquerda marcada a ferro, caso ninguém os queira tomar a serviço por 2 anos; em caso de reincidência, se com mais de 18 anos, devem ser executados, caso ninguém os queira tomar a serviço por 2 anos; numa terceira incidência, serão executados sem perdão, como traidores do Estado (MARX, Karl. O Capital, 1996, Livro 1, Tomo 2, p. 357).

O êxodo rural datado no século XVI, configurou situação “ideal” que perdura até aproximadamente o século XIX, quando, dá-se início a uma legislação trabalhista mais branda para o operário, ou seja, através simples cálculo, um dos fatores para a formação do império britânico, são aproximadamente 400 anos de exploração de sua própria classe trabalhadora (MARX, 1996):

As leis cruéis contra as coalizões caíram em 1825, ante a atitude ameaçadora do proletariado. Apesar disso, caíram apenas em parte. Alguns belos resíduos dos velhos estatutos desapareceram somente em 1859. Finalmente, o ato do Parlamento de 29 de junho de 1871 pretendeu eliminar os últimos vestígios dessa legislação de classe, por meio do reconhecimento legal das Trades' Unions (MARX, Karl. O Capital, 1996, Livro 1, Tomo 2, p. 361).

A dinâmica de produção capitalista alicerçou-se primeiramente em solo Europeu, esta, caracteriza-se pela separação do produtor (antigo camponês agora operário) de seus meios de produção, ambos, instrumentos produtivos adquiridos pelo capitalista. Este modo de produção possui suas próprias relações de produção, conforme Marx (1996):

O processo de trabalho, em seu decurso enquanto processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, mostra dois fenômenos peculiares.

O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida de que o trabalho se realize em ordem e os meios de produção sejam empregados conforme seus fins, portanto, que não seja desperdiçada matéria-prima e que o instrumento de trabalho seja preservado, isto é, só seja destruído na medida em que seu uso no trabalho o exija.

Segundo, porém: o produto é propriedade do capitalista, e não do produtor direto, do trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor de um dia da força de trabalho. A sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria, por exemplo, a de um cavalo que alugou por um dia, pertence-lhe, portanto, durante o dia. Ao comprador da mercadoria pertence a utilização da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho dá, de fato, apenas o valor de uso que vendeu ao dar seu trabalho. A partir do momento em que ele entrou na oficina do capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, sua utilização, o trabalho, pertence ao capitalista. O capitalista, mediante a compra da força de trabalho, incorporou o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, que lhe pertencem igualmente. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria, força de trabalho por ele comprada, que só pode, no entanto, consumir ao acrescentar-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. (MARX, Karl. *O Capital*, 1996, Livro 1, Tomo 1, p. 304).

As relações de produção dentro do capitalismo fazem com que o trabalhador empenhe não só sua força de trabalho, mas seu futuro enquanto indivíduo e classe, em outras palavras: empenhe sua existência mediante condições necessárias aquele modo de produção. Tais condições são a necessidade deste modo de produção de: mão-de-obra minimamente explorável, por isso, a perpetuação de tal insumo (força de trabalho), faz-se através de transferência ao mesmo, de quantidade suficiente de “nutrientes” (o salário mínimo), necessários à perpetuação do mesmo, tal como é; algo além disto é criticado pelos economistas como improdutivo, conforme Marx (1996):

O próprio trabalhador produz, por isso, constantemente a riqueza objetiva como capital, como poder estranho, que o domina e explora, e o capitalista produz de forma igualmente contínua a força de trabalho como fonte subjetiva de riqueza, separada de seus próprios meios de objetivação e realização, abstrata, existente na mera corporalidade do trabalhador, numa só palavra, o trabalhador como trabalhador assalariado. Essa constante reprodução ou perpetuação do trabalhador é a condição *sine qua non* da produção capitalista. (MARX, Karl. *O Capital*, 1996, Livro 1, Tomo 2, p. 204)

Quando o capitalista converte parte de seu capital em força de trabalho, valoriza com isso seu capital global. Mata dois coelhos com uma só cajadada. Ele lucra não apenas daquilo que recebe do trabalhador, mas também daquilo que lhe dá. O capital alienado no intercâmbio por força de trabalho é transformado em meios

de subsistência, cujo consumo serve para reproduzir músculos, nervos, ossos, cérebro dos trabalhadores existentes e para produzir novos trabalhadores. Dentro dos limites do absolutamente necessário, o consumo individual da classe trabalhadora é portanto retransformação dos meios de subsistência, alienados pelo capital por força de trabalho, em força de trabalho de novo explorável pelo capital. Esse consumo é produção e reprodução do meio de produção mais imprescindível ao capitalista, o próprio trabalhador. (MARX, Karl. *O Capital*, 1996, Livro 1, Tomo 2, p. 205)

É por isso que o capitalista e seu ideólogo, o economista político, consideram produtiva apenas a parte do consumo individual do trabalhador, que é exigida para a perpetuação da classe trabalhadora, que portanto, de fato, tem de ser consumida para que o capital consuma a força de trabalho; o que, além disso, o trabalhador possa consumir para seu próprio prazer, é consumo improdutivo. (MARX, Karl. *O Capital*, 1996, Livro 1, Tomo 2, p. 205-206)

O consumo individual cuida, por um lado, de sua própria manutenção e reprodução, por outro, mediante destruição dos meios de subsistência, de seu constante reaparecimento no mercado de trabalho. O escravo romano estava preso por correntes a seu proprietário, o trabalhador assalariado o está por fios invisíveis. A aparência de que é independente é mantida pela mudança contínua dos padrões individuais e pela *fictio juris* do contrato. (MARX, Karl. *O Capital*, 1996, Livro 1, Tomo 2, p. 206)

Acumulação primitiva e expropriação dos trabalhadores dos modos de produção ocorreram de maneira rápida e por isso coercitiva, não de outra forma, o modo de produção capitalista teria adquirido a quantidade de recursos necessários para sua gênese. A fábula preferida pelo *establishment* econômico para justificar a divisão de classes moderna é aquela referente ao processo árduo e dificultoso que gerações pobres e passadas do atual capitalista suportaram, até obter os recursos necessários a exploração de mão-de-obra alheia. Processo pautado no penoso trabalho e abdicação de prazeres carnisais. Se por um lado esta peregrinação ocorreu, porém, não foi à única, muito menos a predominante. Para ensejar o assunto, visto anteriormente a magnitude do capital necessário (meios de produção) para a produção, resta questionar o tempo que seria necessário para adquirir tal, caso optasse exclusivamente pelo “parcimonioso” processo de elevação social. Este último foi descartado pelas potências centrais em prol da acumulação primitiva, cuja exemplificação histórica pode ser a colonização europeia no século XVI (MARX, 1996):

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva. De imediato saque a guerra comercial das nações européias, tendo o mundo por palco. Ela é aberta pela sublevação dos Países

Baixos contra a Espanha, assume proporção gigantesca na Guerra Anti Jacobina da Inglaterra e prossegue ainda nas Guerras do Ópio contra a China etc.

Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se então, mais ou menos em ordem cronológica, a saber pela Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, em fins do século XVII, são resumidos sistematicamente no sistema colonial, no sistema da dívida pública, no moderno sistema tributário e no sistema protecionista. Esses métodos baseiam-se, em parte, sobre a mais brutal violência, por exemplo, o sistema colonial. Todos, porém, utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição. A violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica. (MARX, Karl. O Capital, 1996, Livro 1, Tomo 2, p. 370).

Efetivamente as nações centrais europeias - algumas precocemente, outras mais tardiamente - lançaram-se num processo de pilhagem além-mar, onde não houve limite continental ou moral que impedisse o mesmo. Para justificá-lo, valeram-se de tudo, da pura cobiça metálica a representatividade religiosa, conforme Marx (1996):

Para se apoderar de Málaga, os holandeses subornaram o governador português. Em 1641, ele os deixou entrar na cidade. Dirigiram-se imediatamente a sua casa e o assassinaram a fim de se “absterem” do pagamento da soma do suborno de 21 875 libras esterlinas. Onde punham o pé, seguia devastação e despovoamento. Banjuwangi, uma província de Java, contava em 1750 com mais de 80 mil habitantes, em 1811, apenas 8 mil. (MARX, Karl. O Capital, 1996, Livro 1, Tomo 2, p. 371).

No entanto, mesmo nas colônias propriamente ditas não se desmentia o caráter cristão da acumulação primitiva. Aqueles protestantes austeros e virtuosos, os puritanos da Nova Inglaterra, estabeleceram, em 1703, por resolução de sua assembly, 756 um prêmio de 40 libras esterlinas para cada escalpo indígena e para cada pele-vermelha aprisionado. [...]

O Parlamento britânico declarou sabujos e escalpelamento como sendo “meios, que Deus e a Natureza colocaram em suas mãos”. (MARX, Karl. O Capital, 1996, Livro 1, Tomo 2, p. 372).

Assim, pela acumulação primitiva, o agente capitalista e seu representante: o Estado Burguês, adquirem na velocidade “apropriada”, recursos necessários para a consolidação do modo de produção capitalista; processo tão mais dinâmico que a lenta fábula da transformação capitalista “de larva em borboleta”.



## 2.2 O processo de valorização do capital

Os acontecimentos anteriores marcam a produção capitalista na Europa, sendo objetivo desta, não a grandeza absoluta do produto, mas, grandeza relativa do mais-produto. A taxa de mais-valia, grau de exploração da força de trabalho e base para formação do mais-produto, determina-se pela sua relação não com a soma total do capital (capital constante e variável) mas, com a parte do capital variável (Marx, 1996, Livro 1, Tomo 1, p.342-343). O capitalista, agente da produção, tal como esta é movido pela possibilidade de criar um produto, que além de valor-de-uso (usabilidade do produto), possua valor-de-troca (propriedade definida socialmente, que permite o câmbio entre mercadorias), sendo este, caracterizado por valor-excedente (mais-valia):

O fato de que meia jornada seja necessária para mantê-lo vivo durante 24 horas não impede o trabalhador, de modo algum, de trabalhar uma jornada inteira. O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas distintas. Essa diferença de valor o capitalista tinha em vista quando comprou a força de trabalho. Sua propriedade útil, de poder fazer fio ou botas, era apenas uma *conditio sine qua non*, pois o trabalho para criar valor tem de ser despendido em forma útil. Mas o decisivo foi o valor de uso específico dessa mercadoria ser fonte de valor, e de mais valor do que ela mesma tem. Esse é o serviço específico que o capitalista dela espera. E ele procede, no caso, segundo as leis eternas do intercâmbio de mercadorias. Na verdade, o vendedor da força de trabalho, como o vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso. Ele não pode obter um, sem desfazer-se do outro. O valor de uso da força de trabalho, o próprio trabalho, pertence tão pouco ao seu vendedor, quanto o valor de uso do óleo vendido, ao comerciante que o vendeu. O possuidor de dinheiro pagou o valor de um dia da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, a utilização dela durante o dia, o trabalho de uma jornada. A circunstância de que a manutenção diária da força de trabalho só custa meia jornada de trabalho, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar um dia inteiro, e por isso, o valor que sua utilização cria durante um dia é o dobro de seu próprio valor de um dia, é grande sorte para o comprador, mas, de modo algum, uma injustiça contra o vendedor.

Nosso capitalista previu o caso que o faz sorrir. O trabalhador encontra, por isso, na oficina, os meios de produção necessários não para um processo de trabalho de 6 horas, mas de 12. (MARX, Karl. *O Capital*, 1996, Livro 1, Tomo 1, p. 311)

De nada adiantaria ao capitalista extração de mais-valia, na impossibilidade de sua realização, sendo assim, tal final feliz ocorre mediante processo de circulação do capital ou, processo de valorização. Tal processo comporta duas esferas: Na esfera da circulação ocorre transformação do dinheiro em meios de produção e força de trabalho,

na esfera da produção, transformação dos insumos anteriores em mercadorias com mais-valia, por fim, os produtos dirigem-se a circulação, para realizar-se monetariamente; findo o processo, impõe-se novamente a decisão de produção, conforme Marx (1996):

A transformação de uma soma de dinheiro em meios de produção e força de trabalho é o primeiro movimento pelo qual passa um quantum de valor que deve funcionar como capital. Ela tem lugar no mercado, na esfera de circulação. A segunda fase do movimento, o processo de produção, está encerrada tão logo os meios de produção estejam transformados em mercadorias cujo valor supera o valor de seus componentes, portanto, que contenha o capital originalmente adiantado mais uma mais-valia. Essas mercadorias a seguir têm de ser lançadas de novo à esfera da circulação. Trata-se de vendê-las, realizar seu valor em dinheiro, transformar esse dinheiro novamente em capital, e assim sempre de novo. Esse ciclo, que percorre sempre as mesmas fases sucessivas, constitui a circulação do capital. (MARX, Karl. *O Capital*, 1996, Livro 1, Tomo 2, p. 197)

Em meio ao processo de valorização do capital, depois da mais-valia ser apropriada pelo capitalista, é distribuída entre outros agentes do processo, estes, direta ou indiretamente prestam utilidade a manutenção do modo produtivo, conforme Marx (1996):

O capitalista que produz a mais-valia, isto é, extrai trabalho não pago diretamente dos trabalhadores e o fixa em mercadorias, é, na verdade, o primeiro apropriador, mas, de modo algum, o último proprietário dessa mais-valia. Tem de dividi-la, mais tarde, com capitalistas que realizam outras funções na produção social como um todo, com o proprietário fundiário etc. A mais-valia divide-se, portanto, em diferentes partes. Suas frações cabem a categorias diferentes de pessoas e recebem formas diferentes, independentes umas das outras, tais como lucro, juro, ganho comercial, renda da terra etc. Essas formas mudadas da mais-valia somente podem ser tratadas no Livro Terceiro. (MARX, Karl. *O Capital*, 1996, Livro 1, Tomo 2, p. 197)

Mediante gasto total do excedente (mais-valia) em consumo pessoal (pelo capitalista e/ou outros no qual o excedente é dividido), ocorre o que Marx (1996) designa “reprodução simples”, assim, mantém-se inalterada capacidade produtiva da sociedade, porém, mesmo diante de tal processo, o capital futuro do capitalista pode ser todo composto de mais-trabalho; tal acontecimento dá-se, pois sendo as condições de produção, também condições de reprodução, já que, as sociedades na necessidade de sempre consumir, utilizam para a produção, objetos anteriormente concebidos, o processo de reprodução simples, permite a longo prazo, fazer com que a totalidade do capital

pertencente ao capitalista, aquele capital que um dia foi fruto da acumulação primitiva, torne-se inteiramente resultado do mais-trabalho, conforme Marx (1996):

As condições da produção são ao mesmo tempo as condições da reprodução. Nenhuma sociedade pode produzir continuamente, isto é, reproduzir, sem retransformar continuamente parte de seus produtos em meios de produção ou em elementos da nova produção. (MARX, Karl. *O Capital*, 1996, Livro 1, Tomo 2, p. 199)

Como incremento periódico do valor do capital, ou fruto periódico do capital em processamento, a mais-valia recebe a forma de uma *revenue* que provém do capital.

Se essa *revenue* serve ao capitalista apenas como fundo de consumo ou é despendida com a mesma periodicidade com que é ganha, então tem lugar, permanecendo constantes as demais circunstâncias, reprodução simples. Embora esta seja mera repetição do processo de produção na mesma escala, essa mera repetição ou continuidade imprime ao processo certas características novas ou, antes, dissolve as características aparentes que possui como episódio isolado. (MARX, Karl. *O Capital*, 1996, Livro 1, Tomo 2, p. 200)

A partir de nosso ponto de vista, desenvolvido até agora, é provável portanto que alguma vez o capitalista se tornou possuidor de dinheiro em virtude de uma acumulação primitiva, independente de trabalho alheio não-pago, e por isso pôde pisar no mercado como comprador de força de trabalho. Entretanto, a mera continuação do processo de produção capitalista ou a reprodução simples efetuam, contudo, outras mudanças notáveis, que atingem não somente o capital variável, mas também o capital global. (MARX, Karl. *O Capital*, 1996, Livro 1, Tomo 2, p. 202)

Abstraindo toda acumulação, a mera continuidade do processo de produção, ou a reprodução simples, transforma após um período mais ou menos longo necessariamente todo capital em capital acumulado ou mais-valia capitalizada. Se, ao entrar no processo de produção, ele tenha sido propriedade pessoal adquirida mediante trabalho de seu aplicador, mais cedo ou mais tarde torna-se valor apropriado sem equivalente ou materialização, seja em forma monetária ou outra, de trabalho alheio não-pago. (MARX, Karl. *O Capital*, 1996, Livro 1, Tomo 2, p. 203)

Dada à opção do capitalista em utilizar a mais-valia como renda ou acumulação, em verdade, não opta estritamente por uma, mas, pela combinação entre as duas. A decisão do capitalista - fanático da valorização e personificação do capital - em como utilizar a mais-valia, traz problemática da “margem de escolha que o mesmo tem”. A resposta vincula-se às ambições deste agente e, mediante competição com seus pares, não lhe resta alternativa, a não ser à produção pela produção. Encontra-se em jogo lei coercitiva externa ao mesmo, que corrobora na manutenção de sua “natureza acumuladora”, conforme Marx (1996):

Além disso, o desenvolvimento da produção capitalista faz do contínuo aumento do capital investido numa empresa industrial uma necessidade e a concorrência impõe a todo capitalista individual as leis imanentes do modo de produção capitalista como leis coercitivas externas. Obriga-o a ampliar seu capital continuamente para conservá-lo, e ampliá-lo ele só o pode mediante acumulação progressiva. (MARX, Karl. *O Capital*, 1996, Livro 1, Tomo 2, p. 225)

A economia burguesa, na constatação da dinâmica anterior, apresenta o capitalista como passível de pena, uma vez que opta pela alternativa sofrível de acumular, ao invés de despende. Este agente, tal como o Senhor de Escravos, sofre por ter de investir seus recursos em meios que lhe proporcionem mais trabalho alheio.

Até agora considerou-se reprodução simples: a reprodução do capital num período de tempo, onde a mais-valia produzida não era reinvestida, não havendo aumento da produção; agora, tal possibilidade será posta em prática, configurando “reprodução ampliada”, conforme Marx (1996):

Anteriormente tivemos de considerar como a mais-valia se origina do capital, agora, como o capital se origina da mais-valia. Aplicação de mais-valia como capital ou retransformação de mais-valia em capital chama-se acumulação de capital. (MARX, Karl. *O Capital*, 1996, Livro 1, Tomo 2, p. 213)

Primeiramente, a produção anual tem de fornecer todos os objetos (valores de uso) com os quais têm de ser repostos os componentes materiais do capital consumidos no decorrer do ano. Deduzidos estes, resta o produto líquido ou o mais-produto, no qual se encontra a mais-valia. E de que se compõe esse mais-produto? Talvez de coisas destinadas a satisfazer às necessidades e aos apetites da classe capitalista, entrando, portanto, em seu fundo de consumo? Se isso fosse tudo, a mais-valia seria dissipada até a última migalha e teria lugar meramente reprodução simples. (MARX, Karl. *O Capital*, 1996, Livro 1, Tomo 2, p. 214)

Na reprodução ampliada, uma parte da mais-valia produzida em período anterior é utilizada para aumentar a produção, isto acontece quando tal é convertida em meios de produção, meios de subsistência e trabalho assalariado. Nesta abstração, para entender o movimento do capital, é ainda desconsiderado o comércio exterior, conforme Marx (1996):

Para acumular, precisa-se transformar parte do mais-produto em capital. Mas, sem fazer milagres, só se podem transformar em capital coisas que são utilizáveis no processo de trabalho, isto é, meios de produção e, além destas, coisas com as quais o trabalhador pode manter-se, isto é, meios de subsistência. Por conseguinte, parte do mais-trabalho anual tem de ser empregada na fabricação

de meios adicionais de produção e de subsistência, em excesso sobre o quantum que foi necessário para a reposição do capital adiantado. Em uma palavra: a mais-valia só é transformável em capital porque o mais-produto, do qual é o valor, já contém os componentes materiais de um novo capital. Para fazer esses componentes funcionarem de fato como capital, a classe capitalista necessita de um acréscimo de trabalho. Caso a exploração dos trabalhadores já ocupados não deva crescer extensiva ou intensivamente, precisam ser empregadas forças de trabalho adicionais. Disso o mecanismo da produção capitalista também já cuidou, ao reproduzir a classe trabalhadora como classe dependente do salário, cujo salário comum basta não apenas para assegurar sua manutenção, mas também sua multiplicação. (MARX, Karl. *O Capital*, 1996, Livro 1, Tomo 2, p. 214-215).

Seja na reprodução simples ou ampliada (divisão da mais-valia entre consumo e investimento), existem circunstâncias que *per se* aumentam o montante da acumulação, isto porque, proporcionam aumento absoluto da mais-valia; entre tais (MARX, Karl. *O Capital*, 1996, Livro 1, Tomo 2, p. 232-237):

a) Aumento da mais-valia pela diminuição do salário pago pela força de trabalho (entre as observações feitas, esta provavelmente é a mais intuitiva). Já no início do século XIX, existia por parte dos fabricantes ingleses, a preocupação não só com os baixos salários na França e Holanda, e mais intensamente, com esta condição na China, caso esta figurasse como concorrente no mercado internacional.

b) Aumentar o dispêndio de capital variável, sem necessariamente diminuir o salário pago pela força de trabalho, também aumenta o valor absoluto da mais-valia, quando não aumenta o capital constante. Isto acontece pela possibilidade de expansão da jornada de trabalho, que apesar do dispêndio adicional de capital variável - correspondente às horas extras - adianta uma mais-valia futura, com o ínfimo custo de uma depreciação mais rápida do capital constante. Nota-se que, uma vez iniciado o processo anterior na indústria de manufatura, o setor primário (com diminutos meios de produção), por ser fornecedor de matéria prima à primeira, também beneficia-se do processo.

c) Aumento da produtividade do trabalho social, também aumenta o valor absoluto da mais-valia. Prerrogativa para esta relação ocorrer: A taxa de mais-valia deve se manter constante, ou mesmo decrescente, na medida em que ela diminui mais lentamente do que aumenta a força produtiva do trabalho. Porém, a relação que prevalece é um aumento da taxa de mais-valia, pois, normalmente, por mais que o salário real cresça, nunca aumenta

na mesma magnitude que a produtividade, o que torna o trabalhador mais barato, podendo o capitalista viver mais prodigamente e, ao mesmo tempo, “renunciar” mais.

Mas, com a crescente produtividade do trabalho, segue, como vimos, passo a passo, o barateamento do trabalhador, portanto crescente taxa de mais-valia, mesmo se o salário real aumenta. Ele nunca sobe proporcionalmente com a produtividade do trabalho. O mesmo valor em capital variável coloca, pois, mais força de trabalho e, portanto, também mais trabalho em movimento. (MARX, Karl. *O Capital*, 1996, Livro 1, Tomo 2, p. 237)

Deriva-se do anterior relação que caracteriza o “custo do trabalho” no modo de produção capitalista = diminui com aumento da produtividade + aumenta com ganhos trabalhistas.

### 2.3 Formação da taxa geral de lucro

Esta seção apresenta formação da taxa geral de lucro por Marx (1986), expondo conceitos pertinentes ao processo. Tal taxa - expressa pela abreviação ( $l'$ ) - é forma de valorização do capital dentro do sistema capitalista, tendo como composição:

$$- (l') m/c+v;$$

Ou seja, é tão mais rentável quanto maior a exploração do trabalhador, frente aos salários ( $v$ ) e maquinaria adiantados ( $c$ ) (MARX, 1986, P. 34). Tal abstração evolui ao longo do capítulo até transformar-se em ( $l'$ ) Geral, forma de compreender a rentabilidade do capital, agregando de ramos econômicos a nações.

Conceito importante para compreensão da ( $l'$ ) Geral e sua tendência é a Composição Orgânica do Capital (COC). A COC pode ser depreendida em duplo sentido, do valor e da matéria: o primeiro remete a divisão entre capital constante e capital variável, a segunda (também adjetivada de “técnica”), divisão entre meios de produção e força de trabalho viva. A correlação entre os sentidos leva a composição orgânica do capital, onde conforme Marx (1996):

Entre ambas há estreita correlação. Para expressá-la, chamo a composição-valor do capital, à medida que é determinada por sua composição técnica e espelha suas modificações, de: composição orgânica do capital. Onde se fala simplesmente de composição do capital, deve-se entender sempre sua composição orgânica. (MARX, Karl. O Capital, 1996, Livro 1, Tomo 2, p. 245)

O conceito de composição orgânica é pertinente ao processo de formação da taxa de lucro em diferentes níveis: do pequeno estabelecimento comercial, passando por ramo de atividade econômica, até a COC média das atividades econômicas numa nação; sobre a média das COC, Marx (1996):

Os numerosos capitais individuais aplicados em determinado ramo da produção têm entre si composição mais ou menos diferenciada. A média de suas composições individuais dá-nos a composição do capital global desse ramo da produção. Por fim, a média global das composições médias de todos os ramos da produção dá-nos a composição do capital social de um país, e apenas dessa é que, em última instância, há de se falar em seguida. (MARX, Karl. O Capital, 1996, Livro 1, Tomo 2, p. 245).

Para compreender a influência da COC sobre o destino da classe trabalhadora, é suposta situação de produção (pelo menos inicialmente) onde a mesma é constante, correntemente a reprodução ampliada. Adiante, quando a acumulação de capital excede a oferta de trabalho, o “poder social” (ARRIGHI, 1998) do trabalhador tende aumentar, podendo reivindicar melhores condições, isto significa, tendência a absorver parcela maior de sua própria mais-valia. Exposta relação anterior, o próximo passo é refletir sobre seus limites. Como já manifesto, a produção de excedente é Lei Absoluta do modo de produção capitalista, sendo assim, os limites para a elevação salarial conforme Marx (1996):

Abstraindo inteiramente a elevação do salário com preço decrescente do trabalho etc., seu aumento significa, no melhor dos casos, apenas diminuição quantitativa do trabalho não-pago que o trabalhador tem de prestar. Essa diminuição nunca pode ir até o ponto em que ela ameace o próprio sistema. (MARX, Karl. O Capital, 1996, Livro 1, Tomo 2, p. 251)

Consideradas as variáveis anteriores [COC, (v) e (l')], a correlação entre as mesmas será feita através dos ciclos de expansão e contração do capital, onde conforme Marx (1996):

- Fase expansiva do capital: Aumento do capital torna insuficiente a força de trabalho explorável, como consequência tem-se aumento de salários até os limites da acumulação:

Se cresce a quantidade de trabalho não-pago fornecido pela classe trabalhadora e acumulada pela classe capitalista de modo suficientemente rápido para só com um acréscimo extraordinário de trabalho pago poder transformar-se em capital, então o salário sobe e, permanecendo tudo mais constante, o trabalho não-pago diminui proporcionalmente. (MARX, Karl. O Capital, 1996, Livro 1, Tomo 2, p. 253)

- Fase de contração do capital: Diminuição do capital torna redundante a força de trabalho existente, até que, o aprofundamento desta relação torna novamente atrativa a expansão. Consequência é a diminuição dos salários:

Mas, assim que essa diminuição atinge o ponto em que o mais-trabalho, que alimenta o capital, já não é oferecido na quantidade normal, então ocorre uma reação: uma parte menor da renda é capitalizada, a acumulação se desacelera e o movimento ascendente do salário sofre um contragolpe. A elevação do preço do trabalho permanece, portanto, confinada em limites que não só deixam intocados os fundamentos do sistema capitalista, mas também asseguram sua reprodução em escala crescente. (MARX, Karl. O Capital, 1996, Livro 1, Tomo 2, p. 253)

Sendo a acumulação do capital e sua velocidade fatores que implicam na flutuação salarial (não o volume de capital existente), a produtividade social do trabalho acaba exercendo influência determinante na formação dos salários; define-se produtividade como: independente dos donativos da natureza e habilidades dos produtores “[...] o volume relativo dos meios de produção que um trabalhador, durante um tempo dado, com o mesmo dispêndio de força de trabalho, transforma em produto.” (Marx, 1996, Livro 1, Tomo 2, p.254). Elementos como a divisão social do trabalho e a maquinaria, fazem com que uma mesma quantidade de trabalho possa operar mais meios de produção, movimento interpretado como aumento da produtividade do trabalho. A “tendência de crescimento da produtividade” permite aumento absoluto e relativo do capital constante em relação ao



capital total ( $c+v$ ), com apenas aumento absoluto do capital variável, ou seja, decréscimo “relativo” de ( $v$ ) perante o capital total. Em suma, elevação da produtividade do trabalho, que permite elevação da  $COC = c/v$ , conforme parâmetros anteriores, implica queda da  $(l') = m/c+v$ . A relação exposta entre  $COC$  e  $(l')$  é crucial para compreensão da tendência a queda da  $(l')$  Geral em Marx (1996), como as considerações feitas por outros pensadores sobre o processo.

Explicitado nexos entre  $COC$  e  $(l')$ , algumas considerações para compreensão da  $(l')$  geral conforme Marx (1996, Livro 3, Tomo 1, p.112):

- Tomando diferentes ramos de produção, cada qual com diferentes  $COC$ , quando se refere a  $COC$  num ramo de produção, está se referindo à composição média aplicada no mesmo;

- A relação entre a composição técnica e a  $COC$ : A primeira é o fundamento da segunda. Exemplo de como expressar a composição técnica de um capital: 1/4 de força de trabalho e 4/5 de meios de produção. Exemplo de como expressar a  $COC$  para as variáveis ( $c$ ) ou ( $v$ ): multiplicar o correspondente índice da composição técnica, ao preço de mercado; para ( $c$ ) por exemplo:  $4/5 \times 50$  (preço do meio de produção no mercado) = 40 de capital constante;

- “em diferentes ramos industriais, em função da diferente composição orgânica dos capitais e, dentro dos limites indicados, também em função de seus diferentes períodos de rotação, reinam taxas de lucro desiguais.” (Marx, 1996, Livro 3, Tomo 1, p.118). Com relação à rotação do capital, a influência que prevalece é: quanto mais rápida a utilização do ( $c$ ), menor seu tempo de rotação, o resultado final é adição de lucro futuro no presente, portanto, maior lucro.

- Sendo iguais nos diversos ramos de produção: ( $m'$ ),  $COC$  e tempo de rotação do capital, “vale lei (tendência geral) de que os lucros variam de acordo com as grandezas dos capitais, portanto, capitais de igual grandeza, em períodos de tempo iguais, proporcionam lucros de igual grandeza.” (Marx, 1996, Livro 3, Tomo 1, p.118).

Como demonstrado, as variáveis  $COC$  e tempo de rotação são cruciais quando comparam-se  $(l')$  de diferentes nações. O exemplo abaixo é uma prova disso, neste, Marx (1996) toma dois países distintos, com  $COC$  e ( $m'$ ) diferentes, apesar de mesmo ( $C$ ):

Tabela 1- COC em diferentes nações, exemplo de Marx

(COC) País Europeu			fórmula= $(m') \times (v)$	fórmula= $(m/v)$	fórmula= $(m/c + v)$	(COC) País Asiático			fórmula= $(m') \times (v)$	fórmula= $(m/v)$	fórmula= $(m/c + v)$
$C = (v) + (c)$	v	c	m	(m') dada	(l')	$C = (v) + (c)$	v	c	m	(m') dada	(l')
100	16	84	16	100%	16%	100	84	16	21	25%	21%
Cálculos						Cálculos					
Valor da Mercadoria	116					Valor da Mercadoria	121				
$(v+c+m) =$						$(v+c+m) =$					
Comparação de resultados						Comparação de resultados					
(l') do país asiático é 31,25% maior que a do europeu.											

Fonte: Marx, 1996, p.117.

Neste exemplo apresentado, percebe-se que a (l') no país asiático é maior, mesmo tendo menor (m'), isto porque sua COC é menos elevada. Com base no resultado anterior, vale esforço para melhor elucidação do problema, assim, contextualizando exemplo anterior a contemporaneidade e, supondo variáveis que representem os centros e periferias internacionais:

Tabela 2 - COC em diferentes nações, extrapolação para o contemporâneo

(COC) País Europeu			fórmula= $(m') \times (v)$	fórmula= $(m/v)$	fórmula= $(m/c + v)$	(COC) País Asiático			fórmula= $(m') \times (v)$	fórmula= $(m/v)$	fórmula= $(m/c + v)$
$C = (v) + (c)$	v	c	m	(m') dada	(l')	$C = (v) + (c)$	v	c	m	(m') dada	(l')
100	16	84	4	25%	4%	100	84	16	84	100%	84%
Cálculos						Cálculos					
Valor da Mercadoria	104					Valor da Mercadoria	184				
$(v+c+m) =$						$(v+c+m) =$					
Comparação de resultados						Comparação de resultados					
(l') do país asiático é 21 maior que a do europeu.											

Fonte: Elaboração própria com base em Marx, 1996, p.117.

Em tal esforço elucidativo foi feita apenas uma alteração perante o exemplo de Marx (1996): troca das (m') entre os países; percebe-se a brutal diferença entre as (l') verificadas. Ou seja, esta foi simples tentativa de trazer a abstração de teórica de Marx (1996) para a conjuntura contemporânea, onde mantidas as suposições, a (m) produzida

na periferia asiática é indiscutivelmente maior. Mesmo sendo esforço para melhor compreensão dos fatores que determinam uma ( $l'$ ), muitos outros fatores devem ser considerados para maior grau de veracidade, por exemplo: o quanto as variáveis ( $m'$ ) e COC são reflexos perfeitos de: exploração e produtividade do trabalho e, quanto estes influenciam na massa de lucro adquirida (considerações que podem ser abordadas em outro trabalho), também, o papel que a rotatividade do capital e o preço das mercadorias teriam, na concorrência entre os agentes.

Adentra-se agora no que diz respeito à transformação das ( $l'$ ) particulares (pertinentes a diferentes ramos), em única ( $l'$ ) geral, onde conforme Marx (1996):

Por outro lado, não há dúvida de que na realidade, abstraindo diferenças não essenciais, fortuitas e que se compensam, a diversidade das taxas médias de lucro nos diferentes ramos industriais não existe nem poderia existir, sem abolir todo o sistema de produção capitalista. (Marx, 1996, Livro 3, Tomo 1, p.118).

São suposições para a mensuração, conforme Marx (1996, Livro 3, Tomo 1, p.121):

- 1º Suposição: ( $m'$ ) = 100% nos diferentes ramos de produção e, as diferentes COC nos mesmos são dadas;

- 2º Suposição:

A grandeza do valor real do produto depende da grandeza da parte fixa do capital constante e de quanto dela entra ou não no produto por depreciação. Mas, uma vez que essa circunstância é totalmente indiferente para a taxa de lucro e, portanto, para a presente investigação, admite-se, para simplificar, que o capital constante sempre entre em toda parte uniformemente por inteiro no produto anual desses capitais. (Marx, 1996, Livro 3, Tomo 1, p.121).

- 3º Suposição: A quantidade de ( $m$ ) realizada nos diferentes ramos de produção é função apenas da ( $m'$ ), ignora-se a rotatividade do capital;

- 4º Suposição: Tal como numa sociedade empresarial verticalmente integrada, os diferentes ramos de produção podem ser integrados num Capital Global, a média deste, é a Composição Média do Capital.

Tendo em vista as suposições anteriores, eis exemplificação de formação de (l') geral em Marx (1996):

Tabela 3 - Formação da (l') geral

Ramos	Capitais		(m')	(m)	(l')	Valor da	Preço de	Preço das Mercadorias=	Preço de Produção -
	(c)	(v)	= (m') x (v)	= (l) - (v)	= (m / c + v)	Mercadori a = (v+c+m)	custo = (c+v)	Preço de Produção= (Preço de Custo)+(l'G. x Preço de Custo)	Valor da Mercadoria= Desvios
1	80	20	100%	20	20%	120	100	122	2
2	70	30	100%	30	30%	130	100	122	-8
3	60	40	100%	40	40%	140	100	122	-18
4	85	15	100%	15	15%	115	100	122	7
5	95	5	100%	5	5%	105	100	122	17
	Capital Global (Soma)			(m) Global					Somatório dos Desvios
	390	110		110					0
	Composição Média do Capital= (Capital Global/"n" Ramos)			(m) Média =(Capital Global/"n" " Ramos)	(l') Média ou Geral				
	78	22		22	22%				

Fonte: Marx, 1996, p.117.

Com base nas suposições e exemplificação de Marx (1996), segue encadeamento para formação da (l') Geral e considerações sobre a mesma:

1º) Para chegar ao modelo analítico da (l') geral, basta calcular a média aritmética das (l') particulares a cada ramo, outro caminho, é aquele que similarmente ao processo anterior, chega a composição média do capital. Sendo assim, apesar de cada ramo produtivo recobrar o capital investido em sua mercadoria (Preço de Custo), a (m) que absorve é diretamente correspondente, a magnitude do capital adiantado, dado um Capital Global. Este evento particular que corresponde à distribuição da (m), é consonante ao regime de concorrência entre os diferentes ramos: “Essas diferentes taxas de lucro são igualadas pela concorrência numa taxa geral de lucro, que é a média de todas essas diferentes taxas de lucro.” (Marx, 1996, Livro 3, Tomo 1, p.123).

2º) Apesar da conclusão anterior, a formação de uma taxa geral não se aplica de maneira unilateral, sobre os diferentes ramos produtivos; num processo dual, estes influenciam na determinação desta, pelas suas COC e magnitude de capital adiantado:

A taxa geral de lucro é determinada por dois fatores:

- 1) pela composição orgânica dos capitais nas diversas esferas da produção, portanto pelas diferentes taxas de lucro das esferas individuais;
- 2) pela distribuição do capital social global entre essas diversas esferas, portanto pela grandeza relativa do capital investido em cada esfera particular e, portanto, aplicado a uma taxa de lucro particular: isto é, pela parcela relativa da massa do capital social global que cada esfera particular da produção engole. (Marx, 1996, Livro 3, Tomo 1, p.127).

3º) Dada a maneira que os ramos particulares influenciam a taxa geral; o tempo que demora para esta influência consolidar-se:

[...] uma mudança real na taxa geral de lucro, desde que não se tenha operado excepcionalmente em virtude de acontecimentos econômicos extraordinários, é o produto muito tardio de uma série de flutuações que se estende por períodos muito longos, isto é, de flutuações que precisam de muito tempo até que se consolidem e se compensem para resultar numa mudança da taxa geral de lucro. Em períodos mais curtos (abstraindo totalmente oscilações nos preços de mercado), uma mudança nos preços de produção sempre deve ser explicada *prima facie* por uma variação real no valor das mercadorias, isto é, por uma variação na soma global do tempo de trabalho necessário à sua produção. Mera variação na expressão monetária dos mesmos valores obviamente aqui não é considerada ao todo. (Marx, 1996, Livro 3, Tomo 1, p.129).

4º) Sendo vagarosas as influências das (*l'*) particulares sobre a taxa geral e, excluídas variações fortuitas no mercado, o preço de produção no curto prazo, acaba sendo indexado fortemente, a quantidade de trabalho empregada. Isto é, por mais que o preço de reposição envolva  $(c) + (v)$ , este primeiro (constante) entra no processo produtivo com uma margem de variação muito restrita, pouco elástica, enquanto isto, a capacidade do  $(v)$  em produzir mais-valor, traz motivação ao processo. Com a tendência à crescente produtividade do trabalho - capacidade de um mesmo  $(v)$  movimentar mais  $(c)$  - um mesmo salário produz mais mercadorias (Marx, 1996, Livro 3, Tomo 1, p.129).

5º) Da tabela anterior extrai-se relação importante para o presente e futuras conclusões; apesar das suposições (entre estas (*m'*) constante) nota-se que apesar da (*m*) produzida em cada ramo ser diferente, a nivelção pela (*l'*) geral, faz com que os ramos absorvam quantidade igual de (*m*), restando um desvio entre esta e a anteriormente produzida no ramo. Assim, tem-se *primeiro resultado*: sendo que o ramo de COC mais próximo da COC média absorve (*m*) também próxima da média (desvio mais próximo de 0), e, ramos de COC superior, tem “desvio” superior aos demais competidores, este

resultado para o ramo “5”, só é possível na existência de diferentes ramos, com COCs diferentes. Fica a *primeira indagação*: porque os outros ramos com COC inferior, permitiriam que o ramo “5”, permanece com tal vantagem, supondo que possam elevar sua COC? Então, aqueles ramos de COC baixa, elevando sua COC, fariam com que (m) geral diminua, implicando em queda da (l') geral; eis o *segundo resultado*: apesar de (l') geral menor para todos os ramos, pelo menos todos encontram-se em igual situação, esta deprimente. *Segunda indagação*: estariam os ramos dispostos a submeter-se a tal relação deprimente? Não seria melhor a todos, voltarem-se para um processo produtivo pautado em COC inferior, com base na alta extração de (m)? Assim, *antecipa-se conclusão futura deste trabalho, quanto a forma de competição entre os agentes capitalistas, que maximiza o montante de (m) geral, esta forma é acordo entre os mesmos, por processo produtivo que priorize baixa COC, possibilitando assim, maior extração de (m) quando utiliza mais (v) - comparação feita para com produção de COC superior - ; a fase do capitalismo que corresponde a tal tipo de competição, fase monopolista, é detalhada nos capítulos que seguem.*

Para transformação das (l') particulares em (l') geral, supõe-se modo de produção baseado no capitalismo de mercado, então, quando insere-se empecilhos ao funcionamento deste (por exemplo o monopólio), as premissas não se cumprem. O poder de ir contra as leis do livre mercado, faz com que os agentes possam: fixar preços, não nivelar a COC em torno da média e assim, auferir ganhos extraordinários. Anteriormente demonstrou-se os cálculos para formação da (l') geral, resta compreender as relações econômicas que levam ao nivelamento; sendo assim, primeiramente ressalta-se posicionamento anterior: dada uma mesma (m') para diferentes ramos produtivos, independentemente de suas composições orgânicas, a consequência é:

[...] não se distribuem proporcionalmente a mais-valia que é produzida em cada esfera particular da produção, mas em proporção a massa do capital empregado em cada esfera da produção, de modo que a massa de capital de igual grandeza, qualquer que seja sua composição, cabem parcelas iguais (partes alíquotas) da totalidade da mais-valia produzida pelo capital global da sociedade. (Marx, 1996, Livro 3, Tomo 1, p.135).

Mantendo a premissa anterior sobre (m'), não só as (l') tendem a nivelar-se nos diferentes ramos produtivos, como também as respectivas (COC), ambas em torno da

composição social média. Assim, tendo em vista que a (1ª) geral é resultado, não ponto de partida, a trajetória que leva até a mesma inclui as seguintes considerações:

- 1º Consideração: A lei do valor, em maior ou menor medida, norteia historicamente a troca de mercadorias:

O intercâmbio de mercadorias por seus valores, ou aproximadamente por seus valores, exige, pois, um grau muito mais baixo de desenvolvimento do que o intercâmbio aos preços de produção, para o qual determinado nível de desenvolvimento capitalista é necessário. [...]

Abstraindo a dominação dos preços e do movimento dos preços pela lei do valor, é, pois, absolutamente adequado considerar os valores das mercadorias não só teórica, mas também historicamente, como o *prius* dos preços de produção. (Marx, 1996, Livro 3, Tomo 1, p.138).

- 2º Consideração: Com relação às condições que fazem os preços das mercadorias aproximarem de seus valores, vale ressaltar a terceira (a ausência de monopólio):

Para que os preços pelos quais se intercambiam mutuamente as mercadorias correspondam aproximadamente a seus valores, é necessário apenas que: 1) o intercâmbio das diversas mercadorias deixe de ser puramente casual ou apenas ocasional; 2) na medida em que consideramos a troca direta de mercado nas, essas mercadorias sejam produzidas, por ambas as partes, em quantidades proporcionais que correspondam aproximadamente às necessidades recíprocas, o que vem com a experiência recíproca do escoamento e, assim, nasce como resultado do próprio intercâmbio continuado; e 3) no que se refere à venda, nenhum monopólio natural ou artificial capacite uma das partes contratantes a vender acima do valor, ou a force a vender abaixo dele. Por monopólio casual entendemos o monopólio que surge, para o comprador ou vendedor, da situação casual da procura e da oferta. (Marx, 1996, Livro 3, Tomo 1, p.138).

- 3º Consideração: O valor é o que regula os preços, e quem regula o valor de mercado, é o valor médio de produção. Daí o superlucro e seu revés, a não realização integral do lucro:

O valor de mercado deverá ser considerado, por um lado, como o valor médio das mercadorias produzidas numa esfera, e, por outro, como valor individual das mercadorias produzidas nas condições médias da esfera e que constituem grande massa dos produtos da mesma. E só em conjunturas extraordinárias que as mercadorias produzidas nas piores condições, ou nas condições mais favoráveis, regulam o valor de mercado que, por sua vez, constitui o centro de oscilações dos preços de mercado - os quais, porém, são os mesmos para mercadorias da

mesma espécie. Se a oferta das mercadorias ao valor médio, portanto ao valor médio da massa que se encontra entre os dois extremos, satisfaz a procura ordinária, as mercadorias cujo valor individual está abaixo do valor de mercado realizam uma mais-valia extraordinária ou um superlucro, enquanto aquelas cujo valor individual está acima do valor de mercado não podem realizar parte da mais-valia nelas contida. (Marx, 1996, Livro 3, Tomo 1, p.139).

- 4º Consideração: A elevação arbitrária (sem lastro com a produção) dos preços das mercadorias, o que é igual à apropriação de valor dinheiro maior que a massa de (m) média, implica, aumento do preço de (v) e/ou de (c). Esta ponderação representa aspecto típico do movimento inflacionário (Marx, 1996, Livro 3, Tomo 1, p.140).

- 5º Consideração: O processo de nivelamento, levando a uma (l') geral, ocorre em duas etapas: Primeiramente pela concorrência num determinado ramo, que leva a valores e preços de mercados iguais neste, em segundo lugar e após movimento anterior, à concorrência entre os diferentes ramos, que através dos preços de produção, leva ao nivelamento das diferentes (l') (Marx, 1996, Livro 3, Tomo 1, p.141-143).

- 6º Consideração: Sobre a ordem de influência que opera entre: flutuações de mercado (oferta e demanda), preço de mercado e valor de mercado; a relação cíclica: oferta e procura determinam preço de mercado:

A massa de mercadorias não apenas satisfaz a uma necessidade, mas a satisfaz em sua extensão social. Se, entretanto, o quantum é menor ou maior do que a procura por ele, ocorrem desvios do preço de mercado em relação ao valor de mercado. E o primeiro desvio é este: se o quantum é pequeno demais, é sempre a mercadoria produzida sob condições piores que regula o valor de mercado, e, se é grande demais, é sempre a produzida sob condições melhores que o faz; portanto um dos extremos determina o valor de mercado embora, pela mera proporção entre as massas que são produzidas sob as diferentes condições, outro resultado devesse ter lugar. Se a diferença entre a procura e o quantum de produtos for ainda maior, o preço de mercado desviar-se-à ainda mais do valor de mercado, para cima ou para baixo. (Marx, 1996, Livro 3, Tomo 1, p.143).

Outra maneira de visualizar as flutuações de mercado - determinantes do desvio do preço em relação ao valor - é pela quantidade de trabalho inserida na produção de mercadorias e a necessidade social pelas mesmas. Dada à necessidade social por uma mercadoria, ou seja, quantidade de trabalho que a mesma enseja para sua obtenção, se esta mercadoria foi produzida em excesso (quantidade de trabalho além do socialmente necessário), parte do trabalho inserido nessa mercadoria não será realizado, por isso, ela



será vendida por um preço de mercado inferior a seu valor (Marx, 1996, Livro 3, Tomo 1, p.143-144).

7º Consideração: Quando oferta e procura coincidem, tende o preço da mercadoria, igualar-se a seu valor; Marx (1996, Livro 3, Tomo 1, p.146) compreende que esta relação é mera casualidade, no entanto advoga a importância de sua concepção, uma vez que a estabilidade da relação (seu caráter *ceteris paribus*) permite compreender comportamento de outras variáveis.

Feitas tais considerações, o nivelamento das diferentes (l'), em (l') geral é resultado da interação social entre diferentes agentes, agentes que concorrem demandando e ofertando no mercado; conforme Marx (1996):

No caso de oferta e procura, entretanto, a oferta é igual à soma dos vendedores ou produtores de determinada espécie de mercadoria e a procura igual à soma dos compradores ou consumidores (individuais ou produtivos) da mesma espécie de mercadoria. E mais precisamente, as somas atuam uma sobre a outra como unidades, como forças agregadas. O indivíduo atua aí apenas como parte de uma força social, como átomo da massa, e é nessa forma que a concorrência faz valer o caráter social da produção e do consumo. (Marx, 1996, Livro 3, Tomo 1, p.148-149).

Estes agentes (representantes de seus respectivos capitais) possuem objetivos; sendo objetivo do capital, assim que entra no mercado, ter retorno atrelado a magnitude do capital adiantado, este pelo menos lucro médio, quando não extraordinário. Assim também o trabalhador entra no mercado (vendendo força de trabalho) para obter retorno médio, quando não extraordinário, não importando, excluídas fortuitudes (não agregam a lei de seu movimento), que tipo de trabalho exercerá, conforme Marx (1996):

Na produção capitalista, não se trata apenas de retirar da circulação, em troca da massa de valor nela lançada sob a forma de mercadoria, uma massa igual de valor sobre outra forma - seja de dinheiro ou de outra mercadoria -, mas trata-se de retirar, para o capital adiantado na produção, a mesma mais-valia ou lucro, como qualquer outro capital da mesma grandeza, ou *pro rata* à sua grandeza, qualquer que seja o ramo da produção em que esteja investido; trata-se, pois, de vender as mercadorias a preços que, pelo menos, proporcionem o lucro médio, isto é, aos preços de produção. Dessa forma, o capital se torna consciente de si mesmo, como uma força social, em que cada capitalista participa proporcionalmente à sua parcela no capital global da sociedade.

Primeiro, a produção capitalista é, em si mesma, indiferente ao valor de uso determinado e, em geral, a particularidade da mercadoria que ela produz. Em

cada esfera da produção só lhe importa produzir mais-valia, apropriar-se no produto do trabalho de determinado quantum de trabalho não-pago. E da mesma forma está na natureza do trabalho assalariado submetido ao capital que ele é indiferente ao caráter específico de seu trabalho e tem, conforme as necessidades do capital, de deixar-se transformar e lançar de uma esfera da produção para outra. (Marx, 1996, Livro 3, Tomo 1, p.149-150).

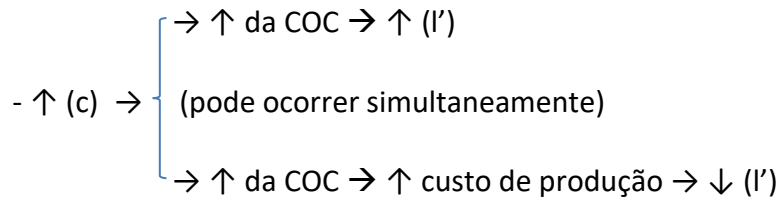
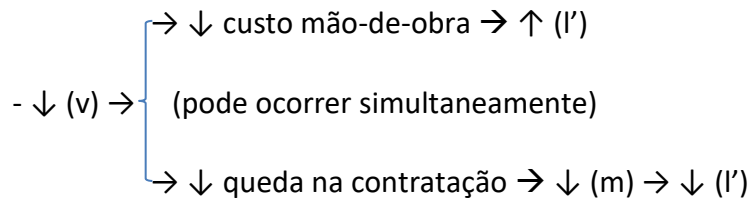
Conforme o anterior, a busca dos diferentes capitais por valorização, em outras palavras: maior ( $l'$ ), faz com que o alto retorno em determinado ramo seja repartido. Este movimento de entrada e saída dos capitais por distintos ramos, acaba por conceber a ( $l'$ ) média, sendo que, tão mais rápido e eficiente é este nivelamento, na ausência de forças neutralizantes; entre tais: poder de monopólio, ganhos trabalhistas e regulamentação sobre a riqueza, de acordo com Marx (1996):

Mas, se as mercadorias se vendem por seus valores, então surgem, como foi desenvolvido, taxas de lucro muito diferentes nas diferentes esferas da produção, de acordo com a diferente composição orgânica das massas de capital nelas investidas. O capital, porém, retira-se de uma esfera com baixa taxa de lucro e se lança em outra, que proporciona lucro mais elevado. Mediante essa continua emigração e imigração, numa palavra, mediante sua distribuição entre as diversas esferas, conforme suba ou desça a taxa de lucro, ele ocasiona tal relação entre oferta e procura, que o lucro médio nas diversas esferas da produção se torna o mesmo e, por isso, os valores se transformam em preços de produção. Essa equalização é alcançada pelo capital mais ou menos quanto mais desenvolvido estiver o capitalismo em dada sociedade nacional; isto é, quanto mais as condições do país em questão estiverem adaptadas ao modo de produção capitalista. Com o progresso da produção capitalista desenvolvem-se também suas condições, ela submete o conjunto das premissas sociais dentro das quais se opera o processo de produção a seu caráter específico e a suas leis imanentes. (Marx, 1996, Livro 3, Tomo 1, p.150).

#### 2.4 Tendência à queda da ( $l'$ ) geral e implicações sobre o movimento operário

A ( $l'$ ) geral em Marx (1996) é forma de consolidar Lei Absoluta do modo de produção capitalista: valorização do capital; mais que isto, expressa tal movimento socialmente, agregando diversos agentes capitalistas no processo, assim, resta consolidar tendência de Marx (1996) para a mesma, ainda que *insights* fossem antecipados (página 40).

Os possíveis movimentos da ( $l'$ ) podem ser expressos por seus componentes analíticos: ( $l'$ ) =  $m/(c+v)$ , exemplifique-se o caso de elevação da COC - aumento relativo de ( $c$ ) em relação a ( $v$ ) - :



Algebricamente diversas são as possibilidades de variação, onde a direção final da taxa, depende do somatório das forças envolvidas. A tendência proposta por Marx (1996) para  $(l')$  geral expressa direção sobre as forças envolvidas, quando da análise do modo de produção capitalista. Tal lei patenteia-se pela seguinte colocação: sendo constante a  $(m')$ , *conforme orientação do modo de produção capitalista em elevar a COC*, ou seja, aumento relativo de  $(c)$  perante  $(v)$ , a tendência é de queda da  $(l')$  geral. A inclinação ascendente da COC está relacionada à perspectiva de aumento da produtividade do trabalho, atrelada a competitividade intercapitalista, sendo assim, a elevação não se dá em apenas um ramo, mas de maneira média (geral), conforme Marx (1996):

A mesma taxa de mais-valia com grau constante de exploração do Trabalho expressar-se-ia assim em uma taxa decrescente de lucro, porque com seu volume material cresce também, ainda que não na mesma proporção, o volume de valor do capital constante e, com isso, o do capital global.

Supondo-se agora, além disso, que essa mudança gradual na composição do capital não ocorra meramente em esferas isoladas da produção, mas mais ou menos em todas ou então nas esferas da produção decisivas, que ela implique, portanto, modificações na composição orgânica média do capital global pertencente a determinada sociedade, então esse crescimento paulatino do capital constante precisa em relação ao capital variável, ter necessariamente por resultado uma queda gradual na taxa de lucro geral, com taxa constante de mais-valia ou grau constante de exploração do trabalho pelo capital. (Marx, 1996, Livro 3, Tomo 1, p.163)

Apesar da Lei anterior, existe possibilidade de aumento da massa de (l) mesmo com queda na taxa. Tal resultado é possível na medida que o (v) é decrescente apenas em relação ao capital social, aumentando de forma absoluta, assim, coloca-se em movimento massa crescente de trabalho pago e não-pago, onde conforme Marx (1996):

A lei da queda progressiva da taxa de lucro ou da diminuição relativa do mais-trabalho apropriado em comparação com a massa de trabalho objetivado posta em movimento pelo trabalho vivo não exclui, de maneira alguma, que a massa absoluta de trabalho posto em movimento e explorado pelo capital social cresça, que, portanto, a massa absoluta de mais-trabalho por ele apropriado também cresça, tampouco que os capitais que se encontram sob o comando dos capitalista individuais comandem uma massa crescente de trabalho, e portanto de mais-trabalho, este último mesmo se o número de trabalhadores comandados por eles não crescer. (Marx, 1996, Livro 3, Tomo 1, p.166)

Exemplificação do anterior é feita por Marx (1996):

Tabela 4 – Aumento da (l) mesmo com queda na (l')

<b>(m') = constante = 100%</b>					
<b>1º Cenário</b>					
<b>(c+v)</b>	<b>c</b>	<b>v</b>	<b>m = l</b>	<b>(l')</b>	<b>COC</b>
1.000.000	600.000	400.000	400.000	40%	1,5
<b>2º Cenário</b>					
<b>(c+v)</b>	<b>c</b>	<b>v</b>	<b>m = l</b>	<b>(l')</b>	<b>COC</b>
2.200.000	1.760.000	440.000	440.000	20%	4
<b>variação</b>					
<b>120%</b>	<b>193%</b>	<b>10%</b>	<b>10%</b>	<b>-50%</b>	<b>167%</b>

Fonte: Marx, 1996, p.170.

Se existe a premência de (l) = 440.000, dada à nova COC, os cálculos levam a necessidade de um (c)+(v) = 2.200.000,00. Conclusão: para obter um modesto aumento de 10% na (l), dada à queda de 50% em sua taxa, seria necessário um aumento de 120% em (c)+(v), com aumento absoluto de (v) para 440.000.

Fica nítida a preocupação dos capitalistas, caso o processo de concorrência imponha as relações anteriores. Em outras palavras, se para sobreviver no mercado tenha que elevar produtividade aumentando a COC, onde apesar de (l) maior, o (l) por mercadoria diminua. Por tal ângulo, evitar a disputa pelos critérios anteriores aparenta-se racional - forma alternativa para maximizar o (l) -, tornando-se o controle de mercado atraente, conforme Marx (1996):

O fenômeno que se origina da natureza do modo de produção capitalista, de que, com produtividade crescente do trabalho, o preço da mercadoria individual ou de dada cota de mercadorias cai, o número de mercadorias sobe, a massa de lucro sobre a mercadoria individual e a taxa de lucro sobre a soma de mercadorias caem, a massa de lucro porém sobre a soma global das mercadorias sobe – esse fenômeno na superfície só apresenta: queda da massa de lucro sobre a mercadoria individual, queda de seu preço, crescimento da massa de lucro sobre o número global aumentado das mercadorias que o capital global da sociedade ou o capitalista individual produz. Isso é, então, interpretado como se o capitalista, por sua livre vontade, adicionasse menos lucro à mercadoria individual, compensando-se, porém, pelo número maior de mercadorias que ele produz. (Marx, 1996, Livro 3, Tomo 1, p.176).

A possibilidade da produção absorver magnitude absoluta de (v) não faz com que a taxa de desemprego diminua, ao contrário, esta teria inclinação crescente, moldando a força operária aos ditames do capital. A influência da tendência sobre o movimento da classe trabalhadora é de crucial importância para as considerações políticas em Marx; interpretação predominante desta, é que com o avanço da produção, o aumento do número de trabalhadores desprovidos de perspectiva, juntamente com sua melhor organização, tragam pauta de reivindicações não mais ignorável, conforme Marx (1996):

Nesse crescimento dos meios de produção está, porém, implícito o crescimento da população trabalhadora, a criação de uma população correspondente ao capital excedente e que em linhas gerais sempre sobrepasse suas necessidades, portanto uma superpopulação de trabalhadores. (Marx, 1996, Livro 3, Tomo 1, p.167-168).

Daí segue que, quanto mais o modo de produção capitalista se desenvolve, uma quantidade cada vez maior de capital se torna necessária para empregar a mesma força de trabalho, e ainda maior para uma força de trabalho crescente. A força produtiva crescente de trabalho gera, portanto, na base capitalista necessariamente uma superpopulação trabalhador permanente e aparente. (Marx, 1996, Livro 3, Tomo 1, p.171).

As consequências para o movimento operário tornam-se Lei Populacional dentro da dinâmica capitalista, sofrendo mutabilidade no compasso da mesma:

Essa é uma lei populacional peculiar ao modo de produção capitalista, assim como, de fato, cada modo de produção histórico tem suas leis populacionais particulares, historicamente válidas. Uma lei populacional abstrata só existe para planta e animal, à medida que o ser humano não interfere historicamente. (MARX, Karl. O Capital, 1996, Livro 1, Tomo 2, p. 262).

Eventualidades podem implicar queda ou ascensão das (l') individuais além do movimento médio (geral), porém a Lei não move-se por causalidades; evento climático esporádico que acaba com a safra agrícola de uma região (sendo risco não internalizado ao processo), apesar de causar queda da (l'), não age de acordo com o movimento médio (normal) de uma economia. A inovação também é fator contrarestante a queda da (l'), onde através da inovação é possível rentabilidade além do “pelo menos”. Assim, o capitalista que primeiramente - não importa como - conseguir inovar, colherá o benefício de curto prazo - enquanto os concorrentes não igualam-se competitivamente – de lucro extraordinário, conforme Marx (1996):

O capitalista que emprega modos de produção mais aperfeiçoados, mas ainda não generalizados, vende abaixo do preço de mercado, mas acima de seu preço de produção individual; assim, a taxa de lucro sobe para ele até que a concorrência tenha equalizado isso; um período de equalização, durante cujo transcurso e dá o segundo requisito, o crescimento do capital desembolsado; conforme o alcance desse crescimento, o capitalista estará agora apto a ocupar, sob as novas condições, parte da massa trabalhadora antes ocupada, talvez até toda a massa trabalhadora ou uma maior, portanto de produzir a mesma massa de lucro ou uma maior. (Marx, 1996, Livro 3, Tomo 1, p.176).

Contribuição particular deste capítulo foi apresentar compreensão de dinâmica sistêmica pela ótica do (e), sendo a (m) forma particular da variável no capitalismo. Foi apresentada como Lei Absoluta - para manutenção da dinâmica - do modo de produção capitalista a valorização do capital, onde maneira particular é a exploração do trabalho alheio, ou seja, extração de (m). A (l') geral foi abstração utilizada para mesurar valorização do capital de forma sistêmica, onde a tendência de queda para a mesma associa-se a forma de competição pela elevação da COC; tal análise pauta-se fortemente por fase de mercado do modo de produção; faz parte do prognóstico Lei Populacional

relacionada a classe trabalhadora, esta, exército de reserva cuja massa crescente e pauperizada, não deixa de organiza-se, cobrando em determinado prazo, quebra dos grilhões que emperram condição de vida plena, em outras palavras, para libertar-se do julgo, subjuga dinâmica vigente (MARX, 1996).

Ainda existem fatores contrários a Lei da (l'), claramente “minimizados” (não esquecidos ou descartados) por Marx (1996). Tal Lei, baseada na premissa de elevação da COC, traz perspectiva, em que o capitalista “não tem opção de contornar o processo”. Perspectiva plausível para o século XIX, onde o desenvolvimento das forças produtivas, apesar de premente, configura ao lado de um poder de monopólio ainda tímido. Assim, a partir do momento que subjuga-se o poder de monopólio e, fundamenta-se como certa a elevação da COC - beirando a fronteira tecnológica -, torna-se plausível tendência para (l'). Admitindo o monopólio, compreende-se melhor a trajetória do capital e suas variáveis de sustentação, entre estas: à questão salarial, “declaradamente mitigada” em O Capital: “Nada mais absurdo do que explicar a queda da taxa de lucro a partir de uma elevação da taxa de salário, embora também isso possa excepcionalmente ser o caso.” (Marx, 1996, Livro 3, Tomo 1, p.182). Assim, o “excepcional” passa ser “crucial”, quando a competição capitalista, deixando de balizar-se pela fronteira tecnológica (elevação da COC), dá-se pela fuga do capital a queda da (l'), em outras palavras, a busca do capital por valorização, pautando-se fortemente na exploração da força de trabalho alheia. Que outra explicação, tendo em vista conhecido desenvolvimento das forças produtivas, a manutenção dos centros produtivos centrais, em territórios periféricos abundantes em mão-de-obra barata? Fica claro que o modo de produção capitalista “não opera primordialmente” pelo ajuste a uma COC elevada, não pela fuga a queda da (l'), mas, pela “fuga ao modelo competitivo” que leva a tendência (capitalismo de mercado).

Conforme antecipado, quando considera-se vigência da dinâmica de monopólio, a análise do capitalismo adquire diferentes tons, o que não impede premência do paradigma de transição sistêmica, onde conforme Marx (1996), por mais que novas variáveis façam parte do processo: “Em certo nível de desenvolvimento, produz os meios materiais de sua própria destruição. A partir desse momento agitam-se forças e paixões no seio da sociedade, que se sentem manietadas por ele. Tem de ser destruído e é destruído.” (MARX, Karl. O Capital, 1996, Livro 1, Tomo 2, p. 380). Facultada trajetória anterior, Marx (1996) designa os modos de produção com base em expropriação do trabalho alheio como a pré-história da humanidade. Na citação que segue, evidenciam-se

considerações centrais do mesmo, no que diz respeito transição sistêmica para modo superior: a) centralização do capital e exploração do trabalho atingem limites que a sociedade não pode mais suportar; b) classe trabalhadora ao longo do tempo tende a ficar mais educada, exigente e unida; c) não mais existindo conciliação entre as contradições do modo de produção, irrompe resignação social, ocorrendo expropriação dos capitalistas; d) com a expropriação dos capitalistas, surge a negação da propriedade privada altamente concentrada, para dar lugar a propriedade (e cooperação) comum:

Com a diminuição constante do número dos magnatas do capital, os quais usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a extensão da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, sempre numerosa, educada, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista. O monopólio do capital torna-se um entrave para o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um ponto em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. Ele é arrebatado. Soa a hora final da propriedade privada capitalista. Os expropriadores são expropriados.

O sistema de apropriação capitalista surgido do modo de produção capitalista, ou seja, a propriedade privada capitalista, é a primeira negação da propriedade privada individual, baseada no trabalho próprio. Mas a produção capitalista produz, com a inexorabilidade de um processo natural, sua própria negação. É a negação da negação. Esta não restabelece a propriedade privada, mas a propriedade individual sobre o fundamento do conquistado na era capitalista: a cooperação e a propriedade comum da terra e dos meios de produção produzidos pelo próprio trabalho. (MARX, Karl. O Capital, 1996, Livro 1, Tomo 2, p. 381).



### 3. A SAÍDA DE LUXEMBURG PARA O ESQUEMA DE REPRODUÇÃO AMPLIADA

Tal como Marx (1996), Luxemburg (1970) enquadra-se como Tese argumentativa, na medida que simultaneamente, ao encontrar saída para esgotamento da reprodução ampliada, elucida fatores de finitude sistêmica, estes, vinculados as relações internacionais entre nações capitalistas e não-capitalistas. A transição entre os pensadores é fulcral, pois apesar de ambos conceberem perpetuação do capitalismo por sua Lei Absoluta (valorização do capital), Luxemburg (1970) encontra em Marx insuficiência, quando explica perpetuação mediante contradições, isto devido, aquele focar análise em ambiente “puramente capitalista”; adiante, a contribuição desta autora está em ampliar análise, utilizando o fator “internacional”, quando engloba “economias naturais” as capitalistas. O processo anterior leva em conta ótica do (e), quando defende perpetuação sistêmica pela valorização do capital, em outras palavras: necessidade de encontrar utilidade ao excedente.

#### 3.1 O problema da reprodução: o que deve ser investigado

Conforme Singer (Luxemburg, 1985) a reprodução (além da produção) de uma sociedade depende das: necessidade de consumo e/ou possibilidade de satisfação desta necessidade:

Em suas linhas mais gerais, o ritmo da reprodução global é determinado pelas necessidades de consumo da sociedade e/ou pelas possibilidades concretas que a sociedade tem de satisfazer essas necessidades. Em determinadas condições, pode ser que o ritmo da reprodução, ou seja, a velocidade de crescimento da produção, seja inferior às potencialidades produtivas, sendo nesse caso limitado pelas necessidades de consumo, socialmente determinadas. Haveria então força de trabalho não aproveitada e capacidade de produção ociosa.

Em outras condições, no entanto, o ritmo da reprodução pode coincidir com o máximo permitido pelo potencial produtivo. Nesse caso, possivelmente nem todas as necessidades de consumo social serão satisfeitas, o que significa que estas não constituem o fator determinante da reprodução (LUXEMBURG, A acumulação do capital, 1985, p. 37).

Tendo em vista necessidades anteriores, advoga Singer (Luxemburg, 1985) basicamente duas formas para reprodução numa sociedade: 1) quando capacidade produtiva da sociedade é maior do que sua necessidade de consumo; 2) o inverso do anteriormente, sendo que é problema investigativo em Luxemburg: “[...] para quem produzem os capitalistas, quando e na medida em que eles mesmos não consomem mais, ‘renunciam’, isto é, acumulam? Quem realiza portanto a mais-valia em constante crescimento? (LUXEMBURG, 1985, p.38). Tal problema deriva-se de lacuna deixada por Marx, onde em seu esquema, cada parte do produto global, já possui antecipadamente demanda garantida: (c) é comprado pelos capitalistas, (v) pelos assalariados, (m) consumida pelos capitalistas e trabalhadores improdutivos, restando portanto (m) acumulada, o excedente que será transformado em novo capital, mas onde encontra-se a demanda para este? Tal pergunta é feita por Rosa, pois esta “não aceita” a resposta de Marx, onde tal (m) restante, também tem sua demanda garantida pelos capitalistas (LUXEMBURG, 1985). Para melhor compreender as proposições de Rosa, Singer (LUXEMBURG, 1985, p.40) recomenda observar colocação, sobre a contradição poupança/acumulação no capitalismo:

[...] um aumento da poupança deve induzir os capitalistas que produzem bens de consumo a reduzir sua atividade porque seus mercados se contraem. Desse modo, eles reduzirão suas compras de meios de produção, o que deve induzir os capitalistas os produzem a igualmente reduzir sua atividade. Havendo, por outro lado, uma diminuição da poupança, os capitalistas serão induzidos a aumentar sua atividade, só que eles não disporão de meios para fazer isso pois o excedente acumulável terá ficado menor.

Rosa Luxemburg estava certa, portanto, ao sustentar que uma economia capitalista autocontida em si - sem relações comerciais com setores não capitalistas - é incapaz de acumular. Consequentemente, ela nega a premissa de Marx de que a melhor maneira de analisar o funcionamento do modo capitalista de produção é tomá-lo em sua pureza e, portanto, em isolamento. [...]

A contradição entre poupança e acumulação mostra que esse modo de produção só pode funcionar normalmente, isto é, em acumulação cada vez mais intensa, inserido num meio não capitalista, que lhe fornece um mercado externo em expansão (SINGER, 1985, p. 40).

O corolário em Luxemburg está em resolver o problema da reprodução, demonstrando como o capitalismo: 1) utiliza-se das economias não-capitalistas como fonte de recursos e escoadouro de (m); 2) transforma tais economias não-capitalistas em economias de mercado, dando continuidade a acumulação; 3) transforma o militarismo em alternativa à utilização do excedente econômico. Consequentemente, a medida que o

regime desenvolve-se nos moldes anteriores, mais “puro” e de acordo com as perspectivas de Marx tenderá, tornando-se também gritantes, as impossibilidades de acumulação. Rosa não acreditava na extensão do mesmo até a “pureza”, antes disso, cogitou revolução (LUXEMBURG, 1985, p.41).

### 3.2 Compreensão da produção e reprodução nas sociedades (capitalistas ou não)

A solução apresentada por Luxemburg (1970) ao sistema de reprodução global em Marx (capitalismo), pode ser inicialmente compreendida através da produção e reprodução nas sociedades, sejam estas capitalistas ou não. A dupla condição para “possibilidade” de produção e reprodução é a existência de condições técnicas (algum grau de produtividade do trabalho) e sociais, no entanto, para a sociedade capitalista, faz-se necessário “algo mais”, este, conforme Luxemburg (1970), a demanda com poder aquisitivo para realização de mais-valia:

Por outro lado, o processo da produção é, em todos os graus da evolução social, uma unidade formada por dois elementos distintos, embora intimamente relacionados: as condições técnicas e as sociais, isto é, da relação dos homens com a natureza e das relações dos homens entre si. A reprodução depende em igual grau de ambos os fatores (LUXEMBURG, 1970, p. 12).

Em todos os demais modos de produção historicamente conhecidos, o elemento determinante da reprodução são as necessidades da sociedade, sejam estas as necessidades de consumo, da totalidade dos trabalhadores, democraticamente estabelecidas numa cooperativa agrária comunista, ou as necessidades de uma sociedade de classes antagônicas, de uma economia baseada na escravidão, num feudo despoticamente criado etc. No sistema capitalista, o produtor individual - e somente dele aqui se trata - não considera as necessidades da sociedade, sua capacidade de consumo. Para ele só existe a demanda com poder aquisitivo e este unicamente como fator imprescindível para a realização da mais-valia (LUXEMBURG, 1970, p. 18).

Adiante, na compreensão do sistema vigente, metodologia para tal fim é seguir comparando o mesmo à suas formas pretéritas, assim, no que diz respeito a continuidade do processo produtivo e, decisão de reprodução que o segue, foram nas sociedades primitiva e antiga (satisfeitas as condições de realização e excluindo-se fortuidades naturais), basicamente determinados pela intervenção de autoridade social arbitrária, conforme Luxemburg (1970):

Numa tribo agrária comunista primitiva, a reprodução e todo o plano da vida econômica correrão a cargo do conjunto total dos que trabalham e de seus órgãos democráticos. A decisão de começar os trabalhos, sua organização, a busca de condições preliminares - matérias-primas, instrumentos e forças de trabalho e, finalmente, a fixação das dimensões e distribuição da reprodução - resultam da colaboração organizada de todos dentro da comunidade. Numa exploração à base de escravos ou num feudo senhorial, a reprodução é imposta à força e está regulamentada em todos os seus detalhes pelo regime de domínio pessoal, regime que não conhece outra fronteira além do direito do chefe ou do senhor, dispondo sobre maior ou menor quantidade de força de trabalho alheias (LUXEMBURG, 1970, p. 12/13).

Em todas as demais formas de sociedade historicamente conhecidas, a reprodução se processa regularmente na medida em que as condições permitem, isto é, em que existam os meios de produção e as forças de trabalho necessários. Só influências exteriores - uma guerra devastadora ou uma grande peste, que despovoam ou provocam o aniquilamento em massa da força de trabalho interrompem nas civilizações antigas a reprodução, durante períodos mais ou menos longos. Fenômenos semelhantes ocorrem em parte ou podem ocorrer quando se determina o plano da produção despoticamente. Quando o capricho de um faraó do antigo Egito acorrentava, durante anos e anos, milhares de felás à empresa de levantar pirâmides ou quando, no Egito moderno, um Ismael Paxá manda 20.000 felás trabalhar como servos no canal de Suez, ou quando o Imperador Chihoang-ti, fundador da dinastia Tsin, 200 anos antes da era cristã, deixava morrer, de fome e esgotamento, 400.000 homens e punha uma geração inteira para levantar a Grande Muralha da China, na fronteira setentrional de seu império, grande extensão de terra ficava sem cultivo e a vida econômica normal se interrompia durante longos anos. Mas essas interrupções do processo de produção decorriam, em geral, da intervenção arbitrária de um indivíduo (LUXEMBURG, 1970, p. 13).

Nestas sociedades pré-capitalistas também operou reprodução ampliada, onde para ocorrência desta, foram necessários (co)existência de: aumento da produção acima das necessidades da sociedade, aumento das necessidades da sociedade (não invalida a proposição anterior) e crescimento populacional, conforme Luxemburg (1970):

A reprodução ampliada não é uma invenção do capital. Constitui uma regra desde a antiguidade, em toda formação social histórica, na qual se verifica um progresso econômico e cultural. [...] Todos os progressos decisivos do processo de trabalho e os monumentos de civilizações mortas, como as grandes obras hidráulicas do Oriente, as pirâmides egípcias, as estradas militares romanas, as artes e ciências gregas, o desenvolvimento dos ofícios e as cidades da Idade Média, seriam impossíveis sem uma reprodução ampliada, pois só o aumento gradual da produção, em maior escala que o das necessidades imediatas, e o crescimento constante da população e de suas necessidades, criam a base econômica, que é pré-requisito indispensável para todo progresso cultural (LUXEMBURG, 1970, p. 20).

Comparativamente as sociedades anteriores, nas sociedades capitalistas, para realização da produção e reprodução, além das necessidades sociais e técnicas, também faz-se necessário possibilidade de realização do lucro (e não de qualquer lucro); tal possibilidade é “mensurada” com base em experiências passadas e influência sobre decisão de produção, conforme Luxemburg (1970):

Nas sociedades capitalistas, as coisas ocorrem de outro modo. Durante certas épocas, vemos que, embora havendo todos os meios materiais de produção e todas as forças de trabalho necessárias para levar a cabo a reprodução, as necessidades da sociedade ficam insatisfeitas, a reprodução se interrompe totalmente ou só se desenvolve dentro de limites reduzidos. Aqui, a responsabilidade pelas dificuldades em que tropeça o processo da reprodução não provém das intromissões despóticas de ninguém na vida econômica. Longe disso, a reprodução nesses casos não depende somente das condições técnicas, mas de uma condição puramente social: a de que se produzam aqueles artigos que podem contar com a segurança absoluta de encontrar comprador, de ser trocados por dinheiro, e não de qualquer modo, mas com um lucro de tipo usual. O lucro como fim útil e determinante é, pois, o fator que preside, nessa sociedade, não só a produção, mas também a reprodução [...] (LUXEMBURG, 1970, p. 13).

A produção capitalista é essencialmente uma produção de incontáveis produtores privados sem plano regulador algum, sendo a troca a única ligação social que os vincula. Portanto, para a determinação das necessidades sociais, a reprodução só pode contar com as experiências do período de trabalho anterior [...] (LUXEMBURG, 1970, p. 14).

A condição de realização do capital (lucro), tomada por diferentes agentes nesta mecânica, implica na ciclicidade da produção capitalista, caracterizada por momentos de expansão ou contração (flutuações); tais podem ser explicados pela forma que diferentes agentes reagem a conjuntura de mercado, porém, tais flutuações não singularizam o problema da reprodução do capital, conforme Luxemburg (1970):

Tudo isso faz que a reprodução na sociedade capitalista adote uma forma peculiar, diferente de todos os tipos históricos de produção que a precederam. Em primeiro lugar, cada um dos ramos produtivos realiza um movimento até certo ponto independente que, de tempos em tempos, provoca interrupções mais ou menos longas na reprodução. Em segundo lugar, os desvios da reprodução em diversos ramos com respeito às necessidades sociais se somam numa crise geral, provocando, periodicamente, uma interrupção geral da reprodução (LUXEMBURG, 1970, p. 14/15).

É muito importante, porém, determinar, antecipadamente, que, se a periodicidade de conjunturas de prosperidade e de crise representa um elemento importante da reprodução, ela não constitui o problema da reprodução capitalista em sua essência. As alternativas periódicas de conjuntura ou de prosperidade e

de crise são as formas específicas que adota o movimento no sistema capitalista, mas não o próprio movimento (LUXEMBURG, 1970, p. 15).

Sendo assim, para compreensão “do movimento” e não suas “direções”, faz-se suposição necessária “prescindir destas”, conforme Luxemburg (1970):

A fim de expor em seu verdadeiro aspecto o problema da reprodução capitalista, temos que prescindir, pelo contrário, das alternativas periódicas de prosperidade e de crise. Por estranho que pareça, esse é um método perfeitamente racional. Mais ainda: o único método científico possível de investigação. Para focalizar e resolver, em sua pureza, o problema do valor temos que prescindir das oscilações dos preços. Vemos que a economia vulgar trata sempre de resolver o problema do valor com base nas oscilações da oferta e da procura. A Economia clássica, de Smith a Marx, pelo contrário, demonstrou que as oscilações interdependentes entre a oferta e a procura só podem explicar como o preço se desvia do valor, mas não o próprio valor. Para encontrar o valor das mercadorias, temos que abordar o problema, supondo que a oferta e a procura se equilibram, isto é, que o preço e o valor das mercadorias coincidem. O problema científico do valor, portanto, começa justamente ali onde cessa a ação da oferta e da procura. O mesmo sucede com o problema da reprodução do capital social no seu conjunto. (LUXEMBURG, 1970, p. 15).

Luxemburg (1970, p.18) também faz uso da concepção do valor em Marx (1996), sendo a mais-valia além de condicionante para produção, idêntica ao lucro do empresário. Este na busca do lucro deve sobreviver a concorrência de mercado, cuja estratégia fulcral é o barateamento das mercadorias. Direção para o barateamento é o aumento da produtividade do trabalho, variável condicionada a ampliação do processo produtivo, com seus consequentes ganhos de escala; prescindindo de tais estratégias e, mantendo produtividade e/ou retorno abaixo da média de mercado, o capitalista tende a ser eliminado do mesmo (LUXEMBURG, 1970, p. 19/20).

### 3.3 A insuficiência da reprodução ampliada em Marx e “saída” proposta por Luxemburg

Para que ocorra reprodução ampliada no capitalismo são necessárias quatro condições: 1º) produção de (m); 2º) transformação da (m) em dinheiro; 3º) o capital reinvestido deve encontrar no mercado (c) e (v) de forma apropriada; 4º) tal como em (2), a (m) deve novamente realizar-se; conforme Luxemburg (1970):

Vemos, assim, que a reprodução ampliada sob condições capitalistas - ou, o que é o mesmo, a acumulação do capital - está ligada a uma série de condições específicas, que são as seguintes: Primeira condição: a produção deve criar a mais-valia, pois a mais-valia é a única forma em que é possível sob o sistema capitalista o incremento da produção. Essa condição deverá cumprir-se no próprio processo de produção, na relação entre capitalista e operário, na produção de mercadorias. Segunda condição: para que haja a apropriação da mais-valia destinada à ampliação da reprodução, uma vez cumprida a primeira condição, ela deverá realizar-se transformando-se em dinheiro. Essa condição nos leva ao mercado onde as probabilidades de troca decidem sobre o destino ulterior da mais-valia e, portanto, também da futura reprodução. Terceira condição: supondo que se consiga realizar a mais-valia, e uma parte da mais-valia realizada se transforme em capital destinado à acumulação, o novo capital terá que tomar forma produtiva, isto é, transformar-se em meios de produção e força de trabalho. Além disso, a parte de capital trocada pela força de trabalho adotará por sua vez a forma de meios de subsistência para os trabalhadores. Essa condição conduz de novo ao mercado, inclusive ao mercado de trabalho. Se tudo isso então ocorre e se sobrevêm a reprodução ampliada das mercadorias, soma-se a quarta condição: a massa adicional de mercadorias, que apresenta o novo capital, junto com a nova mais-valia, deve ser realizada, transformada em dinheiro. Somente quando isso ocorre, então se verificará a reprodução ampliada no sentido capitalista. Esta última condição remonta mais uma vez ao mercado (LUXEMBURG, 1970, p. 23/24).

O problema da reprodução no capitalismo está vinculado a realização dos 4 pré-requisitos, por esta via, como alternativa momentânea, pode-se considerar que as forças de mercado, mesmo que de “forma anárquica”, satisfaçam tais necessidades (o infortúnio estaria resolvido para um ciclo produtivo), mesmo assim, passada a “momentaneidade”, fica a pergunta (volta do problema): O que fazer em período seguinte, quando novamente a satisfação dos pré-requisitos impõem-se e, desta vez, de maneira ampliada? Conforme Luxemburg (1970):

Por conseguinte, a partir desse ponto de vista, o problema, em termos gerais, assim se apresenta: como pode encontrar cada capitalista individual os meios de produção e os trabalhadores de que necessita, como pode dar saída no mercado às mercadorias que produziu, se não há controle nem planos sociais que harmonizem a produção e a demanda? A isso se contesta: o apetite de mais-valia dos capitalistas individuais e a concorrência estabelecida entre eles, assim como os efeitos automáticos da exploração e concorrência capitalistas, encarregam-se tanto de que se produzam todo o gênero de mercadorias e, portanto, meios de produção, como também de que, em geral, haja à disposição do capital uma massa crescente de proletários. Por outro lado, a falta de plano manifesta-se no fato de que a coincidência da procura e da oferta, em todas as esferas, só se realiza momentaneamente, à mercê de desvios e oscilações dos preços; e do jogo cruel da lei da oferta e da procura, com sua sequele obrigatória: a crise (LUXEMBURG, 1970, p. 25).

O problema pode ser exemplificado através das abstrações de valor em Marx (O Capital):

- Período 1:  $40c + 10v + 10m = \text{Valor da produção}$ ;
- Período 2: com reinversão de metade da (m) anterior e mantendo a COC:  $44c + 11v + 11m = \text{Valor da produção}$ .

Vide exemplificação anterior, Luxemburg (1970) não acredita na capacidade anárquica do mercado, em remanejar montante maior de (m), conforme a mesma:

Do ponto de vista da reprodução, o sistema se apresenta de outra maneira: como é possível o suprimento do mercado com meios de produção e mão-de-obra que se realizam sem planejamento algum? Como é possível que as condições do mercado, que variam sem plano nem cálculo possível, assegurem ao capitalista individual meios de produção, mão-de-obra e possibilidades de mercado, que correspondem, em cada caso, às necessidades de sua acumulação e aumentam, portanto, numa determinada medida? (LUXEMBURG, 1970, p. 25).

A exemplificação anterior (Valor da produção ou mercadoria =  $c + v + m$ ) norteia o trabalho de Luxemburg (1970), esta, além de fazer uso do esquema marxista, relembra concepção fetal do qual o próprio deriva: o concepção de valor em Adam Smith (A riqueza das nações). Conforme este último, apesar de fulcral contribuição à teoria econômica, quando define o valor das mercadorias, agrega de maneira abstrata, apenas quantidade de trabalho para sua produção (apenas o esforço operário concebido no marxismo como (v) e (m), assim, sua concepção de produção social, divide-se apenas entre trabalho pago e não-pago; o capital constante (c), não encontra correspondente algébrico na fórmula da produção, apesar de Smith ter ciência de seu papel na mesma; tais averiguações foram exaustivamente pontuadas por Luxemburg (A acumulação do capital, Capítulo 3, 1970). Adiante, tal autora válida a concepção de valor marxista, não só como abstração teórica, mas como constatação do real:

Consideremos a fórmula  $c + v + m$  como expressão do produto social. Temos que vê-la simplesmente como uma construção teórica, como um esquema abstrato, ou esta fórmula possui um sentido real em sua aplicação na sociedade? Ela possui, por acaso, uma existência social objetiva? (LUXEMBURG, 1970, p.51).



Cada capitalista individual emprega, na produção de suas mercadorias, certos meios de produção materiais: instalações, matérias-primas, equipamentos. Para a produção da totalidade das mercadorias é evidentemente necessária a totalidade dos meios de produção empregados pelos capitalistas individuais. A existência desses meios de produção na sociedade é um fato completamente real, ainda que existam na forma de capitais privados. Manifesta-se aqui a condição geral absoluta de toda produção social, qualquer que seja sua forma histórica. (LUXEMBURG, 1970, p.52/53).

Assim, pois, a fórmula  $c + v + m$  não só se acomoda à composição de valor de cada mercadoria individual, mas também à totalidade das mercadorias produzidas numa sociedade capitalista. (LUXEMBURG, 1970, p.56)

Sendo a fórmula  $c + v + m$  composição do produto social no capitalismo, a tendência é que (m) cresça às custas de (v), e este, diminua ao mínimo social, tal colocação é feita por Luxemburg (1970, p.54), não sendo feita inferência, sobre a magnitude do “mínimo social” no desenvolvimento do capitalismo. Já os diferentes capitais, representados por diferentes composições de  $c + v + m$ , tendem dentro do capitalismo, tal como explicitado por Marx, a orientar-se pela busca do lucro médio - pelo menos - (LUXEMBURG, 1970, p.55).

De acordo com o apresentado, Luxemburg (1970) utilizando-se das abstrações teóricas de Marx, defende análises econômicas próprias, fazendo reconsiderações a teoria de seu mentor; entre tais, está proposição de que mesmo com “acumulação primitiva”, a reprodução simples em Marx, não pode ser desvencilhada de necessários momentos de reprodução ampliada (LUXEMBURG, 1970, p.60-63), segundo a própria:

- Existe necessidade de ampliação da produção, mesmo com reprodução simples, isso acontece devido a reposição do montante correspondente ao desgaste do capital social, exigir desta sociedade, muito mais do que o valor enquadrado dentro da reprodução simples:

Podemos considerar o fabricante de máquinas, do exemplo de Marx, como a esfera de produção do capital fixo da sociedade. Nesse caso deduz-se que, mantendo nessa esfera a reprodução simples, isto é, que se a sociedade aplica, anualmente, a mesma quantidade de trabalho para a produção do capital fixo (o que é praticamente impossível), deverá realizar, anualmente, nas demais esferas, uma ampliação da produção. (LUXEMBURG, 1970, p.67).

- Mesmo com reprodução simples, inversões de grande (c) exigem reprodução ampliada, fato que está ligado ao desgaste das formas pretéritas de (c):

Mas, se somente realiza a reprodução simples, só deve empregar para a mera substituição do capital fixo, uma vez criado, uma parte pequena de capital dedicado a sua criação. Ou - formulando inversamente o problema - para realizar grandes inversões de capital fixo, ainda na hipótese da reprodução simples, a sociedade tem que recorrer a uma reprodução ampliada periódica. com o progresso da cultura, deteriora-se não somente a forma, mas também o valor dos meios de produção, ou, mais exatamente, o trabalho social neles acumulado. A sociedade necessita, além do trabalho para sua sustentação imediata, cada vez de mais jornadas de trabalho e de mais operários para a criação de meios de produção em escala cada vez maior. Como se expressa isso no processo de reprodução? Como tira a sociedade - falando em termos capitalistas - de seu trabalho anual mais capital do que antes possuía? Essa questão leva-nos à reprodução ampliada, da qual ainda não temos que nos ocupar. (LUXEMBURG, 1970, p.67).

A reprodução simples é apenas uma abstração teórica que dá início a compreensão da dinâmica do capital. Além desta está a reprodução ampliada, base em que assenta o modo de produção capitalista, “O destino de uma parte da mais-valia, e de uma parte crescente, com finalidades produtivas e não de consumo pessoal da classe capitalista, constitui a base da reprodução ampliada.” (LUXEMBURG, 1970, p.82).

Conforme Luxemburg (1970) na reprodução ampliada da teoria clássica (Smith), a acumulação ocorre com destinação da (m) capitaliza para consumo dos trabalhadores produtivos (operários), em outras palavras, converte-se em salários para os mesmos. Já em Marx, aumento da produtividade do trabalho, implica aumento de (c) sobre (v), na ampliação da produção:

Tem que se levar em conta também outra lei descoberta por Marx: a parte constante do capital, sempre esquecida pela economia clássica, aumenta continuamente em relação à parte variável empregada em salários. Essa é somente a expressão capitalista dos efeitos gerais da produtividade crescente do trabalho. com o progresso técnico, o trabalho está em condições de pôr em movimento, cada vez em menor tempo, meios de produção progressivamente maiores e convertê-los em produtos. No sistema capitalista, isso significa um decréscimo crescente dos gastos de trabalho, da quantia empregada em salários, em relação aos gastos empregados em meios de produção. (LUXEMBURG, 1970, p.83).

Também condição para a acumulação do capital em Marx e, aspecto da elevação da COC, ocorre a formação de uma população trabalhadora adicional relativa. Sendo assim, pode-se elencar como aspectos da reprodução ampliada em Marx:

1. A extensão da reprodução ampliada é, dentro de certos limites, independente do crescimento do capital, podendo excedê-lo. Os métodos que conduzem a ele são: aumento da exploração dos trabalhadores e das forças naturais, aumento da produtividade do trabalho (na última está incluído o aumento da eficácia do capital fixo).
2. O ponto de partida de toda acumulação efetiva é a divisão da parte da mais-valia que se capitalizará em capital constante e variável.
3. A acumulação como processo social vem acompanhada de uma substituição constante da relação entre o capital constante e o variável, aumentando continuamente a parte do capital investida em instrumentos de produção num ritmo mais acelerado do que a parte investida em salários.
4. O outro fator e condição do processo acumulativo é a formação do exército industrial de reserva. (LUXEMBURG, 1970, p.85).

Primeira diferenciação entre reprodução simples e ampliada é que na primeira a (m) era totalmente consumida pelos capitalistas em bens de consumo, enquanto na segunda, parte dessa (m) agora é transformada em capital ativo pelos capitalistas. Adiante, como condição para capitalização da (m), está necessidade desta em encontrar no mercado as condições materiais prévias para seu funcionamento. Tais condições materiais são os meios de produção e subsistência adicionais, além daqueles necessários a mera manutenção da produção em proporções anteriores, também, soma-se às exigências anteriores, mão-de-obra em condições mínimas de exploração (Luxemburg, 1970). Condição para capitalização da (m) é condição para reprodução ampliada, sendo assim, além das anteriormente elencadas, existe necessidade de “crescente demanda com capacidade de pagamento”. De onde esta viria? Não virá do consumo capitalista, apesar deste crescer em termos nominais ou até reais. Também não virá da classe operária, esta consome apenas o montante referente ao capital variável e, também não provém da “terceira classe” (profissionais liberais, clero, fundiários, empregados do governo, etc), esta é apenas co-consumidora do (v) dos trabalhadores e/ou da (m) consumida pelos capitalistas (LUXEMBURG, 1970, p.104-106).

Os membros das profissões liberais recebem seu dinheiro, ou seja, seus créditos contra uma parte do produto social quase sempre, direta ou indiretamente, das mãos dos capitalistas que os satisfazem com migalhas de sua mais-valia. Nesse sentido, seu consumo pode ser contado dentro da classe capitalista. O mesmo ocorre com os sacerdotes, salvo se estes recebem, por outro lado, emolumentos também dos trabalhadores, e, portanto, dos salários. Finalmente, o Estado com seus funcionários e exército mantêm-se por meio dos impostos; e isso

sobrecarrega tanto a mais-valia como os salários. (LUXEMBURG, 1970, p.106/107).

Dadas as constatações anteriores, apesar do esquema criado por Marx - e revisado por Luxemburg (1970) - operar maneira de ocorrer a reprodução ampliada: “a acumulação pela acumulação, promovida pelo setor I de meios de produção”, ainda assim, a reprodução por esta mecânica não encontra lógica sem uma “motivação efetiva” (LUXEMBURG, 1970, p.104/105):

Movemo-nos indubitavelmente em um círculo vicioso. Elaborar mais meios de consumo simplesmente para poder alimentar mais operários, e elaborar mais meios de produção simplesmente para dar ocupação àquele aumento de operários, é um absurdo do ponto de vista capitalista. (LUXEMBURG, 1970, p.104).

Na tentativa de melhor compreender a reprodução ampliada capitalista, explicação plausível caminha para o comércio exterior, na medida que tenta encontrar prováveis consumidores (demanda com capacidade de pagamento), para o capital personificado em (m) excedente. Porém, antes de percorrer tal caminho, Luxemburg (1970, p.108) salienta consideração feita por Marx, onde para compreender a dinâmica de comércio internacional em sua pureza, se faz necessário constituir o “mundo mercantil” como única nação, além, que todos os ramos produtivos neste universo sejam regidos pela lei capitalista. Adiante, Luxemburg (1970) enfatiza também premissa para realização da (m):

O que é e quem adquire o sobreproduto das seções I e II? Para realizar a mais-valia das seções I e II já existe um mercado. Entretanto, com isso só se transformou a mais-valia em dinheiro. Para que essa mais-valia realizada possa ser empregada rapidamente na ampliação da produção, na acumulação, requer-se a probabilidade de um mercado futuro ainda maior, que se encontra igualmente fora das seções I e II. Esse mercado para o sobreproduto aumentará cada ano proporcionalmente à quota acumulada da maisvalia. Ou, ao contrário, a acumulação somente pode verificar-se na proporção em que aumenta o mercado fora das seções I e II. (LUXEMBURG, 1970, p.109).

A “saída” ao exterior dá-se por não existir “localmente” demanda para o capital excedente, tal demanda conforme Luxemburg (1970) foi confundida por Marx como

necessariamente “meio monetário”, neste caso, entesouramento. Utilizando da mesma abstração em Marx, tal pensadora analisa o problema pela perspectiva inicial de troca entre dois capitalistas (A e B) no Departamento I. Segundo a mesma, a solução das dificuldades na reprodução ampliada não podem partir como em Marx da fronteira com a reprodução simples, mas, partindo da própria reprodução ampliada em andamento. Sendo assim, eis a relação entre os capitalistas: Se A vende (c) para B para este acumular e, o dinheiro recebido por A é tirado de circulação para entesouramento, surgem os seguintes empecilhos para ocorrência de reprodução ampliada (LUXEMBURG, 1970, p.114/115):

- De onde provém em B o dinheiro para acumular, uma vez que sua (m) é dividida em proporções delimitadas entre consumo e renovação do capital?

- Se B necessita de dinheiro para acumular, este proveniente da venda de suas mercadorias, quem comprará o volume crescente de mercadorias em B?

Conforme Luxemburg (1970) as tentativas de resolução do problema em Marx são feitas com a indagação errada: “No problema da acumulação não se trata de saber de onde vem o dinheiro, mas de onde vem a demanda para o produto adicional que brota da mais-valia capitalizada. Não é uma questão técnica da circulação do dinheiro, mas uma questão econômica do capital total social.” (LUXEMBURG, 1970, p.117). Apesar de ser plausível o entesouramento dos capitalistas, este é suficiente apenas para renovação do capital antigo, o que estaciona a produção na reprodução simples. Também, utilizar (m) consumível para acumulação, é apenas tentar explicar a reprodução ampliada partindo da reprodução simples, situação que não pode sustentar acumulação crescente (LUXEMBURG, 1970, p.117).

Conforme Luxemburg (1970, p. 118), Marx considerando plausível a existência do dinheiro para acumulação pelo entesouramento, prossegue na justificação da reprodução ampliada, concebendo a compra do produto crescente em B, pelo departamento II. Como resultado da dinâmica anterior, o próprio Marx concorda com novo excedente invendável em II, sendo assim Luxemburg (1970) conclui:

Assim, fracassadas todas as tentativas possíveis para explicar a acumulação, depois de sermos levados de Herodes a Pilatos, de A I a B I, de B I a B II, nos encontramos, finalmente, entre os mesmos produtores de ouro, cuja intervenção qualificava Marx de mau gosto no início de sua investigação. com isso, termina

a análise do processo de reprodução e o volume II de O Capital, sem haver dado à dificuldade a solução por tanto tempo procurada. (LUXEMBURG, 1970, p.123/124).

Tendo em vista a saída de Marx ao problema da reprodução ampliada (pelo meio de circulação), Luxemburg (1970, p.125) depreende a sociedade capitalista já supondo a manutenção da esfera circulatória, assim, foca sua análise não na origem dos meios de circulação, mas na demanda efetiva que contém os mesmos:

A questão, de onde vem o dinheiro para a circulação da mais-valia, acha-se compreendida na questão geral de onde vem o dinheiro para pôr em circulação certa massa de mercadorias em um país. A divisão do valor dessas mercadorias em capital constante, capital variável e mais-valia não existe do ponto de vista da circulação de dinheiro como tal, nem tem sentido nesse ponto de vista. Por conseguinte, do ponto de vista da circulação do dinheiro ou da simples reprodução das mercadorias, "não existe o problema", mas existe do ponto de vista da reprodução social em conjunto, logo, não se deve formular a pergunta de maneira que a resposta nos leve à circulação simples de mercadorias, onde o problema não se apresenta. Portanto, não se perguntará: de onde vem o dinheiro necessário para realizar a mais-valia? Mas: onde estão os consumidores para a mais-valia? Que o dinheiro se acha em mãos dos consumidores e que será por estes colocados na circulação se compreende por si mesmo. (LUXEMBURG, 1970, p.128/129).

Apesar das ressalvas de Luxemburg (1970) ao esquema de reprodução ampliada em Marx, esta não ignora as condições para reprodução ampliada no mesmo:

1. A mais-valia que será capitalizada aparece, de antemão, na forma natural do capital (em meios de produção suplementares e meios de subsistência suplementares para os operários).
2. A ampliação da produção capitalista realiza-se, exclusivamente, com meios de produção e de subsistência próprios (produzidos de forma capitalista).
3. As dimensões da ampliação da produção (acumulação) são previamente dadas pela quantia da mais-valia (que deve ser capitalizada) em cada caso; não pode ser maior, pois está ligada ao volume de meios de produção e subsistência que representa o sobreproduto. Tampouco, porém, pode ser menor, pois em tal caso não seria aproveitada, sem sua forma natural, uma parte do sobreproduto. Essas oscilações podem ser causa de flutuações periódicas e crises que não abordaremos aqui. A médio prazo, o sobreproduto destinado à capitalização deve corresponder à acumulação efetiva.
4. Como a produção capitalista é a única que adquire seu próprio sobreproduto, não pode haver limites para a acumulação do capital (LUXEMBURG, 1970, p.282).

Apesar de balizar com as condicionantes anteriores, Luxemburg (1970) trata como “irrealista” a prova algébrica da reprodução ampliada em Marx, para a pensadora, “acumulação pela acumulação” não é ação representativa da demanda efetiva para satisfação do excedente:

Em todo caso, porém, abstraindo todo o resto, o consumo crescente da classe capitalista não pode ser considerado como a meta final da acumulação; pelo contrário, enquanto esse consumo se efetiva e cresce, não se verifica nenhuma acumulação: o consumo individual dos capitalistas ajusta-se à categoria da reprodução simples. Por outro lado, pergunta-se: Para quem produzem os capitalistas o que eles não consomem, aquilo de que se "privam", isto é, o que acumulam? Muito menos ainda será o sustento de um exército cada vez maior de operários, o fim da acumulação ininterrupta de capital. O consumo dos trabalhadores é, no regime capitalista, uma consequência da acumulação; nunca seu meio ou seu fim, a menos que se invertessem os fundamentos da produção capitalista. Em qualquer situação os operários só podem consumir aquela parte do produto que corresponde ao capital variável, e nada mais além disso. Quem cria, pois, a mais-valia que cresce constantemente? O esquema responde: os próprios capitalistas, e apenas eles. E o que fazem com sua mais-valia crescente? O esquema responde: utilizam-na para ampliar ainda mais sua produção. Esses capitalistas são, pois, fanáticos pela ampliação da produção pela própria ampliação da produção. Constroem constantemente novas máquinas para construir com elas, por sua vez, novas máquinas. O que resultará disso, porém, não é uma acumulação do capital, mas uma produção crescente dos meios de produção sem nenhum fim, e, torna-se necessário enfatizar a ousadia e o espírito paradoxal de Tugan Baranowski, para supor que esse carretel incessante no espaço vazio possa ser seu fiel espelho teórico da realidade capitalista e uma verdadeira consequência da doutrina marxista (LUXEMBURG, 1970, p.286).

Sendo assim, apesar de considerar intocáveis as leis: da taxa de lucro, motivação da produção e desvalorização da mão-de-obra, Luxemburg (1970) discorda pontualmente da dinâmica de reprodução ampliada em Marx:

- Marx não faz elucidação nítida e completa do entesouramento no processo de reprodução: “De acordo com esse esquema, não há possibilidade de formar e acumular mais-valia em forma de dinheiro como capital que procura inversão” (LUXEMBURG, 1970, p.292).

- O movimento do capital global em Marx não satisfaz a dualidade (reprodução por saltos e, diferentes desenvolvimentos para ramos diferentes) do movimento real de reprodução:

Pela mesma razão, o esquema contém uma acumulação que abrange uniformemente os dois setores, isto é, todos os ramos da produção capitalista. Uma ampliação do mercado por saltos parece aqui tão impossível como o desenvolvimento unilateral de ramos isolados da produção capitalista, que superem os outros.

O esquema pressupõe, por conseguinte, um movimento do capital total, que contradiz a marcha efetiva da evolução capitalista. A história do sistema de produção capitalista caracteriza-se, à primeira vista, por dois fatores: expansão periódica de todo o campo da produção por saltos, e, por outro lado, desenvolvimento inteiramente desigual de diversos ramos da produção. A história da indústria dos tecidos de algodão ingleses (considerada como um dos capítulos mais importantes da história da produção capitalista do último quartel do século XVIII até o último decénio do XIX) torna-se totalmente inexplicável do ponto de vista do esquema de Marx. (LUXEMBURG, 1970, p.293/294).

- A explicação de que a continuidade da reprodução é possível, vide suas condições serem criadas previamente, faz com que Marx desconsidere o que ele próprio propôs sobre a anarquia de mercado (impossibilita a reprodução) e, não considere a necessidade de ampliação do mesmo (impossibilidade de reprodução devido a falta de demanda efetiva):

Não há aqui - no processo tal como demonstra o esquema - nenhuma necessidade de ampliar constantemente o mercado além do consumo dos capitalistas e operários, e a capacidade limitada do consumo da sociedade não é obstáculo para uma marcha normal e um incremento ilimitado da produção. O esquema admite, sem dúvida, a crise, mas, exclusivamente, por falta de proporcionalidade da produção, isto é, por falta de controle social do processo de produção. Exclui, em compensação, a profunda discrepância fundamental existente entre a capacidade de produção e do consumo da sociedade capitalista, discrepância essa gerada, justamente, pela acumulação de capital, e que é solucionada periodicamente nas crises e que impulsiona o capital a ampliar constantemente o mercado. (LUXEMBURG, 1970, p.297).

Os posicionamentos anteriores dizem respeito ao duplo movimento em Luxemburg (1970) que, apesar de aceitar a possibilidade de reprodução ampliada conforme Marx, discorda sobre a persistência do “esquema”, sem a resolução do problema de demanda efetiva para o excedente, em outras palavras: como é feita a valorização de excedente crescente, cuja aplicação tende a tornar-se estreita em reprodução ampliada local (distrito, nação, continente, etc.). Conforme adiantado, Luxemburg (1970, p.301/302) concebe a realização de excedente capitalista pelo comércio internacional, porém, peculiaridade em tal proposta é realização do mesmo por



agentes não capitalistas. Entre as alternativas (sendo plausível complementaridade entre as mesmas) de desova do excedente estão:

a) Exportação de bens de consumo a nações não capitalistas. Como consequência desta alternativa, expansão no departamento II implica em desenvolvimento do departamento I. Exemplo histórico de nações envolvidas nesta transação (século XIX): Inglaterra exportando tecido para Índia, América e África.

b) Exportação de bens de produção para nações não capitalistas. Como consequência desta alternativa, expansão no departamento I implica em desenvolvimento do departamento II. Exemplo histórico de nações envolvidas nesta transação (século XIX): Inglaterra exportando meios de produção ferroviários para América e Austrália.

Adiante, depois de escoado o excedente (hipóteses elencadas), pouco importa a forma como realiza-se a (m). Luxemburg (1970, p.304) relaciona tal diferença com o esquema de reprodução em Marx (totalidade dos participantes agem ao *modus* capitalista), neste, a reprodução depende (trava) da compra de produtos na forma capitalista (bens duráveis ou não). Outra diferença com o esquema marxista é que os meios para produção capitalista não necessariamente tem de prover deste modo de produção:

Por outro lado, não há nenhuma razão pela qual todos os meios de produção e consumo necessários deveriam ser elaborados exclusivamente em produção capitalista. Precisamente, essa hipótese é básica para o esquema marxista da acumulação, porém não corresponde à prática diária, nem à história do capital, nem ao caráter específico dessa forma de produção. Na primeira metade do século XIX, na Inglaterra, a mais-valia saía do processo de produção, em sua maior parte, em forma de tecidos de algodão. Os elementos materiais de sua capitalização, porém, eram: algodão procedente dos Estados escravistas da União americana [...] (LUXEMBURG, 1970, p.306).

Após exportação do excedente fica a pergunta: com quais recursos será feito investimento, caso depois da exportação, deseje-se ampliar a produção? Luxemburg (1970, p.304/305) lembra que escoar “todo” o excedente é apenas uma abstração para compreensão do movimento de reprodução e, com o desenvolvimento do capitalismo, faz-se perfeitamente plausível antecipar decisões de proporção para o investimento.

A proposta de utilização do excedente pela via internacional, transacionando com nações não capitalistas, levanta questionamento tal: A utilização do excedente pela oferta

de bens capitalistas, a nações não capitalistas, pode angariar que tipo de retorno? A resposta quando limita-se a uma demanda composta por utilidades “comumente capitalistas” (bens manufaturados ou reserva monetária), não enxerga o comércio internacional como saída ao excedente, porém, Luxemburg (1970) relembra que para funcionamento do modo de produção capitalista, está implícito não só necessidades “patentemente capitalistas”, tais: a suposta eficiência do livre comércio, pronta necessidade de insumos para abastecimento da produção, regras e comportamentos pertinentes ao sistema (do cumprimento dos contratos a exacerbação consumista), mas também, aquelas cujos benefícios só advém da troca com nações não capitalistas, tais: a obtenção de matérias-primas (fator de produção) pelas trocas desiguais, exploração de mão-de-obra internacional barata, obtenção de recursos através do saque em nome de outrem (Deus, produtividade, civilidade, etc), conforme a mesma:

Mesmo porque o próprio caráter da produção capitalista exclui a limitação aos meios de produção elaborados em forma capitalista. Um meio essencial, empregado pelo capital individual para aumentar seus lucros, é reduzir o preço dos elementos do capital constante. Por outro lado, o incremento da produtividade do trabalho, que é o fator mais importante para aumentar a taxa de mais-valia, implica e necessita da utilização ilimitada de todas as matérias-primas e recursos do solo e da natureza. O capital não permite, por sua essência e sua maneira de ser, nenhuma limitação nesse sentido. A produção capitalista, como tal, no final de vários séculos de desenvolvimento, só compreende uma pequena parte da produção mundial (estabeleceu-se, até agora, preferentemente, na pequena Europa, onde ainda não conseguiu dominar esferas completas, como a agricultura, o artesanato independente; grandes regiões da América do Norte e das demais partes do mundo estão também ainda intocadas) (LUXEMBURG, 1970, p.307).

A súbita apropriação de nossas matérias-primas em quantidade ilimitada, para fazer frente a todas as alternativas e interrupções eventuais em sua importação de antigas fontes, como a todos os aumentos súbitos de demanda social, é uma das condições prévias, imprescindíveis, do processo de acumulação em sua elasticidade. (LUXEMBURG, 1970, p.307/308).

O capital não pode desenvolver-se sem os meios de produção e forças de trabalho existentes no mundo inteiro. Para estender, sem obstáculos, o movimento da acumulação, necessita dos tesouros naturais e das forças de trabalho existentes na superfície terrestre. Mas como estas se encontram, de fato, em sua grande maioria, acorrentadas a formas de produção pré-capitalistas - este é o meio histórico da acumulação de capital - surge, então, o impulso irresistível do capital de apoderar-se daqueles territórios e sociedades. (LUXEMBURG, 1970, p.315).

A reprodução ampliada, demandante de toda sorte de recursos, também infere sobre a necessidade de trabalho operário, demanda que vai além do esquema marxista de reprodução, expressa no “exército industrial de reserva”. Tal posicionamento é defendido

por Luxemburg (1970), onde adendo necessário a visão da pensadora é sobre a especificidade temporal de como tal mão de obra é utilizada em escala global – antes: necessidade de mão-de-obra satisfeita por emigração; contemporaneamente: mediante deslocamento da produção para países periféricos. A proposta internacionalista de Luxemburg (1970) quando trata de mão-de-obra, contribui de maneira pontual neste trabalho, isto porque, aqui toma-se “mão-de-obra barata”, tal como recurso passível de esgotamento (apesar de distante extinção), vide continuidade do modo de produção e peculiaridades posteriormente expostas sobre a transformação deste insumo. Conforme a mesma:

Da mesma maneira que a produção capitalista não pode limitar-se aos tesouros naturais e forças produtivas da zona temperada, mas, ao contrário, requer para seu desenvolvimento a possibilidade de dispor de todas as regiões e climas, tampouco pode funcionar somente com os operários que lhe oferece a "raça" branca. O capital necessita de outras raças, para aproveitar as regiões onde a raça branca não pode trabalhar; necessita poder dispor, ilimitadamente, de todos os operários da terra, para com eles poder mobilizar todas as forças produtivas do planeta, dentro dos limites da produção de mais-valia, enquanto isso seja possível. Esses operários, porém, podem ser encontrados quase sempre acorrentados a formas de produção pré-capitalistas. Devem ser, pois, previamente "libertados" para que possam "alistar-se" no exército ativo do capital. Esse processo é uma das bases históricas inevitáveis do capitalismo. (LUXEMBURG, 1970, p.312).

### 3.4 A “saída” internacional de Luxemburg, vinculada a constante acumulação primitiva

A demanda de toda sorte de recursos (inclusive não-capitalistas) e aproveitamento dos mesmos, é parte do processo de reprodução capitalista, tendo como característica inovadora em Luxemburg (1970, p.314), conceber a “acumulação primitiva de capital”, não só como premissa fundamental a gênese capitalista, mas aspecto premente de sua fase adulta. Desta abstração teórica inovadora, Luxemburg (1970) apresenta duas definições para a dinâmica capitalista: “mercado interno e externo”, cujas relações derivam em consequências sistêmicas, conforme a pensadora:

Outra coisa ocorre com a realização da mais-valia. Esta está ligada previamente a produtores e consumidores não-capitalistas como tais. Portanto, a existência de compradores não-capitalistas da mais-valia é uma condição de vida direta para o capital e sua acumulação. Em tal sentido, tais compradores são o elemento decisivo no problema da acumulação do capital. Mas, de um modo ou de outro,

de fato, a acumulação do capital como processo histórico depende, em muitos aspectos, de camadas e formas sociais não-capitalistas. (LUXEMBURG, 1970, p.315).

Mercado interno, do ponto de vista da produção capitalista, é mercado capitalista; é a própria produção como compradora de seus próprios produtos e fonte de aquisição de seus próprios elementos de produção. Mercado externo para o capital é a zona social não-capitalista que absorve seus produtos e lhe fornece elementos de produção e operários. Desse ponto de vista, economicamente, Alemanha e Inglaterra, na sua mútua troca de mercadorias, são principalmente mercado interno capitalista, enquanto a troca entre a indústria alemã e os consumidores camponeses alemães, como produtores para o capital alemão, representa relações de mercado externo. Como se percebe pelo esquema da reprodução, esses conceitos são rigorosamente exatos. No tráfico interno capitalista, na melhor das hipóteses, só podem ser realizadas determinadas partes do produto social total: o capital constante gasto, o capital variável e a parte consumida da mais-valia; em compensação, a parte da mais-valia que se destina à capitalização será realizada "fora". Se a própria capitalização da mais-valia é um fim e um motivo impulsor da produção, por outro lado, a renovação do capital constante e variável (assim como a parte consumida da mais-valia) é a ampla base e a condição prévia daquela. E ao passo que, com o desenvolvimento internacional do capitalismo, a capitalização da mais-valia se torna cada vez mais premente e precária, a ampla base do capital constante e variável, como volume, torna-se cada vez mais potente, em termos absolutos, em relação à mais-valia. Daqui tira-se um aspecto contraditório: os antigos países capitalistas constituem mercados cada vez maiores entre si, e se tornam cada vez mais indispensáveis uns para os outros, enquanto ao mesmo tempo combatem, entre si, cada vez mais acirradamente, como competidores, em suas relações com países não-capitalistas. As condições da capitalização da mais-valia e as condições da renovação total do capital encontram-se cada vez mais em contradição entre elas, o que não significa, afinal, mais do que um reflexo da lei contraditória da tendência decrescente da taxa de lucro. (LUXEMBURG, 1970, p.316).

Apesar da proposta de destino para o excedente ser plausível, a abstração apenas “flerta” com o real, este, inesgotável em possibilidades, sendo assim, conforme anteriormente apresentado “[...] *com o desenvolvimento internacional do capitalismo, a capitalização da mais-valia se torna cada vez mais premente e precária, a ampla base do capital constante e variável, como volume, torna-se cada vez mais potente, em termos absolutos, em relação à mais-valia.*”, e mesmo sendo questionável que os “[...] *países capitalistas constituem mercados cada vez maiores entre si, e se tornam cada vez mais indispensáveis uns para os outros [...]*”, vide que em diferentes momentos da história (sem contar a peculiaridade auto provedora da economia de guerra), o protecionismo provou sua capacidade de retroalimentação, o segundo ato: “[...] *enquanto ao mesmo tempo combatem, entre si, cada vez mais acirradamente, como competidores, em suas relações com países não-capitalistas [...]*”, é ação que vem “agindo”, desde o acirramento competitivo internacional dos séculos XX e XXI e, permite a tal trabalho, advogar sobre a esgotabilidade de insumo tão particular ao sistema capitalista, o “curral

de mão-de-obra barata”, eis parcela contributiva de Luxemburg (1970) a tal estudo. Observa-se que, o “acirramento competitivo entre as nações”, em sua relação dialética com a “necessidade de capitalizar mais-valia”, conforme tal autora, também deriva da agonia de tais agentes, frente lei de tendência a queda da taxa de lucro.

Tendo a acumulação primitiva importância especial na obra de Luxemburg (1970), resta detalhar tal. Conforme esta, o desenvolvimento do capitalismo é decomposto em três partes: “a luta do capital com a economia natural, a luta com a economia de mercado, e a luta pela concorrência do capital no cenário mundial para conquistar o resto dos elementos para a acumulação.” (LUXEMBURG, 1970, p.317). Sendo assim, tal pensadora amplia o uso do conceito “acumulação primitiva” na análise do desenvolvimento capitalista, onde as sociedades não capitalistas pautam-se por satisfazer critérios de: ser destino de (m), fonte de meios-de-produção e força de trabalho para os centros sistêmicos (LUXEMBURG, 1970, p.317/318).

A designação que Luxemburg (1970) utiliza para tratar das sociedades não capitalistas, remete aos modos de produção concebidos como “economias naturais”, tais, vão contra a satisfação dos critérios capitalistas, quando focam na satisfação de necessidades domésticas, assim, necessitam pouco ou nada de interação com o mundo exterior. Conforme Luxemburg (1970), diferentes modos de produção podem ser caracterizados como economias naturais: “Isso porque o capital empreende, diante de tudo e onde quer que seja, uma luta até a morte contra a economia natural na forma histórica que se apresenta, contra a escravidão, contra o feudalismo, contra o comunismo primitivo, contra a economia agrária patriarcal.” (LUXEMBURG, 1970, p.318). Eis sinteticamente os fins econômicos do capital perante as economias naturais:

- I. Apropriação direta de importantes fontes de forças produtivas, como a terra, a caça nas selvas virgens, os minerais, as pedras preciosas, os produtos das plantações exóticas, como a borracha etc.
- II. "Libertar" operários e obrigá-los a trabalhar para o capital.
- III. Introduzir a economia de mercado.
- IV. Separar a agricultura do artesanato. (LUXEMBURG, 1970, p.318)

A busca destes recursos em determinadas condições dá-se local e internacionalmente aos centros capitalistas, onde devido a características particulares

pertencentes a diferentes formas de economias naturais, a detenção sobre os primeiros faz-se dificultosa ou impossível. A auto-suficiência de uma economia natural, possibilitando não transacionar com ambiente externo, impede que seus recursos sejam utilizados ao modo capitalista, por isso, existe necessidade do uso da força pelo capital, para atingir seus objetivos. Portanto, além da desintegração das economias naturais na Europa - a gênese do capital pela acumulação primitiva - é necessário operar tal processo constantemente, caso exista intenção de taxa ascendente de acumulação/crescimento (LUXEMBURG, 1970, p.318/319).

Como os laços tradicionais dos indígenas constituem a muralha mais forte de sua organização social e a base de suas condições materiais de existência, o método inicial do capital é a destruição e o aniquilamento sistemáticos das estruturas sociais não-capitalistas, com que tropeça em sua expansão. Isso não significa já a própria acumulação primitiva, mas seu processo continua até hoje. (LUXEMBURG, 1970, p.319).

A esperança de que o capitalismo se limite exclusivamente à "concorrência pacífica", isto é, ao comércio regular de mercadorias, tal qual é praticado entre países capitalistas, como base única de sua acumulação, baseia-se na possibilidade ilusória de que a acumulação do capital se pode efetuar sem as forças produtivas, sem o consumo das populações primitivas e que pode confiar no lento processo de desintegração interna da economia natural. Do mesmo modo que a acumulação do capital, com sua capacidade de expansão repentina, não pode aguardar o crescimento natural da população operária nem conformar-se com ele, tampouco poderá aguardar a lenta decomposição natural das formas não-capitalistas e sua passagem para a economia de mercado. (LUXEMBURG, 1970, p.319).

A característica diferenciadora do capitalismo europeu, quando comparado a outras e sangrentas expansões territorialistas, é que perante as nações subjugadas, não mantém sua forma natural de reprodução, assim, lhes retira os meios de produção, fazendo com que as mesmas necessitem transacionar e desenvolver-se a “maneira correta”. Daí a necessidade de domínio do solo, meio de produção primário, que possibilita a primeira satisfação biológica básica: a nutrição, conforme Luxemburg (1970):

A estrutura econômica ancestral dos índios - a comunidade rural comunista - conseguiu manter-se em suas diversas formas durante decênios e mesmo durante um longo período histórico, apesar de todas as tormentas ocorridas "nas regiões políticas das alturas". No século VI a.C., os persas penetraram no território do Indo, dominando uma parte do país. Dois séculos mais tarde, vieram os gregos e deixaram como testemunho de uma cultura totalmente estranha as colônias

alexandrinas. Os citas bárbaros invadiram o país. Durante séculos, os árabes dominaram a Índia. Mais tarde, desceram das alturas do Ira os afegãos, até que também estes foram afugentados pela impetuosa investida das hordas tártaras de Transoxiânia. Ruína e terror marcavam o caminho por onde passavam os mongóis. Povos inteiros foram massacrados, e os pacíficos arrozais foram tingidos na cor da púrpura pelo sangue que corria abundantemente. Mas a comunidade rural indígena sobreviveu a tudo isso. Pois os conquistadores muçulmanos que se sucederam deixaram, em última instância, intactas a vida social interna da massa camponesa e sua estrutura tradicional. Limitavam-se a instalar nas províncias um Governo que controlasse a organização militar e arrecadasse os tributos impostos à população. Todos os conquistadores dedicavam-se ao domínio e exploração do país, mas nenhum se interessou em privar o povo de suas forças produtivas e aniquilar sua organização social. O camponês tinha que render anualmente, no império do Grão-Mogol, seu tributo em espécie, ao senhor estrangeiro, porém podia viver, se assim o desejasse, no seio de seu povo e cultivar o arroz como seus antepassados e em seu período de folga. Logo após chegaram os ingleses e com ele o sopro pestífero da civilização capitalista. Em pouco tempo, destruíram o que mesmo com o domínio dos mongóis havia sido preservado: toda a organização social do povo. A finalidade do capital inglês era adquirir a base da própria subsistência da comunidade indígena: a propriedade da terra. (LUXEMBURG, 1970, p.320/321).

Luxemburg (1970) no capítulo XXVII de *A Acumulação do Capital*, demonstra como o capitalismo Europeu pela acumulação primitiva, conseguiu substituir as formas naturais de produção (sejam estas baseadas na propriedade “privada e/ou coletiva”), pelo modo capitalista baseado na propriedade privada da terra - posse de agente externo, que não o nativo local. Percebe-se aqui, que a exploração que se encontram (e encontraram) as regiões dominadas pelo capital, não foi motivada pelo “único e absoluto” critério da “propriedade privada”. Para exemplificar cenário de acumulação primitiva, Luxemburg (1970) elenca estratégias históricas de expropriação utilizadas por Ingleses (sobre a Índia) e Franceses (sobre a Argélia), assim, tais potências depois de dominar temporariamente determinado território, seja pela violência (mais comum) ou artimanha política:

a) Entregavam o solo a cobradores de impostos locais ou dominadores estrangeiros, estes faziam a intermediação da extração de recursos com a metrópole (LUXEMBURG, 1970, p.320);

b) Cobravam impostos tão altos que obrigavam o detentor do solo (mesmo que nativo) a arrendá-la. Além, famílias em débito deveriam vender sua propriedade (LUXEMBURG, 1970, p.321/322).

c) Para expropriar os camponeses, intrigas locais eram criadas, por exemplo: forjava-se dentro da concepção camponesa a noção que o verdadeiro expropriador era o líder local (a qual taxa sobre os rendimentos era paga) e, quando os camponeses

desapropriam este, deixam vaga autoridade aristocrática local, agora, tal “lacuna” poderia ser facilmente preenchida por autoridade metropolitana.

d) Por fim, por mais sangrentas que fossem outras conquistas territoriais (não capitalistas), depois de implementadas, ao menos almejavam desenvolver a região conquistada, seja através de suas próprias técnicas ou, na mescla destas com as locais; já o conquistador Inglês, teve como único objetivo a expropriação dos meios produtivos, não postergando ao território dominado futuro desenvolvimento (LUXEMBURG, 1970, p.323/324):

Em outro testemunho, o inglês James Wilson diz: "Na província de Madrastra, todo mundo fica impressionado, involuntariamente, pelas grandiosas obras de irrigação cujos restos se conservam até nossos dias. Os rios represados formavam verdadeiros lagos, dos quais partiam canais que se estendiam até 60 e 70 milhas em torno. Nos grandes rios, havia 30 ou 40 desses diques... A água da chuva que descia das montanhas era recolhida em grandes bacias construídas com essa finalidade; a maioria deles tem de 15 a 25 milhas de circunferência. Quase todas essas construções gigantescas foram terminadas antes de 1750. Na época das guerras da Companhia com os soberanos mongóis e durante todo o período de nosso domínio na Índia, caíram em completa decadência". (LUXEMBURG, 1970, p.324).

A cobiça crescente da acumulação que vive essencialmente de "conjunturas" do mercado, e que por isso mesmo é incapaz de pensar no dia de amanhã, não pode apreciar o valor das antigas obras públicas de uma civilização. Há pouco, no Egito, os engenheiros do capitalismo inglês quebravam a cabeça para construir grandes represas no Nilo e buscavam vestígios daqueles sistemas antigos de canalização que os próprios ingleses deixaram desaparecer por uma estúpida negligência. Os ingleses apreciavam os resultados de seus nobres esforços, mas a fome terrível que só no distrito de Olissa matou num ano um milhão de pessoas, obrigou em 1867 o Parlamento inglês a determinar uma investigação sobre as causas da miséria. (LUXEMBURG, 1970, p.325).

e) Mesmo quando as hecatombes por fome, derivadas das conquistas coloniais eram suficientes para chocar a metrópole, ainda assim, tal quadro foi pretexto para justificar a propriedade privada do solo aos moldes capitalistas: “a produtividade do cultivo privado do solo é suficiente para acabar com a fome!” Eis a justificativa dada pela França, frente à fome na Argélia (LUXEMBURG, 1970, p.331/332):

Enquanto o direito muçulmano existisse na Argélia, a hipoteca das terras encontrava um obstáculo intransponível no fato de que a propriedade das tribos e das famílias era inalienável. A lei de 1863 abriu a primeira brecha. Tratava-se agora de suprimir completamente o obstáculo para deixar campo livre à usura. O segundo argumento era "científico". Procedia do mesmo arsenal espiritual de



que o venerável James Mill tinha extraído sua incapacidade para compreender as relações de propriedade da Economia Política inglesa clássica. A propriedade privada é uma condição prévia para o aperfeiçoamento do cultivo intensivo do solo na Argélia. "Ela impediria as crises de fome, pois é evidente que ninguém empregaria capital ou trabalho intensivo numa terra que não fosse sua e cujos frutos não fossem exclusivamente de sua propriedade individual." Esta citação é declamada com ênfase pelos discípulos de Smith e Ricardo. (LUXEMBURG, 1970, p.331/332).

Depois da “transformação” porque passa a economia colonial, estabelecidas relações de produção capitalistas, pode existir a “dificuldade”, da nação dominada querer ter saldos comerciais superavitários com a metrópole (o caso Chinês), pior, voltar sua produção para o mercado interno, não negociando com a última, assim fica a pergunta: como a metrópole contornaria tais empecilhos? Luxemburg (1970, p.334) traz como exemplo histórico de resposta, extenso relato do que foi a abertura comercial dos portos chineses pelos ingleses, pela “justificativa” do ópio:

A marcha triunfal da compra e venda de mercadorias pode começar pela construção de transportes modernos, como estradas de ferro, que atravessem selvas virgens e que transponham montanhas; linhas telegráficas que passam pelos desertos; paquetes que fazem escala nos portos do mundo inteiro. O caráter pacífico desses eventos técnicos é ilusório. As relações comerciais da Companhia das Índias Orientais com os países fornecedores de matérias-primas foram de roubo e de chantagem sob a bandeira do comércio, como são hoje em dia as relações dos capitalistas americanos com os índios do Canadá, de quem compram peles, e dos negociantes alemães com os negros africanos. Um exemplo clássico do "suave" e "pacífico" comércio de mercadorias com sociedades atrasadas é a moderna história da China, onde, no decorrer do século XIX, os europeus empreenderam guerras com a finalidade de abrir, pela violência, as portas da China ao tráfico de mercadorias. Os métodos empregados para inaugurar o comércio de mercadorias nessa região da Ásia, que perdurou do ano 40 do século passado até a revolução chinesa, foram os seguintes: perseguições aos cristãos, provocadas pelos missionários; tumultos ocasionados pelos europeus; massacres periódicos, onde uma população de camponeses pacíficos e sem possibilidades de defesa teve de se debater com a técnica mais aperfeiçoada das forças europeias aliadas; grandes contribuições, com todo o sistema de dívida pública; empréstimos europeus; controle das finanças e ocupação das fortalezas; abertura forçada de portos livres e concessões de estradas de ferro obtidas sob pressão dos capitalistas europeus.

O período de abertura da China à civilização europeia, isto é, a troca de mercadorias com o capital europeu, iniciou-se com a guerra do ópio. A China viu-se obrigada a adquirir o veneno das plantações indígenas para convertê-lo em dinheiro que se destinaria aos capitalistas ingleses. No século XVII, a Companhia inglesa das Índias Orientais introduziu em Bengala o cultivo do ópio e através de sua sucursal de Cantão difundiu o uso do veneno na China. No começo do século XIX, o preço do ópio baixou de tal modo que o produto se converteu rapidamente em meio de consumo para o povo. Ainda no ano de 1821 a China importava 4.628 caixas de ópio, ao preço médio de 1.325 dólares; em 1825, com a redução de 50% no preço, a importação chinesa passou para 9.621 caixas; em 1830, para 26.670 caixas.<sup>1</sup> Os efeitos desastrosos do veneno,

principalmente na população pobre que consumia a droga de pior qualidade, converteram-se numa calamidade pública e determinaram que a China proibisse a importação. Já em 1828, o vice-rei de Cantão proibiu a importação do ópio. Isso, porém, só serviu para dirigir o comércio para outros portos. Um dos censores de Pequim estudou a questão e emitiu o seguinte informe:

"Tomei conhecimento de que os fumantes de ópio sentem tamanha necessidade desse medicamento nocivo que são capazes de oferecer tudo para obter seu gozo. Se não recebem o ópio na hora a que estão habituados, seus membros começam a tremer e grossas gotas de suor escorrem-lhes pela frente e pelo rosto e eles tornam-se incapazes de realizar o menor trabalho. Mas se lhes oferecem um cachimbo de ópio e eles aspiram algumas baforadas, em seguida estão curados.

"Por conseguinte, o ópio converteu-se numa necessidade para os que o fumam, e não há motivos para espanto que, quando as autoridades locais os interrogam, eles afirmam preferir suportar qualquer castigo a declarar o nome de seus fornecedores. Muitas vezes, as autoridades locais são subornadas com presentes que as incitam a tolerar o mal ou suspender uma investigação iniciada. A maioria dos comerciantes que fornecem suas mercadorias em Cantão vende também o ópio no mercado negro.

"Minha opinião é que o ópio constitui um vício muito maior do que o jogo e que, portanto, o castigo imposto aos fumantes deveria ser o mesmo que se atribui aos jogadores."

O censor propunha que se condenasse a 80 açoites de bambu todo fumante de ópio e àqueles que não denunciassem o vendedor a 100 açoites e exílio de três anos. Depois, com uma franqueza desconhecida das autoridades europeias, o burocrata de Pequim termina seu informe com a seguinte reflexão: "Parece que o ópio é importado, em sua maioria, do estrangeiro por funcionários indignos de acordo com funcionários cobiçosos. Ao ser introduzido no interior do país, tanto os jovens de boas famílias como particulares e comerciantes ricos praticam esse vício. O uso dessa droga se estende também às pessoas pobres. Em todas as províncias há fumantes de ópio tanto entre os funcionários civis como no exército. Enquanto os funcionários dos diferentes distritos recordam com éditos a proibição legal da venda do ópio, seus pais, parentes, subordinados e servidores continuam fumando a droga, e os comerciantes utilizam a proibição para subir o seu preço. A própria polícia, que se encontra igualmente contagiada, compra esse artigo ao invés de persegui-lo, e esse é o motivo por que todas as proibições e medidas são inócuas."<sup>2</sup> Após esse relatório, foi promulgada uma lei que condenava todo fumante de ópio a 100 açoites e a dois meses de pelourinho. Incumbiu-se os governadores das províncias de mencionar, em seus informes anuais, os resultados da luta contra o ópio. O duplo resultado dessa luta foi que, por um lado, estabeleceram-se plantações de dormideiras em grande escala no interior da China, principalmente nas Províncias de Honan, Setchuan, e Kweitchan e, por outro, a Inglaterra declarou guerra à China para obrigá-la a permitir a importação. Assim começou a gloriosa "abertura" da China à cultura europeia, simbolizada pela semente do ópio. (LUXEMBURG, 1970, p.334/337).

O próprio EUA foi exemplo de economia natural, onde mesmo depois de apto à produção capitalista, necessitou de “ajustes”, especificamente no que tratou o pequeno agricultor; este, em sua forma rudimentar, ainda que ocasionalmente transacione com centros comerciais, apresenta alto grau de independência produtiva. Tal agente escoava seu excedente no mercado, mas não necessitava mutualisticamente deste, conseguia pela produção artesanal, suprir boa parte de suas demandas. Para sanar mais este empecilho,

sendo que, a economia de mercado já se encontra operante, bastou implantar a grande propriedade, esta, movida por capital agigantado, desova no mercado quantidade enorme de produtos, derrubando o preço dos mesmos e inviabilizando a produção do pequeno agricultor; este endividado, não tem outra alternativa que não vender sua propriedade (adquirida pelas grandes propriedades) e vender sua mão de obra. Luxemburg (1970) elucida o cenário anterior através do exemplo histórico do fazendeiro americano, este, imigrante Europeu recrutado para colonizar territórios indígenas (economias naturais) é posteriormente expulso de tais; quando finda a escravidão (Guerra de Secessão), não consegue competir com a grande propriedade mecanizada, conforme a pensadora:

Essa revolução da agricultura norte-americana depois da "grande guerra" não foi o fim, mas o começo das transformações em que o fazendeiro se achava envolvido. Introduzimos a história do fazendeiro na 2.a fase da acumulação capitalista, da qual é um excelente exemplo; o capitalismo combate e aniquila em todas as partes a economia natural, a produção para o consumo, a combinação da agricultura com o artesanato. Necessita impor a economia de mercado para dar saída à sua própria mais-valia. A produção de mercadorias é a forma geral que o capitalismo possui para se desenvolver. Mas desde que a economia de mercado se encontra instalada sobre as ruínas da economia natural, o capital lhe declara guerra. O capitalismo entra em concorrência com a economia de mercado; após tê-la feito surgir, disputa com ela os meios de produção, os trabalhadores e o mercado. Primeiramente, o objetivo era o isolamento do produtor, arrancá-lo dos laços protetores da comunidade; logo após, separar a agricultura do artesanato; agora, a tarefa é separar o pequeno produtor de mercadorias de seus meios de produção (LUXEMBURG, 1970, p.349).

O fazendeiro transferido para o deserto viu surgir um concorrente perigoso e um inimigo mortal, isto é, a empresa agrícola capitalista, desconhecida até então, tanto no Velho como no Novo Mundo. Todos os métodos da ciência e da técnica moderna estavam voltados para a produção da mais-valia (LUXEMBURG, 1970, p.350).

O fazendeiro americano não podia sustentar a concorrência com semelhantes empresas capitalistas. Ao mesmo tempo em que a transformação geral das finanças, da produção, dos transportes, obrigou o abandono de todas as formas de produção para o próprio consumo e a produção exclusiva para o mercado, a expansão gigantesca da agricultura baixou os preços dos produtos agrícolas (LUXEMBURG, 1970, p.351).

Tais são os traços característicos da dominação do capital no mundo. O capitalismo, após ter desapropriado o camponês inglês, obrigou-o a se dirigir para o Este dos Estados Unidos; do Este para o Oeste, para convertê-lo, sobre as ruínas da economia indígena, num pequeno produtor de mercadorias; do Oeste tornou a expulsá-lo em direção ao Norte, onde diante dele surgiam as estradas de ferro e, atrás, a ruína: o capital antecedia-o como guia e seguia-o para arrematar-lhe (LUXEMBURG, 1970, p.357).

“A condição vital da acumulação do capital é a dissolução progressiva e contínua das formações pré-capitalistas.” (LUXEMBURG, 1970, p.363).

### 3.5 A forma sofisticada de escoamento do excedente: o caso dos empréstimos internacionais

Depois de transformadas as economias naturais é condição para seu desenvolvimento a detenção de reservas internacionais, tais, devido sua função, tornam-se mecanismo de controle interestados. Este fluxo de reservas para o “desenvolvimento”, ocorre conforme Luxemburg (1970, Capítulo XXX), do centro para a periferia, porém, deixa interpretação de que o investimento nos novos Estados capitalistas, é feito às expensas do “gozo” nos Estados antigos, isto aconteceria, uma vez que a (m) não pode realizar-se de maneira viável nos Estados antigos, tendo tal ação que acontecer “as suas próprias custas”, nos Estados Novos. Fica a indagação: a (m) antiga realiza-se no estado novo, mas de onde provém o recurso monetário para a mesma realizar-se? Luxemburg (1970) responde: O próprio capitalista no Estado Antigo. O caso Inglês de escoamento do excedente é um bom exemplo de transações (empréstimos) internacionais, que aos olhos de Sismondi, conforme Luxemburg (1970), parecia um equívoco, porém:

[...] os ingleses construíram as ferrovias nos Estados Unidos com seu material. pagavam-nas com seu capital, privando-se do “gozo” deste em sua localidade. Esse engano, porém, agradava tanto ao capital europeu que, apesar de todas as crises periódicas, em meados do oitavo decênio, a Bolsa de Londres sofreu uma verdadeira febre de empréstimos estrangeiros. De 1870 a 1875, concluíram-se em Londres acordos sobre empréstimos no valor de 260 milhões de libras esterlinas; a consequência imediata foi o rápido incremento da exportação de mercadorias inglesas a países estrangeiros; apesar do capital afluir em massa para esses países, transitoriamente eles faliram. No final do oitavo decênio, suspenderam total ou parcialmente o pagamento dos juros: a Turquia, o Egito, a Grécia, a Bolívia, Costa Rica, o Equador, Honduras, o México, o Paraguai, São Domingos, o Peru, o Uruguai, a Venezuela. Não obstante, no final do decênio seguinte repetiu-se a febre dos empréstimos públicos exteriores. (LUXEMBURG, 1970, p.371).

Assim, fica evidente enfoque interpretativo de Luxemburg quando comparada a Marx: este advoga manutenção sistêmica do capitalismo pela produção de (m), enquanto aquela, na realização da variável. Tal averiguação pode ser feita através da até agora observada “saída ao comércio internacional”, onde as transações interestados são apenas “ato de uma grande peça”, conforme a mesma:

A mais-valia realizada, que na Inglaterra ou Alemanha não pode ser capitalizada e permanece inativa, foi investida na Argentina, Austrália, Cabo ou Mesopotâmia em estradas de ferro, obras hidráulicas, minas etc. As máquinas, o material e tudo o mais vêm do capital do país de origem e são pagos com esse mesmo capital. Mas isso acontece também no próprio país, sob o domínio da produção capitalista: o capital tem que comprar seus elementos de produção, investir neles antes de poder atuar. É certo que, nesse caso, a utilização dos produtos fica no país, ao passo que no primeiro caso é cedida a estrangeiros. Mas o fim da produção capitalista não é desfrutar os produtos mas realizar mais-valia, acumulação. O capital inativo não tinha no próprio país possibilidade alguma de acumular-se, já que não existia demanda de produto adicional. Em troca, no estrangeiro, onde não se desenvolveu ainda uma produção capitalista, surge em camadas não-capitalistas uma nova demanda, ou é criada violentamente. (LUXEMBURG, 1970, p.373).

Apesar do empreendimento “escoamento do excedente” realizar-se com capital europeu (a mais-valia deste), seu retorno - a valorização de sua (m) - é bancado em última instância por agente externo a tal continente. A exemplificação deste processo é feita por Luxemburg (1970) através do caso egípcio, onde para melhor compreensão foi dividido em 3 fases:

1º fase) O empréstimo e consequente dívida. No que concerne o Egito, Mehemet Ali (estadista que transformou tal nação) através de recursos governamentais, desenvolve obras e estratégias produtivas para o país:

Iniciou o processo o capital francês, cujas pegadas foram prontamente seguidas pelo inglês; a luta de ambos tem um enorme papel em todas as revoltas internas do Egito durante os vinte anos seguintes. As operações do capital francês, que executou tanto a obra do Nilo, com sua inutilidade, como o canal de Suez, foram talvez os modelos mais peculiares da acumulação de capital europeu à custa de populações primitivas. Em nome das vantagens do canal, que o comércio europeu-asiático faria passar diante do nariz do Egito, o país se obrigou, em primeiro lugar, a fornecer o trabalho gratuito de 20.000 camponeses durante anos; em segundo lugar, a subscrever 70 milhões de marcos em ações da Companhia, que equivaliam a 40% do capital total. Esses 70 milhões foram a base da enorme dívida pública do Egito. Dívida que, vinte anos mais tarde, teve por consequência a ocupação militar do Egito pela Inglaterra. (LUXEMBURG, 1970, p.376).

2º fase) Alavancagem e insolvência da dívida:

Quem fornecia o capital para esses empreendimentos? Os empréstimos internacionais. Said Paxá subscreveu, um ano antes de sua morte (1863), o primeiro empréstimo, de 68 milhões nominais de marcos, que, deduzidos os descontos, comissões etc., reduziu-se a 50 milhões de

marcos. Legou a Ismail essa dívida e o contrato do canal de Suez, que em última instância fazia pesar sobre o Egito uma carga de 340 milhões de marcos. Em 1864, realizou-se o primeiro empréstimo de Ismail: 114 milhões nominais a 1%, mas que na realidade era de 97 milhões a 8,25%. Esse empréstimo foi gasto em um ano.

[...]

Em 1874, tentou-se um empréstimo de 1 bilhão a 9%, mas só produziu 68 milhões. Os valores egípcios cotavam-se a 54% de seu valor nominal. E a dívida pública havia aumentado desde a morte de Said Paxá, em treze anos, de 3.293.000 libras esterlinas para 94.110.000 libras esterlinas, isto é, cerca de 2 bilhões de marcos.<sup>5</sup> A bancarrota aproximava-se.

[...]

À primeira vista, essas operações constituem o cúmulo da insensatez. Um empréstimo substituí rapidamente outro; os juros dos empréstimos antigos eram pagos com novos empréstimos, e os pedidos gigantescos feitos ao capital industrial inglês e francês pagavam-se com capital tomado por empréstimo na Inglaterra e na França. Na realidade, o capital europeu, enquanto a Europa movia a cabeça e se assombrava com a insensata prodigalidade de Ismail, fazia no Egito fantásticos negócios, sem precedente, negócios que eram para o capital uma edição moderna das vacas gordas da Bíblia. (LUXEMBURG, 1970, p.379/380).

3º fase) Pagamento do montante através da penhora de propriedades ou renegociação da dívida. O felá egípcio e suas propriedades foram à fonte, para ressarcimento dos recursos emprestados. Este agente pagou com seu trabalho (o esgotamento de sua vida nas obras de infraestrutura) e propriedade, quando desprovido da segurança que seu antigo modo de produção sustentava e, insolvente perante as novas exigências do modo de produção capitalista, viu-se obrigado a penhorar suas propriedades: força de trabalho, bens e terreno, este último, tomado em grande escala, foi utilizado para a monocultura de exportação (LUXEMBURG, 1970, p.380/381):

Os juros tinham que ser pagos de uma maneira ou outra. De onde vinham os meios para isso? Sua fonte tinha que ser o Egito, e essa fonte era o felá egípcio, a economia camponesa. Esta fornecia, em última instância, os elementos mais importantes dos grandiosos empreendimentos capitalistas.

[...]

Em 1878, os Tshifliks, isto é, os terrenos da família do vice-rei, numa extensão de 451.000 acres, transformaram-se em patrimônio do Estado e hipotecaram-se aos capitalistas europeus para responder à dívida pública, e igualmente as propriedades de Daira, o patrimônio privado do quodiva, situadas, em sua maior parte, no alto Egito, abrangendo 85.131 acres, sendo que mais tarde foram vendidas a um consórcio. Uma grande parte das propriedades territoriais restantes passou às mãos de sociedades capitalistas, particularmente à Companhia do canal. As propriedades das mesquitas e escolas foram hipotecadas pela Inglaterra para fazer frente aos gastos da ocupação. Um levante militar do exército egípcio, a quem o controle europeu fazia passar fome, enquanto os

funcionários europeus recebiam altos salários, e uma revolta popular provocada em Alexandria, deram o pretexto desejado para o golpe decisivo. Em 1882, forças militares inglesas entraram no Egito para submetê-lo. Assim coroou-se a grandiosa manobra do capital no Egito, e a liquidação da economia agrária egípcia pelo capital inglês. Viu-se assim que a transação, que parecia absurda entre o capital financeiro e o capital industrial europeus, cujos pedidos eram pagos com aquele capital, cobrindo-se os juros de um empréstimo com o capital de outros, tinha em sua base uma relação muito racional e "sã" do ponto de vista da circulação do capital. Desaparecidos os intermediários que mascaravam a operação, nota-se que a economia camponesa egípcia foi absorvida em grande escala pelo capital europeu; enormes áreas, incontáveis operários e uma quantidade enorme de produtos do trabalho pagos ao Estado em forma de impostos transformaram-se, na realidade, em acumulação de capital europeu (LUXEMBURG, 1970, p.381-383).

Nestas duas últimas seções discorreu-se sobre posição inovadora em Luxemburg (1970) na elucidação do capitalismo, esta, pela lógica da contínua acumulação primitiva, ação pautada na necessidade de valorização do excedente. Para este contexto, ator importante foi o militarismo, que conforme a pensadora, contribui de maneira direta e indireta para a valorização e acumulação do capital; formas de corroboração deste ator: a) garante por meio da força as condições para a acumulação e valorização do capital; b) sendo fonte de demanda para a (m) excedente, contribui para o movimento em "a". Tal fonte de demanda tem como intermediário o Estado, canalizador via atribuições fiscais, da (m) operária, conforme Luxemburg (1970):

O militarismo tem uma função determinada na história do capital. Acompanha todas as fases históricas da acumulação. No período da chamada "acumulação primitiva", isto é, no começo do capitalismo europeu, o militarismo desempenhou um papel determinante na conquista do Novo Mundo e dos países produtores de especiarias como a Índia, mais tarde, serviu para conquistar as colônias modernas, para destruir as organizações sociais primitivas, para apropriar-se de seus meios de produção, para impor o comércio de mercadorias em países cuja estrutura social é um obstáculo para a economia de mercado, para proletarizar violentamente os indígenas e impor o trabalho assalariado nas colônias. Ajudou a criar e ampliar esferas de interesses do capital europeu em territórios não-europeus e extorquir concessões de estradas de ferro em países atrasados e a defender os direitos do capital europeu nos empréstimos internacionais.

[...]

O militarismo tem ainda outra função importante. De um ponto de vista puramente econômico, ele é para o capital um meio privilegiado de realizar a mais-valia; em outras palavras, é um campo de acumulação. (LUXEMBURG, 1970, p.399).

### 3.6 Esgotamento do modo de produção capitalista

Exposta acumulação primitiva como necessidade corrente do desenvolvimento capitalista, percebe-se dicotomia entre Marx e Luxemburg, no que tange “fase transitória a possibilidade de finitude sistêmica”: a) Em Marx, mesmo com reprodução ampliada, é possível acumulação até taxa de lucro geral não atrativa; b) Em Luxemburg, a reprodução encerra-se, na proporção que tem fim a acumulação primitiva (LUXEMBURG, 1970, p.364):

Aqui começa um assunto de difícil resolução. Uma vez alcançado o resultado final - o que não passa de uma construção teórica - a acumulação torna-se impossível: a realização e capitalização da mais-valia transformam-se em problemas insolúveis. No momento em que o esquema marxista da reprodução ampliada corresponde à realidade, denuncia o término, o limite histórico do movimento da acumulação, isto é, o fim da produção capitalista. A impossibilidade da acumulação significa, do ponto de vista capitalista, a impossibilidade do desenvolvimento posterior das forças produtivas e, assim, a necessidade histórica objetiva do desabamento do capitalismo. Disso resulta o movimento contraditório da última etapa imperialista, que é o período final da carreira histórica do capital. (LUXEMBURG, 1970, p.364).

A finitude do capital por Luxemburg (1970) é melhor compreendida em seu posicionamento sobre o imperialismo, este, fase em que agentes capitalistas lutam entre si pelos espaços e recursos produtivos. A agudização da disputa levaria a contradições sistêmicas que, colocariam fim ao modo de produção capitalista. Tal colocação é demasiado complexa para ser “digerida rapidamente”, onde para melhor depreende-la segue diagrama com fases:

- 1º) Agudização da competição entre nações capitalistas → 2º) Intensificação das contradições sistêmicas → 3º) Inviabilidade sistêmica.

O imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua luta para conquistar as regiões não-capitalistas que não se encontrem ainda dominadas. Geograficamente, esse meio abrange, ainda hoje, a grande parte da Terra. Mas, comparado com o poder do capital já acumulado nos velhos países capitalistas, que luta para encontrar mercados para seu excesso de produção, e possibilidades de capitalização para sua mais-valia, comparado com a rapidez com que hoje se transformam em capitalistas territórios pertencentes a culturas pré-capitalistas, ou, em outros termos, comparado com o elevado grau das forças produtivas do capital, o campo revela-se mesmo pequeno para a sua expansão.

[...]



A agudização das contradições, derivada, do conflito de interesses entre as nações capitalistas, é o que contribui para o fim do capital: Porém, quanto mais enérgica e violentamente procure o capitalismo a fusão total das civilizações capitalistas, tanto mais rapidamente irá minando o terreno da acumulação do capital. O imperialismo é tanto um método histórico para prolongar a existência do capital, como um meio seguro para objetivamente pôr um fim a sua existência (LUXEMBURG, 1970, p.393).

Para Luxemburg (1970) a força do Imperialismo (maneira como empenha constante acumulação primitiva) também é ação de seu esgotamento, segundo seu esquema de relações internacionais, o fim deste modo de produção está ligado à escassez de suas fontes de recurso:

O capitalismo é a primeira forma econômica com capacidade de desenvolvimento mundial. Uma forma que tende a estender-se por todo o âmbito da terra e a eliminar todas as demais formas econômicas; que não tolera a coexistência de nenhum outro. Mas é também a primeira que não pode existir sozinha, sem outras formas econômicas de que possa alimentar-se. Ao mesmo tempo que tende a converter-se em forma única, fracassa pela incapacidade interna de seu desenvolvimento. (LUXEMBURG, 1970, p.411).

### 3.7 A *práxis* política de Luxemburg

Luxemburg (1970) além de contribuição para a teoria econômica, em vida, almejou muito mais à classe operária, conforme Singer (LUXEMBURG, 1985), interpreta-se que sua *práxis* política além de trágica (pagou com a vida), foi pautada por momentos de frustração, estes, devidos às escolhas da classe operária, frente perspectivas da pensadora. Tal reflexão é importante pois este trabalho também empenha-se sobre o movimento de classe. Luxemburg deteve em sua vida duplo posicionamento: apesar de seu espírito alinhar-se com a revolução trabalhadora, dobra-se ao imediatismo, apoiando reformas trabalhistas (LUXEMBURG, 1985).

Luxemburg (1985) confiou na premissa de classe operária revolucionaria tentando inspira-la, porém, são poucos os personagens históricos que como Lenin, “domaram” a mesma. Nos capítulos seguintes foi trabalhada visão de Arrighi (1998) sobre possibilidade de insurreição operária e como esta é vinculada ao processo de valorização do capital. Conforme Arrighi (1998), a possibilidade de “levante” está vinculada a existência de duas variáveis para o mesmo grupo operário: penúria e poder social; através

desta análise, compreende-se não só fatos históricos, como leis abstratas do movimento social.

De acordo com o anterior ficam questionamentos: Luxemburg confiou em demasia no espírito revolucionário? Deve-se dar importância ao fato de que uma revolucionária chegou a cogitar processos reformistas? O que “esta em jogo” é a percepção de que “ganhos imediatos pelo reformismo” apesar de atrativos a classe trabalhadora e seus intelectuais, tem como revés, esconderem seus grilhões; eis contradição que permeou a vida de Luxemburg e arrasta-se desde o século XIX, trazendo dúvidas aos que refletem sobre o assunto; posicionamentos pertinentes são (Luxemburg, 1985):

- Revisionismo de Eduard Bernstein: É através das pequenas vitórias trabalhistas, que o operariado gradualmente melhora sua condição de vida;
- Lenin: Greves são ferramentas táticas que geridas por um partido de vanguarda visão derrubar o sistema capitalista;
- Rosa: Greves possibilitam ganhos momentâneos a classe operária, mas não eliminam o caráter sistêmico da exploração. O partido de vanguarda deve elevar o espírito das massas acreditando em seu espontaneísmo, não impondo-se sobre as mesmas.

Contribuição particular deste capítulo foi apresentar possibilidade de perpetuação da dinâmica capitalista pela ótica do (e); Luxemburg (1970) elucida que apesar das contradições inerentes ao sistema: evidentes em níveis avançados da reprodução ampliada, é possível tendo em vista problemática do (e), encontrar destino para o mesmo fora da região em estagnação. O foco da pensadora é a “saída” pelas relações internacionais, por meio de conceito já trabalhado por Marx (1996): “acumulação primitiva”; por tal processo, coloca-se a disposição as nações em níveis capitalistas mais avançados forma de perpetuar valorização do capital, tendo como alvo “economias naturais”, sendo complexas as possibilidades de ação: espoliação em si, ganhos financeiros pelo endividamento, gastos com militarismo e, própria exploração de (m) hospedeira, quando subjugado o modo de produção anterior.

A possibilidade de perpetuação sistêmica apresentada por Luxemburg (1970) não é sustentável, muito menos a-histórica, tal como outros modos de produção, é passível de transição; esta é perceptível quando percebe-se que suas variáveis são esgotáveis, de

maneira simplória: a) disponibilidade de territórios e povos a disposição para exploração, mediante condições necessárias a valorização do capital; b) as próprias contradições do sistema capitalista, quando sua dinâmica faz-se vigente. Assim, a utilidade deste arcabouço para o esforço acadêmico está em demonstrar possibilidade de transição sistêmica vide esgotabilidades, trabalha-se com tais argumentos, para pensar: “o que está por vir”.

## 4. O SISTEMA MONOPOLISTA

A tese argumentativa até aqui estruturada focou nas contradições da dinâmica monopolista, refletindo sobre instabilidade no capitalismo, adiante, neste capítulo com Lenin (2011), Baran e Sweezy (1978), apresenta-se antítese cujo foco é estabilidade desta dinâmica em fase monopolista. A argumentação destes pensadores em nada contradiz suas convicções, pois quando deseja-se transição do capitalismo, faz-se necessário reconhecer pontos estruturantes.

No capítulo anterior, através de Luxemburg (1970), foi apresentado desenvolvimento capitalista, pela constante acumulação primitiva. Ainda que tal desenvolvimento levante dúvidas sobre sua viabilidade, o fetichismo em ser caracterizado como “de mercado” é errôneo, tal sistema deve ser corretamente caracterizado como monopolista (LENIN, 2011); eis contribuição de Lenin (2011) quando em “Imperialismo, fase superior do capitalismo”, contextualiza acertadamente em que fase o capitalismo encontra-se, sua força, como contradições relacionadas a transitoriedade sistêmica; particularidade que deriva das relações anteriores permite introduzir como é possível correlacionar instabilidade sistêmica, derivada do movimento proletário.

Delimitada na história contemporânea fase imperialista do capitalismo, Baran e Sweezy (1978) continuam debate sobre problemática do excedente, este iniciado por Marx (1996) com a (m); adiante, com base em Lei Absoluta para perpetuação sistêmica: necessidade de valorização do capital, demonstram a força da fase monopolista, quando apresentam dinâmica para a variável (e) em período contemporâneo.

### 4.1 Transição para o novo imperialismo

A Primeira Guerra Mundial (expressão máxima das intenções monopolistas), é evento histórico contemporâneo a Lenin, servindo como marco elucidativo para fase imperialista. Esta nova fase, tal como explicitado em Luxemburg (1970), iguala-se a colonial, quando opera “acumulação primitiva”, também, diferencia-se da mesma, quando inova em tal processo, conforme Lenin (2011):

Este livro mostra que a guerra de 1914-1918 foi, de ambos os lados, uma guerra imperialista (isto é, uma guerra de conquista, de pilhagem e de rapina), uma guerra pela partilha do mundo, pela divisão e redistribuição das colônias, das esferas de influência, do capital financeiro, etc. (LENIN, 2011, p. 109)

Os dados levantados por Lenin (2011) mostram que o movimento de concentração do capital iniciado no século XIX, traz a luz no século XX, rivalidades monopolísticas à nível internacional. *O Capital* (Marx) tem sua elaboração e publicação pela metade do século XIX, nesta obra Marx (1996) apresenta o esquema de reprodução do capital ainda fortemente ligado a uma dinâmica de mercado concorrencial, advogando que “a livre concorrência gera a concentração da produção, e que a referida concentração, num certo grau do seu desenvolvimento, conduz ao monopólio” (LENIN, 2011, p. 124), posteriormente assinala Lenin (2011), em fins do século XIX, o que antes apenas figurava pontualmente como exceção: a dinâmica de monopólio; agora é um fato. Para o período de 1882 - 1907: “O enorme desenvolvimento da indústria e o processo notavelmente rápido de concentração da produção, em empresas cada vez maiores, constituem uma das características mais marcantes do capitalismo.” (LENIN, 2011, p. 118).

Conforme dados do censo industrial Alemão (LENIN, 2011, p. 118), as grandes empresas em 1907: correspondiam a menos de 1% do total de empresas, empregavam 40% do total de empregados, consomem 75% de toda energia elétrica, operam com produtividade acima da média, sendo a taxa de crescimento de suas unidades de 300% entre 1882 e 1907. Lenin (2011) analisando dados dos EUA para o período, chega a conclusão de que a concentração da produção neste país é ainda mais intensa: “Quase metade da produção global de todas as empresas do país nas mãos de uma centésima parte do total das empresas!” (LENIN, 2011, p. 120). Sendo assim, eis periodização histórica das fases capitalistas:

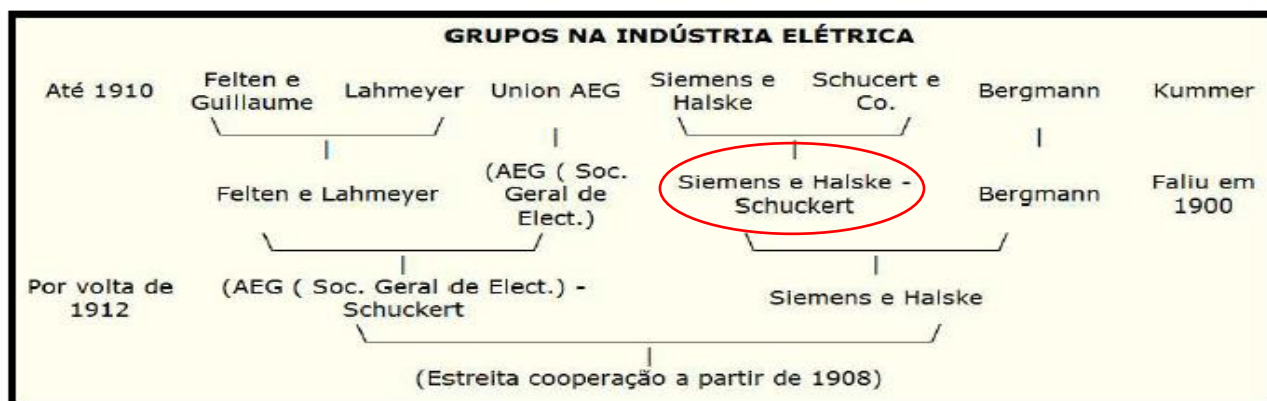
Assim, os principais períodos da história dos monopólios pode se resumir do seguinte modo:

- 1) Décadas de 1860 e 1870, período de grande desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis.
- 2) Após a crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, no entanto eles ainda constituem apenas uma exceção. Carecem ainda de estabilidade, representando ainda um fenômeno transitório.

3) Expansão de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis tornam-se uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo. (LENIN, 2011, p. 127).

Lenin (2011) elucida a consagração do movimento monopolista como pertinente ao século XX, faz isto citando exemplos de companhias que devem sua desenvoltura a tal período, entre tais: *Standard Oil Company* (trust do petróleo estadunidense) e *Bayer* (gigante da indústria química Alemã). A estratégia de concentração e centralização operada por tais companhias, pode também ser exemplificada através do setor elétrico na Alemanha:

Figura 1 - Concentração e centralização no setor elétrico Alemão



Fonte: Lenin, 2011, p.190.

A passagem de um modelo com características de livre mercado, para sucessor com características de concentração e centralização do capital, faz parte da raiz explicativa do porque existiu necessidade européia de conquistar o mundo em fins do século XIX. Conforme observado no capítulo anterior, Luxemburg (1970) mostrou a necessidade de valorização do excedente com base em “constante acumulação primitiva”, sendo que tal valorização não impõe limitações a forma de obter receitas (seja monetária, em recursos naturais e/ou adquirindo propriedade territorial). Assim, foi com tais expectativas que operou-se partilha do mundo no século XIX, movimento correntemente caracterizado de neocolonialismo em referência ao movimento colonial dos séculos XV e XVI. Conforme Lenin (2011, p.201), o colonialismo do século XIX e início do XX fez

com que o mundo em 1900 estivesse totalmente partilhado entre diferentes nações, sendo as nações europeias detentoras dos maiores aglomerados coloniais, seguem dados:

Tabela 5 - Percentagem de território pertencente às potências coloniais europeias e aos EUA

	<b>1876</b>	<b>1900</b>	<b>Diferenças</b>
Na África	10,8 %	90,4 %	79,6 %
Na Polinésia	56,8 %	98,9 %	42,1 %
Na Ásia	51,5 %	56,6 %	5,1 %
Na Austrália	100,0 %	100,0 %	-
Na América	27,5 %	27,2 %	0,30%

Fonte: Lenin, 2011, p.200.

Tabela 6 - Dimensão das possessões coloniais

	<b>Inglaterra</b>		<b>França</b>		<b>Alemanha</b>	
<b>Anos</b>	<b>Superfície (em milhões de milhas quadradas)</b>	<b>População (em milhões)</b>	<b>Superfície (em milhões de milhas quadradas)</b>	<b>População (em milhões)</b>	<b>Superfície (em milhões de milhas quadradas)</b>	<b>População (em milhões)</b>
1815-1830	?	126,4	0,02	0,5	-	-
1860	2,5	145,1	0,2	3,4	-	-
1880	7,7	267,9	0,7	7,5	-	-
1899	9,3	309,0	3,7	56,4	1,0	14,7

Fonte: Lenin, 2011, p.202.

Lenin (2011, p.202/203) através das constatações anteriores, delimita como período pré-monopolista do capitalismo, aquele que vai até 1870, onde dentro deste (nota-se que não elencou um início), a janela temporal de maior competição sistêmica foi entre 1860-1870. A partir de 1870, a ascensão do capitalismo monopolista-financeiro, está intimamente relacionada com o neocolonialismo.

O discurso nas nações europeias modifica-se conforme a conjuntura político-econômica; conforme Lenin (2011, p.203), discurso inicial foi: “Na época de maior

florescimento da livre concorrência na Inglaterra, entre 1840 e 1860, os dirigentes políticos burgueses deste país eram adversários da política colonial, e consideravam útil e inevitável a emancipação das colônias e a sua separação completa da Inglaterra.” Posteriormente, com os possíveis ganhos monopolísticos:

A salvação está no monopólio, repetiam os chefes políticos da burguesia, apressando-se a apoderar-se das partes do mundo ainda não repartidas. E Cecil Rhodes, segundo conta um seu amigo íntimo, o jornalista Stead, dizia-lhe em 1895, a propósito das suas ideias imperialistas: “Ontem estive no East-End londrino (bairro operário) e assisti a uma assembleia de desempregados. Ao ouvir ali discursos exaltados cuja nota dominante era: pão!, pão!, e ao refletir, de regresso a casa, sobre o que tinha ouvido, convenci-me, mais do que nunca, da importância do imperialismo ... A ideia que acalento representa a solução do problema social: para salvar os 40 milhões de habitantes do Reino Unido de uma mortífera guerra civil, nós, os políticos coloniais, devemos apoderar-nos de novos territórios; para eles enviaremos o excedente de população e neles encontraremos novos mercados para os produtos das nossas fábricas e das nossas minas. O império, sempre o tenho dito, é uma questão de estômago. Se quereis evitar a guerra civil, deveis tornar-vos imperialistas.” (LENIN, 2011, p.204).

A próxima tabela traz não só informes sobre a intensidade do colonialismo na transição para o século XX, como tipificação intermediária, para aquelas nações que encontram-se entre metrópoles e colônias, os países semi-dependentes. Estes últimos, nações que apesar da independência política, são subservientes a ordem internacional, por conta de variáveis específicas - aqui o capital financeiro (LENIN, 2011, p.208). Entre as nações dependentes Lenin (2011, p.214) cita Portugal; não só dependia do protetorado Inglês frente a França e Espanha, como, por isso, suas possessões acabavam por ser possessões inglesas.



Tabela 7 - Possessões coloniais das grandes potências (milhões de Km<sup>2</sup> e milhões Hab.)

<i>Países</i>	<i>Colônias</i>				<i>Metrópoles</i>		<i>Total</i>	
	<i>1876</i>		<i>1914</i>		<i>1914</i>		<i>1914</i>	
	<i>Km<sup>2</sup></i>	<i>Hab.</i>	<i>Km<sup>2</sup></i>	<i>Hab.</i>	<i>Km<sup>2</sup></i>	<i>Hab.</i>	<i>Km<sup>2</sup></i>	<i>Hab.</i>
Inglaterra	22,5	251,9	33,5	393,5	0,3	46,5	33,8	440,0
Rússia	17,0	15,9	17,4	33,2	5,4	136,2	22,8	169,4
França	0,9	6,0	10,6	55,5	0,5	9,6	11,1	95,1
Alemanha	-	-	2,9	12,3	0,5	64,9	3,4	77,2
Estados Unidos	-	-	0,3	9,7	9,4	97,0	9,7	106,7
Japão	-	-	0,3	19,2	19,2	53,0	0,7	72,2
Total para as 6 grandes potências	40,4	273,8	65,0	523,4	16,5	437,2	81,5	960,6
Colônias das outras potências (Bélgica, Holanda, etc.)							9,9	45,3
Semicolônias (Pérsia, China, Turquia)							14,5	361,2
Outros países							28,0	289,9
<b>Total a Terra</b>							<b>133,9</b>	<b>1.657,0</b>

Fonte: Lenin, 2011, p.206.

As grandes potências monopolistas do século XX, representantes de seu capital nacional, ao operar conquista territorial, tem por objetivo desbancar sua irmandade concorrente, ou seja, não só obtém retornos das colônias, como convertem tais em ferramenta competitiva contra seus semelhantes, conforme Lenin (2011):

Os capitalistas ingleses procuram por todos os meios ampliar a produção de algodão na sua colônia, o Egito (em 1904, dos 2.300.0000 hectares de terra cultivada no Egito, 60.000, isto é, mais da quarta parte, eram já destinados a algodão); os russos fazem o mesmo no Turquestão, que é uma colônia sua. Deste modo, lhes é mais fácil vencer os seus concorrentes estrangeiros, é-lhes mais fácil monopolizar as fontes de matérias-primas, criar um truste têxtil mais econômico e mais lucrativo, com produção “combinada”, que concentre numa só mão todas as fases da produção e da transformação do algodão (LENIN, 2011, p.211).

Também, conforme explicitado em capítulo anterior, foram inesgotáveis as formas como subjugou-se as nações coloniais (LUXEMBURG, 1970): das diretas como “o canhão”, as sutis como a “exportação de capital”. Com relação a esta última, a exportação de capital podia agir de diferentes formas para dominar as “economias naturais”, seja exportando capital produtivo e subjugando os modos de produção naturais ou (LENIN, 2011, p.211), através de metodologia financeira, tal como o endividamento; este angariava direitos futuros, para apropriação das riquezas coloniais (LENIN, 2011, p.228).

## 4.2 O papel do capital financeiro na transição para o novo imperialismo

A elucidação por Lenin (2011, p.159) do sistema monopolista parte das instituições financeiras, isto, não só por serem representantes do capital dominante nesta fase sistêmica, mas, por terem sido ao longo da história do capital, agentes catalisadores da concentração e centralização. A força do setor financeiro também advém da separação de fatores, típica do capitalismo, assim, se nesta já existe a separação entre capital-dinheiro e capital-produtivo (bem como seus agentes representantes), este distanciamento é amplificado na fase monopolista do capital:

Como é próprio do capitalismo em geral separar a propriedade do capital da sua aplicação à produção, separar o capital-dinheiro do capital industrial ou produtivo, separar o rentista, que vive apenas dos rendimentos provenientes do capital dinheiro, do empresário e de todas as pessoas que participam diretamente na gestão do capital. O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do rentista e da oligarquia financeira, a situação destacada de uns quantos Estados de “poder” financeiro em relação a todos os restantes (LENIN, 2011, p. 176/177).

Agente nuclear do sistema financeiro são os bancos e, inicialmente, tiveram como função apenas a intermediação de meios de pagamento, conforme Lenin (2011):

A função fundamental e inicial dos bancos é a de intermediários nos pagamentos. Realizando-a eles convertem o capital-dinheiro inativo em capital ativo, isto é, em capital criador de lucro, e reunindo toda as diversas espécies de rendimentos em dinheiro, coloca-os à disposição da classe capitalista (LENIN, 2011, p. 127).

Adiante, em posterior etapa de desenvolvimento, a importância das atividades bancárias e/ou a concentração destes estabelecimentos (maior quantidade de poder em menor número de agentes), possibilita a tal ramo monopolizar o capital, onde devido representar interesses diversos, a concentração que ocorre para os bancos, descentraliza-se para outros ramos, de acordo com Lenin (2011):

À medida que vão aumentando as operações bancárias e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, estes convertem-se, de modestos intermediários que eram antes, em monopolistas onipotentes, que dispõem de quase todo o capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos empresários, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países (LENIN, 2011, p. 138).

Tabela 8 - Concentração bancária alemã

### **PERCENTAGEM DE TODOS OS DEPÓSITOS**

<i>Anos</i>	<i>Nos 9 grandes bancos berlinenses</i>	<i>Nos 48 bancos restantes com capital superior a 10 milhões de marcos</i>	<i>Nos 115 bancos com capital de 1 a 10 milhões</i>	<i>Nos bancos pequenos (com menos de 1 milhão)</i>
1907-1908	47	32,5	16,5	4
1912-1913	49	36	12	3

Fonte: Lenin, 2011, p.139.

Tabela 9 - Dependência das instituições menores perante maiores

		<i>Dependência do 1o. Grau</i>	<i>Dependência do 2o. Grau</i>	<i>Dependência do 3o. Grau</i>
o "Deutsche Bank" participa	permanentemente	Em 17 bancos	dos quais 9 participam noutros 34	dos quais 4 participam noutros 7.
	por tempo indeterminado	5		
	eventualmente	8	dos quais 5 participam noutros 48	dos quais 2 participam noutros 2.
<b>TOTAL</b>		Em 30 bancos	dos quais 14 participam noutros 48	dos quais 6 participam noutros 9.

Fonte: Lenin, 2011, p.141.

Conforme Lenin (2011), formas burocráticas de como os grandes bancos absorvem (aumentam seu poder) os menores (ou instituições de outros ramos) são: participação no capital; participação na alta administração da instituição; compra ou troca de ações; por meio do sistema de crédito. Sendo que a formação deste grande conglomerado, inicia-se (tal como na Europa analisada por Lenin) pela absorção de

instituições nacionais, para depois, partir para escala global. A definição desta centralização bancária:

[...] na subordinação a um centro único de um número cada vez maior de unidades econômicas que antes eram relativamente “independentes”, ou, para termos mais exatos, eram localmente limitadas. Deste modo, o que existe na realidade é centralização, um reforço do papel, da importância e do poder dos monopólios gigantes (LENIN, 2011, p. 142/143).

O aumento do poder bancário também decorre de sua produtividade, por exemplo, quando opera divisão do trabalho em suas atividades (pessoas física e jurídica, agronegócio, etc) e, quando a partir de suas operações básicas, gradualmente, engrandece perante o mercado (LENIN, 2011):

Os capitalistas dispersos acabam por constituir um capitalista coletivo. Ao movimentar contas correntes de vários capitalistas, o banco realiza, aparentemente, uma operação puramente técnica, unicamente auxiliar. Mas quando esta operação cresce até atingir proporções gigantescas, resulta que um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições - por meio das suas relações bancárias, das contas correntes e de outras operações financeiras -, primeiro de conhecer com exatidão a situação dos diferentes capitalistas, depois de controlá-los, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou a restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o, e, finalmente, de decidir inteiramente sobre o seu destino, determinar a sua rentabilidade, privá-los de capital ou permitir-lhes aumentá-lo rapidamente e em proporções enormes, etc (LENIN, 2011, p. 144).

A força destas instituições financeiras está implícita em sua rentabilidade, conforme Lenin (2011), os lucros do capital financeiro comportam-se de maneira cautelosa durante as flutuações econômicas; aproveitando-se das relações e informações nas quais estão envoltas, conseguem obter ganhos nas fases de expansão e contração econômica:

Se em períodos de expansão os lucros do capital financeiro são desmedidos, durante os períodos de depressão arruinam as pequenas empresas e as empresas pouco fortes, enquanto os grandes bancos “participam” na aquisição das mesmas a baixo preço, ou no seu lucrativo “saneamento” e “reorganização” (LENIN, 2011, p. 171).

Para demonstrar a dependência da sociedade, já no século XX do sistema financeiro, Lenin (2011) apresenta dados das expansões monetárias:

Tabela 10 - Total das emissões

(Em bilhões de francos em cada dez anos)

1871-1880	76,1
1881-1890	64,5
1891-1900	100,4
1901-1910	197,8

Fonte: Lenin, 2011, p.177.

Tabela 11 - Total dos valores em 1910

(Em bilhões de francos)

Inglaterra	142	<b>479</b>
Estados Unidos	132	
França	110	
Alemanha	95	
Rússia	31	
Áustria-Hungria	24	
Itália	14	
Japão	12	
Holanda	12,5	
Bélgica	7,5	
Espanha	7,5	
Suíça	6,25	
Dinamarca	3,75	
Suécia, Noruega, Romênia, etc.	2,5	
<b>Total</b>	<b>600</b>	

Fonte: Lenin, 2011, p.178.

A setor financeiro não limitou-se a hegemonia regional e, passa buscar rentabilidade além de suas fronteiras. As lógicas até aqui trabalhadas: 1) Busca do capital por valorização; 2) Saída internacional em busca de valorização do excedente; fazem parte do arcabouço explicativo de ascensão financeira. Lenin (2011, 181) atribui que parte do excedente necessário à expansão financeira do século XX advém da Inglaterra, não só de sua fase expansionista material, mas da sua decadente financista (argumento que será posteriormente apresentado em dialeto Arriguiano). Adiante, a existência deste excedente vai dar a tônica diferenciadora entre o velho eo novo capitalismo: “O que caracterizava o velho capitalismo, onde reinava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital.” (LENIN, 2011, p. 180).

A exportação deste capital a nações subalternas seria a nova base dos investimentos internacionais: “Nestes países atrasados o lucro é em geral elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários relativamente baixos, e as matérias-primas baratas.” (LENIN, 2011, p. 181).

Tabela 12 - Capital investido no estrangeiro p.98

(Em bilhões de francos)

<i>Anos</i>	<i>Inglaterra</i>	<i>França</i>	<i>Alemanha</i>
1862	3,6		
1872	15	10 (1869)	
1882	22	15 (1880)	?
1893	42	20 (1890)	?
1902	62	27-37	12,5
1914	75-100	60	44

Fonte: Lenin, 2011, p.182.

Tabela 13 - Partes do mundo entre as quais estão distribuídos os capitais investidos no estrangeiro p.99

**(POR VOLTA DE 1910)**

(Em bilhões de marcos)

	<i>Inglaterra</i>	<i>França</i>	<i>Alemanha</i>	<i>Total</i>
Europa	4	23	18	4
América	37	4	10	51
Ásia, África e Austrália	29	8	7	44
<b><i>Total</i></b>	<b><i>70</i></b>	<b><i>35</i></b>	<b><i>35</i></b>	<b><i>140</i></b>

Fonte: Lenin, 2011, p.183.

A exportação de capital para os periféricos no início do século XX dá uma ideia da expansão do capitalismo, como da intenção dos países exportadores, dada as características do capital exportado - IDE ou em carteira. A busca de rentabilidade no estrangeiro é alavancada pela concorrência entre as nações centrais que, por mais que não se encontrem em condições de estabilidade econômica, oferecem empréstimos para minar seus rivais (LENIN, 2011, p.184).

Como uma “venda casada”, as nações centrais direta ou indiretamente formalizam acordos adicionais aos créditos concedidos, ou seja, em troca deste recurso, “solicitam cordialmente” que outras mercadorias e/ou serviços sejam adquiridos pelas nações periféricas. Além destas vias de rentabilidade, outra estratégia adotada pelas nações capitalistas no início do século XX, foi a implantação de instituições financeiras, nas nações onde adentravam seus recursos, tal ação configura mais uma forma de se aproveitar não só do fluxo financeiro internacional, mas também do local (LENIN, 2011, p.185/186).

### 4.3 A fase imperialista

Foi apresentado conforme Lenin (2011), particularidades da fase imperialista do capitalismo, esta, característica do século XX; a transição para a mesma (domínio do monopólio) acontece quando no desenvolvimento do capitalismo de mercado (domínio da livre concorrência), características fundamentais do mesmo, transformam-se em sua antítese. No entanto, os monopólios presentes nesta fase, não eliminam a livre concorrência, mas coexistem com a mesma, assim, conforme Lenin (2011), o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo e, momento transitório para um regime superior (LENIN, 2011, p.216/217). Consoante com tal pensador, a relação mutualística entre monopólio e concentração capital, identifica transição entre fases:

Daqui se infere claramente que, ao chegar a um determinado grau do seu desenvolvimento, a concentração por si mesma, por assim dizer, conduz diretamente ao monopólio, visto que, para umas quantas dezenas de empresas gigantescas, é muito fácil chegarem a acordo entre si e, por outro lado, as dificuldades da concorrência e a tendência para o monopólio nascem precisamente das grandes proporções das empresas (LENIN, 2011, p. 120).

Diversos fatores corroboram na elucidação do porque as relações de produção optaram pelo monopolismo, todas elas envolvendo a premissa de rentabilidade extraordinária do capital. São plenamente conhecidas no século XXI, as vantagens que permearam a transição para o sistema monopolista por volta do século XX, entre estas a concentração, combinação e o cartel, de acordo com Lenin (2011):

O enorme desenvolvimento da indústria e o processo notavelmente rápido de concentração da produção, em empresas cada vez maiores, constituem uma das características mais marcantes do capitalismo (LENIN, 2011, p. 118).

Mas não é assim. Nem todos os ramos da indústria possuem grandes empresas; por outro lado, uma particularidade extremamente importante do capitalismo, chegado ao seu mais alto grau de desenvolvimento, é a chamada integração, isto é, a reunião numa única empresa de diferentes ramos da indústria que possam abranger fases sucessivas da elaboração de uma matéria-prima (por exemplo, a fundição do minério de ferro, a transformação do ferro fundido em aço e, em certos casos, a produção de determinados artigos de aço) ou que desempenham um papel auxiliar uns em relação aos outros (por exemplo, a utilização dos resíduos ou dos produtos secundários, a produção de embalagens, etc.) (LENIN, 2011, p. 121).



[...] elimina as diferenças de conjuntura e garante, também, à empresa combinada uma taxa de lucro mais estável. Em segundo lugar, a integração conduz à eliminação do comércio. Em terceiro lugar, permite o aperfeiçoamento técnico e, por conseguinte, a obtenção de lucros suplementares em comparação com as empresas 'simples' (isto é, não integradas). Em quarto lugar, na luta de concorrência que se desencadeia durante as fortes depressões (dificuldade nos negócios, crise), quando a queda dos preços das matérias-primas não acompanha a baixa dos preços dos artigos manufaturados, ela fortalece a posição da empresa integrada em confronto com a da empresa 'simples' (LENIN, 2011, p. 121).

Os cartéis estabelecem entre si acordos sobre as condições de venda, as trocas, os prazos de pagamento, etc. Repartem os mercados entre si. Fixam a quantidade de produtos a fabricar. Estabelecem os preços. Repartem os lucros entre as diversas empresas, etc (LENIN, 2011, p. 127).

As estratégias monopolistas intensificam-se na fase imperialista, onde as nações centrais em suas relações com as regiões periféricas, conseguem com uma mesma transação, além de seu retorno primário, retornos secundários derivados da primeira; processo comumente conhecido como “venda casada”; exemplo: a concessão de créditos para investimento, cujo bem de capital provém também da nação credora, conforme Lênin (2011):

[...] maquinações do capital financeiro, que não se preocupa com a moral burguesa e esfola o boi duas vezes: primeiro o lucro do empréstimo, e depois o lucro desse mesmo empréstimo investido na aquisição de artigos da Krupp ou material ferroviário do sindicato do aço, etc. (LENIN, 2011, p.254).

O manual de sobrevivência imperialista foca em espoliar as nações fragilizadas, porém, não descarta a possibilidade de eliminar grandes *players*. Exemplo disto é a política de anexação territorial, onde apesar de ser preponderante a acumulação primitiva em detrimento das economias naturais, para as grandes potências, anexar território industrializado é subjugar concorrente com nível páreo de desenvolvimento; prática relegada a última instância, vide reais possibilidades de réplica letal, vide Guerras Mundiais (LENIN, 2011, p.221).

Por fim, apesar do caráter condicional e relativo de qualquer definição, Lenin (2011) resumidamente elenca pontos fundamentais, que caracterizam passagem para fase imperialista:

Em primeiro lugar: o monopólio é um produto da concentração da produção num grau muito elevado do seu desenvolvimento. Formam-se, então, as associações monopolistas dos capitalistas, os cartéis, os sindicatos e os trustes. (LENIN, 2011, p.263).

Em segundo lugar: os monopólios conduziram ao controle, cada vez maior, das mais importantes fontes de matérias-primas [...] (LENIN, 2011, p.264).

Em terceiro: os monopólios surgiram através dos bancos, os quais, de modestas empresas intermediárias que eram antes, se transformaram em monopolistas do capital financeiro. Três ou cinco grandes bancos de cada uma das nações capitalistas mais avançadas realizaram a “união pessoal” do capital industrial e bancário [...] (LENIN, 2011, p.264).

Quarto: os monopólios nasceram da política colonial. Aos numerosos “velhos” motivos da política colonial, o capital financeiro acrescentou a luta pelas fontes de matérias-primas, pela exportação de capitais, pelas “esferas de influência”, isto é, as esferas de transações lucrativas, de concessões, de lucros monopolistas, etc., e, finalmente, pelo território econômico em geral. (LENIN, 2011, p.265).

#### 4.4 Os postulados de Lenin e o processo de transição sistêmica

Lenin (2011, p.238) traçou cenário de degeneração político-econômica para uma Europa imperialista. Isto ocorreria conforme os ganhos (espólios) provenientes das regiões periféricas e o parasitismo rentista (possibilidade de rentabilidade através de atividades desvinculadas da produção) “desconstruíssem” as virtudes do trabalho produtivo. O resultado seria uma sociedade cujo tecido social é composto de classe rentista, mais prole de serviços comprados por favores.

A consequência para uma sociedade regida pelo monopólio é a estagnação econômica, relacionada ao descrédito pelo trabalho produtivo, tal cenário é ilustrado por Lenin (2011) tendo como base as potências desenvolvidas, conforme o mesmo (2011, p.231/232): “[...] o monopólio capitalista gera inevitavelmente uma tendência para a estagnação e para a decomposição. Na medida em que se fixam, ainda que temporariamente, preços monopolistas, desaparecem até certo ponto as causas estimulantes do progresso técnico [...]”. Apesar do anterior, o monopólio não elimina (não consegue e/ou não lhe convém) totalmente a concorrência, mas coexiste com a mesma.

Diversos são os posicionamentos que admitem a viabilidade sistêmica do capitalismo, seja adotando a atual fase monopolista (Kautsky) ou propondo ingênua concorrência auto-reguladora. Com relação a esta última, Lenin (2011) relembra que o movimento imperialista nasce da intensificação concorrencial e consequente concentração do capital:

Os raciocínios de Kautsky não podem ter outro sentido, e este “sentido” é um sem sentido. Admitamos que sim, que a livre concorrência, sem monopólios de nenhuma espécie, poderia desenvolver o capitalismo e o comércio mais rapidamente. Mas quanto mais rápido é o desenvolvimento do comércio do capitalismo, mais intensa é a concentração da produção e do capital que gera o monopólio. E os monopólios nasceram já, precisamente da livre concorrência! Mesmo se os monopólios refrearam atualmente o seu desenvolvimento, isto não é, apesar de tudo, um argumento a favor da livre concorrência, que se tornou impossível depois de ter gerado os monopólios. (LENIN, 2011, p.250).

Lenin (2011, p.198) faz crítica a Kautsky quando este argumenta uma paz mundial derivada do desenvolvimento dos monopólios, tal posicionamento pode derivar do equívoco - quando não feito de maneira premeditadamente enganosa -, de observador desatento à história, quando confunde a forma da disputa (e sua intensidade), com seu conteúdo (a busca pelo lucro), de outra forma, a intensidade da disputa pode variar, mas não sua forma:

Os capitalistas não partilham o mundo levados por uma particular perversidade, mas porque o grau de concentração a que se chegou os obriga a seguir esse caminho para obterem lucros; e repartem-no “segundo o capital”, “segundo a força”; qualquer outro processo de partilha é impossível no sistema da produção mercantil e no capitalismo. (LENIN, 2011, p.198).

Substituir o conteúdo da luta e das transações entre os grupos capitalistas pela forma desta luta e destas transações (hoje pacífica, amanhã não pacífica, depois de amanhã outra vez não pacífica) significa descer ao papel de sofista. (LENIN, 2011, p.199).

Na competição pelo cenário internacional, as nações capitalistas travam guerras “pacíficas e não pacíficas”, as tréguas que intercalam tais, apesar de configurarem acordos internacionais, não podem ser confundidas como uma tendência à paz, tal confusão apenas “ilude plateia desatenta”, dando a impressão de evolução moral deste modo de produção, concernente a Lenin (2011):

Por isso, as alianças “interimperialistas” ou, ultraimperialistas, no mundo real capitalista, e não na vulgar fantasia filistina dos padres ingleses ou do “marxista” alemão Kautsky - seja qual for a sua forma: uma coligação imperialista contra outra coligação imperialista, ou uma aliança geral de todas as potências imperialistas -, só podem ser, inevitavelmente, “tréguas” entre guerras. As alianças pacíficas preparam as guerras e por sua vez surgem das guerras, conciliando-se mutuamente, gerando uma sucessão de formas de luta pacífica e

não pacífica sobre uma mesma base de vínculos imperialistas e de relações recíprocas entre a economia e a política mundiais. (LENIN, 2011, p.258).

Ainda, contraposição feita por Lenin (2011), aqueles que divergem apenas das “anexações monopolísticas” no capitalismo, delimita o cerne da proposta política do pensador e político; para este, aqueles apenas “arranham” membro de um corpo, que tem como *modus operandi* a exploração do trabalho, sendo assim, conforme tal, a raiz que precisa ser cortada (para ter fim o caráter exploratório do sistema) é a própria exploração do trabalho alheio:

A objeção, completamente plausível na aparência, equivale, na realidade, a uma defesa mais subtil, mais velada (e por isso mesmo mais perigosa), da conciliação com o imperialismo, pois uma “luta” contra a política dos trustes e dos bancos que deixe intactas as bases da economia de uns e outros não passa de reformismo e pacifismo burgueses, não vai além das boas e inofensivas intenções. Voltar as costas às contradições existentes e esquecer as mais importantes, em vez de as descobrir em toda a sua profundidade: é isso a teoria de Kautsky, o que nada tem a ver com o marxismo. (LENIN, 2011, p.224).

As concepções que tentam purificar o capitalismo conforme ilustrado, segundo Lenin (2011), apenas inspiram anseios reacionários as massas desavisadas, tal é o ultra-imperialismo de Kautsky, que preconiza uma tendência harmoniosa dos interesses monopolistas:

Quaisquer que fossem as boas intenções dos padres ingleses ou do melífluo Kautsky, o sentido objetivo, isto é, o verdadeiro sentido social da sua “teoria” é um e só um: a consolação arquireacionária das massas com a esperança na possibilidade de uma paz permanente sob o capitalismo, desviando a atenção das agudas contradições e dos agudos problemas da atualidade, para a dirigir para as falsas perspectivas de um pretenso novo o ultraimperialismo- futuro. Para além do engano das massas, a teoria “marxista” de Kautsky nada mais contém. (LENIN, 2011, p.256).

Concernente ao apresentado, fica patente que proposta de práxis política em Lenin (2011) concebe não só a organização trabalhadora, mas o engajamento desta contra a exploração do trabalho. Tal estratégia deve aproveitar-se das inevitáveis contradições do sistema monopolista, que longe de suprimir as crises econômicas, intensifica as mesmas. Lenin (2011) viu na conjuntura bélica do séc. XX oportunidade de colocar vivência em

prática, e, de fato, coordenou a Revolução de 1917; mesmo que tal não tenha obtido o encadeamento internacional desejado:

Como consequência da ruína mundial, resultado da guerra, vê-se crescer, pois, uma crise revolucionária mundial que, por mais longas e duras que sejam as vicissitudes que a atravessa, não poderá terminar de outra forma que não seja a revolução proletária e a sua vitória (LENIN, 2011, p. 111).

Na compreensão de como um movimento proletário pode angariar forças e agir oportunamente, Lenin (2011) delimita tal acontecimento a certa fase de maturidade no próprio movimento, onde não basta a organização de classe mas, o seu não aburguesamento; contrariamente ao anterior e, estabelecida antítese em seu meio (o aburguesamento), faz-se dificultosa uma reversão, conforme tal:

O oportunismo não pode ser agora completamente vitorioso no movimento operário de um país, durante dezenas de anos, como aconteceu na Inglaterra na segunda metade do século XIX, mas em alguns países atingiu a sua plena maturidade, passou essa fase e decompôs-se, fundindo-se completamente, sob a forma do social chauvinismo, com a política burguesa. (LENIN, 2011, p.243).

Além da organização trabalhadora, Lenin (2011) advogou que apesar do imperialismo (capital financeiro mais relações monopolistas) ir contra a autodeterminação dos povos, as nações subjugadas, gradativamente, adquirem ferramentas emancipatórias derivadas do seu processo de dominação. O resultado seria uma tendência a emancipação, dando Lenin (2011) um caráter revolucionário a mesma:

O próprio capitalismo proporciona pouco a pouco, aos submetidos, meios e processos adequados de emancipação. E as referidas nações formulam o objetivo que noutros tempos foi o mais elevado entre as nações europeias: a criação de um Estado nacional único como instrumento de liberdade econômica e cultural. (LENIN, 2011, p.260).

Particularidade na argumentação de Lenin (2011) que enseja transição sistêmica é admissão por parte do mesmo de que a dinâmica à qual foi contra, estava-se no auge do

seu desenvolvimento, daí sua caracterização como “última fase de uma pré-história humana”, conforme o mesmo:

O capitalismo, no seu conjunto, desenvolve-se muito mais rapidamente do que antes, mas este crescimento não só é cada vez mais desigual como a desigualdade se manifesta também, de modo particular, na decomposição dos países mais ricos em capital (Inglaterra). (LENIN, 2011, p.266).

De tudo o que dissemos sobre a essência econômica do imperialismo deduz-se que se deve qualificá-lo de capitalismo de transição ou, mais propriamente, de capitalismo agonizante. (LENIN, 2011, p.268).

[...] então percebe-se com evidência que nos encontramos face uma socialização da produção, e não perante um simples “entrelaçamento”, percebe-se que as relações de economia e de propriedade privadas constituem um invólucro que já não corresponde ao conteúdo, que esse invólucro deve inevitavelmente decompor-se e, se a sua supressão for adiada artificialmente, que pode permanecer em estado de decomposição durante um período relativamente longo (no pior dos casos, se a cura do tumor oportunista se prolongar demasiado), mas que, de qualquer modo, será inelutavelmente suprimida. (LENIN, 2011, p.269).

Na primeira parte deste capítulo delimita-se historicamente gênese da fase monopolista, pertinente a passagem século XIX - século XX, também, como através da concentração e centralização do capital ocorre evolução da dinâmica de mercado, processo envolto e catalisado pelo setor financeiro. O anterior vai de encontro a necessidade de valorização do capital, Lei Absoluta do modo de produção capitalista (MARX, 1996), onde a limitação local não é uma opção, sendo necessária dinâmica internacional para valorização de (e) crescente (LUXEMBURG, 1970), tal contexto foi apresentado sobre a perspectiva de Lenin (2011), onde particular posição no mesmo é propor transição sistêmica (vide contradições), diante de ápice da dinâmica, tal posicionamento aparentou e aparenta ser contraditório, sendo a Revolução Russa de 1917 argumento robusto de sua viabilidade.

Ainda nesta etapa, no que tange possibilidade de transição e, a dependência desta do povo: complexo tecido social, composto por espectros da classe dominante à operária, estas, pertinentes a outro espectro, das nações centrais as periféricas, então, variáveis passíveis de análise para almejar resultado, Lenin (2011) dominando o tema, aponta a importância para o movimento revolucionário de classe operária consciente, onde seu revés: o aburguesamento, conforme o mesmo:

Durante dezenas de anos Marx e Engels estudaram sistematicamente essa relação entre o oportunismo no movimento operário e as particularidades imperialistas do capitalismo inglês. Engels escrevia, por exemplo, a Marx, em 7 de Outubro de 1858: “O proletariado inglês vai se aburguesando de fato cada vez mais; pelo que se vê, esta nação, a mais burguesa de todas, aspira a ter, no fim de contas, ao lado da burguesia, uma aristocracia burguesa e um proletariado burguês. Naturalmente, por parte de uma nação que explora o mundo inteiro, isto é, até certo ponto, lógico”. Quase um quarto de século depois, na sua carta de 11 de Agosto de 1881, fala das “piores trade-unions inglesas que permitem que gente vendida à burguesia, ou, pelo menos, paga por ela, as dirija”. E em 12 de Setembro de 1882, numa carta a Kautsky, Engels escrevia: “Pergunta-me o que pensam os operários ingleses acerca da política colonial. O mesmo que pensam da política em geral. Aqui não há um partido operário, há apenas partido conservador e liberal radical e os operários aproveitam-se, juntamente com eles, com a maior tranquilidade do mundo, do monopólio colonial da Inglaterra e do seu monopólio no mercado mundial.”<sup>13</sup> 13 Briefwechsel von Marx und Engels, Bd II, S.290; IV, 433; K Kautsky. Sozialismus und Kolonialpolitik, Berlin, 1907, S. 79. Este opúsculo foi escrito nos tempos, já tão remotos, em que Kautsky era marxista. (LENIN, 2011, p.241/242).

O aburguesamento permeia as nações, sendo nítido nas centrais, a classe proletária nesta (por mais que explorada), tende ver com bons olhos as ações de sua classe dominante nas relações internacionais, além, deixa-se subjugar por relações locais que lhe aparentam aceitáveis (o domínio burguês dos sindicatos). Eis retrato fiel de conjuntura vigente, vide grau de alienação das classe populares (e médias) nos países centrais, estas, apoiando com fé política militarista de suas respectivas nações; raciocínio que levado além, deixa indagação: qual a diferença comportamental das classes populares nos países dominantes, quando não só são beneficiárias dos retornos imperialistas (caráter estável), mas, quando passam a sofrer reveses do esgotamento sistêmico (caráter instável)? Esta indagação faz-se perspicaz, uma vez que neste trabalho questiona-se a estabilidade do padrão de acumulação imperialista. Tal questionamento foi abordado com Arrighi (1998) em capítulo que segue, tal, demonstrando a força que o ganho trabalhista tem, para a estabilidade ou instabilidade sistêmica.

Por fim, Lenin (2011) traz contribuição fundamental aos que investigam viável transição sistêmica, isto, quando relembra analogia feita em Marx (1996), sobre o invólucro em decomposição que é a sociedade capitalista, esta, em seu núcleo, já possui os componentes necessários a formação do posterior modo de produção, conforme tal, a produção organizada ensaiada por Saint-Simon:

“A anarquia atual da produção, consequência do fato das relações econômicas se desenvolverem sem uma regulação uniforme, deve dar lugar à organização da

produção. A produção não será dirigida por empresários isolados, independentes uns dos outros, que ignoram as necessidades econômicas dos homens; a produção encontrar-se-á nas mãos de uma instituição social determinada. O comitê central de administração, que terá a possibilidade de observar a vasta esfera da economia social de um ponto de vista mais elevado, regulará da maneira mais útil para toda a sociedade, entregará os meios de produção nas mãos apropriadas para isso, e preocupar-se-á, sobretudo, com a existência de uma harmonia constante entre a produção e o consumo. Existem instituições que incluíram entre os seus fins uma determinada organização da atividade econômica: os bancos. Estamos ainda longe do cumprimento destas palavras de Saint-Simon, mas encontramos-nos já em vias de o conseguir: será um marxismo diferente do que Marx imaginava, mas diferente apenas na forma.”

Não há dúvida: excelente “refutação” de Marx, que dá um passo atrás, que retrocede da análise científica exata de Marx para a conjectura - genial, mas mesmo assim conjectura - de Saint-Simon. (LENIN, 2011, p.270).

#### 4.5 A grande empresa e suas características

Já foi introduzido papel da Grande Empresa no sistema monopolista, onde Baran e Sweezy (1978) trazem elucidação para tal, no século XX:

A grande sociedade anônima começou a surgir na segunda metade do século XIX, primeiro nos campos das finanças e ferrovias, estendendo-se a indústria, na passagem do século, e invadindo mais tarde outros setores da economia nacional. (BARAN e SWEEZY. *Capitalismo Monopolista*, 1978, p.38)

Como bem exemplificado em seu método, Baran e Sweezy (1978) pretendem abstrair a realidade da melhor forma possível, com intenção de depreende-la de maneira superior posteriormente, assim, sendo objetivo definir um padrão de comportamento para a grande empresa, estes não seguem a “teoria organizacional” em Herbert A. Simon (a grande empresa não mais seria movida pela “maximização do lucro” conforme a pretérita pequena empresa) mas, baseando-se em suas próprias constatações, chegam a conclusão:

[...] a economia das grandes empresas, é mais, e não menos, dominada pela lógica do lucro como a economia dos pequenos empresários jamais pôde ser.

Poderíamos julgar que isto basta para refutar a tese da empresa dotada de alma e ao mesmo tempo justificar o procedimento dos economistas que ignoram totalmente a ascensão da forma de empresa conhecida como sociedade anônima e continuaram raciocinando em termos do empresário individual.

[...] porém, a suposta alma da empresa está relacionada não só com a sua atitude para a obtenção de lucros, mas também com a sua atitude para com a utilização dos lucros [...] (BARAN e SWEEZY. *Capitalismo Monopolista*, 1978, p.37)



Sobre o poder de ação das grandes empresas estar atrelado a grupos de interesse (grupos dos quais as empresas dependem), conforme Baran e Sweezy (1978), esta relação é tão mais fraca, quanto maior a independência financeira das mesmas:

Uma série de fatos afrouxou ou rompeu os laços que ligavam antigamente os grandes grupos de interesses. [...] Mais tarde, essa necessidade declinou de importância e desapareceu totalmente, a medida que as empresas, colhendo ricos lucros monopolistas, puderam atender suas necessidades financeiras com fundos criados internamente. (BARAN e SWEEZY. *Capitalismo Monopolista*, 1978, p.27)

Na história destas instituições, variou o “nível de independência” das mesmas com relação “a alguma” variável do cenário político-econômico: Estado, recursos financeiros, recursos produtivos, parcerias internacionais, etc. A título de exemplo, conforme Arrighi (1996), observe-se a liberdade permitida as multinacionais estadunidenses pelo seu governo (o que nem sempre havia predominado para as mesmas), na libertinagem financeira que pautou o pós-segunda guerra (e o revés que tal liberdade resultou a mesma nação), comparativamente, a submissão que as grandes multinacionais chinesas têm perante o partido comunista, esta, em pleno século XXI. Ainda com relação à liberdade de atuação:

Isto não significa, é claro, que cada empresa gigante opere isoladamente, que não haja aliança, alinhamentos, acordos e agrupamentos. Pelo contrário, essas formas de ação – como o inverso, a concorrência e a luta – são da essência mesma do capitalismo monopolista. Afirmamos apenas que os alinhamentos em questão não são determinados pelos centros de controle externos, mas pelos cálculos racionais das administrações internas. (BARAN e SWEEZY. *Capitalismo Monopolista*, 1978, p.30).

Os lucros proporcionam os fundos internos para a expansão. Os lucros são os nervos e os músculos da força, que por sua vez dá acesso aos fundos externos se e quando estes se fizerem necessários. A expansão interna, a aquisição e a fusão são as formas pelas quais as empresas crescem, e o crescimento acaba por torná-las grandes. (BARAN e SWEEZY. *Capitalismo Monopolista*, 1978, p.48).

Apesar de variar o grau de independência das grandes empresas com relação ao ente nacional, sendo o sistema monopolista essencialmente plutocrático, tais por serem

as detentoras das grandes contas, tornam-se o ator mais capacitado na “lubrificação de engrenagem sistêmica”, conforme Baran e Sweezy (1978):

Exceto em épocas de crise, o sistema político normal do capitalismo, seja competitivo ou monopolista, é a democracia burguesa. Os votos são a fonte nominal do poder político, o dinheiro a fonte real: o sistema, em outras palavras, é democrático na forma e plutocrático na essência. Isto é hoje tão reconhecido que não nos parece necessário argumentar em defesa de tal afirmação. Basta dizer que todas as atividades e funções políticas que possamos considerar como características essenciais do sistema – doutrinação e propaganda destinadas ao público votante, a organização e manutenção dos partidos políticos, a realização de campanhas eleitorais – só podem ser realizadas por meio do dinheiro, de muito dinheiro. E como no capitalismo monopolista as grandes empresas são a fonte de muito dinheiro, são também as principais fontes do poder político. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p. 158).

Como previamente exposto, compreender o capitalismo é compreender a grande empresa, sendo aspecto fundamental da mesma a forma de fixar preços; tal dinâmica possui suas peculiaridades conforme as características do modo de produção a que pertence, onde conforme Baran e Sweezy (1978):

A forma pela qual o sistema funciona é ainda o resultado não-intencional de atos de interesse próprio das numerosas unidades que o compõem. E como as relações de mercado são essencialmente relações de preço, o estudo do capitalismo monopolista, como o do capitalismo competitivo, deve começar com o funcionamento do mecanismo dos preços. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p. 61)

Outrora a maximização dos lucros em tempos de capitalismo concorrencial (por mais breve que tenha sido tal período), a fixação de preços pertinente a tal dinâmica aproxima-se do que Marx (1996), Lenin (2011) e Luxemburg (1970) caracterizaram como “anarquia de mercado” e agora, Baran e Sweezy (1978, p.67) ilustram como “competição por preços”; tal forma de fixar preços é intrínseca a disputa que tenta desbancar concorrentes através da redução de custos, vide produto de qualidade similar. A metodologia de disputa anterior visa maximizar o lucro a partir do momento que a redução dos preços acarreta um maior fluxo de vendas, sendo assim, apesar do retorno por mercadoria vendida ser menor, o objetivo é maximizar montante final; apesar destas pretensões, nem sempre o resultado corresponde ao planejado, o mercado sendo composto de diversos agentes, onde ação de um tem impacto sobre os demais, acaba por

levar demais competidores a reagir reduzindo preços, por fim, o resultado agregado da “competição por preços” tende muito mais a redução da receita geral do que sua maximização (Baran e Sweezy, 1978, p. 64-65).

A maximização da receita geral é objetivo das grandes companhias, que gradualmente procuraram alternativas a “guerra de preços”, conforme Baran e Sweezy (1978), tal decisão não foi tomada da noite para o dia:

Naturalmente, isto não ocorreu imediatamente, ou como decisão consciente. Como outros tabus poderosos, o tabu contra a redução de preços cresceu gradualmente a partir de uma longa, e com frequência amarga, experiência, e sua força vem do fato de servir ele aos interesses de concorrentes poderosas na sociedade. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p. 66)

Sendo objetivo das grandes empresas maximizar o lucro geral fugindo do risco sistemático que a competição por preços pode acarretar, na intenção de evitar atritos de risco, tolera-se a presença de rivais “a altura”. Esta nova forma de competir admite variações: único grupo monopolista ou, divisão do lucro entre cartéis e oligopólios (Baran e Sweezy, 1978, p. 67). Este ambiente será habitat natural à grande empresa, onde em certa medida pode-se dizer que esta gerou tal; o grande conglomerado terá as aptidões e recursos necessários a nova forma competitiva, podendo fixar preços e impor estratégias negociais insuportáveis aos rivais (os pequenos com limitada capacidade de reação), sendo assim, vale-se questionar a designação da grande empresa como competidora, isto porque, em muitos casos, não há competição, vide a desproporção de forças entre agentes, adiante, conclui-se que correta designação é de “dominação” das grandes sociedades empresariais -formadoras de preços- sobre as pequenas empresas -tomadoras de preços- (Baran e Sweezy, 1978, p. 56/57).

#### 4.6 Definição de (e) e relação com (m)

Ao longo deste trabalho vem-se ratificando a importância da variável excedente econômico - sendo simbologia aqui adotada: “(e)” -, onde sua primeira verificação foi no capítulo dedicado a Marx (1996). Em Baran e Sweezy (1978) tal variável é *proxy* da mais-valia, onde para fazer equiparação mantém-se a última como: a soma de (L)ucro + (J)uro

+ (R)enda, retirando-se da equação por conveniência teórica: renda do estado, igreja e trabalhadores improdutivos. Avante, eis “primeira definição” de (e) em *Capitalismo Monopolista* (1978), sendo que no universo macroeconômico contemporâneo, os autores identificaram PNB (Produto Nacional Bruto) como aproximação do que “a sociedade produz” (BARAN e SWEEZY. *Capitalismo Monopolista*, 1978, p.18-20):

“[...] é a diferença entre o que a sociedade produz e os custos dessa produção. O volume do excedente é um índice de produtividade e riqueza, da margem de liberdade que a sociedade tem para atingir as metas a que se propõe chegar. A composição do excedente mostra como é utilizada tal liberdade: quanto é investido na expansão da capacidade de produção, quanto é consumido de várias formas, quanto é desperdiçado e de que modo. (BARAN e SWEEZY. *Capitalismo Monopolista*, 1978, p.19)

Outra forma de compreender o excedente econômico em Baran e Sweezy (1978) é analisando ferramenta crucial à competição no capitalismo: o custo de produção. Conforme explicitado anteriormente, tal ferramenta que na fase de mercado já era importante, no período monopolista, tem sua importância ampliada, de acordo com BARAN e SWEEZY (1978):

O abandono da concorrência de preços não significa o fim de toda a competição: ela toma novas formas e se processa com uma intensidade cada vez mais crescente. A maioria das novas formas de concorrência se processa sob o rótulo do que chamamos campanhas de vendas [...] Limitamos, agora, nossa atenção às formas de concorrência que têm uma influência direta sobre os custos de produção e, portanto, sobre a magnitude do excedente. (BARAN e SWEEZY. *Capitalismo Monopolista*, 1978, p. 74).

Se for certo, como argumentamos, que os oligopólios conseguem alcançar uma aproximação grande do preço do monopólio teórico e se seus esforços incessantes de reduzir os custos, tão ressaltados por James Earley, tem êxito em geral, segue-se então, com uma lógica irresponsável, que o excedente terá uma forte e persistente tendência a elevar-se. (BARAN e SWEEZY. *Capitalismo Monopolista*, 1978, p. 74 - 75).

[...] a firma com menores custos e lucros mais altos desfruta uma variedade de vantagens sobre os rivais que têm custos mais elevados na luta pelas parcelas de mercado. (BARAN e SWEEZY. *Capitalismo Monopolista*, 1978, p. 75).

[...] caso sua companhia se atrase na corrida dos custos. A pressão da possibilidade de fracasso completa, dessa forma, a atração do êxito, num sistema oligopolista, tanto quanto no sistema de concorrência. (BARAN e SWEEZY. *Capitalismo Monopolista*, 1978, p. 77).

Adendo deve ser feito à redução de custos, onde distintamente do discurso dominante, não retorna a sociedade como inequívoco bem estar social, mas, melhor alternativa para ampliação do excedente em nível absoluto e relativo, esta é proposição de Baran e Sweezy (1978), sendo à divergência com a Lei de queda tendencial do lucro em Marx (1996), resultante de mecânica diferenciada de fixação de preços no capitalismo: na fase de mercado ocorre concorrência por preços, na fase monopolista, fixação do preço de monopólio; conforme os mesmos:

Aparentemente, isto deveria ser considerado como um argumento para que se considerasse o capitalismo monopolista como um sistema racional e progressista. E se suas tendências de redução de custo pudessem ser, de alguma forma, separadas da fixação monopolista de preços e se pudesse encontrar uma forma de utilizar os frutos da produtividade crescente em benefício da sociedade como um todo, o argumento seria realmente poderoso. Mas é exatamente isso que não ocorre.

Toda a motivação da redução do custo é aumentar os lucros, e a estrutura do mercado permite as empresas se apropriarem da parte de leão dos frutos da maior produtividade, diretamente, na forma de lucros mais elevados. *Isto significa que, no capitalismo monopolista, a redução dos custos representa uma ampliação contínua das margens de lucro. E isto, por sua vez, significa lucros globais que não só se elevam de forma absoluta, mas também como parcela do produto nacional.*

*Se igualarmos provisoriamente os lucros globais com o excedente econômico da sociedade, poderemos formular, como uma lei do capitalismo monopolista, o fato de que o excedente tende a elevar-se tanto absolutamente como relativamente, a medida que o sistema se desenvolve.*

*Essa lei leva imediatamente a comparação, como seria de esperar, com a lei da tendência decrescente da taxa de lucro postulada pelo marxismo clássico. Sem entrarmos na análise das diferentes versões desta última, podemos dizer que em todas há a pressuposição de um sistema competitivo.* Substituindo a lei do lucro decrescente pela do excedente crescente, não estamos, portanto, negando ou modificando um teorema tradicional da Economia Política: estamos, simplesmente, tomando conhecimento do fato indubitável de que a estrutura da economia capitalista sofreu uma modificação fundamental desde que tal teorema foi formulado. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p. 78 - 79).

\* Sublinhado e itálico por conta.

#### 4.7. Problemática: como demandar excedente crescente?

Adentrando na problemática do excedente econômico, Baran e Sweezy (1978) refutam proposições que vão contra as tendência de monopólio. Sobre a "destruição criadora" em Schumpeter, eis síntese argumentativa da mesma, onde conforme Baran e

Sweezy (1978, p.80), o mesmo em *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, propõe que a competição por preços faz-se sem importância, uma vez que com a inovação surge o lucro extraordinário, este prevalecerá, não importando o quanto empresas rivais modifiquem seus preços; além, passado lapso de tempo, o lucro extraordinário correspondente as vantagens de monopólio também desaparece, já que a empresa inovadora não pode, de forma onipotente, manter para sempre suas vantagens. No entanto, tais proposições que ocorrem de maneira cíclica em Schumpeter, conforme Baran e Sweezy (1978, p.80-82) tem efeito marginal sobre o sistema de monopólio, não impedindo suas tendências. Por exemplo: que as grandes empresas tenham "cada vez maiores" possibilidades de lançar inovações e, como é comum, absorver as revoluções tecnológicas das pequenas (em termos contemporâneos: a compra das *startups*).

Segunda réplica à crítica das tendências monopolistas foi feita por Baran e Sweezy (1978, p.82/83) a Kaldor (1957), onde conforme os mesmos, aquele ao modo marxista, propõe que com o progresso do capitalismo monopolista, o aumento da parcela de lucro devido ao aumento da produtividade e, em detrimento da força de trabalho, transita a tal estágio que impossibilita a acumulação, tal é efeito do constante aumento do lucro, sobre a capacidade de investimento e consumo dos capitalistas, a partir daí, a produção não é mais viável. Esta seria a explicação teórica mais comum entre os marxistas, porém, Kaldor constatou através de sua análise estatística, não o aumento da parcela de lucro, mas sua tendência a decrescer. A oposição de Baran e Sweezy (1978) ocorre em dois pontos: Primeiro Kaldor propõe a “parcela de lucro” em analogia ao “excedente”, porém, não tem a percepção de que estes conceitos só se fazem completos ou, aproximam-se da realidade, quando acrescidos de variáveis como renda e juros (a importância das finanças ao longo do desenvolvimento capitalista); Segunda e mais importante falha, a “parcela de lucro” crescente em Kaldor, não pode ser mensurada estatisticamente como parcela da renda total, variável representante da renda capitalista, isso porque, segundo o Keynesianismo, o lucro que não é consumido nem investido, não é absolutamente lucro, então, variável que Kaldor poderia encontrar, mas não nomeada estatisticamente como lucro, correspondente ao “lucro potencial”: retorno que o capitalista pode ter, se a parcela de sua renda correspondente aos lucros ou investimento for gasta, e, ainda assim, como dito anteriormente, seria encontrada sobre a forma paradoxal de desemprego e capacidade ociosa (uma vez que tal parcela não é gasta).

Terceira (e mais importante a este trabalho) objeção que Baran e Sweezy (1978) fazem a impossibilidade das tendências monopolistas:

A objeção final à teoria do excedente crescente pode ser analisada mais rapidamente – é a de que os sindicatos são hoje bastante fortes para obter para seus membros uma parcela crescente dos lucros resultantes da combinação da redução de custos e fixação monopolista dos preços. [...] opinião comum no movimento trabalhista. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p. 83).

A refutação deste posicionamento inicia admitindo a importância dos sindicatos na fixação de salários, porém, estes teriam papel marginal na reposição e elevação dos ganhos salariais, isto porque, apesar da elevação dos mesmos, as empresas conseguem repor seus ganhos – adquirem até uma justificativa – fixando preços mais altos, este ato tem predomínio sobre o resultado final (BARAN e SWEEZY, 1978, p.83/84). Notavelmente a dinâmica de ganhos salariais deixou a desejar quando o objetivo foi libertar o proletariado mundial do julga da exploração trabalhista, isto, a ponto de permitir-se argumentação de não só elevação do excedente econômico conforme Baran e Sweezy (1978), mas, contemporaneamente, deslumbrar-se com as proposições de concentração do mesmo conforme Piketty (2014). Porém, aqui faz-se necessário argumentar que a dinâmica de elevação salarial, por mais modesta que seja e, apesar de não limitar o crescimento do excedente, pode sim, modificar o padrão de acumulação do capital (incitando suas contradições), a ponto de questionamentos sobre a possibilidade de transição sistêmica serem pertinentes (ARRIGHI, 1998), ponto trabalho nos capítulos seguintes.

Depois de mencionada tendência à ascensão do excedente de forma relativa e absoluta, agora chega-se ao problema de sua utilização, em geral, existem três formas: consumo, investimento ou desperdício. No que remete ao consumo, Baran e Sweezy (1978) iniciam apresentando a seguinte proposição:

Havendo o pleno emprego e uma certa taxa de aumento da produtividade, a renda total (ou produto), inclusive a soma do consumo dos trabalhadores e dos capitalistas, poderá elevar-se com a rapidez necessária para justificar o investimento da parte do excedente não-consumida pelos capitalistas. O problema da absorção do excedente pode, assim, ser resolvido – no papel. Se o consumo dos capitalistas oferece qualquer solução, na realidade, é um problema

totalmente diverso. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p. 85).

Então, existindo o pleno emprego e taxa de crescimento da produtividade (suposições para um crescimento do produto total), existe motivação para o (e) ser consumido entre diferentes proporções de Investimento (I) e/ou Consumo Capitalista (CP). Vide o anterior, na intenção de provar que o aumento dos lucros do capitalista, não implica em maior consumo do (e), Baran e Sweezy (1978) fazem as seguintes proposições:

Vamos supor que o capitalista consuma a totalidade dos lucros distribuídos. Isto não é verdade, sem dúvida, mas se pudermos mostrar que mesmo nesse caso o consumo capitalista não tende a elevar-se como parcela do excedente, então a conclusão que se segue será mantida *a fortiori* para os casos nos quais o capitalista poupa parte dos seus lucros distribuídos. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p. 86).

Portanto, conforme a equação:  $(e) = \text{Produção Social} - \text{Custo de Produção}$ , “e” pode ser absorvido-utilizado como: consumo dos capitalistas + investimento; mesmo os capitalistas tendo sua possibilidade de consumo aumentada, isto não resolve o problema de utilização do (e), isto acontece pois, por mais que o (e) cresça com o aumento dos lucros (aumento absoluto dos lucros), os dividendos que são parte do lucro, são distribuídos em proporção decrescente ao aumento deste, conforme Baran e Sweezy (1978):

Enquanto isso, a taxa real de dividendo se atrasará em relação a taxa normativa. Se tal padrão for seguido – e os indícios são todos de que se trata de um aspecto do comportamento profundamente arraigado das grandes companhias – segue-se que uma elevação contínua nos lucros seria acompanhada de um declínio igualmente contínuo na taxa de dividendo.

Nessas circunstâncias, o consumo capitalista aumentaria de forma absoluta, o que decerto é de esperar, mas declinaria como proporção do excedente, e ainda mais como proporção da renda total. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p. 86 - 87).

A conclusão deste raciocínio é: O aumento do lucro, que por fazer parte do (e) aumenta também este, não pode com sua subvariável consumo capitalista, mesmo que



utilizada integralmente, dar fim ao montante do excedente, isto porque, o consumo capitalista cresce de forma decrescente em relação ao montante do lucro: os dividendos, que fazem parte do consumo capitalista, são “repassados” de maneira decrescente quando comparados a taxa de crescimento do lucro (BARAN e SWEEZY, 1978).

Adiante, vide ineficácia do consumo capitalista na utilização do (e), esta pode ser suprida pelo (I)?

[...] devemos determinar, primeiro, se o sistema proporciona normalmente possibilidades de investimento bastante grandes para absorver uma parcela crescente de um excedente em crescimento.

A lógica da situação é a seguinte: se a renda total crescer num ritmo acelerado, então uma parcela cada vez maior terá de ser destinada ao investimento; inversamente, se uma parcela cada vez maior for destinada ao investimento, a renda total deve crescer num ritmo acelerante. Trata-se, porém, de um absurdo do ponto-de-vista econômico. Significa que um volume cada vez maior de bens de produção terá de ser fabricado com a única finalidade de criar um volume cada vez maior de bens de produção no futuro. O consumo constituiria uma parte decrescente da produção, e o crescimento do estoque de capital não teria relação com a expansão, real ou potencial, do consumo. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p.87).

A dinâmica de produção conforme exposta, comporta-se como ciclo retroalimentador com duas variáveis: renda e investimento, onde admitindo um mínimo de crescimento econômico, tais variáveis complementam-se. Qual destas é pioneira no processo não é o ponto crucial e sim, a consciência que tal processo apesar de possível, é insustentável no longo prazo, isto porque, engendra um aumento da capacidade produtiva sem uma demanda de igual magnitude para equipará-la, conforme Baran e Sweezy (1978):

Afastado o crescimento acelerante como totalmente irrealista, ficamos com a conclusão inevitável de que se eleva em relação à renda deve significar que a capacidade de produção da economia cresce mais rapidamente do que o seu produto. Esse padrão de investimento, não é, sem dúvida, impossível; na realidade, ele tem sido observado com frequência na história do capitalismo. O impossível, porém, é que persista indefinidamente. Mais cedo ou mais tarde, a capacidade excedente torna-se tão grande que desestimula qualquer novo investimento. Quando este declina, o mesmo ocorre com a renda e o emprego e, portanto, também com o próprio excedente. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p.88).

Ficou patente como (I) e (C.C.) são incapazes de dar fim à (e) crescente, tal resultado foi baseado na premissa de que a economia encontra-se em plena capacidade ou, muito próxima disso; e quando isto não ocorre? A resposta está na relação entre (e) e volume de produção, sendo característico a grande empresa um custo de produção ótimo (que maximiza o lucro), quando o nível de atividade beira a plena capacidade; do contrário, a queda no volume de produção aumenta o custo, fazendo que a redução do lucro minimize o (e) (BARAN e SWEEZY, 1978, p.89/90).

A problemática do (e) crescente foi até o momento analisada pela óptica específica do (I) endógeno, tal, tem como característica gerar um (e) crescente, porém não uma demanda real para sua absorção; se, apenas este existisse, o capitalismo teria brevidade acentuada, conforme Baran e Sweezy (1978):

Analizamos até agora o que se pode chamar, segundo Steindl e outros, investimento “endógeno”: aquele que é canalizado para oportunidades surgidas dos mecanismos internos do sistema. Vimos que esses mecanismos tendem a gerar uma oferta sempre crescente de excedente que busca investimento, mas que, pela natureza do caso, não podem criar um aumento correspondente da magnitude das possibilidades de investimento. Daí, se essas oportunidades de investimentos endógenos fossem as únicas existentes, o capitalismo monopolista cairia num estado de depressão permanente. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p.94).

Além do (I) endógeno, existe outra opção para absorção de excedente crescente, esta é o (I) exógeno, conforme Baran e Sweezy (1978):

Mas nem todo investimento é endógeno. Há também o investimento “exógeno”, que podemos definir como todo investimento que ocorre independentemente dos fatores de procura criados pelo funcionamento normal do sistema. Por exemplo, a invenção de uma nova técnica de produção que permite levar-se ao mercado um determinado produto, mais barato; o investimento em instalações que permitam a execução dessa técnica pode, então, ocorrer mesmo que não se tenha observado ainda uma modificação na procura da mercadoria. Três tipos de investimento exógeno se destacaram na literatura econômica: 1) investimento para atender as necessidades de uma população em crescimento; 2) investimento em novos métodos de produção e novos produtos; 3) investimento no exterior. Até que ponto se pode esperar por eles isoladamente ou em combinação, proporcionem as oportunidades de investimento necessárias à absorção de um excedente em crescimento. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p.95).

Conforme Baran e Sweezy (1978), são três os tipos de (I) exógeno:

i) Focado no aumento populacional: Em suma, o debate resume-se no grau de causalidade existente entre as variáveis: crescimento populacional e (I), qual a direção da influência e, em que nível. A conclusão de Baran e Sweezy (1978) é a seguinte: por mais que o grau de causalidade possa ser “recíproco”, a relação cuja “força causal” é mais forte:

$\uparrow(I) \rightarrow \uparrow(\text{crescimento demográfico}) \rightarrow \uparrow(\text{novos investimentos});$

A experiência dos Estados Unidos, durante as décadas de 1940 e 1950, quando a taxa de crescimento populacional se elevou acentuadamente, em comparação com a taxa de depressão da década de 1930, confirma a teoria [...] Foi a prosperidade resultante da guerra que intensificou a taxa de natalidade; (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p.96).

ii) Focado em novos métodos e produtos:

Já foi adiantado que as inovações têm comportamento particular no sistema de monopólio, onde longe da euforia do sistema concorrencial (onde é dificultoso conter retorno derivado da inovação), a grande empresa através de cálculos minuciosos, transforma tal “enxurrada de euforismo”, em “conta gotas” que maximize seus resultados, para isso, constantemente inspeciona o mercado, “liberando” os novos métodos e produtos conforme conveniência (BARAN e SWEEZY, 1978, p.99).

A consideração anterior é crucial neste trabalho, pois demonstra como não só a inovação é condicionada aos cálculos da grande empresa (perdendo a espontaneidade que Schumpeter advogou eterna ao sistema capitalista), mas o próprio processo de produção; elucidação sobre tal particularidade pode ser feita com indagação: “Porque mercantilizar a cura da doença, se o coquetel é a alegria dos laboratórios?” (F.C. 2006); de acordo com Baran e Sweezy (1978):

[...] Ele preferirá esperar até que seu capital existente esteja necessitando de reposição, antes de instalar o equipamento novo.

Eis o que representa a nova teoria: no capitalismo monopolista, o ritmo pelo qual as novas técnicas substituirão as velhas será mais lento do que a teoria econômica tradicional nos leva a supor. Por mais paradoxal que pareça, devemos portanto esperar que o capitalismo monopolista se caracterize ao mesmo tempo por uma rápida taxa de progresso técnico e pela conservação, em uso, de um considerável

volume de equipamento tecnologicamente obsoleto. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p.100 - 101).

A perda do espontaneísmo inovador é apenas um ponto em universo de possibilidades, cujo núcleo é não mais promover com intensidade o nível de atividade econômica; dentre tais possibilidades, está o fato das inovações exigirem pouco (I) para aumentar a produtividade, sendo resultado não mais o comprometimento de parcela do (e) para renovação do capital, além, por reduzirem custos, aumentam magnitude do mesmo. Semelhantemente, outra alternativa que esvai-se na utilização do (e) diz respeito a depreciação do capital: As grandes empresas conseguem conviver com uma margem demasiado elástica de depreciação, onde o poder de mercado das mesmas permite que a “destruição criadora” seja mera “brisa” sobre suas decisões de produção, assim, mesmo quando existe a necessidade de aprimoramento do capital existente, não é necessário destinar parcelas substanciais do (e), conforme Baran e Sweezy (1978):

A essência da inovação, no caso, é a intensificação da taxa de produção com as instalações e o equipamento existentes, resultado que, se alcançável sem grandes investimentos, é naturalmente bem recebido tanto pelo monopolista quanto por um concorrente. No que se relaciona com a adequação dos dispêndios de investimento para o sistema como um todo, porém, as inovações desse tipo são um mal irremediável. Diretamente, absorvem pouco capital. E como necessariamente aumentam a capacidade das instalações e equipamentos existentes, desestimulam novos investimentos para atender à crescente procura. E para culminar, ao reduzir os custos, eles aumentam os lucros e portanto o volume de excedente em busca de investimento.

A argumentação acima nos leva a uma conclusão de grande importância: no capitalismo monopolista não há correlação necessária, como ocorre no sistema competitivo, entre a taxa de progresso tecnológico e o volume de oportunidade de investimento. O progresso tecnológico tende a determinar a forma que o investimento toma a qualquer momento, e não o seu volume. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p.102-103).

Contemporaneamente, aquele que é crítico ao processo histórico de produção capitalista, deleita-se com as contradições sistêmicas no mesmo, sendo tal quadro exemplificado pela nomeação de Trump D. a presidência dos EUA e ações do mesmo que ensaiam romper capilaridades da produção monopolista. Conforme posteriormente apresentado, o quadro mundial aparenta confirmar o ensejado, quando observa-se ameaça de Trump às grandes empresas (caso não gerem emprego nos EUA), neste contexto, segue curioso que apesar das grandes empresas colocarem panos quentes na situação, “explicando o negócio internacional” ao líder governamental, já possuem estratégia produtiva: parte das montadoras deseja abandonar a antiga produção

automotiva, aquela que foi motor da dinâmica mundial no século XX, para focar na produção de automóveis inovadores (ecologicamente sustentáveis, movidos por diferentes fontes energéticas, alta tecnologia, etc), percebe-se como a “nova dinâmica produtiva” é oportuna, isto porque, estava convenientemente arquivada (Newswires, Dow Jones;, 2017).

### iii) Focado no investimento externo:

Tal tipo de (I) “aparenta” um deslocamento de capital da matriz (centro sistêmico) para a filial (periferia sistêmica), onde na realidade o movimento é inverso. Quando esta matriz concede direito para abertura de filial ou, para utilização de patentes, converte pouco ou nada de capital a filial, pelo contrário, receberá pelo serviço prestado; além, por controlar os resultados da filial (controle acionário ou outro), converte para si remessas de dividendos. Quando a remessa de lucros não é feita “às claras”, ocorrem as famosas “evasões fiscais”, responsáveis por rombos criminosos no orçamento público; exemplo destas são as remessas disfarçadas na forma de pagamentos de serviços as filiais ou, a manipulação de preços de produtos transacionados entre as firmas, tendo em vista beneficiar a matriz. Assim, mais uma vez não ocorre (I) que consome (e) mas, nova forma de ampliação do mesmo (BARAN e SWEEZY, 1978, p.109/110). A variável macroeconômica Investimento Estrangeiro Direto (IED), característica do investimento exógeno, conforme Baran e Sweezy (1978) é agravante a problemática de realização do excedente:

A única conclusão possível é que o investimento no exterior, longe de ser um escoadouro para o excedente criado internamente, é um recurso dos mais eficientes para a transferência do excedente gerado no exterior para o país investidor. Nessas circunstâncias, é evidente que o investimento no exterior agrava, ao invés de ajudar a resolver, o problema de absorção do excedente. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p.112).

Exploradas as alternativas de (I) exógeno (aumento populacional, novos métodos e produtos e, investimento externo), percebe-se que as mesmas não são páreas na demanda do (e) crescente:

Por mais que se procure, é impossível evitar a conclusão de que o capitalismo monopolista é um sistema autocontraditório, que tende a criar um excedente cada vez maior, embora não consiga proporcionar o consumo e o investimento exigidos para a absorção do excedente crescente e portanto, para o funcionamento tranquilo do sistema. Como o excedente que não pode ser absorvido não será produzido, segue-se que o estado normal, da economia capitalista é a estagnação. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p.113).

Constata-se a partir do anterior que um nível de produção estacionário torna-se regra para o sistema monopolista, vide todos os mecanismos de controle impostos pelos grandes grupos. Não poderia ser de outro modo, uma vez que o excedente gerado deve corresponder “ao máximo”, a capacidade sistêmica de absorvê-lo, movimentos além ou aquém desta regra, pautaram a ciclicidade econômica conforme Baran e Sweezy (1978):

Com um dado estoque de capital e um dado custo e estrutura de preço, o ritmo de operação do sistema não se pode elevar acima do ponto em que o volume de excedente produzido pode encontrar o emprego necessário. E isto significa a subutilização crônica dos recursos humanos e matérias disponíveis. Ou, colocando a questão em termos levemente diferentes, o sistema deve funcionar num ponto bastante baixo de seu esquema de lucratividade, para não criar mais excedente do que pode absorver. Como tal esquema está sempre em ascensão, há uma queda correspondente no ritmo de operação de “equilíbrio”. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p.113).

#### 4.8 Solução à problemática do (e) crescente

Fugindo à conclusão que todo enredo parece ensejar: insustentabilidade sistêmica; Baran e Sweezy (1978) apontam válvulas de escape a tal, estas: “forças neutralizantes”, formas de estímulo à procura (gasto do excedente econômico), onde conforme os mesmos:

Entregue-se a si mesmo – ou seja, na ausência de forças neutralizantes que não são parte do que se possa chamar de “lógica elementar” do sistema – o capitalismo monopolista se afundaria cada vez mais na depressão crônica.

Mas as forças neutralizantes existem. Se não existissem, o sistema a muito teria caído por si. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p.113).

Tal como a redução de preços e promoção de vendas, outras formas de estímulo da procura são, ou não compatíveis com os padrões de interesses, a

estrutura de poder, a rede de ideologia que constitui a essência da sociedade capitalista monopolista. Os que são incompatíveis serão ignorados ou inibidos. A questão, para o capitalismo monopolista, não é a possibilidade de estimular a procura, mas a necessidade de fazê-lo, sob pena de morte. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p.116).

Percebe-se que conforme Baran e Sweezy (1978), a insustentabilidade sistêmica no capitalismo repousa não na tendência a uma (l') decrescente mas, no seu contrário. Tal posicionamento vai de encontro a Marx (1996), ainda que mosaico de possibilidades tenha sido engendrado pelo mesmo, adiante, comparativamente aos neoclássicos, para estabilidade sistêmica, basta o equilíbrio nos mecanismos de mercado, onde conforme Baran e Sweezy (1978):

O que impediu os clássicos e Marx de se preocuparem mais com o problema da adequação dos modos de absorção do excedente foi, talvez, sua profunda convicção de que o dilema central do capitalismo estava resumindo no que Marx chamou de “tendência decrescente da taxa de lucro”. Vistas desse ângulo, as barreiras à expansão capitalista pareciam estar mais na escassez de excedente para manter o impulso de acumulação do que em qualquer insuficiência nos modos característicos de utilização do excedente. E sem dúvida nas teorias dos economistas neoclássicos, voltadas como estavam para os mecanismos equilibradores do mercado, todo o problema das tendências a longo prazo do capitalismo praticamente desapareceu de vista, durante meio século ou mais. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p.118).

O posicionamento anterior foi corroborado por Luxemburg (1970) no capítulo 3 deste trabalho, onde uma das saídas apresentadas pela pensadora ao problema de utilização do excedente foi: a fuga de capital ao exterior, operando constante acumulação primitiva. Sendo assim, ao longo deste capítulo, fica patente o nexos das propostas dos Paul(s) (1978) com Luxemburg (1970), onde primeira destas propostas é: a campanha de vendas, esta, tal como demais forças neutralizantes, nascem da necessidade de fuga a competição por preços:

O tremendo crescimento das campanhas de vendas e a intensificação espetacular de sua influência nascem do fato de terem elas sofrido uma transformação qualitativa de profundas consequências. A competição dos preços desapareceu, em grande parte, como meio de atrair a preferência do público, dando lugar a novos modos de promoção de vendas [...] (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p.120).

A proposta da campanha de vendas é “estimular novos interesses”, baseados em prazeres já existentes e, de alguma forma já satisfeitos. O processo acontece sem necessariamente inovadoras demandas preferenciais e, muito menos, inovadores produtos a elas relacionados, conforme Baran e Sweezy (1978):

Num sistema econômico no qual a competição é feroz e impiedosa, e no qual a escassez de rivais afasta a possibilidade de reduções de preço, a publicidade se torna, em proporção sempre crescente, a arma principal da luta competitiva. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p.120).

Se bem sucedida, leva a uma situação na qual os produtos diferenciados deixam de servir, na opinião dos consumidores, como sucedâneos uns dos outros.

Tudo isso se aplica em primeiro lugar, aos bens de consumo, mas é de considerável e crescente significado também na área de bens de produção. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p.121).

Apresentando dados que comprovam o volume crescente dos gastos com publicidade desde 1890, Baran e Sweezy (1978) comprovam a importância dos mesmos para a dinâmica monopolista e, apesar do ônus da campanha ao estado de bem-estar social: distorção da preferência consumidora, consumismo desenfreado e problemas ambientais, Baran e Sweezy (1978) advertem para a posição omissa do estado:

Produto mesmo do capitalismo monopolista, subproduto inevitável do declínio da competição de preços, a publicidade constitui parte integrante do sistema, tal como a própria empresa gigante.

Evidentemente, porém, a superação do capitalismo – pois é o que significaria, hoje, a destruição da competição monopolista – não se enquadra no âmbito da Economia do bem-estar social, cuja preocupação é eliminar ou antes mitigar os resultados mais calamitosos do próprio sistema que necessariamente produz e reproduz esses resultados calamitosos. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p.127).

Apesar dos gravames, a justificação do consumismo segue comum, sendo equívoco habitual, expressar que modos de produção alternativos (exemplo: com foco na utilidade e não no valor de troca) sejam estéreis na inovação e diferenciação de produtos:

“as roupas seriam compradas pelo seu valor utilitário; a alimentação seria comprada à base da economia e do valor nutritivo; os automóveis seriam limitados aos elementos essenciais e conservados pelos mesmos proprietários



durante os 10 a 15 anos de sua vida útil; as casas seriam construídas e mantidas pelas suas características de abrigo, sem relação com o estilo ou a vizinhança. E o que aconteceria com um mercado que depende de novos modelos, novos estilos, novas idéias?" (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p.128).

É essa, na verdade, a essência da questão. O que, realmente, aconteceria a um mercado continuamente assolado pela procura insuficiente? E o que aconteceria a um sistema econômico que sofra de subconsumo crônico, de subinvestimento e subemprego? Pois a importância econômica da publicidade está não primordialmente no fato de causar uma redistribuição das despesas dos consumidores entre diferentes mercadorias, mas sem seu efeito sobre a magnitude da procura global efetiva e portanto sobre o nível de renda e emprego. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p.129).

Existe uma dificuldade geral de identificar a publicidade como forma de consumo do (e), posto que, é erroneamente confundida com custos de produção. Para compreensão do processo, Baran e Sweezy (1978) cindem esta variável em partes:

Em primeiro lugar, é composta de dois elementos heterogêneos. O primeiro é a parte das despesas totais de publicidade e de outras despesas de venda custeadas por um aumento dos preços para o consumidor pagos pelos trabalhadores produtivos. Seus salários reais reduzidos nessa proporção, *e o excedente, que é a diferença entre a produção líquida total e os salários reais totais dos trabalhadores produtivos*, é aumentada de forma correspondente. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p.129 - 130).

O outro elemento é mais complicado: trata-se do restante das despesas de publicidade e venda que recaem sobre os próprios capitalistas e os trabalhadores improdutivos, via maiores preços das mercadorias por eles compradas. Esse componente dos dispêndios em publicidade e campanha de vendas, não sendo custeado pelos trabalhadores produtivos, não constitui um aumento do excedente, mas provoca sua redistribuição [...] (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p. 130).

Nesse caso, os custos de venda, como a renda e o juro, podem ser facilmente identificados como uma forma de excedente a ser subtraído dos custos agregados a fim de chegarmos aos custos de produção que sejam na verdade socialmente necessários. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p. 137).

Do anteriormente manifesto, derivam-se duas relações que elucidam como a campanha de vendas pode consumir o (e): Primeira relação:  $\uparrow(\text{custo de venda}) \rightarrow \downarrow(\text{salários reais totais dos trabalhadores produtivos}) \rightarrow \uparrow(e)$ ; Segunda relação: Porém, como parte dos produtos provenientes da campanha de vendas são consumidos por outros trabalhadores improdutivos, não pertencentes ao ramo da publicidade, o (e) é redistribuído entre estes, tendo como resultado a utilização de parte do (e) =  $\downarrow(e)$ .

O efeito da segunda relação é ampliado devido a dois fatores que ganham espaço no capitalismo monopolista: Primeiro fator: a ampliação do investimento:

Em relação às oportunidades de investimento, a publicidade desempenha um papel semelhante ao que foi tradicionalmente atribuído às inovações. Tornando possível criar a procura de um produto, a publicidade estimula o investimento em instalações e equipamento, o que de outra forma não ocorreria. É indiferente que o produto anunciado seja realmente novo ou não [...] (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p. 131).

Segundo fator: a ampliação da camada social que consome o (e) e, o incremento do consumo sobre a renda:

[...] o período capitalista monopolista testemunhou um grande crescimento da renda nacional e um crescimento ainda maior do excedente econômico. Ao mesmo tempo, a velha camada de “comedores do excedente” aumentou, e novas camadas surgiram: burocratas das companhias e governamentais, banqueiros e advogados [...] (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p. 131).

A função da publicidade, talvez a sua função dominante hoje, torna-se assim a de travar, em nome dos produtores e vendedores dos bens de consumo, uma guerra incessante contra a poupança em favor do consumo. E o principal meio de realizar tarefa é provocar modificações na moda, criar novas necessidades, fixar novos padrões de status, impor novas normas de propriedade. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p. 132).

Apresentada a importância da publicidade no sistema monopolista, outro setor que atua como válvula de escape nesta dinâmica são as finanças; fazem isto quando tal como a publicidade, conseguem dar fluxo em (e) crescente (BARAN e SWEEZY, 1978, p. 143/144).

Terceira força neutralizante abordada por Baran e Sweezy (1978) é a administração civil, cujo ator central é o governo:

[...] o Governo desempenha um papel semelhante, mas em escala maior; e, segundo, que os usos que o governo faz do excedente que absorve são estreitamente limitados pela natureza da sociedade capitalista monopolista e que com o passar do tempo esse uso se torna cada vez mais irracional e destrutivo. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p. 146).

O governo, agente central da administração civil, conforme consenso entre marxistas, clássicos e neoclássicos, tem sua força atrelada a capacidade arrecadatória, esta, preponderantemente incidente sobre os que detêm (e), isto porque, a renda operária é meramente de subsistência, deixando pouco espaço para a taxaço (admite-se que tal argumento possui suas particularidades conforme contexto analisado). Não de outro modo, é constante a rivalidade entre governo e classe dominante vigente, sobre nível o ideal de tributação (BARAN e SWEEZY, 1978, p. 147). Adiante, a intermitente instabilidade econômica do sistema monopolista, por não permitir um nível de atividade envolto ao pleno emprego, deixa espaço para atuação do Estado, onde a demanda do mesmo por bens e serviços, é alternativa para elevação do nível de atividade. Existe crítica quando a tal possibilidade de ação governamental, argumentando que tal arrefece a economia, quando eleva tributação ou incorre em déficits; conforme Baran e Sweezy (1978, p.148), experiências internacionais pós 1930 provaram o contrário, onde foi possível através do gasto governamental, sustentar maior nível de produção:

O que o governo absorve é um acréscimo e não uma subtração do excedente privado. E mais ainda: como um maior volume de dispêndio governamental leva a economia mais para perto de sua capacidade de operação, e como até esse ponto o excedente cresce mais depressa que a procura efetiva como um todo, segue-se que tanto a parcela do governo como a dos setor privado, no excedente, podem crescer simultaneamente, e, na realidade, o fazem. Somente quando a expansão governamental continua a expandir-se mesmo depois de alcançada a plena utilização, como durante os últimos anos da segunda guerra mundial, é que o excedente privado sofre interferência. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p. 151).

Contra a argumentação de que a ação do Estado subtrai renda de outros setores, Baran e Sweezy (1978, 152-154) através da experiência americana no período de 1919 - 1957, demonstraram que não é a elevação de tributos que esmorece os lucros, e sim, um ciclo depressivo. O resultado anterior está relacionado a natureza criativa da tributação, onde a renda por ela gerada, não existiria sem a ação do ente nacional. Objetivamente, seu caráter distributivo transfere renda aos setores que mais robustamente corroboram com sua dinâmica, sendo que a classe trabalhadora beneficia-se da distribuição, apenas na proporção que reivindica interesses.

A relevância do dispêndio governamental para o nível de atividade foi comprovada por Baran e Sweezy (1978, p. 155/156) através do caso norte-americano,

onde no período de 1929–1957 houve aumento deste em proporção ao PNB. Dentro do orçamento governamental, três contas foram representativas: compras não destinadas à defesa, transferências financeiras e compras para fins de defesa, esta última com importância especial, prova disso é o ano de 1957, onde aproximadamente 9% da força de trabalho era devida ao orçamento militar, se não fosse este, é provável um nível de desemprego similar ao pré-guerra.

Outra categoria da administração civil são as “compras não-destinadas à defesa”, sendo tais representativas da história estadunidense na crise de 29; em tal conjuntura fez-se necessário o gasto, vide arrefecimento econômico que ameaçou estabilidade social (BARAN e SWEEZY, 1978, 162). Durante o *New Deal* as despesas governamentais obtiveram acréscimos na casa dos 70%, sendo foco das mesmas: obras públicas, educação e saúde. Paradoxalmente, os resultados desta política foram pífios, vide que em 1939 a taxa de desemprego nos EUA encontrava-se na casa dos 18%, tendo caído para 6,7% em 1961 resultante dos gastos militares. Observa-se resultados econômicos diferentes, para tipos de gastos macroeconômicos cuja origem de recursos é a mesma, Baran e Sweezy (1978) trazem dupla justificativa para tal desfecho: os gastos militares foram de maior magnitude e, não contrariavam interesses das classes dominantes:

A resposta a tais perguntas é que, devido à estrutura de poder do capitalismo monopolista dos Estados Unidos, o aumento das despesas civis alcançara seus limites extremos em 1939. As forças que se opunham à maior expansão eram demasiado fortes para ser superadas. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p. 165).

No caso de quase todos os itens principais do orçamento civil, surgem poderosos interesses que se opõem à expansão além do mínimo necessário. Isto ocorre sempre um elemento significativo de competição com a empresa privada está em jogo, mas também ocorre com outros itens onde tal competição é reduzida, ou totalmente inexistente. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p. 168).

Ou seja, na procura de razões que justificassem o necessário (e não realizado) gasto público durante o *New Deal*, dois fatores são encontrados: um é de caráter objetivo - interesses de mercado sobrepostos entre agentes públicos e privados – e outro subjetivo, no que tange último aspecto, Baran e Sweezy (1978) levantam seguinte questionamento: Se gastos estatais em rodovias justificam-se no que tange impulsionar uma economia movida por setores automobilísticos e petrolíferos, porque não, direcionar mesma

magnitude para educação, atividade cujos resultados são comprovados no encadeamento produtivo? conforme os próprios:

A resposta, em resumo, é que o sistema educacional, tal como constituído no momento, é um elemento crítico na constelação de privilégios e prerrogativas do qual a oligarquia endinheirada é a principal beneficiária. Isso é verdade num tríplice sentido.

O sistema educacional, em outras palavras, não é um todo homogêneo. Consiste em duas partes, uma para a oligarquia e outra para o resto da população. A parte que serve à oligarquia é amplamente financiada. É um privilégio e um indício de posição social frequentá-la. E o fato mesmo de servir apenas uma pequena parte da população é precisamente a característica mais preciosa e defendida com maior ciúme. É por isso que qualquer tentativa de generalizar seus benefícios está fadada a ser combatida com veemência pela oligarquia. Talvez seja esta também a razão mais básica a força da oposição aos programas mais amplos de ajuda federal a educação.

Segundo – a outra face da mesma moeda – aquela parte do sistema educacional destinada à grande maioria dos jovens deve ser inferior e deve produzir material humano adequado a trabalho inferior às posições sociais a ele reservada. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p. 173).

De acordo com panorama apresentado, a medíocre educação das classes populares é ação que proporciona as classe dominantes “matar vários coelhos com uma só cajadada”: criando barreiras à entrada nos expressivos círculos intelectuais (mantém homogeneidade do grupo), conserva massa de manobra a disposição para quaisquer fins e, talvez, o resultado mais surpreendente deste processo, através do recrutamento de seletos talentos existentes dentre as classes populares, cria ilusão entre os depauperados (correntemente propagada como verdade) de que é a “meritocracia capitalista” único caminho para a dignidade; a névoa que envolve a classe trabalhadora se quer pode ser dissipada pelos seus próprios, uma vez que, estes jogam em time adversário (BARAN e SWEEZY, 1978, 173-176). Ronaldos que defendem menos hospitais em prol de Copas, o Negro (Fernando Holiday, vereador pela cidade de São Paulo/SP) que eleito, propõe meritocracia com o fim das cotas educacionais, classe policial que extermina sua própria classe, exemplos rotineiros do cotidiano nacional.

Visto que a oligarquia reagiu à utilização de substanciais gastos públicos nos moldes do *New Deal*, porque o caráter diferenciado para com o militarismo? Para responder tal pergunta, Baran e Sweezy (1978) embasam argumentação em duplo posicionamento: 1) Impossibilitar a “possível” expansão socialista internacional; 2)

Garantir os ganhos monopolistas no comércio internacional, tendo as filiais papel central no processo:

### 1) Impossibilitar a “possível” expansão socialista internacional

Na busca de respostas para o exacerbado militarismo estadunidense do pós Segunda Guerra, Baran e Sweezy (1978) começam levantando hipótese (daí aspas em “possível”, pois conforme os autores não existia uma pretensão russa de hegemonia continental): depois do conflito existia por parte dos EUA a necessidade de conter ameaça ideológica do socialismo, sendo assim, a Doutrina Truman como o Plano Marshall destinaram-se a tais fins:

[...] a conclusão já evidente para as pessoas bem informadas: a política externa soviética é essencialmente defensiva e não apresenta qualquer semelhança com as políticas belicosas agressivas da Alemanha nazista e seus aliados do Eixo. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p. 188).

O objetivo central foi sempre o mesmo: impedir a expansão do socialismo, comprimi-lo na menor área possível, e em última análise eliminá-lo da face da terra. O que se modificou com a mudança das condições foram os métodos e estratégias usados para alcançar esses objetivos que permanecem os mesmos. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p. 188)..

A concretização dessa política global de anticomunismo exigia, entre outras coisas, o seguinte:

A mais rápida reabilitação e o maior fortalecimento dos centros tradicionais do poderio capitalista e sua integração numa aliança militar dominada pelos Estados Unidos. Esse objetivo foi realizado pelo Plano Marshall, anunciado em junho de 1947, exatamente três meses depois da Doutrina Truman [...]

A formação de uma rede de pactos e bases militares em torno do perímetro da totalidade do bloco socialista. Essa operação começou com a OTAN e se vem realizando desde então. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p. 191-192).

2) Garantir os ganhos monopolistas no comércio internacional, tendo as filiais papel central no processo

Este posicionamento ancora-se em dupla percepção acerca dos modos de produção capitalista e socialista: 1) A importância do comércio internacional para o

capitalismo monopolista; 2) A percepção de que o socialismo ou, vertente política semelhante, impõe restrições não só ao capitalismo de mercado mas, substancialmente, aos ganhos de monopólio. Longe de focar na problemática: qual das percepções primeiro ocorreu? O importante é a consciência de que ambas não coexistem com o socialismo (BARAN e SWEEZY, 1978, 194).

Em verdade, a máxima: “América, terra da oportunidade”, já na contemporaneidade dos autores, não possuía tanta eloquência. Baran e Sweezy (1978) para ilustrar os ganhos superiores das empresas monopolistas no exterior, tomam como base dados publicados por uma das maiores sociedades anônimas de seu período, a Standard Oil Nova Jersey. Os dados apresentados para 1958 (Capitalismo Monopolista, 1978, p.195) apontam que 66% do lucro desta empresa adivinha de fora dos EUA, sendo a porcentagem de capital investido de 33%, já os lucros provenientes dos EUA e Canadá representavam 34%, com correspondente capital de 67%. Ou seja, o retorno no exterior é absoluta e relativamente maior, quando leva-se em consideração o capital investido.

Nota importante na análise dos autores é a demarcação na história americana, consequentemente mundial, do possível período onde se inicia a expansão internacional da grande sociedade. Salientam que até 1946 a existência de subsidiárias no exterior era basicamente a mesma de 1929, onde a partir da década de 40 o panorama inverte-se. Os resultados em 1963 já apontavam uma situação diferente de 1946, onde o número de subsidiárias no exterior, bem como seus ganhos, encontravam-se em trajetória ascendente (BARAN e SWEEZY, 1978, 197). Vale apresentar na íntegra, relato de reportagem especial no U.S. News & Word Report:

Eis o comentário de um funcionário da Colgate-Palmolive Company: “Estamos num mercado saturado, aqui nos Estados Unidos, onde os novos produtos são a única resposta ao crescimento. No exterior, há milhões de pessoas, cada ano, que alcançam a fase de seu desenvolvimento cultural, social e econômico na qual comprem sabonete pasta de dentes e outras coisas que vendemos”. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p. 199-200).

Foram apresentados dois argumentos que justificam os gastos militares: 1) Neutralizar a ideologia socialista; 2) Manter comércio internacional que favoreça os ganhos de monopólio (tendo as filiais papel central na lucratividade das sedes). Adiante, pode-se defender como por sí, os gastos militares tornam-se “força neutralizante”, na

medida que consomem (e), para isso é necessário analisar relação entre capital privado e gastos militares governamentais, onde conforme anteriormente apresentado, os dispêndios que diretamente propiciam avanços sociais (saúde e educação), possuem apoio limitado; o tratamento diferenciado dado aos gastos bélicos, longe de concorrer com a iniciativa privada, apenas solidifica seu *status*, quando lhe fornece demanda. Os benefícios do investimento para tal classe são: risco diminuto e retorno elevado; sendo resultado para a sociedade americana (com proporções particulares a cada classe): nível de atividade correspondente ao estado de bem-estar social, além de efeito “superestrutural” (BARAN e SWEEZY, 1978):

Os interesses de classe da oligarquia funcionam na mesma direção. Enquanto os gastos governamentais maciços em educação e bem-estar tendem a solapar a sua posição privilegiada, ocorre o oposto com os gastos militares. A razão é que a militarização estimula todas as forças reacionárias e irracionais da sociedade, e inibe, ou mata, tudo que é progressista e humano. Cria-se um respeito cego pela autoridade; as atitudes de docilidade e conformismo são pregadas e impostas; a discordância é tratada como falta de patriotismo ou mesmo traição. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p. 209).

Apesar do anterior, Baran e Sweezy (1978) apontam limitações para os efeitos dinâmicos do belicismo, dois cruciais são cruciais: 1) Devido ao desenvolvimento da ciência e tecnologia (leia-se: aumento da produtividade), gastos volumosos que abarcariam boa parte de (e) crescente, não mais são necessários, isto porque é possível obter poderio bélico com diminuto capital:

A limitação econômica está simplesmente no fato de que a nova tecnologia da guerra reduziu o poder que tinham os gastos em armamentos de estimular a economia.

É um lugar-comum dizer que a guerra se está tornando cada vez mais uma questão de ciência e tecnologia, e cada vez menos uma questão de massas de homens e armas. [...] Nessas circunstâncias, até aumentos muito grandes da despesa militar, embora extremamente lucrativos para as grandes companhias, terão um efeito relativamente pequeno no investimento e emprego. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p. 214-215).

2) Segundo fator remete a consciência de que quanto maior a quantidade de combates (guerras “frias ou quentes”), dentro de um contexto de alto poder bélico, menor a probabilidade de sobrevivência (BARAN e SWEEZY, 1978):



A segunda limitação no uso do dispêndio em armas como estimulante econômico nasce da lógica da própria situação militar. A acumulação de armas modernas de destruição total, numa corrida armamentista entre duas potências de força igual, não só não tem uma finalidade militar racional – o que talvez não importasse muito – mas na realidade reduz as possibilidades que o país possa sobreviver a uma guerra em escala total. (BARAN e SWEEZY. Capitalismo Monopolista, 1978, p. 215).

#### 4.9 Constatações finais sobre o (e)

Este capítulo discorreu sobre fase particular do modo de produção capitalista: o sistema monopolista; inicialmente fez-se uso de Lenin (2011), agora de Baran e Sweezy (1978). Estes últimos continuam debate sobre categoria em Marx (1996): a mais-valia, correlacionam-se com Luxemburg (1970), quando elucidam limitação do sistema de acumulação monopolista, relacionada a tendencial dificuldade em investir (e) crescente. Para a problemática do (e), utilizou-se esclarecimento de Luxemburg (1970), onde pode-se perpetuar a existência do capitalismo através de constante e internacional acumulação primitiva (por acordos ou “canhões”), similarmente, através de Baran e Sweezy (1978), como as guerras e inovações atuam na qualidade de “forças neutralizantes” à problemática do (e); para finalizar tal seção, resta apresentar mensuração deste agregado.

Baran e Sweezy (1978, p.363) com auxílio de Joseph D. Phillips mensuram para os EUA no período de 1929 - 1963, variação do (e), este, aproximação do que é a (m) em Marx (1996). Tal mensuração foi feita levando em consideração a disponibilidade de técnicas e fontes estatísticas do período, onde a variável (e) é composta do somatório:

*(e) = Renda da propriedade + Desperdício no processo econômico + Absorção do excedente pelo governo. Sobre as variáveis:*

Conforme Baran e Sweezy (1978, p. 364), a *renda da propriedade* divide-se em:

- Renda das firmas individuais e limitadas: Teve-se o cuidado de “isolar” o lucro (capitalista) do que é renda do trabalho;
- Margens de depreciação excessivas: Como demonstrado anteriormente, a depreciação correntemente sobrevalorizada;
- Aluguéis: Renda de moradias;

- Juros: Foi descontada a parte que é paga pelo governo, esta, entra no dispêndio governamental;

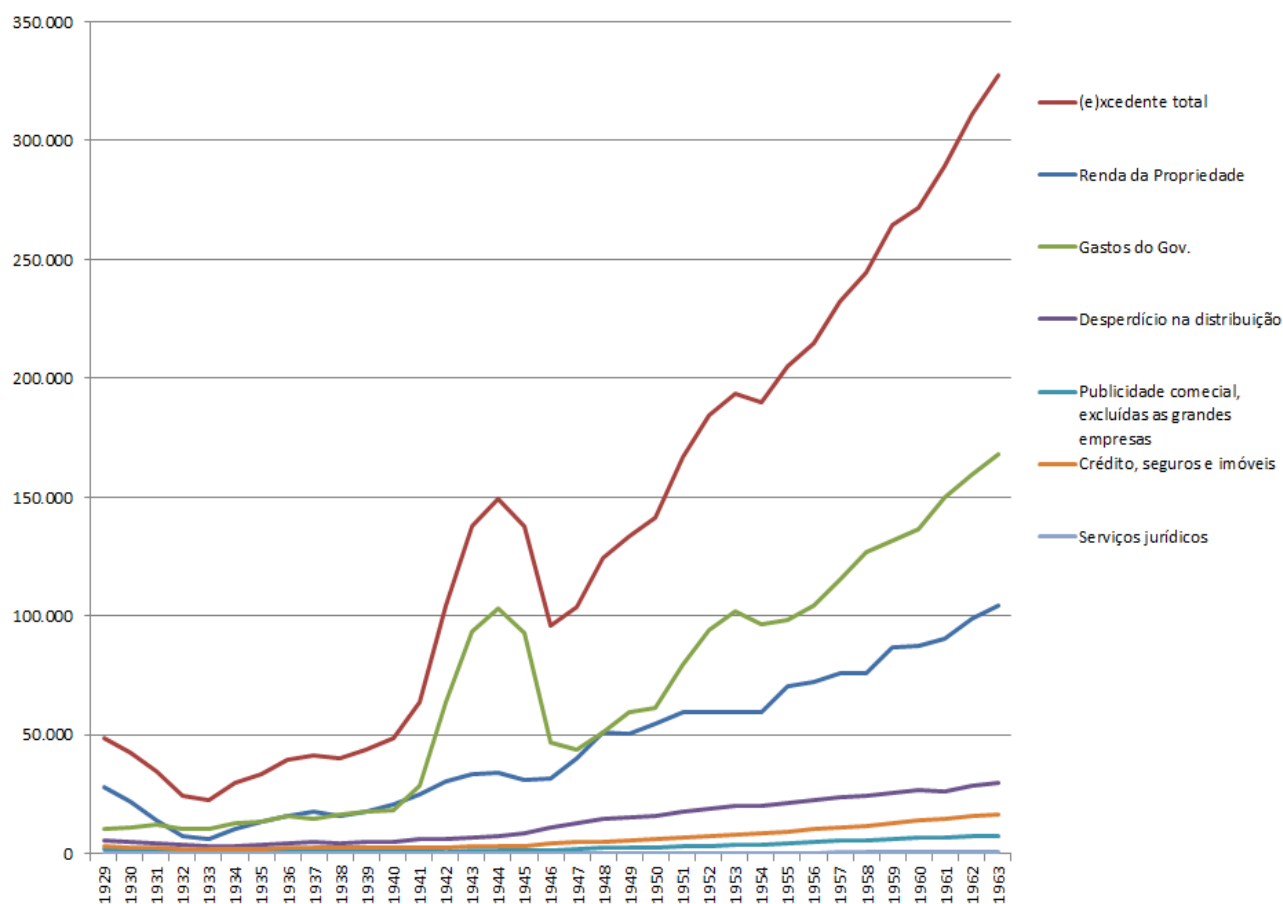
- Outros rendimentos da propriedade: Considerada-se metade da remuneração dos altos funcionários.

Conforme Baran e Sweezy (1978, p. 373), o *desperdício no processo econômico* consiste daquelas atividades consideradas “não produtivas”, ou seja, aquelas que absorvem rendimentos das verdadeiras atividades geradoras de renda; exemplo destas últimas seriam as tradicionais indústrias de transformação e, exemplo das primeiras, as atividades relacionadas ao processo de publicidade e vendas.

Conforme Baran e Sweezy (1978, p. 374), a *absorção do excedente pelo governo* consiste basicamente dos gastos governamentais, onde, tal como as outras variáveis, foi tomado o cuidado de não inferir dupla contabilização.

A conclusão sobre mensuração do (e) no período de 1929 – 1963 é unânime, ocorreu crescimento absoluto e relativo desta variável, esta última, em relação ao PNB. Além, se até aproximadamente 1941 Gastos do Governo e Renda da Propriedade dividiam peso relativamente igual na composição do (e), a partir desta data, o primeiro toma dianteira com proporção substancial (BARAN e SWEEZY, 1978, 376).

Gráfico 1 - Evolução do (e) e suas subvariáveis (Milhões de U\$)



Fonte: Baran e Sweezy, 1978, p.383

A compreensão de que o (e) é crescente, ao mesmo tempo que mostra força do sistema monopolista no século XX - extensão da argumentação ao século XXI com Piketty (2014) - mostra como a problemática que envolve a variável faz-se atual e, mais do que nunca, admite possibilidade de pensar transição sistêmica ou, ainda: forma alternativa de acumulação no seio capitalista. Sobre tal hipótese, Baran e Sweezy (1978, p.251/252) elucidam argumentação quando, rememorando a Guerra de Secessão Norte-Americana, demonstram que a mesma não foi devida a benevolência dos Brancos para com os Negros mas, da consciência das oligarquias envolvidas, de que os ganhos de monopólio seriam maiores que os ganhos com a escravidão; sendo assim, a vitória do Norte sobre o Sul estadunidense, passou pelo crivo de convencer agentes envolvidos, sobre potenciais retornos, mediante forma alternativa de acumulação, portanto, restam questionamentos: quais argumentos são necessários a contemporaneidade, para convencê-la da necessidade de transição? Tais seriam pautados nas possibilidades de

maiores retornos? Se sim, que tipo de retornos, sociais, financeiros, tecnológicos? Ainda, será argumentação pautada no medo? Se sim, o medo da instabilidade social, ecológica, bélica?

## 5. MULTINACIONAIS

Conforme Baran e Sweezy (1978), elucidação sobre o sistema monopolista pode ser feita pela análise da Multinacional, um dos atores centrais nesse modo de produção, tais pensadores como Lenin (2011), demonstram a importância da grande empresa na dinâmica mundial, onde através de Chesnais (1996) e Andreff (2000), faz-se detalhamento das suas mutações e estratégias nos séculos XX e XXI. A ação da multinacional é fator interdependente para estabilidade sistêmica, processo atrelado a problemática do (e), ou seja, a busca por continuas e novas formas de investimento.

Chesnais (1996) e Andreff (2000) quando apresentam maneira de perpetuação sistêmica em fase monopolista (mesmo que amplificadas contradições), enquadram-se semelhantemente a Baran e Sweezy (1978), como antítese em estrutura argumentativa do trabalho.

### 5.1 Definindo a multinacional

Sendo as multinacionais atores centrais no modo de produção analisado, faz-se necessário caracterização das mesmas, onde conforme Chesnais (1996, p.72), coexistem múltiplas concepções entre pesquisadores e instituições. Uma das primeiras definições foi de R. Vernon, sendo a multinacional: companhia com pelo menos seis sedes industriais em outras nações que não a de origem, porém, outras definições referem-se a multinacional com até uma sede. A UNCTAD em seu relatório de 1994, elenca entre todas as 37.000 multinacionais os 100 principais grupos transnacionais, tais, do seu ativo total, 40% encontrava-se fora da nação de origem, onde em tal conjuntura, concentravam um terço do IDE mundial (CHESNAIS, 1996, p.74).

Devido a complexidade que envolve as multinacionais e seu contexto, torna-se dificultoso delimitar definição para as mesmas, mesmo assim, Chesnais (1996, p.80) fazendo coro a Andreff (2000, p.48), conseguem pontuar característica fundamental: “toda companhia cujo capital está envolvido num processo de acumulação internacional”; Chesnais (1996, p.73) procura complementação para sua definição em C. A. Michalet:

A definição proposta por ele apresenta a companhia multinacional como “uma empresa (ou um grupo), em geral de grande porte, que, a partir de uma base nacional, implantou no exterior várias filiais em vários países, seguindo uma estratégia e uma organização concebidas em escala mundial” (1985, p11). Essa definição permanece útil em vários aspectos; ela lembra que a companhia

multinacional invariavelmente começou por se constituir como grande empresa no plano nacional, o que implica, ao mesmo tempo, que ela é resultado de um processo, mais ou menos longo e complexo, de concentração e centralização do capital, e que, frequentemente, se diversificou, antes de começar a se internacionalizar; que a companhia multinacional tem uma origem nacional, de modo que os pontos fortes e fracos de sua base nacional e a ajuda que tiver recebido de seu Estado serão componentes de sua estratégia e sua competitividade; que essa companhia é, em geral, um grupo, cuja forma jurídica contemporânea é a *holding* internacional; e por fim, que esse grupo atua em escala mundial e tem estratégias e uma organização estabelecidas para isso (Chesnais, A Mundialização do Capital, 1996, p.73).

Outro aspecto que pode ser utilizado para caracterizar as multinacionais diz respeito à ação das mesmas em território internacional, esta, dependendo ou não de sub sedes, conforme ramo de atuação e tecnologia necessária (e disponível) à intermediação de fatores; mesmo assim, configuração padrão desde fase fetal do agrupamento é manter matriz como centro de decisão, arbitrando ações e recursos de suas filiais em território estrangeiro (CHESNAIS, 1996, p.76). Se inicialmente a configuração anterior visou superar dificuldades impostas pelo mercado (a redução dos custos pertinente a falhas de mercado), muito mais do que contorná-las, aprendeu a superá-las, podendo agora “gerá-las” para obter competitividade.

As vantagens apresentadas relacionam-se ao comportamento das multinacionais para com seus pares (“acordos” firmados entre as mesmas e analisados no capítulo 4) e estratégias de competição, estas últimas, conforme Chesnais (1996) são basicamente três:

- Estratégias de aprovisionamento, características das multinacionais do setor primário, especializadas na integração vertical a partir de recursos minerais, energéticos ou agrícolas situadas nos antigos países coloniais ou semicoloniais, depois chamados de Terceiro Mundo;
- Estratégias de mercado, com o estabelecimento de “filiais intermediárias”, dentro do que Porter (1986) chama de enfoque “multidoméstico”;
- Por fim, estratégias de “produção racionalizada”, isto é, de produção integrada internacionalmente, mediante o estabelecimento de filiais “montadoras” (Chesnais, A Mundialização do Capital, 1996, p.75).

Quarta estratégia é a tecno-financeira, esta relacionada ao processo de “internacionalização”, cuja mecânica envolve a ação da grande corporação após o estabelecimento de filial internacional; a filial, cujos “planos iniciais” eram apenas o fornecimento de produtos industriais, após período de tempo ou “influenciada por situação diversa”, passa demandar serviços e insumo externos (da matriz), tais ações fazem com que a filial longe de operar saldos superavitárias em sua localidade, converta substanciais fluxos de recursos para sua sede; tais transações, por mais suspeitas que aparentem, enquadram-se dentro das normas internacionais de contabilidade, sendo que

além desta última, costumam operar aquilo que foi apresentado no capítulo 4 como “evasão de divisas” (CHESNAIS, 1996, p.76/77).

Quanto a forma de competir das multinacionais na dinâmica “mundialista”, tal como analisado nos capítulos anteriores, pauta-se fortemente pelo oligopólio, onde as estratégias brevemente elencadas nos parágrafos anteriores, visam abocanhar a maior fatia possível do mercado tornando competição é limitada aos “grandes jogadores”; tal conluio evita o confronto direto e aberto, caso este ocorresse, a chance de sobrevivência entre os rivais seria diminuta). Para mensuração do grau de oligopólio entre tais jogadores, Chesnais (1996) faz uso de J. Bain (1968), onde conforme este último:

[...] os oligopólios altamente concentrados são aqueles onde as oito primeiras empresas controlam mais de 90% do mercado e as quatro primeiras, de 65% a 75%; no caso dos oligopólios muito concentrados, as oito primeiras companhias detêm entre 85% e 90% e as quatro primeiras, entre 60% e 65%; por fim, os monopólios moderadamente concentrados são aqueles em que o controle é, respectivamente, de 70% a 85% e de 50% a 65%. (Chesnais, A Mundialização do Capital, 1996, p.94).

## 5.2 Principais estratégias e ações das multinacionais

A história de rivalidade no sistema monopolista demonstra que algumas práticas são necessárias para sobrevivência neste mercado, para elucidar tais, Chesnais (1996, p.117/118) cita três níveis necessários às multinacionais para que obtenham sucesso na competição:

- **Nível País:** respaldo que uma nação oferece a suas empresas para competirem internacionalmente, permitindo a tais reduzirem custo de mão-de-obra e conquistarem mercados promissores. Tomando os EUA como exemplo, Chesnais (1996, p.119) apresenta as vantagens que tal potência oferta a seus grupos:

### a) A vantagem financeira:

Basta lembrar aqui o papel mundial do dólar; a capacidade dos Estados Unidos de aplicarem a política monetária que quiserem, sem se preocupar muito com as repercussões que pode ter em praticamente todos os outros países ricos ou dominados e pobres; a possibilidade de “compensar” as mais baixas taxas de poupança interna dos países da OCDE, drenando para si todos os capitais requeridos para financiar seu déficit orçamentário e servir de paliativo ao subinvestimento (Chesnais, A Mundialização do Capital, 1996, p.119).

b) A vantagem militarista: quando utiliza o belicismo como ferramenta de diplomacia internacional;

c) A vantagem cultural: relacionada com o inglês, “língua-veicular” mundialmente dominante, que permite a dominação e imposição de valores culturais.

- Nível aquisição de insumos estratégicos a produção; subdivide-se em dois:

d) matérias primas normalmente provenientes do Terceiro Mundo;

e) insumos científicos e tecnológicos, normalmente provenientes da OCDE.

- Nível produção e comercialização: encerrados nos mercados únicos ou “comunitários” dos polos da Triade, conforme Chesnais (1996, p.118) tais espaços permitem as multinacionais tirarem proveito das *“desigualdades entre os países de uma área regional/continental, tanto no âmbito da especialização do aparato produtivo, como em matéria de custos salariais, de legislação trabalhista e de regime fiscal do capital.”*

As vantagens que o “nível país” norte-americano oferece as suas empresas sustenta o debate sobre a hegemonia desta nação, sendo assim, tal como Chesnais (1996, p.120), Arrighi (1998) participa do debate, mas apresentando série de vantagens regionais que a Ásia (liderada pelo Japão) ao longo do tempo veio desenvolvendo, e que possibilitam candidatura da mesma à liderança internacional. Apesar das “vantagens nação” serem fundamentais, outras estão a disposição dos grupos empresariais, tais (CHESNAIS, 1996, p.121):

- Vantagem derivada de um setor de bens de capital desenvolvido;

- Vantagem derivada da eficiente relação entre setor financeiro e indústria, onde o primeiro promove a inovação no último, e protege (não importa a forma) as empresas com potencial de mercado; vide exemplos internacionais conforme Chesnais (1996, p.122): *“Desse duplo ponto-de-vista, um dos componentes da competitividade sistêmica*



*da Alemanha é que os bancos ainda reconhecem responsabilidades perante a indústria; no caso japonês, os bancos ainda estão, pelo menos em parte, subordinados a esta.”*

- Vantagem que deriva do bom ambiente negocial entre empresas e Estado, resultado de ações voltadas ao incentivo e valorização da inovação tecnológica.

Outra constatação que a história de rivalidade no sistema monopolista provou ser necessária a sobrevivência dos grandes grupos é que faz-se necessário experimentar “certo tipo de stress competitivo”, ou seja, adversidade para com outros rivais, além das respectivas zonas regionais de conforto; as aspas dizem respeito às observações até agora feitas, sobre maneira peculiar de competição no sistema oligopolista: conluio entre os grandes grupos, na divisão do mercado internacional, para inviabilizar entrada de novos competidores. Ao deslocarem-se das suas respectivas zonas de conforto, os grandes grupos acabam por experimentar adversidades que os obrigam a inovar em competitividade (objetivamente, aquém do que uma “competição real” os obrigaria). Porém, sair vitorioso perante tal empreitada é uma tarefa difícil, onde os japoneses, dentre a Tríade, destacam-se (CHESNAIS, 1996, p.123-125):

O problema é que só os grupos japoneses satisfazem plenamente essa exigência. Efetivamente, o investimento internacional cruzado, no interior da Tríade, é marcado por forte assimetria, pois a forma de detenção do capital e a estrutura dos *keiretsu* dificultam as aquisições de companhias japonesas, e tornam muito difícil uma penetração profunda do IDE no tecido industrial japonês. Compreende-se porque os americanos colocaram essa questão entre as prioridades das suas negociações comerciais bilaterais com o Japão (Chesnais, A Mundialização do Capital, 1996, p.125).

Na contramão do caso japonês, o investimento externo francês é o típico exemplo de grande grupo que não conseguiu estabelecer-se competitivamente em diferentes polos da Tríade (Renault e Peugeot), assim, resguardando-se de tal revés, voltam sua competitividade para o mercado regional (gozando das “vantagens país”) (CHESNAIS, 1996, p.127/128).

### 5.3 IDE

Dentre as estratégias de negócios adotadas pelas multinacionais, destaca-se o IDE (Investimento Direto Estrangeiro), este, ao adentrar território alheio, subtrai para a nação (ou organização) a qual pertence, (e) do território hospedeiro (CHESNAIS, 1996, p. 41).

Quanto a definição de IDE:

O IDE é um capital investido na propriedade de ativos reais para implantar uma filial no estrangeiro (*greenfield investment*) ou para assumir o controle de uma empresa estrangeira existente; visa estabelecer relações econômicas duráveis com uma unidade estabelecida no estrangeiro. O limiar de controle não pode ser definido sem arbitrariedade: é de 10% nas estatísticas dos IDE dos EUA, de 20% na França, de 25% ou 50% noutros países (Andreff, Multinacionais globais, 2000, p.13).

Conforme Andreff (2000, p. 18), do mesmo modo que o IDE é importante variável para compreensão da dinâmica internacional contemporânea (1870 em diante, destacando análise para a década de 1990), assim foi em passado recente (até 1870), o investimento em portfólio, dada tal importância, eis definição de Andreff (2000, p.14) para o mesmo: *“A aplicação em portfólios corresponde à compra de títulos privados ou estatais em vista de tirar um rendimento dessa aplicação, sem intenção de adquirir um controle durável.”*

A evolução do IDE não é por outro motivo que não seu retorno e, por mais que sua liquidez não seja comparável às transações de comércio exterior, seus benefícios são altamente compensadores, isto porque, após capitalizar-se, possibilita por longos períodos de tempo, afluir consistentes fluxos de lucro, produção, comércio e direitos patrimoniais a nação ou grupo fonte (CHESNAIS, 1996, p. 54). Tais prerrogativas fizeram com que o IDE obtivesse impetuosa trajetória ao longo do século XX, sendo tal ilustrada por Andreff (2000) com base em dois momentos:

- Em 1º Período (anos 1960 a 1979), conforme ressalta Andreff (2000, p.143), as nações hospedeiras do IDE (em sua maioria nações em desenvolvimento e/ou ex-socialistas), tomam diferentes tipos de ações restritivas ao mesmo, algumas mais agressivas (repatriações na Índia, África e Oriente Médio) outras mais amenas:

[...] exigência de uma transferência de tecnologia, limites ao financiamento das filiais estrangeiras no mercado local, tetos ao repatriamento dos lucros e royalties tecnológicos, uma discriminação fiscal, a concorrência entre as multinacionais que negociam com as autoridades locais, criações de empregos locais casados com programas de formação profissional, restrições ao emprego de estrangeiros, controle dos preços e inércia burocrática. (ANDREFF. Multinacionais Globais, 2000, p.144).

Para mesmo contexto (anos 60 e 70), a Tríade de maneira análoga aos países periféricos, toma medidas visando garantir vantagens adquiridas por suas multinacionais:

Nos países desenvolvidos, o controle dos câmbios, a autorização prévia ao IDE, a fiscalização das aquisições de firmas locais por multinacionais estrangeiras, o apoio das firmas locais por uma política industrial (“campeões nacionais” na França”), o fechamento de certos setores ao IDE por motivos de defesa, segurança e soberania (P&D, telecomunicações, serviços públicos) nacionais e as regras de proteção do meio ambiente tinham essa finalidade. (ANDREFF. Multinacionais Globais, 2000, p.143-144).

- Com o arrefecimento econômico dos anos 80, diferentemente do período de crescimento anteriormente elencado (aproximadamente de 1950 a 70), o IDE concentra-se na Tríade, fazendo com que a periferia sistêmica, receosa perante o desemprego (derivado das crises sistêmicas), acate-se ideologia neoliberal, para obter influxo de recursos, como resultado, tal período foi marcado pelas privatizações:

Os anos 80 marcam uma convergência rumo a políticas liberais de acolhida dos IDE no mundo. Assim, as nacionalizações de multinacionais em países em desenvolvimento caíram para 47 em 1977-79, 15 em 1980-85 e nenhuma depois. [...] Em vários países em desenvolvimento, as multinacionais foram convidadas a participar da privatização pelo viés de conversões (*debt-equity swaps*) de títulos da dívida externa em títulos de propriedade de firmas locais, o que elas fizeram. Isso explica amplamente o retorno do IDE para essa região. De 1985 a 1989, 20% dos IDE que entraram na Argentina foram realizados com a ajuda dessas conversões, 30% no México, 59% no Brasil e 80% no Chile.

Os outros instrumentos das políticas liberais são, em benefício das multinacionais, as isenções fiscais, a amortização acelerada, as concessões alfandegárias, as bonificações de juros e os incentivos de desenvolvimento regional, o fornecimento de infra-estruturas públicas, a liberdade de implantação em qualquer setor com a percentagem desejada de controle de capital, a abolição dos TRIM e das autorizações prévias, a livre transferência dos lucros e das divisas, a liberalização da regulamentação sobre as fusões e as aquisições, e a proteção dos direitos de propriedade privada. (ANDREFF. Multinacionais Globais, 2000, p.145).

Vide importância do IDE, este opera infinidade de movimentos durante todo século XX, porém, vale destacar principais fluxos entre a Tríade (ANDREFF, 2000, p.20-23):

- EUA para a Comunidade Europeia;
- Japão, até aproximadamente 1980, para os países em desenvolvimento da Ásia, após este, para EUA (majoritariamente) e Europa;
- Europa para os EUA.

Com relação ao fluxo de IDE entre a Tríade, questionamentos a serem respondidos são:

- Por que os investimentos estrangeiros nos EUA? Andreff (2000, p.26) apresenta três principais causas: 1º) a taxa de câmbio estadunidense desvalorizada, impedia que as exportações estrangeiras conseguissem competitividade neste atrativo território; 2º) As multinacionais estrangeiras poderiam tirar vantagem de modesta maior competitividade (em relação aos EUA), esta, adquirida com os esforços do pós-guerra e desgaste americano no ínterim; 3º) O mercado liberal americano ofertava garantias cômodas ao capital.
- Por que os investimentos estrangeiros tinham maior dificuldade de adentrar o Japão? Andreff (2000, p.28) apresenta três principais causas: 1º) Nem todos os setores no Japão estão abertos à entrada de capital (agricultura, minas, petróleo, couro); 2º) Os IDEs estrangeiros chocam-se com a forma de organização produtivo-financeira japonesa; 3º) As peculiaridades do mercado japonês tornam difícil a competição no mesmo.

Ainda para compreender regra que baliza os fluxos de IDE internacionais, Andreff (2000, p. 29) apresenta “Modelo de projeção dos fluxos de entrada de IDE”, sendo as variáveis do modelo com correlação positiva para a entrada do IDE: taxa de câmbio desvalorizada com relação a reserva internacional (aquisição de ativos se torna menos cara neste país, e as mercadorias ali produzidas se tornam mais competitivas), nível de crescimento (basicamente PIB), estabilidade da moeda e nível de acumulação no país. Além dos IDEs favorecerem a tríade (apenas 22% do IDE de 1992 foi para os países em desenvolvimento), a diminuta parcela direcionada aos países em desenvolvimento foi criteriosamente pensada e dividida entre as seguintes nações: Argentina, Brasil, China, Hong Kong, Malásia, México, Singapura, Taiwan e Tailândia. Este levantamento (ANDREFF, 2000, p.31) aponta que no ano de 1978, o Brasil, chegou a arrematar sozinho, 15% do investimento direcionado a estas nações.

Antes de demais colocações sobre o IDE, vale consideração sobre o relacionamento desta variável com trabalho acadêmico, assim, observa-se que, tal foi apresentada não só como nova forma de rentabilidade do capital, mas, como maneira de extrair (e), para os agentes ofertantes da mesma, adiante, Andreff (2000, p.31-33) defende premissa menos maniqueísta para a variável, apontando que não necessariamente tal, prende-se às relações anteriores; podendo sim, trazer vantagens aos países hospedeiros,

se estes, “tal como a fortuna para o príncipe” (Maquiavel N., O Príncipe), deterem habilidade para manejá-la:

O capital estrangeiro não agrava o subdesenvolvimento dos países em desenvolvimento mais extrovertidos. Em certos novos países industrializados (Coréia, Taiwan, Tailândia) e na China, é o desenvolvimento que atrai o IDE, em outros (Brasil, Indonésia, Malásia, México), é a chegada maciça do IDE que estimulou ou relançou o desenvolvimento industrial. O subdesenvolvimento que perdura (África) ou o crescimento que se desacelera (Oriente Médio) caracteriza-se mais pela ausência relativa de multinacionais e fuga do IDE do que por sua presença excessiva. (Andreff, Multinacionais globais, 2000, p.31/32).

Voltando “ao maniqueísmo” que este trabalho tende a enclausurar o IDE, para os países em desenvolvimento hospedeiros do mesmo, de acordo com Andreff (2000, p.33), em momentos de crise, fica nítido o fluxo de renda em torno deste tipo de investimento, que “volta para os centros” sob as formas de: dividendos, royalties, honorários e similares. Esta dinâmica foi observada para a América Latina na década de 80, com as crises das dívidas públicas; tal movimento reverter-se com o ajuste neoliberal na década de 90.

Movimento particular que ocorre simultaneamente ao anterior (a partir da década de 80) é a saída de IDE dos países em desenvolvimento, mas agora na forma de novo capital nacional, capital de multinacionais geneticamente provenientes do terceiro mundo, buscando tal como seus antepassados, novas regiões hospedeiras. Tal como afirma Andreff (2000, p.35): “As saídas de IDE dos países em desenvolvimento provêm no essencial de novos países industrializados da região Ásia-Pacífico e, em seguida, da América Latina.”

O último movimento de IDE é aquele destinado aos países em transição do socialismo. Conforme aborda Andreff (2000, p.40), este agrupamento de países pode ser basicamente dividido em dois: 1) aqueles que mais intensamente acataram a desregulamentação de mercado, para adquirir IDE (Hungria, Polônia, República Checa, onde a relação empresarial predominante foi a privatização); 2) “Os preferenciais”, aqueles que permaneceram socialistas, mas aceitaram o IDE com controle de capital (China e Vietnã, onde a relação empresarial dominante foi a *joint venture*); 3) último agrupamento é referente aqueles países que mantiveram posição intermediária e, devido às incertezas decorrente desta, não se tornaram tão atrativos a entrada de IDE (exemplo: Rússia).

#### 5.4 Localização das sedes produtivas

Ao longo da história, dependendo do contexto global, as estratégias das multinacionais sofrem modificações, Andreff (2000, p.71) aponta que até início do século XX, estas tinham a premência de instalarem-se em regiões com recursos primários, cruciais ao seu desenvolvimento (colonialismo); posteriormente, do início deste século até a década de 60, na intenção de aproveitar demanda local no exterior, deslocam filiais para outras nações, onde o mercadoria por inteiro (tal como na matriz) era fabricada ali (conforme a necessidade, insumos para a fabricação do mesmo, poderiam ser importados da sede); terceiro movimento dá-se a partir da década de 60, onde não mais a mercadoria é produzida por inteiro numa matriz ou filial, procurando-se tirar vantagem dos custos de produção e especializações tecnológicas regionais, sendo assim, a produção agora faz-se de maneira descentralizada; quarto e último movimento/estratégia das multinacionais ocorre na década de 80 e, devido ao contexto de alta tecnologia, a Grande Sociedade tem tanto a opção de descentralizar-se, como reagrupar suas atividades (aquelas que haviam sido descentralizadas), eis elucidação sobre as mesmas:

- 1) A descentralização conforme aponta Andreff (2000, p.74), não só aprofunda a decomposição internacional do processo produtivo (DIPP), como funde a este a financeirização; o resultado é uma estratégia global, onde dependendo do caso, quase 100% do processo produtivo fica no exterior. O desemprego no centro, como decorrente deste último movimento é correntemente fonte de embate (sindicatos e empresas) e, pode ser interpretado como variável:

O efeito sobre o emprego da deslocalização no sentido estrito é variável. Se a) a produção da filial estrangeira substituir uma produção nacional, há um efeito direto de deslocamento de empregos do país de origem para o país hospedeiro. Se b) a filial estrangeira se abastece em insumos junto à matriz, há um efeito indireto de criação de empregos no país de origem ligado à produção desses insumos. Se c) a produção deslocalizada para o estrangeiro acarreta o aumento das tarefas de supervisão ou de P&D da matriz, à perda de empregos pouco qualificados devida a (a) e (b), superpõe-se uma criação indireta de empregos qualificados no país de origem. (ANDREFF. Multinacionais Globais, 2000, p.76-77)

2) Tal como explicação anterior, o reagrupamento de atividades antes descentralizadas é possível devido a tecnologia da informação, fazendo com que funções centrais de gerência, P&D, finanças, voltem para as nações desenvolvidas, sendo assim, num movimento que não exclui (1), a divisão internacional do trabalho entre Tríade e periferia, passa ser ainda mais boçal, no que envolve o trabalho operacional - periferia - e administrativo - Tríade - (ANDREFF, 2000, p.78).

Influenciada ou não pelas deslocalizações produtivas, externalização é termo que comporta dois aspectos, que apesar de distintos, podem ocorrer simultaneamente para o conglomerado empresarial. O primeiro aspecto diz respeito a divisão do trabalho e o segundo (relacionado ao primeiro), a possibilidade de atividades necessárias aos grandes grupos, serem ofertadas por “empresas-rede” - processo também conhecido como terceirização -. Sendo assim, ficam a disposição no mercado, empresas especializadas na terceirização de serviços, as multinacionais (CHESNAIS, 1996, p.104).

A aplicação bem sucedida da técnica de terceirização pode ser exemplificada pelas companhias japonesas, estas, destacam-se dentre os grandes grupos, por melhor aproveitarem as “cadeias de valor”; tais empresas, particularmente denominadas de *keiretsu*, conseguem simultaneamente usufruir das vantagens de externalização e integração vertical, sem perder os benefícios provenientes da internalização, isto porque, beneficiam-se da redução de custos operacionais, quando através de suas alianças, operacionalizam com custos de produção mais baixos - o “desconto” ofertado ao aliado - (CHESNAIS, 1996, p.105):

Uma vez que os membros de um grupo industrial são coordenados por meio de suas relações com o mesmo grande banco e a mesma grande firma comercial, tanto pelos vínculos de participação no capital como pelas equipes de direção, eles também compartilham os laboratórios de pesquisa, o pessoal de acompanhamento (contabilidade e comercialização) e, se necessário, a capacidade produção [...] (Chesnais, A Mundialização do Capital, 1996, p.105).

Basicamente dois fatores influenciam os grandes grupos na localização de suas sedes produtivas: importância de um mercado e custos de produção (também combinação entre os fatores). Quando a estratégia competitiva é: diferenciar a oferta, fidelizar a clientela ou abrir mercado, tais fatores fazem o deslocamento produtivo abrir mão de uma mão-de-obra mais barata, sendo assim, a título de exemplo, observe-se como os mercados

comuns mantém produção em torno da Tríade (NAFTA e Mercado Único Europeu), apesar da existência dos “currais globais” de mão-de-obra barata (CHESNAIS, 1996, p.129).

Quanto à possibilidade de combinação entre os fatores (importância de um mercado e custos de produção) no processo de competição internacional, exemplo elucidativo é o modelo de desenvolvimento regional asiático (cujo mentor foi o Japão). Neste caso, as nações alvo, do investimento japonês, especializam-se em diferentes ramos produtivos, transacionando produtos entre si, com objetivo de constituir produtos finais. Tais produtos são exportados para Europa e EUA, dificilmente para o Japão, onde o déficit que a Ásia tem com este último, compensa-se pelo superávit que mantém com os primeiros (CHESNAIS, 1996, p.131/132).

Outra forma de deslocalização (produzir em outra região que não a de origem, para apropriar-se de quaisquer vantagens) é a: “sem investimento direto”, podendo ocorrer de duas formas (CHESNAIS, 1996, p.135/136):

- Sem aporte de capital, cuja organização exemplo é a Nike: esta tem sede em Oregon (EUA), onde decide-se design e estratégia comercial com 500 funcionários, em Taiwan, possui empresa intermediária, onde fabricam-se protótipos para produção em massa no sudeste asiático;

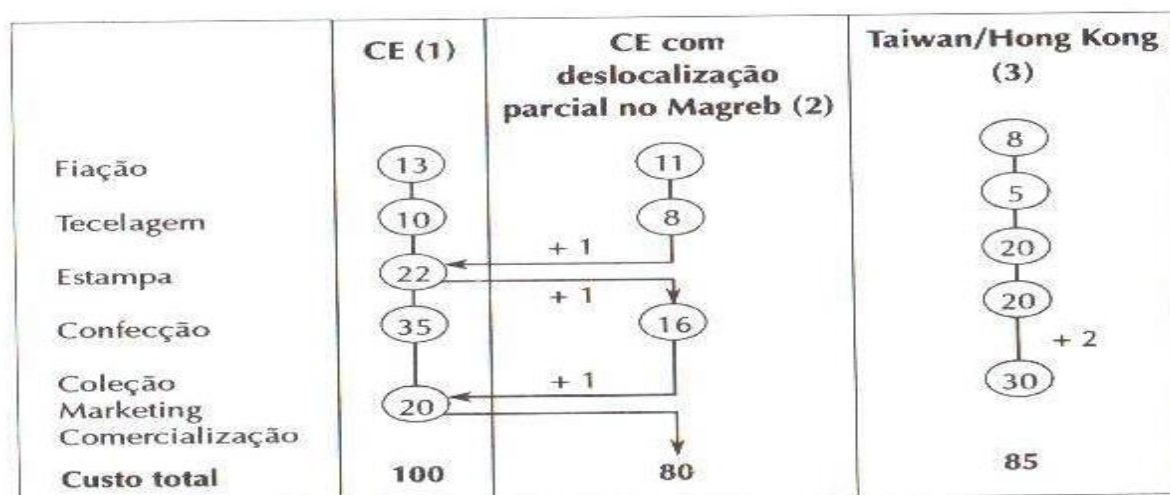
- Deslocalizações resultantes de atividade mercantil internacional:

[...] diz respeito ao suprimento de produtos industriais padronizados, onde os custos forem mais baratos. Esse modelo não se refere apenas aos insumos e produtos semi-elaborados, mas também a produtos acabados de consumo de massa, que hoje as grandes cadeias comerciais ou hipermercados podem ir buscar bem longe, estabelecendo seus próprios contratos de terceirização com produtores locais e comercializando os produtos com suas marcas próprias. Esse sistema é praticado no setor de vestuário, por exemplo, por todas as grandes lojas. Os grandes grupos de distribuição americanos foram os primeiros, mas logo foram seguidos pelos grupos comerciais e lojas de departamentos populares europeus (Chesnais, A Mundialização do Capital, 1996, p.136).

O gráfico abaixo exemplifica diferentes decisões produtivas como o custo associado: local (CE), parcialmente local (CE com deslocalização em Magreb) e, em outra localidade (Taiwan/Hong Kong):



Figura 2 - Formas de deslocalização no setor têxtil e concordância/discordância das vantagens competitivas e comparativas (unidade 100 = produção unicamente na CE)



(1) Custo do produto fabricado totalmente na CE = 100.

(2) Custo com deslocalização parcial no Magreb (norte da África) = 80.

(3) Custo do produto fabricado totalmente na Ásia e depois vendido na CE = 85.

Nota: os "+" representam os custos de transporte.

Fonte: Boston Consulting Group, *Les mécanismes de la compétitivité dans les industries du textile et de l'habillement de la CEE*, março de 1984.

Fonte: Chesnais, 1996, p.137

## 5.5 P&D

Desde os primórdios da história econômica à inovação demonstra sua importância como fator de competitividade, sendo os investimentos em pesquisa e desenvolvimento atalhos para a mesma; assim, as nações que empenham-se em deter soberania internacional, são as mesmas que concentram investimentos no ramo (CHESNAIS, 1996, p.140/141):

Em 1988, os países da OCDE gastaram um total de cerca de 285 bilhões de dólares, (225 bilhões em 1985) em P&D. Desse total, os EUA respondem por quase metade (138 bilhões de dólares, ou seja, 48,4%), os países da CEE por pouco mais de um quarto (27,7%), o Japão por 17,9% (51 bilhões de dólares) e o conjunto dos demais países, por apenas 6% (Chesnais, *A Mundialização do Capital*, 1996, p.141).

Corroborando com Chesnais (1996), Andreff (2000) aponta que a rentabilidade que deriva da inovação (regulamentada pelo direito de propriedade), cujas formas são variáveis (patente, marca, projeto industrial e afins), tem como substrato a P&D, "acessório indispensável à vestimenta dos grandes centros":

As multinacionais controlam as novas tecnologias porque as criam: elas realizam 75% das despesas de P&D nos EUA, 80% no Japão, 72% na Alemanha. Os orçamentos de P&D das multinacionais são importantes: sua percentagem nos faturamentos é em média mais elevado do que a da Despesa Nacional Bruta em P&D no PIB. A P&D é valorizada no estrangeiro pela exportação de produtos novos, pela venda de licenças e pelo IDE. (ANDREFF. Multinacionais Globais, 2000, p.82-83)

Os setores industriais na Tríade, cientes da importância de P&D para a competitividade no capitalismo, instigam seus respectivos governos (pelo argumento da soberania) a investir no ramo (CHESNAIS, 1996, p.144/145). A tecnologia como fator de produção internacionalizou-se desde os primórdios do capitalismo, assim persistindo na fase monopolista (diferentemente do trabalho), adiante, as multinacionais são um dos poucos agentes que desfrutam das diversas facetas do processo (CHESNAIS, 1996):

- A produção privada de insumos especializados:

[...] mediante a combinação de insumos vindos do exterior com a atividade própria da P&D do grupo. Essa produção pode levar a inovações que são divulgadas, pois patenteadas e materializadas em produtos. (Chesnais, A Mundialização do Capital, 1996, p.141).

- Adquirir o insumo especializado de terceiros, através de constante mapeamento do cenário científico junto a universidades, centros tecnológicos e grupos de alta inovação (CHESNAIS, 1996, p. 146).

- Adquirir o insumo especializado através de acordos de cooperação: “[...] *por intermédio das chamadas “alianças estratégicas” relativas à tecnologia; Tais alianças interligam grandes grupos. (CHESNAIS, 1996, p. 146)”*.

- Quando valoriza a tecnologia produzida pelo grupo: incorporando inovação ao produto, serviço ou processo transacionado; vendendo patentes ou licenças; ou utilizando a tecnologia ou inovação para beneficiar as rotineiras atividades do próprio grupo (CHESNAIS, 1996, p. 146).

Os laboratórios acabam sendo o “braço forte” na obtenção de ganhos tecnológicos, onde além da departamentalização originária nas respectivas matrizes (inicialmente

sequer detendo a caracterização de “laboratório”), outras são estabelecidas no exterior (CHESNAIS, 1996, p.150):

- Para apoiar o processo produtivo local, dando suporte quando necessário e ajudando na adaptação da mercadoria as necessidades locais;
- Para desenvolver programa de P&D que usufrua dos fatores externos desconhecidos, corroborando na diferenciação tecnológica da empresa.

Fatores que facilitam a atividade destes laboratórios no exterior são: o avanço da informática e telecomunicações, tornando interação com a matriz fluida; implantação de modelos de gestão que põem em prática formas mais produtivas de gerir atividades descentralizadamente (CHESNAIS, 1996, p.151).

Além das dimensões anteriores, as instituições (multinacionais, nações, órgãos de pesquisa) que desejem destacar-se na qualidade de sua inventividade, devem colocar-se em constante contato com seus rivais, isto não só para motivar-lhes competitividade mas, para viabilizar apropriação do conhecimento alheio; “sugar” a P&D estrangeira é uma estratégia da multinacional, operando tal ação seja pela compra e/ou participação em instituições potenciais; alvo fácil para tal empreitada são as pequenas e médias empresas potencialmente inovadoras (CHESNAIS, 1996, p.152).

Além das atividades de P&D, para manter domínio no processo tecnológico, os grandes grupos empenham diferentes ações: blindam-se tecnológica e juridicamente para não perder o domínio de suas inovações, fazem acordos com outros grupos e, mapeiam constantemente o mundo da P&D, para não escapar-lhes nada (CHESNAIS, 1996, p.163). Órgãos como o GATT visam estabelecer regras de produção e comercialização que preservem o “saudável ambiente de negócios”, neste, o direito de propriedade intelectual é preservado. A conservação do ambiente de negócios tal como ele é, apenas “preserva a estabilização da desigualdade” entre agentes, que encontram-se em diferentes condições de competitividade, tal como Chang (2004) “um chute diplomático” na escada para ascensão, uma vez que o caminho trilhado pelas grandes potências, foi exponencialmente diferente do posteriormente propagado.

Muitos países periféricos tendo em vista a industrialização, recorreram ao IDE internacional, na ilusão de suplantar atraso tecnológico, no entanto, conforme Andreff (2000, p. 138), as multinacionais visando retornos futuros, passam ilusão de superação

tecnológica ao hospedeiro, quando transmitem mediante pagamento de *royalties* e, especificamente para suas filiais, um direito de propriedade específico, assim, os grandes grupos mantêm sua soberania tecnológica, ao mesmo tempo que lucram com a venda de direitos:

As multinacionais americanas receberam 16B\$ de royalties em 1990, dos quais 78% vindos de suas próprias filiais; as multinacionais alemãs 2,4 bilhões de DM, dos quais 93% de suas filiais, percentagens que mostram que as multinacionais preferem manter o domínio de sua tecnologia. (ANDREFF. Multinacionais Globais, 2000, p.138).

Esta seção ilustra argumento central no trabalho: a acumulação no sistema monopolista não pauta-se pela consistente elevação da  $COC = c/v$ ; este argumento baseia-se na não concretização de tendência exposta em Marx (1996), apesar do *insight* ser derivado do mesmo. A corroboração do argumento acontece quando, tal como elencado por outros autores (ainda que de diferentes formas), apresentasse o engessamento do processo produtivo/criativo, que deriva do controle monopolista: controle perpetrado pelas grandes instituições, tendo em vista maximizar resultados futuros, pouco importando demandas presentes. O engessamento do processo de inovação tona-se empecilho a elevação da COC, fato que implica na rentabilidade geral.

## 5.6 Perspectivas para a dinâmica vigente

A problemática do excedente é pertinente ao modo que as multinacionais operam na segunda metade do século XX, isto devido a particularidades na atuação das mesmas, que permitem conversão da variável aos centros, sendo assim, eis particularidades tratadas: o uso ampliado dos serviços, a financeirização e novas formas de transacionar internacionalmente.

A ampliação do setor de serviços caracteriza-se por englobar atividades econômicas que não enquadram-se nos setores primário e secundário (ainda que boa parte dos recursos destinados ao setor, venham destas últimas), onde o crescimento explosivo deste no pós anos 70 (ANDREFF, 2000, p. 103), correlaciona-se a ação das multinacionais alocando parte substancial do IDE para o mesmo; entre os motivos para alocação: a) suprir demanda das multinacionais por serviços especializados, sendo tal satisfeita pelo próprio grupo ou empresa terceirizada; b) a homogeneização da norma de consumo capitalista, cujo produto vem “acompanhado” por necessidade de serviço: c) a

privatização de capital estatal constituído em anos anteriores (telecomunicações, transportes aéreos e comunicação de massa); d) o crescimento do setor financeiro (CHESNAIS, 1996, p.185-188). Adiante, conforme Andreff (2000), a ampliação do setor serviços no último quarto do século XX tem foco, este é o setor financeiro, vide magnitude do IDE direcionado ao mesmo:

O IDE terciário situa-se em 85% nos serviços financeiros (bancos, seguros, sociedades financeiras) e comércio. As 300 maiores multinacionais terciárias reúnem 30 bancos multinacionais, 17 sociedades financeiras, 40 companhias de seguros, 41 sociedades de comércio, 42 agências de publicidade, marketing e contabilidade, 27 transportadoras, 21 companhias aéreas e 21 redes de hotéis. (ANDREFF. Multinacionais Globais, 2000, p.104)

As atividades demandadas do setor de serviços podem ser terceirizadas, razão adicional para crescimento do mesmo, entre tais: comercialização, publicidade e securitização; porém, as grandes companhias, conhecendo os reveses que a terceirização pode acarretar, encontram alternativas para suprir suas necessidades, Chesnais (1996) esclarece caso pela publicidade:

Os grupos podem regular de três maneiras as suas relações com o setor publicitário. A primeira é recorrer a companhias existentes, limitando-se a negociar, o melhor possível, seu contrato com a agência, que se encarrega da campanha e de comprar os espaços publicitários. A segunda consiste em aliar-se a outros grupos numa “central de compra”, que passa por cima das agências de propaganda e negocia diretamente as compras de espaço. A terceira é criar sua própria filial, para não ter de ceder uma parte do valor agregado a um setor externo ao grupo. Esse caso é mais raro do que os outros dois, mas há dois exemplos importantes citados na literatura: o da Unilever, que criou a filial Lintas, e o da Standard Oil, que criou a companhia McCann Erikson (Chesnais, A Mundialização do Capital, 1996, p.169).

A decisão de terceirização deve ser pesada, pois apesar da maior produtividade que a divisão do trabalho acarreta, também existem riscos atrelados ao processo, tome-se como exemplo Hyundai e Goldstar, que conforme Andreff (2000, p.62), tinham como alçada inicial, apenas prestação de serviços as multinacionais americanas (posteriormente concorrentes das mesmas), sendo assim, o controle das filiais e terceirizadas é vital, ambas são potenciais competidoras (algo que deve evitar-se ao máximo no sistema oligopolista).

Outro aspecto representativo do capitalismo recente é o comércio internacional, este, conforme Chesnais (1996, p.215/216), se em fase anterior coadjuvante do setor industrial, agora também ator principal; no período 1860-1914 a relação foi inversa, onde

o comércio exterior caracterizava-se apenas pela busca de insumos (matérias-primas) ao primeiro; é claro escapavam a regra os Britânicos, que inundando o mundo com seus produtos, não só obtiveram dinâmica de desenvolvimento particular, como impediram outros de à conseguirem; ainda sobre a prática que vigorou até aproximadamente 1914, os grandes *players* rivalizam não só pelas conquistas internacionais mas, pela ideologia de desenvolvimento que deveria ser aceita:

Foi para se defender diante dos produtos ingleses que o americano Alexander Hamilton e o alemão Friedrich List desenvolveram suas teorias contra a “economia política cosmopolita” do liberalismo fundado em Adam Smith. Eles justificam o protecionismo às indústrias nascentes com sólidos argumentos de economia industrial, inclusive alguns que prenunciam as teorias de competitividade estrutural que surgiram mais de um século depois (Chesnais, A Mundialização do Capital, 1996, p.216/217).

Marco na história do comércio internacional foi a Crise de 1929, quando as nações industrializadas passam compensar baixa demanda interna, com exportações (CHESNAIS, 1996, p.217), tal movimento conseguiu até aproximadamente a década de 70 converter a prevalência do comércio sobre a produção, num movimento em que a prosperidade de uma nação, não necessariamente, abarcasse a falência de outra (Era de Ouro do Capitalismo), no entanto, na medida que os fluxos de IDE aumentaram, as multinacionais rivalizavam em expansão e, medidas liberalizantes tornaram-se uma tendência; o crescimento “conjunto” (ainda que para alguns) não é mais possível. As medidas para recuperação neste “novo liberalismo” envolveram financeirização e securitização de dívidas (CHESNAIS, 1996, p.218).

As nações periféricas foram as que mais sofreram com o ajuste neoliberal: a insolvência de suas dívidas e a consequente escassez de reservas fizeram com que as vantagens comparativas ricardianas mostrassem sua verdadeira face; eis que os centros conseguiram a necessária redução de custos para sua recuperação, quando o Terceiro Mundo, vide situação anterior, teve que não só reduzir o valor de suas matérias-primas, como aumentar a oferta das mesmas (CHESNAIS, 1996, p.219/220).

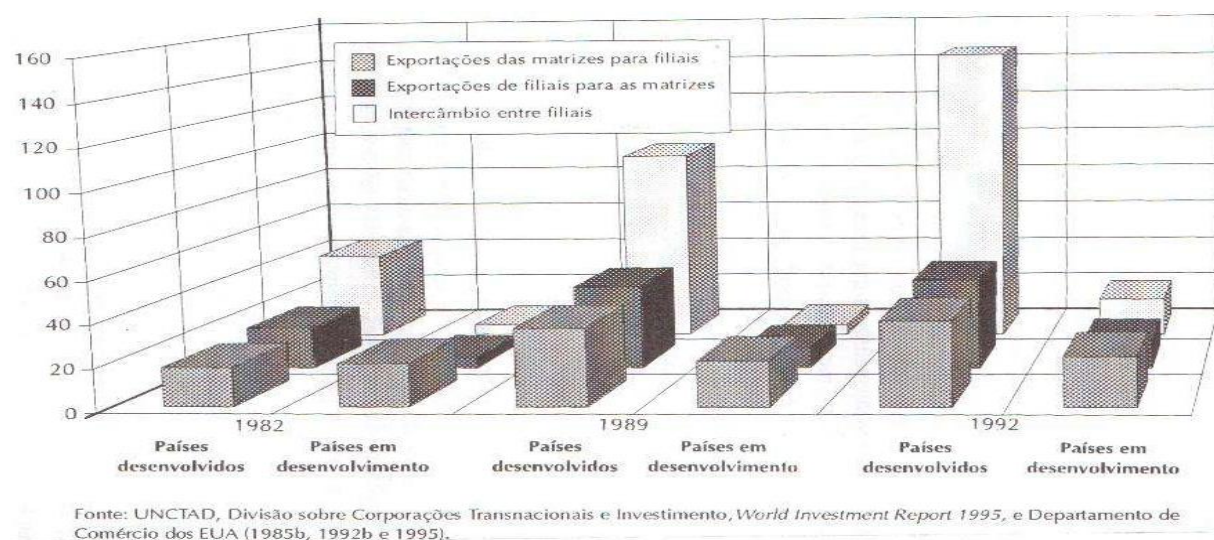
Neste cenário pós 70, os agentes preponderantes no comércio de manufaturas são as multinacionais, onde considerando-se nações desenvolvidas e em desenvolvimento, existem duas tendências diferentes para os fluxos de recursos: as primeiras são superavitárias (exportam mais do que importam), as segundas deficitárias, tal resultado justifica-se uma vez que as multinacionais pertencem em sua maioria aos países

desenvolvidos, a figura abaixo ilustra tal processo, ficando claro que para os centros, além do superávit, seu intercâmbio ocorre prioritariamente pelas filiais (CHESNAIS, 1996):

Eles mostram que, em 1988, nada menos que 99% do comércio exterior dos EUA envolvia a participação de uma multinacional americana ou estrangeira, como parte da transação. Só as multinacionais americanas (matrizes mais filiais) respondiam por 80% das exportações e quase 50% das importações dos Estados Unidos (Chesnais, A Mundialização do Capital, 1996, p.227).

Nos países avançados, o que predomina são os intercâmbios diretos entre filiais, atualmente bem mais vultosos do que o comércio com as matrizes. Isto reflete o processo de integração produtiva, em cada um dos três polos da Tríade. Já nos países em desenvolvimento, predominam os fluxos provenientes da matriz e do país de origem desta, para as filiais. Isto é consequência direta da liberalização do comércio exterior. As consequências são bem conhecidas: aumento das importações déficit comercial dos países em desenvolvimento, redução dos suprimentos locais, acarretando o fechamento de empresas e elevação do desemprego, e enfraquecimento do setor industrial, onde houvera algum desenvolvimento industrializante (Chesnais, A Mundialização do Capital, 1996, p.228).

Figura 3 - Tendências no intercâmbio intracorporativo. Comércio entre empresas coligadas de multinacionais americanas, 1982, 1989, 1992 (em bilhões de dólares)



Fonte: Chesnais, 1996, p.229

Tais multinacionais (em sua maioria originárias da Tríade), concentram tal volume de negociações, que o valor de suas vendas em 1997, chegou à metade do PNB mundial, destaca-se que, também tais rendimentos dão-se de forma concentrada - agravando problemática do (e) - (ANDREFF, 2000):

Observa-se um forte grau de concentração no interior do conjunto das multinacionais. Em cada país desenvolvido, 1% das multinacionais de origem

local detém em torno de 50% do estoque de IDE desse país no estrangeiro. As 200 maiores multinacionais do mundo realizam um faturamento equivalente a 26,8% do PNB mundial em 1992, contra 24,2% em 1982. (ANDREFF. Multinacionais Globais, 2000, p.124).

Fora o domínio no comércio de bens intermediários e finais, as multinacionais conforme aponta Andreff (2000, p. 126) controlam cerca de 90% da produção de base, onde responsabilidade das mesmas pelas exportações nacionais, são de magnitudes inimagináveis:

Se forem somados o comércio intra-multinacionais e o comércio extra-multinacionais (o de uma matriz ou de uma filial de multinacional com firmas mononacionais), obtém-se a parte do comércio exterior de um país realizada pelas multinacionais: há duas décadas, todo ano, mais de 50% das exportações americanas são engendradas por multinacionais (americanas e estrangeiras), e perto de 80% das exportações britânicas, mais de 90% em Singapura, mais de 40% no Brasil. (ANDREFF. Multinacionais Globais, 2000, p.126).

Observa-se que a maneira como as multinacionais administram seus recursos (tecnologia, finanças, colaboradores, produtos, etc) impacta na configuração político-econômica internacional, onde para o período analisado, conforme Andreff (2000, p.60-61) “O comércio cativo intra-firma é avaliado em 30% das trocas mundiais de produtos. Os fluxos intra-multinacionais pesam 29% das exportações da Comunidade Econômica Europeia, 32% das do Japão e mais de 50% das importações do Brasil ou do México.” A vantagem deste tipo de transação é a redução de custos, ao evitar que as multinacionais arquem com preços de mercado (a sigla normalmente utilizada para este tipo de operação é a OEM, *original equipment manufacturing*). Dentro deste panorama existe discussão sobre o dimensionamento de recursos entre nações (concentração do excedente nos centros, ampliando a problemática da acumulação do capital), cuja caracterização mais emblemática é a “evasão de reservas”, esta nacionalmente em pauta pela operação Zelotes, vide déficit fiscal do governo (BROADCASTING, B. C., 2015)

Os entraves anteriores somados à problemática da dívida, explicam grande parte das limitações ao desenvolvimento econômico independente, onde conforme Andreff (2000):

Os preços de transferência permitem redistribuir os lucros das filiais para a sociedade matriz ou para uma *holding* situada num paraíso fiscal, ou burlar o controle dos câmbios de um país hospedeiro. Basta superfaturar os bens e serviços vendidos pela matriz às filiais estrangeiras e subfaturar as vendas das filiais à matriz ou à *holding*. (ANDREFF. *Multinacionais Globais*, 2000, p.61)



A dinâmica de mercado oligopolista, cujo resultado é concentração do (e), fez que 1984 dez multinacionais obtivessem 67% do mercado de computadores e, em 1992, 91% da produção mundial de automóveis era feita por vinte empresas. Ou seja, o domínio do mercado mundial por grandes grupos torna-se uma tendência, esta, agravada em momentos de crise (ANDREFF, 2000, p.89). Os ganhos de oligopólio são inegáveis, Andreff (2000, p.98) para o contexto norte americano, mostra que de 1982-1985, as multinacionais faturaram quatro vezes mais que as nacionais e, que a rentabilidade dos IDE nos países em desenvolvimento, foi maior do que a obtida por este nos centros.

Pelo anteriormente levantado, percebe-se quão desalentadoras são as perspectivas de competitividade para os países periféricos, onde a tabela abaixo diz respeito ao comércio inter-regional (CHESNAIS, 1996); para o intercâmbio regional, observe-se inexpressividade da América Latina na década de 90 (comparação com Ásia e Europa):

Tabela 14 - Intercâmbios inter-regionais (em % do intercâmbio total da zona e em % do comércio mundial)

Zonas	Exportações intra-regionais no total da zona		Exportações intra-regionais no total mundial	
	1986	1991	1979	1989
América do Norte	39,1	33,0	4,6	5,3
América Latina	14,0	16,0	1,1	0,5
Europa Ocidental	68,4	72,4	28,8	31,1
Europa Central e ex-URSS	53,3	22,4	4,3	3,5
Ásia	37,0	46,7	6,3	10,0
África	5,9	6,6	0,3	0,2
Oriente Médio	7,7	5,1	0,4	0,3

Fonte: GATT 1990, 1993

Fonte: Chesnais, 1996, p.231

Os mercados comuns (com suas devidas peculiaridades), apesar das promessas, “não vem” para atenuar maneira oligopolista da dinâmica internacional; no contexto das trocas internacionais, integrações regionais (CEE, NAFTA, ANSEA), que em teoria deveriam “[...] atenuar a fraqueza dos mercados a alocar da melhor maneira as atividades em razão dos custos de transação implicados.” (ANDREFF, 2000, p.128), na prática,

mostraram-se diferentes em seus resultados, vide os “Patos Mancos” na América Latina e “Gansos Voadores” na Ásia (CHANG, 2004) .

Terceiro aspecto da mundialização é a financeirização, esta, escorada na transformação econômica porque passaram os grandes grupos: Se inicialmente os departamentos financeiros concentram-se em exercer funções administrativas, posteriormente, para sobressair na competição internacional, evoluem para bancos empresariais, estes, com a serventia de escapar mais facilmente as legislações regulamentadoras (CHESNAIS, 1996, p.279); adiante, exemplo de atividade que foi internalizada visando competitividade: as atividades de câmbio, no que tange o controle da variação monetária, foram cruciais na negociação de mercadorias, e posteriormente, agregando conhecimento relacionado a rentabilidade especulativa (CHESNAIS, 1996, p.287). Ainda conforme Andreff (2000):

Disso resulta que uma importante massa de liquidez circula regularmente na multinacional e que ela pode ser mobilizada a qualquer momento pela multinacional para intervir nos mercados financeiros. O objetivo disso é proteger-se contra o risco do câmbio ou da taxa de juros pelo *leads and legs* que consiste em modificar os prazos de pagamento das transações comerciais e de cessão de divisas: pelo *hedging* que consiste em modificar as moedas de faturamento à vista ou a prazo, de modo a reduzir o risco ou a tirar lucros da especulação sobre as flutuações de câmbio; pelo adiantamento de divisas da matriz às filiais. As multinacionais exploram as mudanças de paridade quando não as provocam. A administração do risco de câmbio pelas multinacionais é desestabilizadora, pois contribuiu para reforçar as moedas cuja alta é antecipada e para enfraquecer as moedas de depreciação. [...] Todas estas operações financeiras permitem além disso à multinacional tomar emprestado no lugar onde as taxas de juros são mais baixas, diversificar suas fontes de financiamento e contornar as políticas locais de restrição ao crédito. (ANDREFF. Multinacionais Globais, 2000, p.109-110).

Supridas as necessidades mais intimamente ligadas à produção, este recurso financeiro disponível e não satisfeito, procura sua valorização por outras vias, daí o surgimento das inovações contábeis, administrativas e do direito de propriedade, cuja função é respaldar o resultado proveniente das inovações financeiras, conforme Andreff (2000):

A multinacional cria, com essa finalidade, ou uma holding financeira, localizada de preferência num paraíso fiscal, ou cria ou adquire seu próprio banco de grupo. Os fundos são deslocados de um lugar para outro, no seio da multinacional, por transferência de capital entre as filiais e a matriz (ou a holding): empréstimos intra-multinacionais pagamento das filiais ao grupo ou o inverso; por transferência explícitas de rendas, repatriamento dos lucros, pagamento de royalties tecnológicos e de honorários pelas filiais à matriz; e por transferência de fundos implícitas. Assim as multinacionais diversificaram-se para as

atividades financeiras, “financeirizam-se”. (ANDREFF. Multinacionais Globais, 2000, p.109).

As multinacionais orientando-se por rentabilidade financeira, juntamente aos: fundos de pensão, mútuos, seguradoras e fundações, fazem com que o capital bancário seja apenas fração do capital financeiro total, tornando-se patente, impotência dos bancos centrais mediante ataques especulativos. Tais ataques são mais eficientes, conforme grau de engajamento entre os atores (CHESNAIS, 1996, p.291).

A evolução do sistema financeiro foi devidamente abordada por Lenin (2011) em capítulo anterior, sendo que o inchaço no setor acompanhou-se das crises que pautaram ultimo quarto do século XX, tais perturbações foram motivadas pelas iniciativas de desregulamentação e securitização; neste contexto, a metáfora que compara o crescimento do setor ao inchaço de uma bolha, motiva-se por premissa que questiona base real que assenta sua rentabilidade, conforme Chesnais (1996):

A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho de múltiplos níveis de qualificação. Ela mesma não cria nada. Representa a arena onde se joga um jogo de soma zero: o que alguém ganha dentro do circuito fechado do sistema financeiro, outro perde. Usando uma expressão de P. Salama e J. Valier (1991): “o milagre da multiplicação dos pães não passa de miragem” (Chesnais, A Mundialização do Capital, 1996, p.241).

O processo de mundialização onde os mercados internacionais substituem os nacionais, é ainda mais intenso, quando relacionado à esfera financeira, exemplo desta colocação é a disponibilidade no mercado mundial de quase 90% das dívidas soberanas (México nos anos 90). A diversificação dos produtos financeiros contribuiu para ampliação do setor, onde além das dívidas soberanas, dá-se também a securitização da dívida privada: a oferta pública de dívida das empresas; tais podem ocorrer em duas etapas: 1º) lançamento dos títulos com intermediação dos bancos; 2º) renegociação dos títulos iniciais em mercado secundário, onde apesar do maior risco, acompanha correspondente rentabilidade; nesta última fase, os papéis recebem a designação de “*junk bonds*” (CHESNAIS, 1996, p.282).

Conforme Chesnais (1996, p.244), o cenário anterior remete a duas conclusões: transferência de riqueza da produção para as finanças e constatação sobre base fictícia que assenta-se a financeirização. Utilizando-se de Marx (O Capital, livro III, caps. 23 a 25), Chesnais (1996, p.246) elenca formas de como o movimento de financeirização opera as duas percepções anteriores:

- A transformação de D em D' sem passagem pelo processo produtivo, quando as instituições financeiras (em sua maioria, pois são especialistas no negócio) transformam parte da (m) que tem acesso em capital fictício:

A partir do momento em que os bancos e as outras instituições financeiras não se satisfazem mais com suas funções, importantes mas subalternas, de intermediação financeira e de criação de crédito a serviço do investimento, elas vão necessariamente abrir a transformação da esfera financeira em campo de valorização específico para operações de novo tipo, suscetíveis de proporcionar mais-valia e lucros financeiros (Chesnais, *A Mundialização do Capital*, 1996, p.247).

- Transferência de riqueza da produção para o setor financeiro através da dívida pública: “Como observa friamente o FMI, os títulos públicos representam a espinha dorsal dos mercados de obrigações mundiais. Seu volume de transações supera, de longe, o de qualquer outro segmento dos mercados financeiros, com exceção dos mercados de câmbio.” (CHESNAIS, 1996, 248).

Conforme Chesnais (1996, p.248) a financeirização é resultado do fim do sistema monetário (em 1971) criado em Bretton Woods, onde como consequências passam a existir moedas sem ancoragem e forte interligação entre câmbio e ativos financeiros. Eis elucidativo relato sobre a transição do padrão ouro para o dólar flexível:

A moeda não é apenas um instrumento-veículo. A existência de uma moeda capaz de garantir uma ancoragem efetiva para as transações internacionais, como um todo, é indispensável para garantir às relações econômicas o máximo de estabilidade que o sistema capitalista permite, e para facilitar a coesão das relações sociais internas. Até 1914, o ouro foi moeda internacional no pleno sentido do termo, isto é, “o equivalente geral” que concentra as funções de padrão de referência, de meio de pagamento e de instrumento de entesouramento. Os meios de pagamento emitidos durante a Primeira Guerra Mundial, bem como a dívida acumulada pelos principais Estados beligerantes para financiar os combates, acarretaram a crise do padrão-ouro, antes que a crise de 1929 viesse enterrá-lo definitivamente.

O sistema de Bretton Woods foi baseado na convicção de que era necessário restabelecer, da forma mais completa possível, a existência de uma moeda internacional com todos os seus atributos. O sistema adotado conferia ao dólar um papel central, ao lado do ouro e, por assim dizer, representando este. O dólar estava atrelado ao ouro por uma taxa de conversão fixa, negociada internacionalmente. Por sua vez, as taxas de câmbio de todas as outras moedas eram determinadas tendo o dólar como referência. Essas taxas eram fixadas, podendo ser alteradas somente em função de desvalorizações ou valorizações decididas pelos Estados.

O sistema de Bretton Woods refletia a hegemonia absoluta dos EUA na concorrência intercapitalista, bem como a necessidade de preencher as enormes necessidades, herdadas da crise de 1929 e da Segunda Guerra Mundial, para financiamento da acumulação. O atrelamento do dólar ao ouro, mesmo que

indireto, permitia, bem ou mal, que este alicerçasse um sistema de autoridades estatais, dotadas de instrumentos que lhes possibilitavam controlar a criação de crédito e assegurar a relativa subordinação das instituições financeiras e do capital de empréstimo às necessidades do investimento industrial. Em 1994, com o distanciamento de várias décadas, podemos observar que esse período de subordinação foi, ao fim das contas, muito breve. Terminou em meados dos anos 1960, com as primeiras grandes especulações contra a libra esterlina.

[...]

O fim do *gold exchange standard*, decretado unilateralmente pelos EUA em agosto de 1971, é produto dessas condições como um todo. O principal fator interno, de exclusiva responsabilidade dos EUA, foi a explosão da dívida federal, conjugada a um déficit crescente na balança de pagamentos. A criação desenfreada de meios monetários para financiar a emissão de bônus do Tesouro tornou insustentável a manutenção da paridade dólar-ouro. A partir de 1965, o duplo déficit do orçamento e dos pagamentos externos, agravado pelo financiamento da guerra do Vietnã, traduziu-se por emissões de dólares, cuja conversão ao ouro era pleiteada imediatamente pelos outros países. As reservas de Fort Knox estavam esvaziando. A impossível conversão dos dólares em ouro, à paridade decidida em Bretton Woods ou próxima a esta, evidenciava todas as contradições do *gold exchange standard*, que haviam sido analisadas por liberais como J. Rueff, consultor de De Gaulle, e por críticos que reivindicavam a análise marxista da moeda (Chesnais, *A Mundialização do Capital*, 1996, p.249/250).

Conforme Chesnais (1996, p.255) os eurodólares exemplificam o que foi esta economia do endividamento, isto, não só pelo montante movimentado ser assombrosamente novo mas, pela qualidade destes recursos - diminuto lastro com a poupança no país credor; os recursos disponibilizados tinham como fonte esquema *ponzi*, onde os bancos apenas alavancaram entre si obrigações sem garantia.

Além dos governos centrais que financiavam seus déficits com a securitização de suas dívidas, outros beneficiários do sistema financeiro que “explode” na década de 80 são os fundos mútuos e de pensão; para EUA e Japão, na década de 90, entre 30% e 40% dos ativos destas organizações encontrava-se em obrigações públicas e privadas, respectivamente, na proporção de 2:1 (CHESNAIS, 1996, 258/259).

A explicação para desmedida financeira na segunda metade do século XX é complexa, sendo comum na história econômica, constatação da mesma, conjuntamente a consciência de que no final deste período, ocorre também crise de confiabilidade no padrão ouro-dólar; tal constatação não é suficiente para primeiro questionamento (a desmedida financeira), vide que: tal crise pode ser mero resultado da desmedida, deixando porquê sem resposta. Na pista de Marx, quando em sua obra exemplifica diversas formas de valorização do capital, Arrighi (1996) apresenta explicação clara para o questionamento, esta envolvendo necessidade constante de valorização do capital, com intercalação entre ciclos produtivos e financeiros (respectivos focos); a sincronização

entre os mesmos envolvem novas formas de valorização de capital, assim, para contexto apresentado (fins do século XX), financeirização, IDE e serviços, tem sua função. O IDE, idealizado como nova forma de valorização do capital, ainda que na essência, apenas sinônimo da ampliação de mercado (muitas vezes reduzindo capacidade produtiva), obedece critérios (CHESNAIS, 1996, 298/299):

- quanto ao tempo: pós 1975;
- quanto a motivação: fuga a queda de rentabilidade e contestação trabalhadora (conforme trabalhado desde o primeiro capítulo: fuga a competição com foco na elevação da COC);
- quanto aos reveses: não estimula recuperação via virtuoso ciclo produtivo e, conforme abordado em capítulo seguinte: a soma dos fatores anteriores, operando dinâmica que tende a estagnação sistêmica; conforme Chesnais (1996):

No entanto, a internacionalização do capital parece ter desempenhado um papel importante na “incapacidade em que os mecanismos associados à regulação em vigor”, demonstraram, “de reverter os encadeamentos conjunturais desfavoráveis”. Uma das características marcantes do período imediatamente posterior à recessão de 1974-1975 foi uma taxa de crescimento do IDE muito superior a do investimento doméstico, pois as grandes companhias buscavam uma saída para a queda de rentabilidade do capital, para a saturação da demanda de bens de consumo duráveis e para contestação dos trabalhadores, na deslocalização acelerada de suas operações. Ao começarem a dissociar seu próprio destino daquele de sua economia de origem, os grupos contribuem para enfraquecer o quadro da economia do Estado nacional, e não para restaurar o círculo virtuoso da acumulação segundo modalidades de regulação fordista (Chesnais, A Mundialização do Capital, 1996, p.299).

O fôlego gerado pelos novos instrumentos de valorização (fins do século XX) cobra seu preço, isto porque, a provável estagnação operada no século XXI, deve-se aos mesmos. Chesnais (1996, p.300/301) analisa tal premissa quando compara a fase financista dos anos 1980, com fase produtiva do capitalismo no século XX (1950-75), assim, esta última detinha: 1) O trabalho assalariado como forma absolutamente predominante de inserção social e acesso à renda; 2) Ambiente financeiro e monetário estável, com taxas de câmbio fixas e regulação das instituições financeiras; 3) Controle do capital privado, ao mesmo tempo que lhe confere auxílio. Para década de 70, viu-se desarranjo dos fatores anteriores e/ou sua substituição por antíteses. Outros fatores que conforme Chesnais (1996, p.303) corroboram para perspectiva de estagnação (variáveis passíveis de análise): desinflação acelerada, desemprego estrutural, desigual distribuição

de renda, reaparecimento dos rendimentos rentistas, marginalização de regiões continentais, desavenças entre os centros derivadas da concorrência comercial e, recorrentes crises financeiras.

Outra forma de compreender perspectiva estagnadora é pela análise da demanda efetiva: a) o saldo de empregos criados tende ser menor; b) o consumo doméstico torna-se fragilizado o com achatamento dos salários e desemprego; c) a receita do estado fica comprometida devido ideologia liberal; d) a tendência para base produtiva enxuta que diminui arrecadação; assim, os fatores anteriores somados a tendência do investimento em preferir retornos rentistas de curto prazo (com maior liquidez), fazem com que a dinâmica produtiva não reaja aos moldes fordistas, anulando perspectiva de sólido crescimento no longo prazo (CHESNAIS, 1996, p.307/308).

A neoliberalização e desregulamentação trouxeram curto período de euforia, quando em fins do século XX, impactantes crises político-econômicas decorreram das mesmas. A alta alavancagem internacional levou ao questionamento das expectativas, ao mesmo tempo que os EUA vacilavam na gestão do padrão monetário (lastreado em ouro); a ação desta nação para com o fim do lastro, foi um dos sinais de esgotamento sistêmico, que somado a outros (o alto nível de endividamento das economias), fizeram com que a demanda por liquidez aumentasse para precaução. Quando a esfera financeira deixou de ser alimentada, as crises de liquidez passaram a irromper, tendo sua intensidade amplificada a medida que os investimentos internacionais tornaram-se homogêneos (a neoliberalização faz perder premissa de “diversificação”, quando os agentes preferem a liquidez e rentabilidade das inovações especulativas, ao risco da produção). Nações em desenvolvimento puxaram o movimento recessivo, onde crise exemplificadora foi a do México em 95 (CHESNAIS, 1996, p.309-311).

O fim da euforia que data o último quarto do século XX mostrou aos países periféricos sua vulnerabilidade a tempos “ignorada”, isto devido aos breves “voos de galinha” experimentados. O modelo desenvolvimentista (concorde-se ou não com sua eficácia) para os países periféricos cuja aplicação remete a década de 50, teve como proposta suplantando baixo nível de desenvolvimento com industrialização; conforme o caso brasileiro, através da interferência e despotismo do governo militar, utilizaram-se dos recursos nacionais para alavancagem da iniciativa privada via grandes estatais, tal processo visou suprir gargalos produtivos nacionais, tendo como base alinhamento com os centros internacionais; durante duas décadas tal dinâmica experimentou crescimento nunca visto, sendo taxada como “milagre econômico brasileiro”, adiante, tal como outras

dinâmicas periféricas, a “mundialização” que data fins do século XX, fez tais nações perceberem a mínima autonomia que detinham, obrigando com as crises sistêmicas, entregarem patrimônio nacional.

A bancarrota econômica derivada das contradições neoliberais, coloca as nações periféricas “em seus devidos lugares”, este, “prato no buffet livre” do capital internacional, assim, tais nações apesar de seus breves momentos de autonomia, viram-se obrigadas a participar do comércio internacional conforme demandas do mesmo (CHESNAIS, 1996):

Após o formidável salto de produtividade do trabalho na indústria, que acompanhou a difusão das tecnologias de informática, do estabelecimento de novas formas toyotistas de organização da produção industrial e da intensificação da concorrência entre as companhias e os países da Tríade, este passaram a se interessar unicamente por relações seletivas, que abrangem apenas um número limitado de países do Terceiro Mundo. Certos países ainda podem ser requeridos como fontes de matérias-primas. Outros são procurados, sobretudo pelo capital comercial concentrado, como bases de terceirização deslocalizada a custos salariais muito baixos. Mais uns pouco países, por fim, são atrativos devido seu enorme mercado interno potencial (por exemplo, a China). Mas, fora esses casos, as companhias da Tríade precisam de mercados e, sobretudo, não precisam de concorrentes industriais de primeira linha: já lhes bastam a Coreia e Taiwan! Foi assim que houve o estancamento do IDE para muitíssimos países [...] (Chesnais, A Mundialização do Capital, 1996, p.313).

Neste capítulo através de Andreff (2000) e Chesnais (1996), foi apresentada fase “mundialista” do capital (fase oligopolista), tendo como foco as multinacionais e ações das mesmas, na manutenção do nível de atividade em patamar estagnário. As estratégias perpetradas giram em torno do controle da: produção, preços, P&D e mercado de trabalho, por meio de acordos que fogem a qualquer padrão ético ou moral, travestindo-se, para sua justificação, de economia de mercado. Tais agentes atuam em escala global, cujo resultado quando analisado pela problemática do (e) é ampliação e concentração da variável, em outras palavras, aumento da instabilidade, que deriva das limitadas perspectivas para valorização do capital.

Por fim, reflexão que envolve presente e futuro da dinâmica oligopolista passa pelo mercado de trabalho. Percebe-se que para estabilidade sistêmica, cujo “calcanhar de Aquiles” é a problemática do (e), faz-se necessária exploração das massas nas nações periféricas, mas também, satisfação das massas nas nações centrais, em outras palavras, que sejam satisfeitas as conquistas das últimas, na histórica luta por bem-estar social; Andreff (2000) traz elucidação sobre o tema, quando através dos novos mecanismos de valorização, apresenta diferentes possibilidades para as nações envolvidas:



Os principais efeitos diretos do IDE que entra sobre o emprego de um país hospedeiro podem consistir teoricamente em: 1) criar empregos em atividades em crescimento e nas bacias de desemprego; 2) pagar salários mais elevados (para uma produtividade mais elevada); 3) agravar as disparidades regionais de emprego; 4) reduzir o emprego por racionalização da produção de uma firma local previamente adquirida; 5) mas os empregos conservados após racionalização são empregos “salvos” graças ao IDE nesse país, isso comparado à alternativa que teria constituído a falência da firma local e a demissão de todo o pessoal. Seus efeito indiretos são: 6) permitir a criação de empregos nos clientes e fornecedores locais da multinacional; 7) provocar a destruição de empregos importando os insumos ou eliminando os fornecedores locais do mercado. O IDE que sai tem efeitos diretos sobre o emprego do país de origem onde ele: 8) cria ou mantém empregos na multinacional-matriz para fornecer bens ou serviços às filiais estrangeiras e substituí trabalho pouco qualificado por trabalho mais qualificado; 9) deslocaliza ou exporta empregos; 10) abaixa os salários nos empregos mantidos no país de origem; 11) deteriora as condições do mercado de trabalho. Seus efeitos indiretos são: 12) criar ou manter o emprego dos fornecedores do país de origem que entregam às (exportam para) filiais estrangeiras da multinacional; 13) reduzir os empregos e os salários das firmas do país de origem que forneciam, não há muito tempo, as atividades da multinacional hoje deslocalizadas. O efeito global líquido (de 1 a 13) não é mensurável com os dados e métodos existentes. (ANDREFF. Multinacionais Globais, 2000, p.140).

As informações passadas por Andreff (2000) quanto a exploração do trabalho, corroboram com a Lei do Emprego em Marx (1996), isto porque: 1) O crescimento do emprego que deriva das multinacionais é menor do que o estoque de IDE posto em movimento pelas mesmas; 2) Opera crescimento do emprego mais rápido no país hospedeiro do que no de origem: “A parcela das filiais de multinacionais estrangeiras no emprego total permanece limitada, da ordem de 4% nos países desenvolvidos e menos de 10% nos países em desenvolvimento, mas pode atingir 20% a 40% em certas indústrias ou alguns países em desenvolvimento (Singapura 58%, Sri Lanka 40%).” (ANDREFF, 2000, p.128). Portanto, percebe-se tendencial dificuldade da dinâmica monopolista em manter estabilidade no mercado de trabalho global, sustentando-se pergunta fulcral; como continuar conciliando: a) concentração sistêmica do (e) nos centros, com limitação dos investimentos produtivos a disposição; b) consistentes crises derivadas da especulação financeira; c) saturação do “curral internacional de mão de obra barata”, inviabilizando padrão de acumulação baseado em extração de (m); d) insatisfação dos povos desenvolvidos e em desenvolvimento por políticas ortodoxas de recuperação econômica; e) ao mesmo tempo que torna-se difícil sustentar e ofertar padrão de vida baseado no consumismo para toda uma demanda internacional; f) por fim, numa disputa internacional por hegemonia, onde a Ásia timidamente sai para o jogo?

## 6. CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO E SUAS FASES

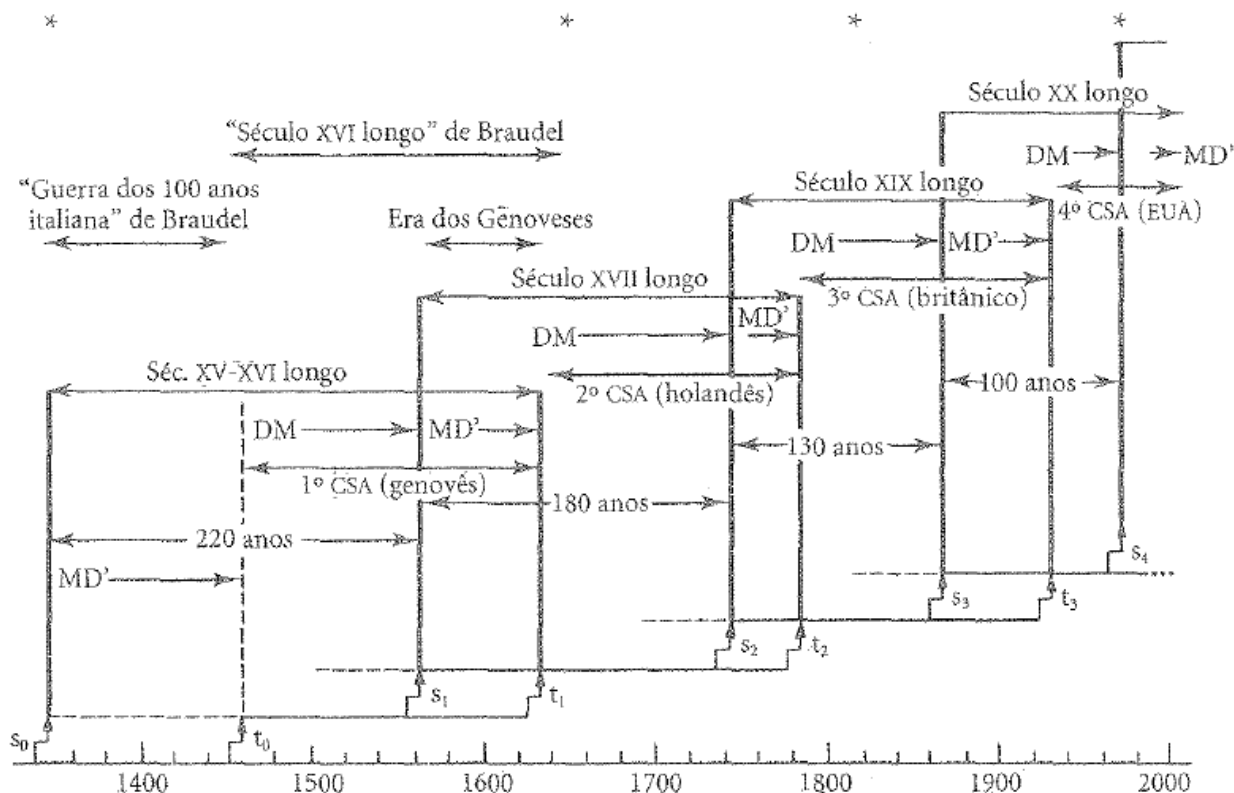
Argumentação até aqui perseguida trouxe contribuições particulares com relação a fase monopolista do modo de produção capitalista, tais contribuições dividiram-se basicamente em duas: a Tese com Marx (1996) e Luxemburg (1970) buscou limitações na dinâmica de acumulação; a Antítese com Baran e Sweezy (1978), Chesnais (1996) e Andreff (2000) buscou, apesar de crítica ao capitalismo, fatos que sustentam sua manutenção, sendo assim, através de Arrighi e seus constructos, neste capítulo, apresenta-se reflexão sobre tais contribuições, com objetivo de Síntese.

Através dos ciclos sistêmicos de acumulação (ARRIGHI, 1996) torna-se possível melhor visualização dos históricos períodos de acumulação, como sua vida útil, adiante, conceitos como “penúria e poder social” e “estratificação por zonas” (ARRIGHI, 1998), trazem perspectivas contemporâneas sobre tendências sistêmicas.

### 6.1 Ciclo sistêmicos de acumulação (CSA)

Os ciclos sistêmicos de acumulação são concepção teórica para compreensão da história capitalista, em outras palavras, forma de depreender tal história, com abstração. Torna-se pertinente ao processo a dinâmica dos ciclos sistêmicos de acumulação (CSA) que Arrighi (1996) deriva de Fernand Braudel, sendo o século XX, último de quatro séculos (XX, XIX, XVIII e XVII) que condensam cada qual a sua maneira, desenvolvimento de estágios do capitalismo; abaixo abstração teórica na forma de constructo, sendo tal tratada ao longo do capítulo:

Figura 4 - Constructo: Séculos longos e ciclos sistêmicos de acumulação (CSA)



\* Picos dos "ciclos seculares" de Braudel.

Fonte: Arrighi, 1996, p.219

A abstração dos CSA(s) possui subcomponentes, estes conforme Arrighi (1996):

Todos esses constructos consistem em três segmentos ou períodos distintos: (1) um primeiro período de expansão financeira (que se estende de  $S_{n-1}$  a  $T_{n-1}$ ), no correr do qual o novo regime de acumulação se desenvolve dentro do antigo, sendo seu desenvolvimento um aspecto integrante da plena expansão e das contradições deste último; (2) um período de consolidação e desenvolvimento adicional do novo regime de acumulação (que vai de  $T_{n-1}$  a  $S_n$ ), no decorrer do qual seus agentes principais promovem, monitoram e se beneficiam da expansão material de toda a economia mundial; e (3) um segundo período de expansão financeira (de  $S_n$  a  $T_n$ ), no decorrer do qual as contradições do regime de acumulação plenamente desenvolvido criam espaço para o surgimento de regime concorrente alternativos, um dos quais acaba por se tornar (no tempo  $T_n$ ) o novo regime dominante. (ARRIGHI, 1996, p.219/220)

A fase MD' de expansão financeira é caracterizada por Arrighi (1996, p.220) como "crise sinalizadora" - demarcada pela letra "s" -, isto porque, à então nação

responsável pelo ciclo sistêmico, perdendo o ímpeto da dinâmica de expansão material, compensa (ou tenta) o abatimento com expansão financeira. Apesar desta última, dada a solidificação das contradições, apenas adia o inevitável, a “crise terminal” - demarcada pela letra “t” - do ciclo vigente.

Arrighi (1996) concebe a dinâmica de fases do “processo de valorização do capital em Marx ( $D > M > D'$ )”, onde o capitalista abrindo mão de liquidez inicial (dinheiro vivo), lança-se em processo produtivo (no caso produção de mercadorias) lhe rendendo maior liquidez futura, em outras palavras, valorização da sua liquidez inicial; não fosse este o caso, entesouraria. Tal dinâmica de valorização do capital cabe não só ao capitalista individual, mas a história do capital, Arrighi (1996) na intenção de elucidar o processo, dá exemplos históricos de nações que atingiram certo nível de desenvolvimento produtivo e, tendo acumulado reservas, deixam de ser predominantemente produtoras e/ou mercadoras, para tornarem-se financistas, assim, eis respectivos líderes sistêmicos e correspondente fase financeira (ARRIGHI, 1996, p.5):

- Século XV, Gênova na Itália deixa de ser mercadora, para dedicar-se a atividade bancária;
- Século XVIII, Holandeses retiram-se do comércio para função de “banqueiros da Europa”;
- Fim do século XIX e começo do XX, Ingleses, finda a revolução industrial, passam a expansão financeira;
- Último quarto do século XX, EUA findo o período fordista-keynesiano, toma rumo das nações anteriores.

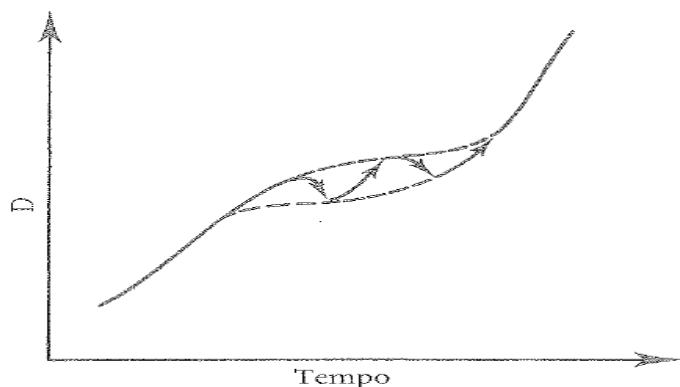
A evolução dos ciclos sistêmicos de acumulação (desde fase inóspita na Idade Média), apresenta característico diálogo entre suas fases: DM de expansão material e MD' de expansão financeira. A fase MD' representa a maturidade de um ciclo, onde os mesmos agentes que possibilitam DM, impulsionam esta; portanto a cada período característico de desenvolvimento, existe uma classe capitalista que impulsionou o mesmo, e, quando esta (consciente ou inconscientemente) se vê “caduca” para “tocar a boiada”, transforma-se em aristocracia, cedendo seu título a potenciais novos impulsionadores, desta forma, ainda adquire alguma vantagem no corrente processo. Voltando ao ciclo, a fase MD' anuncia novo estágio, com novos processos organizacionais, estes, envoltos a montante

de capital, que não encontra rentabilidade, tal como em momentos anteriores, Arrighi (1996, p.35) apresenta tal processo como analogia a “crise de superacumulação” em Marx (1996), assim, para as anteriores expansões financeiras, seguem respectivos ciclos sistêmicos de acumulação (ARRIGHI, 1996, p.6):

- Genovês, do século XV ao início do XVII (aproximadamente 200 anos);
- Holandês, fim do XVI até maior parte do XVIII (aproximadamente 180 anos);
- Britânico, segunda metade do XVIII até início do XX (aproximadamente 150 anos);
- Americano, fim do XIX e prossegue na fase de expansão financeira (até agora 140 anos).

O arcabouço do CSA concebe duas lógicas maximizadoras para o processo de acumulação, estas, intimamente relacionadas às fases financeira e material: a maximizadora de lucro, referente a esfera da financeirização e, a maximizadora de renda, referente a esfera da produção e comercialização. Quando estas convertem e se retroalimentam (financistas concedem crédito aos produtores), ocorre expansão econômica com estabilidade, caso contrário, as duas vias se bifurcam, ocorrendo não só crescimento lento, mas instabilidade durante o mesmo, caso exemplificado pelo gráfico de turbulência local (bifurcação); a linha superior corresponde a lógica da renda e inferior, a lógica da financeirização - (ARRIGHI, 1996, p.238/239):

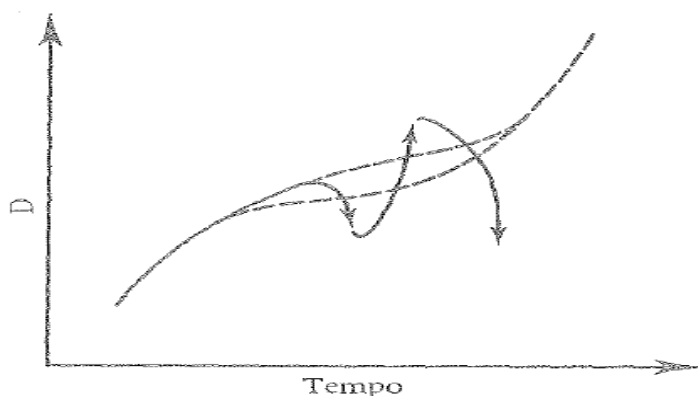
Gráfico 2 - Turbulência local



Fonte: Arrighi, 1996, p.239

Ainda com relação às lógicas de maximização, terceira possibilidade é a turbulência, resultado de uma série de discrepâncias sistêmicas, que interrompem processo produtivo (ARRIGHI, 1996, p.240):

Gráfico 3 - Turbulência sistêmica

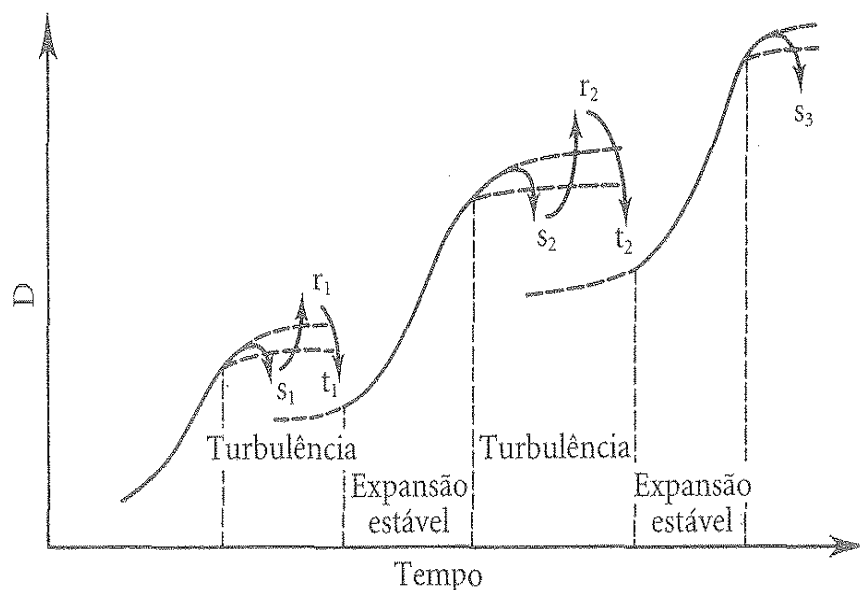


Fonte: Arrighi, 1996, p.240

O encadeamento dos ciclos sistêmicos ocorre através do engajamento entre turbulências e expansões produtivas, onde o Modelo de metamorfose (abaixo) capturando tais flutuações, serve de esboço aos anteriormente apresentados CSA(s), conforme Arrighi (1996):

[...] as fases de turbulência são momentos de retraimento e de desorganização crescente, bem como de redistribuição e reorganização dos processos de acumulação de capital em escala mundial. As crises sinalizadoras (S1, S2 e S3) que anunciam os limites de expansão estável pela antiga via de desenvolvimento também assinalam a emergência de uma nova via, como é mostrado no Modelo de metamorfose dos ciclos sistêmicos de acumulação, pela emergência de uma nova via, como é mostrado no Modelo pela emergência de uma trajetória pontilhada inferior, mas ascendente. (ARRIGHI, 1996, p.241/242)

Gráfico 4 - Modelo de metamorfose dos ciclos sistêmicos de acumulação



Fonte: Arrighi, 1996, p.242

Com relação a fase de turbulência, dois são os tipos de expansão financeira que interagem com a mesma: 1) concentração que reanima a economia levando a mesma ao ponto “r”, porém, não renovando capacidade de expansão material; 2) concentração que aprofunda as contradições de instabilidade no antigo regime, interrompendo a produção e fazendo com que novas estruturas produtivas sejam criadas noutra localidade (ARRIGHI, 1996, p.244/245).

## 6.2 CSA EUA: Fase material

Apresentada abstração teórica para compreensão do capitalismo, faz-se necessário enquadrar período que interessa a análise, o sistema monopolista, em particular, último CSA, o estadunidense; assim, pode-se objetivar particularidades na dinâmica vigente, questionando sua viabilidade. De forma resumida, CSA EUA tem início com o fim da Segunda Guerra, com tal nação equiparando-se a anterior líder hegemônica (Grã-Bretanha): militarmente, pela produtividade do trabalho, no controle das reservas e acordos internacionais.

Os ganhos americanos na Segunda Guerra ocorreram em magnitude ampliada quando comparados a Primeira, tal nação durante o conflito foi oficina do eixo Aliado, atuando no pós-guerra na recuperação dos beligerantes. Em 1947, o caráter superavitário das contas americanas era tal que, detinham 70% das reservas mundiais de ouro; sua renda equivalia ao dobro da rendas Grã-Bretã, Francesa, Alemã e Italiana juntas, ou, mais de seis vezes a renda da União Soviética (ARRIGHI, 1996, p.284/285).

Parte das conquistas Norte-Americanas até a Segunda Guerra foram devidas a sua benéfica configuração espacial: insular, de dimensão continental, e, com acesso a dois grandes oceanos, porém, a postura isolacionista da mesma, não condizia com um projeto de gerência global; com o ataque a Pearl Harbour (1941) é posta à prova a invulnerabilidade estadunidense. Aproveitando-se da situação, Roosevelt através do *New Deal*, passa a pôr e propor medidas internacionais, que serão um rascunho do futuro esquema de hegemonia americano. Algumas instituições criadas a partir deste contexto, fugiram de seu “esboço” inicial, por exemplo a OIC (Organização Internacional do Comércio): os objetivos iniciais para a mesma, eram reconstruir um sistema de comércio multilateral, que sustenta-se uma expansão econômica global, no entanto, o congresso americano, recusando-se a ceder posições em sua soberania comercial, cria o GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio): fórum para negociação bilateral e multilateral, para reduções de tarifas e outras restrições ao comércio internacional (ARRIGHI, 1996, p.285/286). Ainda no plano econômico, ação pertinente ao “rascunho” de gerência global norte-americano foi o Bretton Woods. Parte deste projeto visava “estabilizar paridades entre algumas moedas nacionais seletas, e a ancorar o conjunto dessas paridades nos custos de produção, através de uma taxa de câmbio fixa entre o dólar norte-americano e o ouro.” (ARRIGHI, 1996, p.287), no entanto, diferente dos sistemas monetários anteriores, onde a disponibilidade de liquidez estava atrelada aos fins lucrativos dos grandes banqueiros e financistas, em Bretton Woods, a disponibilidade anterior, agora teria como fim não só a lucratividade, mas, bem-estar, segurança e poder, das “instituições governamentais participantes” (tira-se o foco dos agentes particulares): FMI, Fed e Bancos Centrais aliados aos EUA. Ainda no plano financeiro, Roosevelt na intenção de transferir a liquidez mundial para o governo Norte-Americano: a) organiza o sistema bancário para a recuperação econômica (concessão de crédito para investimentos e seguridade social); b) desvaloriza o dólar dando competitividade aos produtos norte-americanos.



A anterior postura estadunidense não foi suficiente para suprir demanda internacional por liquidez, assim, visando contornar situação, o congresso EUA aprova investimentos privados no exterior (investimentos externos diretos). A falta de empatia norte-americana com o provimento de liquidez internacional (pelos métodos tradicionais de empréstimo) é explicada pela pouca necessidade que tal nação devia aos fatores internacionais (quando comparada a outras nações): de produção, consumo, capital, trabalho ou tecnologia; tal independência advinha de suas multinacionais, estas mesclavam o que havia de mais promissor nas instituições rivais: gozavam de quantidade e diversidade de recursos (tal como as inglesas, devido expansionismo territorial), como da mais recente revolução organizacional (tal como as alemãs). Depois de maduras, as grandes empresas americanas se lançam no competitivo mercado internacional, onde apesar do protecionismo e falta de liquidez conjuntural, sobrevivem ao mesmo; conforme Arrighi (1996):

Além disso, ao expandiram transnacionalmente, assim que concluíram sua integração doméstica, as corporações norte-americanas transformaram-se num punhado de “cavalos de Tróia” nos mercados internos de outros Estados, mobilizando recursos externos e poder aquisitivo em prol de sua própria expansão burocrática. Assim, o capital das corporações norte-americanas beneficiou-se, de duas maneiras inter-relacionadas e mutuamente reforçadoras, do movimento protecionista que estava dilacerando o mercado mundial britânico. Beneficiou-se através do controle das maiores, mais dinâmicas e mais bem protegidas dentre as economias nacionais em que o mercado mundial estava sendo dividido; e beneficiou-se por ser mais capaz de neutralizar e reverter em benefício próprio o protecionismo de outros Estados, mediante investimentos externos diretos. (ARRIGHI, 1996, p.304)

A anterior sistemática Norte-Americana foi delegada aos aliados no Pós Segunda Guerra, ficando conhecida como Plano Marshall, assim, apesar de contribuir para a expansão do comércio e produção mundiais (aos moldes norte-americanos), a recuperação internacional ainda exigia maior dinamismo, encontrado em esforço de rearmamento jamais visto em tempos de paz (Guerra Fria com a extinta URSS); na sequência, Congresso e Fed estadunidenses deparam-se com justificativa que provém da Guerra Coreana, onde conforme o secretário Norte-Americano Acheson: “Veio a Coréia e nos salvou” (ARRIGHI, 1996, p.307/308). O período pós conflito foi caracterizado na história como “a idade de ouro do capitalismo”, (aqui: fase material do CSA EUA). já

que, em sua maioria, as variáveis macroeconômicas tiveram crescimento exponencial, das periferias aos centros sistêmicos, conforme Arrighi (1996):

Seja como for, pela perspectiva adotada neste estudo, as décadas de 1950 e 1960, como as de 1850 e 1860, constituem outra fase de expansão material (DM) da economia mundial capitalista - ou seja, um período durante o qual o capital excedente foi reinvestido no comércio e na produção de mercadorias, em escala suficientemente maciça para criar as condições de uma cooperação e uma divisão do trabalho renovadas, dentro e entre as distintas organizações governamentais e empresariais da economia mundial capitalista. Sem dúvida, a velocidade, a escala e o alcance da conversão do capital excedente em mercadorias foram maiores no ciclo norte-americano do que em qualquer ciclo anterior. (ARRIGHI, 1996, p.308)

O período descrito correspondeu a *Pax Americana*, fase cuja expansão material é orquestrada pelos EUA, também, período histórico pertinente ao milagre japonês. A demanda pertinente as Guerras Frias foi em parte ofertada pelo Japão aos EUA, quando assim necessitou o mesmo, em troca, garantiu ao Japão externalização de seus custos de proteção. A revitalização japonesa foi crucial aos EUA por dois motivos: conteve as influências político-ideológicas do comunismo na região e, internalizou seus custos de produtivos, porém, se a nação hegemônica tinha como planos um Japão que lhe introduzisse a Ásia, frustrou-se com a reviravolta orquestrada pela mesma (ARRIGHI, 1998, p.105/106).

### 6.3 CSA EUA: Fase financeira e crise sinalizadora

Como em outros ciclos sistêmicos, a anterior “Idade de Ouro” corresponde a fase material do ciclo sistêmico EUA, seguindo-se de intensa pressão competitiva, com *crash* (crise sinalizadora) e fase financeira. A fase financeira deste ciclo inicia-se por volta de 1968 com a alta no mercado de eurodólares, segue-se pelo abandono do modelo de câmbio fixo (1971), tal movimento, conforme Arrighi (1996, p.309), indica crise sinalizadora do regime de acumulação Norte-Americano. O sistema de câmbio fixo dólar-ouro dá lugar ao câmbio flutuante (1971), onde os governos manipulam este concomitantemente as taxas de juros, para atrair liquidez mundial, assim, compensam escassez ou excesso de reservas em suas economias, conforme Arrighi (1996):

Como resultado dessas ocorrências mutuamente reforçadoras, em meados da década de 1970 o volume das transações puramente monetárias realizadas nos mercados monetários *offshore* já ultrapassava em muitas vezes o valor do comércio mundial. A partir daí, tornou-se impossível deter a expansão financeira. (ARRIGHI, 1996, p.309)

Com o abandono do padrão ouro-dólar, durante aproximadamente 5 anos (1973-78), o governo estadunidense goza de liberdade sem precedentes, uma vez que não mais necessitava lastrear suas emissões em ouro. A frouxidão monetária devida a pouca importância que deu-se ao superávit na balança de pagamentos, depreciou o dólar, aumentando a competitividade das empresas norte-americanas. Quanto aos custos destas empresas, mesmo com os primeiros “choques do petróleo”, o governo americano subsidia com tranquilidade parte da demanda interna (ARRIGHI, 1996, p.319).

A frouxidão monetária estadunidense somada às ações convencionais na busca de lucratividade (euro e petro dólares), implicam a partir da década de 70 movimento especulativo que aumenta a liquidez mundial; se inicialmente (fim do lastro ouro-dólar) apenas os EUA podiam gozar da “senhoriagem” e descuido da balança de pagamentos, agora, tal benefício estendia-se a outras potências ocidentais (e alguns países periféricos), claros sinais de descontrole monetário (expansão financeira), conforme Arrighi (1996):

A política monetária norte-americana da década de 1970, em vez disso, estava tentando incitar o capital a manter em andamento a expansão material da economia mundial capitalista centrada nos Estados Unidos, a despeito de ela se haver transformado na causa primária do aumento dos custos, riscos e incertezas para o capital das corporações em geral e para o capital das empresas norte-americanas em particular. Não surpreende que apenas uma fração de liquidez criada pelas autoridades monetárias norte-americanas se transformasse em novos meios de comércio e produção. A maior parte dela transformava-se em petrodólares e eurodólares. Estes se reproduziam inúmeras vezes, através dos mecanismos de criação de dinheiro no interbancário privado, e reapareciam na economia mundial como concorrentes dos dólares emitidos pelo governo norte-americano. (ARRIGHI, 1996, p.324/325)

#### 6.4 ÁSIA: Candidata ao posto de líder hegemônico

Na análise do CSA Norte-Americano, as atenções voltam-se para Japão, isto porque, após a crise sinalizadora em 1970, é possível conjecturar sobre fase sistêmica

vindoura, tendo a Ásia como epicentro do processo. Finda a Segunda Guerra Mundial, o Japão perante os reveses de sua derrota, externaliza (Gênova externalizou militarismo com Ibéricos) a partir de parceria com os EUA seus custos de produção. Os recursos poupados são reinvestidos em sua expansão, a qual, é impulsionada pelo descontrole dos gastos Norte-Americanos na Guerra Fria e da Coreia; boa parte das encomendas foi feita pelos EUA ao Japão (ARRIGHI, 1996, p. 353).

No fim da Segunda Guerra, o mundo corporativo estadunidense já conhecia as vantagens de transacionar com a Ásia: a redução de custos, via importação de produtos de baixo valor agregado; porém, questões como a reestruturação da economia japonesa, faziam-se mais importantes (ex-inimigo de guerra, cuja importância não podia ser desassistida). A assistência que o Japão recebeu não foi motivada por benevolência, mas por importância estratégica da região, no contexto da Guerra Fria (arrighi, 1996, p. 353):

É desnecessário dizer que o governo norte-americano não foi movido pela benevolência. A logística, assim como a política, exigia que ele respaldasse - se necessário, protegendo da concorrência as grandes empresas norte-americanas - os vários centros estrangeiros de produção industrial e acumulação de capital em que se baseava a capacidade superior do mundo livre em relação ao mundo comunista. O Japão era o mais fraco desses centros e o que tinha maior valor estratégico, graças à sua proximidade do teatro de operações das contínuas guerras norte-americanas na Ásia - primeiro na Coreia, depois no Vietnã e, o tempo todo, na “contenção” da China. (ARRIGHI, 1996, p.354)

A reestruturação japonesa com apoio estadunidense cunhou o termo “desenvolvimento a convite” (Immanuel Wallerstein); entre as medidas adotadas (ARRIGHI, 1996, p. 354): 1) Governo estadunidense convence parceiros do GATT a admitir nação no órgão e, abrindo sua economia ao mesmo, ainda, permitem que este feche-se ao restante do mundo, dando subsídio à dinamismo inicial; 2) EUA convencem Coreia do Sul e Formosa a abandonarem ressentimentos colonialistas com o Japão, assim, estas permitem investimentos deste em seu território; tal estratégia foi utilizada tendo em vista redução dos custos norte-americanos, para com recuperação dos vencidos; 3) Do fim da Segunda Guerra a crise dos anos 70, os EUA foram coniventes para com déficit comercial assumido na Ásia, porém, tal déficit não só visava recuperar região, mas, garantir domínio sobre a mesma.

Em fins da década de 60 e início de 70, devido às crises de superacumulação, os EUA invertem a tratamento dado ao Japão, pleiteando abertura de sua economia com

abandono das medidas protecionistas. Concomitantemente a nova postura, o Japão depara-se com um cenário internacional de inflação de matérias-primas (petróleo) e salários, portanto, a saída encontrada e sua extensão “aos pares”, foi o sistema de subcontratação. A designação anterior é devida a implantação na região asiática, do sistema de “subcontratação japonês”, sendo resultado de tal processo, um desenvolvimento regional original (ARRIGHI, 1996, p. 355).

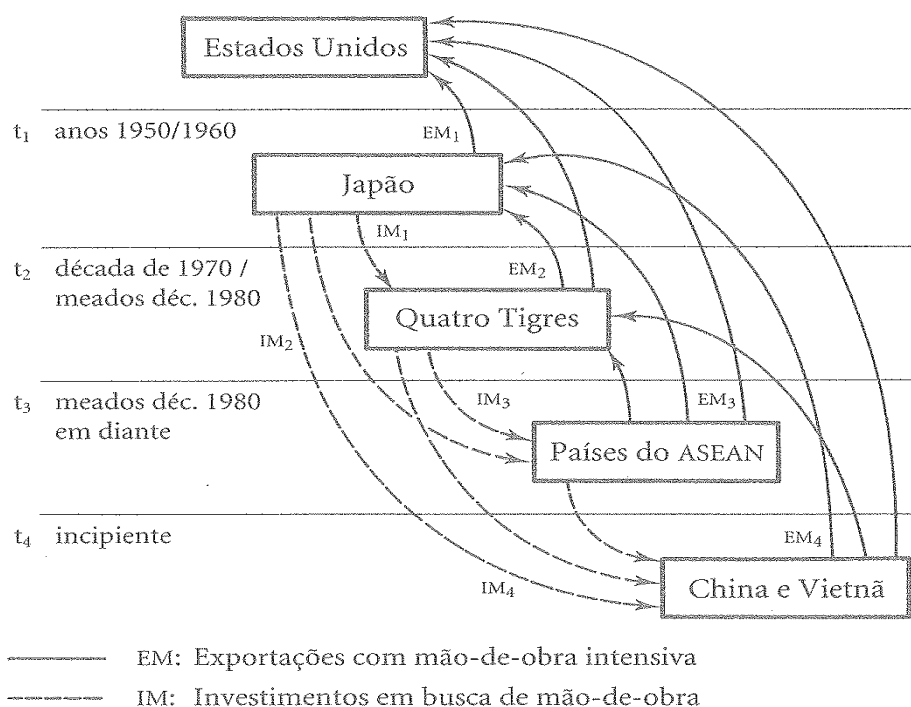
O sistema de subcontratação, apesar de comum na dinâmica de produção internacional, foi mais intenso no caso Japonês. A mercadoria japonesa, além de agregar maior valor de terceiros (com relação aos concorrentes europeus e estadunidenses), consegue ao mesmo tempo, ter menor custo. Tal característica é devida a integrações horizontais e verticais eficientes, onde apesar do maior número de encadeamentos, os repasses da intermediação (em custos) são menores. Outro fator para dinamismo das empresas japonesas foi o engajamento destas, com suas próprias e subsidiadas instituições financeiras, onde apesar dos diferentes ramos e setores produtivos, tal estratégia foi generalizada (ARRIGHI, 1996, p. 356).

O modelo de desenvolvimento asiático alavancado pelo Japão ficou conhecido como “Gansos Voadores” (aerodinâmica dos pássaros pioneiros, auxilia no voo dos dianteiros), sendo ideal não só para a região, como para o líder nipônico, isto porque, à medida que modifica sua conduta para com o eixo ocidental, consegue externalizar custos rudimentares aos seus pares, dedicando-se a cadeias de maior valor agregado, conforme Arrighi (1996):

Como seria inevitável, o reinvestimento de uma massa cada vez maior de lucros na expansão do comércio e da produção, na economia interna japonesa, teria levado as empresas individuais ou as famílias de empresas (as *keiretsu*) a invadirem as redes e mercados umas das outras, na tentativa de resistir às pressões de queda nos preços de venda e/ou às pressões de alta nos preços de compra. Essa invasão mútua, por sua vez, teria desarticulado a confraria cooperativa das empresas japonesas, gerando um conjunto caótico de facções intensamente competitivas. (ARRIGHI, 1996, p.358)

A figura abaixo ilustra o sistema de subcontratação que, sob a direção do Japão, torna-se modelo de desenvolvimento econômico regional:

Figura 5 - Sistema de subcontratação



Fonte: Arrighi, 1996, p.362

A estratégia de subcontratação não é inovação do modelo de desenvolvimento asiático, porém, a forma organizada e consciente com que dá-se no continente, torna-se variável corrosiva para a hegemonia estadunidense, adiante, Arrighi (1996) ressalta vantagem competitiva da Ásia: disponibilidade de mão-de-obra barata, abundante e industriosa, isto, em contexto internacional, cuja dinâmica de acumulação pautada na extração de (m), observa esta como aspecto esgotável:

Todavia, esse próprio traço estrutural constitui uma negação do antigo regime, em cujas brechas o regime emergente se formou e em cuja ineficiência tem vicejado. Esse aspecto do regime emergente é mostrado, na figura 24, pelos fluxos “descendentes” dos investimentos em busca de mão-de-obra, que vinculam os locais de cada rodada de expansão industrial regional com os locais das rodadas subsequentes. Os investimentos em busca de mão-de-obra dos países mais ricos para os mais pobres nada têm de novo, é claro, e são também um aspecto dos investimentos externos diretos norte-americanos e europeus ocidentais, especialmente desde a crise sinalizadora do regime norte-americano. No entanto, a “informalidade” e a “flexibilidade” do sistema multiestratificado de subcontratação japonês, combinadas com a abundância de mão-de-obra parcimoniosa e industriosa na região do leste asiático, dotam o capital japonês e asiático oriental de uma clara vantagem na corrida global pela redução dos custos de mão-de-obra. Precisamente nesse sentido, o regime de acumulação

emergente do leste asiático é uma negação do antigo regime norte-americano. (ARRIGHI, 1996, p.363)

O rompimento entre EUA e Japão deixa evidente força particular a cada nação: o primeiro, detentor do maior aparato bélico internacional, o segundo, do controle da liquidez (magnitude do excedente internacional que deriva da produção). Observação deve ser feita: ambas as particularidades devem ser pertinentes ao líder sistêmico, onde controle do excedente (Ásia), não iguala-se a controle das reservas internacionais (EUA). Seria difícil pensar na vigência de CSA tal como ele é através de parceria lucratividade-militarismo, típica ente genoveses e ibéricos, nesta, as relações entre os agentes detinha menores animosidades e, a distância territorial era menor (ARRIGHI, 1996, 368).

A hegemonia ocidental (principalmente a estadunidense) depende não só do militarismo que ainda detém mas, de recuperar sua posição na gestão do excedente; tal ação apesar de tardia foi posta em prática, quando as multinacionais ocidentais passam a operar no leste asiático, também, “tentativas” similares foram feitas na América, tal como o NAFTA (ARRIGHI, 1996, p. 369).

Conjecturando projeções para o atual ciclo sistêmico, Arrighi (1996, p.370/371) apresenta basicamente duas possibilidades: a) A velha guarda, dotada de capacidade bélica e detendo o conhecimento do curso da história capitalista, muda os rumos da mesma, apropriando-se novamente da gestão do excedente, perpetuam-se no comando do atual ciclo sistêmico; b) Face a impossibilidade da velha guarda reposicionar-se, a nova guarda, apesar de deter controle do excedente econômico, não possui hegemonia militar, assim, será a primeira ao longo dos ciclos sistêmicos a tentar liderança, com ausência de quesito essencial; perante este último caso, concebendo o capitalismo em função de militarismo e produção, o que esta por vir, orbita em torno do caos sistêmico.

## 6.5 Penúria e poder social

Analogamente as contradições anteriormente levantadas “Penúria e Poder Social” são constructos para a classe trabalhadora e elucidam esgotamento do sistema de acumulação capitalista. Conforme apresentado no capítulo 2, a (l’) em Marx (1996), expressão crucial para rentabilidade do capital, tem na (m) sua manifestação de

crescimento, portanto, qualquer cenário que infere sobre os custos trabalhistas, também infere sobre rentabilidade do capital. A importância dos custos trabalhistas já fazia-se importante no século XIX, onde interpretação por Marx (1996) das contradições do sistema capitalista permite inferir que com o desenvolvimento da dinâmica de acumulação, o aumento da penúria e poder social num “mesmo” proletariado, levaria a sublevação do mesmo, tomando as rédeas de sua história; porém, Arrighi (1998) em sua análise histórica, diagnóstica aumento de ambas as variáveis, mas de forma polarizada: diferentes proletários experimentam mais intensamente uma ou outra característica, diminuindo a probabilidade de ocorrência do movimento em Marx (1996). Apesar dos fatores que impedem sublevação internacional da massa operária (movimento ideal para a concepção revolucionária), Arrighi (1998) enviesa argumentação tão revolucionária quanto a anterior: os graduais ganhos históricos da classe operária, configuram-se em “ganhos absolutos para a mesma” no longo prazo, isso por si só é contradição para a dinâmica de acumulação baseada em exploração de trabalho alheio; esta argumentação é correntemente eufemizada, quando comparada ao “abismo crescente que separa as classes proletária e burguesa” e produtividade do capital (ARRIGHI, 1998, p.298).

Os ganhos trabalhistas de longo prazo, contradição para o processo de acumulação global, derivam da própria movimentação do capital, em sua busca internacional por valorização; tal movimento é composto, dos fatos já analisados nos CSA: O deslocamento do capital Norte-Americano para a Europa finda a Segunda Guerra (na segunda metade do século XX para a Ásia) obedece não só a lógica de valorização inaugurada pelas multinacionais (verticalização e novos processos organizacionais) mas, também, lógica de fuga ao encarecimento da mão-de-obra local, expressa não só em custos trabalhistas, como manifestações operárias (ARRIGHI, 1998, p.326/327). Tal deslocamento faz-se importante pois elucida dinâmica do modo de acumulação capitalista: ao movimentar-se pelos motivos anteriores (foco da análise no momento), quando adentra nação hospedeira, instala na mesma, igual dinâmica de sua terra natal, esta, carregada de todas suas peculiaridades (coerências e contradições). Por isso, na segunda metade do século XX, os países hospedeiros do anterior capital Norte-Americano (particularmente as então nações nucleares), após engendrar seu próprio processo de desenvolvimento, começam a sentir “as mesmas dores do parto”, análogas a movimento ancestral. A corrida por investimentos internacionais na década 1970 é exemplo disto, envolveu a competição das corporações por poucos espaços rentáveis; a consequência de expandir os negócios e



acomodar as classes operárias levou a inflação de preços e salários. Vide tal cenário, tornam-se atraentes modelos administrativos para redução de custos e investimentos especulativos de caráter financeiro; conforme Arrighi (1998):

A especulação financeira e as atividades de corte de custos são, portanto, reflexos de uma incapacidade crescente do capital corporativo de se ajustar ao crescente poder social do operariado que acompanha a própria expansão do capital. (ARRIGHI, 1998, p.330)

O posicionamento de que os ganhos trabalhistas adquirem eficácia no longo prazo, entende que tal resultado não só tem base na luta trabalhista, como na própria competição do capital por mão-de-obra, ou seja, exige prazo temporal; conforme Arrighi (1998):

Essa visão determinista, entretanto, se aplica somente ao sistema como um todo e a longos períodos de tempo, o resultado em lugares específicos e épocas específicas fica inteiramente indeterminado. Há derrotas e vitórias do proletariado, mas ambas são necessariamente acontecimentos temporários e localizados e tendem a “se dividir proporcionalmente” pela lógica da concorrência entre empresas capitalistas e entre os proletários. A única coisa que é inevitável no modelo é que, a longo prazo, a acumulação capitalista cria as condições para um aumento do número de vitórias proletárias, em relação às derrotas proletárias, até que o domínio burguês seja deslocado, substituído ou transformado a ponto de não poder ser reconhecido. (ARRIGHI, 1998, p.297/298)

Escancarados os pesares porque passa (e passou) o operariado, defender medidas de longo prazo para o mesmo, ignora suas necessidades presentes, nesta linha, Arrighi (1998, p.312/313) ressalta posicionamento de Bernstein, quando cunhou o lema: “O movimento é tudo; a meta nada”, eufemizando papel do movimento revolucionário no processo de ganhos trabalhistas, por isso, taxado pelos marxistas de “revisionista”. Assim, o dilema sobre os “prazos” segue contemporâneo, dividindo opiniões entre os defensores (ou não) da classe trabalhadora.

Os cortes de custos da década de 70 fazem parte do pacote de medidas para solução da crise sinalizadora norte-americana, seu foco foi a “redução dos custos com mão de obra”: intensificando contratação de imigrantes e mulheres, deslocando atividades produtivas para a periferia e substituindo força de trabalho operária por intelectual.

Quando opera-se a troca de operariado (maior ou menor utilização de outra classe operária), seja interna ou externamente a nação onde encontra-se o poder de decisão, também ocorre a transferência parcial de: poder social para a classe a ser contratada e (para a década de 70: operariado periférico) penúria para a classe que deixa de ser contratada (para a década de 70: operariado do núcleo) (ARRIGHI, 1998, p.15).

A dinâmica anterior (necessária para manutenção sistêmica) representou muita mais do que uma simples crise, trouxe percepção sobre as contradições do modo de acumulação, isto porque: cortar custos em mão-de-obra é opção à tornar-se competitivo pela elevação da (COC), tal como modelo apresentado por Marx (1996), disto deriva-se: O corte de custos (que continua operando), apesar de manifestar-se em bases similares a décadas (talvez séculos), no Brasil, exemplificado pela PEC 241, tem diferentes efeitos para países de diferentes zonas, onde nítida constatação contemporânea, é o quão insuportável dá-se para a semiperiferia, expressa em insatisfações populares nos mais diferentes “cantos” do mundo: Grécia, Brasil, França, Oriente Médio. Os países nucleares citados (França e Espanha), também não aceitam dar passo atrás, na penúria social diminuída.

## 6.6 Estratificação por zonas econômicas

Argumentação central neste trabalho advoga questionamento sobre a viabilidade do sistema de acumulação capitalista, assim, resta compreender como os ganhos absolutos da classe operária, forçam nova forma de valorização do capital. Para o anterior, apresenta-se estratificação das nações globais em estrutura, cuja classificação varia do desenvolvimento (núcleo) ao subdesenvolvimento (periféricas). A estabilidade do sistema de acumulação capitalista, depende de estabilidade na estrutura de zonas, restando questionar manutenção desta (ARRIGHI, 1998, p.141).

O critério para classificar “grupos” de Estados em Arrighi (1998) advém de Wallerstein (1985) e baseia-se nas atividades econômicas desempenhadas por tais grupos, conforme Arrighi (1998):

As atividades do núcleo orgânico são aquelas que controlam uma grande parte do excedente total produzido dentro da cadeia de mercadorias, enquanto que

atividades periféricas são aquelas que controlam pouco ou nada desse excedente.

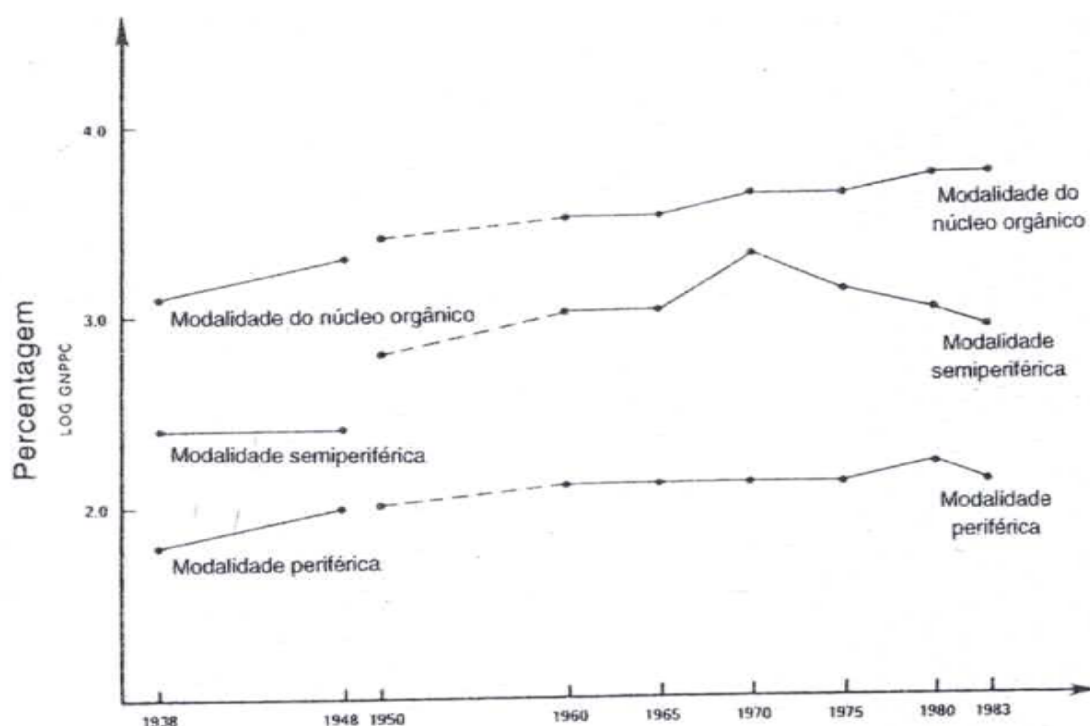
Todos os Estados incluem, dentro de suas fronteiras, tanto atividades do núcleo orgânico como periféricas. Alguns (países do núcleo orgânico) incluem predominantemente atividades do núcleo orgânico, e alguns (países periféricos) incluem atividades predominantemente periféricas. Consequentemente, os primeiros tendem a ser o *locus* de acumulação e poder mundiais, e os segundos, o locus da exploração e da impotência.

A legitimidade e estabilidade desse sistema altamente desigual e polarizador são reforçadas pela existência de países semiperiféricos, definidos como aqueles que incluem, dentro de suas fronteiras, uma combinação mais ou menos igual de atividades de núcleo orgânico e periféricas. (ARRIGHI, 1998, p.140/141)

A existência da estrutura de zonas está relacionada às diferentes capacidades de cada nação em impor/resistir a periferização e foi comprovada através das mensurações anteriores para um período relativamente longo de tempo (ARRIGHI, 1998, p. 171/172). Apesar de existir possibilidade de ascensão isolada e afortunada de um Estado periférico e/ou semiperiférico, devido aos fatores que condicionam a estabilidade de desigualdade entre os pólos, a mobilidade de grupo torna-se impossibilidade. Arrighi (1998, p.220) através da “metáfora do girino” em Wallerstein (1979), mostra como a maioria dos desafortunados são tranquilizados, pela discurso de “girino” que excepcionalmente ascendeu, este, profere discurso ilusório de desenvolvimento mediante mérito; tal papel normalmente é desempenhado pelas nações semiperiféricas, “amortecedor” entre os dois pólos: Não só vibram com as propostas do núcleo, como as perpetuam.

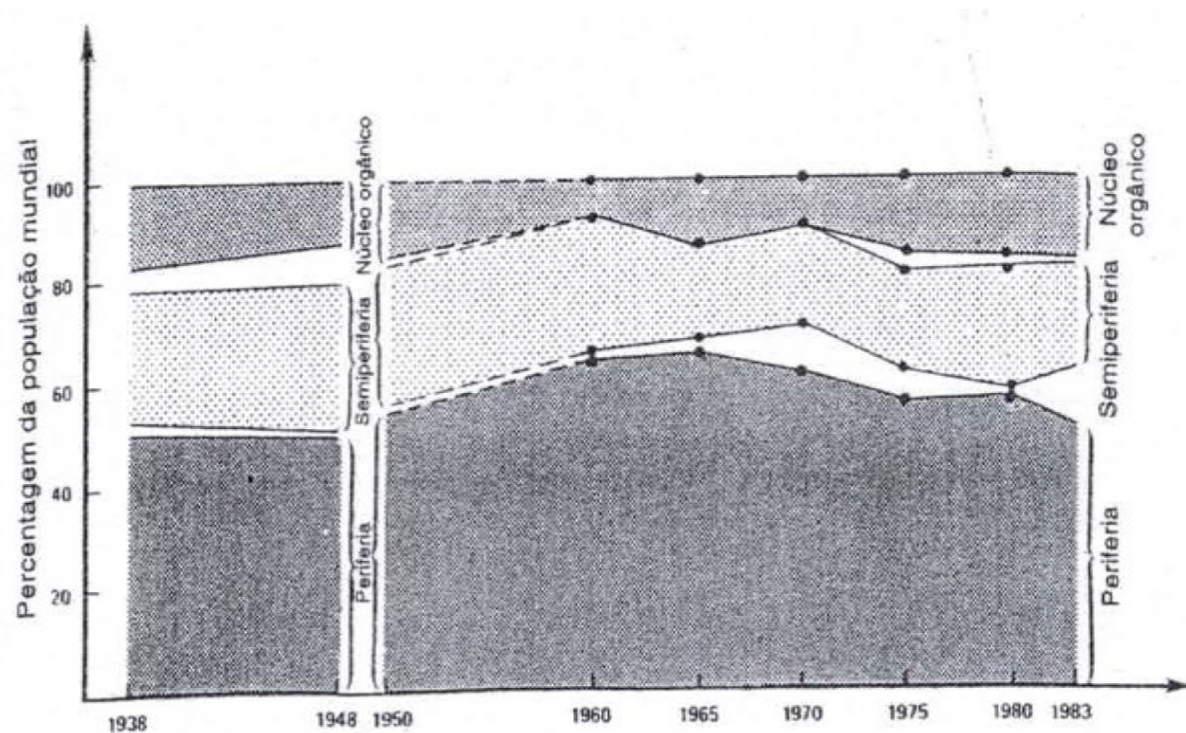
Para delimitar as fronteiras do sistema de zonas, a variável macroeconômica utilizada é o log do PNB per capita, sendo foco do constructo a diferenciação relativa entre os Estados. Pelos gráficos abaixo, constata-se que apesar de basicamente constante a evolução populacional, o mesmo não se deu para o produto, onde conforme Arrighi (1998, p.169): “enquanto o tamanho da periferia em relação ao tamanho do núcleo orgânico é, no começo de 80, mais ou menos o que era na década de 40, a distância entre as recompensas modais das duas zonas se ampliou consideravelmente.”

Gráfico 5 - Log do PNB per capita p.184



Fonte: Arrighi, 1998, p.168

Gráfico 6 - Tamanho relativo das zonas p.185



Fonte: Arrighi, 1998, p.169

Estando a estabilidade da dinâmica monopolista relacionada a estabilidade da estrutura de zonas, ainda, servindo a semiperiferia como espécie de “amortecedor” entre os extremos, o questionamento da atual forma de valorização do capital relaciona-se a característica instabilidade, que emana da semiperiferia, esta, mesmo com sua conturbada industrialização tardia (déc. 60), não alcança as benéficas oligárquicas do núcleo, concebendo ao mundo agigantamento da classe proletária. O crescimento numérico desta classe acompanha poder reivindicatório, porém, detalhe essencial para compreender a instabilidade das energias é que tal ganho de poder, acompanha-se de pífios aumentos de renda (ARRIGHI, 1998, p.232).

Prova da instabilidade semiperiferia é a fragilidade de sua democracia parlamentar, dos 22 Estados qualificados como nuclearmente pertencentes a zona, em 40 anos, apenas dois conseguiram manter de forma plena a governabilidade política - Costa Rica e Irlanda - (ARRIGHI, 1998, p.232). Na América Latina e Sul da Europa, cujas características foram: “(1) preservar as extremas desigualdades de classe na distribuição da riqueza pessoal no interior do seu território e (2) desempenhar funções subordinadas nos processos globais de acumulação do capital. (ARRIGHI, 1998, p.234)”; tais estados como grupo, apesar de não conseguirem alcançar o padrão de riqueza do núcleo, projetaram em seu tecido social, dicotomia de classe, permitindo a uma minoria (proporcionalmente menor aos seus análogos no núcleo) desfrutar de padrões do núcleo, enquanto isso, maioria proletária, foi relegada ao padrão de vida semiperiférico ou, até mesmo periférico. A manutenção deste tecido social, torna a mão-de-obra semiperiférica atraente as multinacionais do núcleo, “aliás”, motivo pelo qual estas, no decorrer do século XX, com os ganhos de seu operariado aumentando, migram para a semiperiferia. A preferência dos núcleo pelos Estados semiperiféricos (em vez dos periféricos) abrange diversos aspectos, além da mão-de-obra barata: proximidade territorial (reduz custos de deslocamento); proximidade cultural (facilita comunicação e padrões de troca); e existência de mercado de consumo meramente desenvolvido, possibilitando exploração futura ou contemporânea. Em troca de sua utilidade, a semiperiferia recebe do núcleo parcela de recursos, suficientes para remunerar privilégios oligárquicos a poucos. A “tragédia” daqueles que recebiam tais recursos (a ironia pertinente aos que nada recebiam) é que a eventual perda de competitividade de sua zona, exclui sua mesada periódica. Por fim, os regimes autoritários não conseguiram conter as contradições

pertinente ao anterior cenário periférico, sendo necessária “outra estrutura” para sustentar o mesmo, esta, a democracia parlamentar (ARRIGHI, 1998, p.234-236).

O cenário retratado por Arrighi (1998, p.234-236) é exemplificado pela atual conjuntura nacional: passada euforia econômica pertinente ao início do séc. XXI, retornam indagações (exasperadas em convulsões político-sociais) sobre a estabilidade nacional. Como anteriormente apontado, a “estrutura parlamentar” tenta de alguma forma aumentar a competitividade do país, aprofundando sua atraente miséria através de medidas tecnicamente intituladas: “flexibilização das relações trabalhistas”; tramitam no legislativo propostas que: flexibilizam a jornada de trabalho, tornam o ambiente educacional menos crítico (a exclusão das “subversões”) e, dando comicidade ao espetáculo, o perdão para a classe abastada, com a repatriação de recursos indevidamente enviados ao exterior. Em outras palavras, a tentativa de trazer crescimento econômico, não através de autonomia sobre a receita, mas reduzindo custos dos que “menos podem”.

## 7. CONCLUSÃO

A lógica do excedente parte de concepção de que nas mais variadas sociedades (das primitivas às modernas), existe magnitude de trabalho social que excede a mera reprodução simples de sociedade peculiar, não importando se tal magnitude é regida comunitariamente ou de maneira particular por classe ou indivíduo. No caso particular do capitalismo, tal excedente apropriado e centralizado em classe, personifica-se em capital, cuja demanda particular é a busca por valorização, esta, objetivo que desvincula-se ao máximo de quaisquer normas: éticas, políticas e/ou metafísicas, inclusive, ditando as mesmas. A busca por valorização neste modo de produção pode ser representada por abstração particular que é a taxa de lucro ( $=m/c+v$ ), cuja dinâmica procura maximizar cada um de seus subcomponentes; ditando argumentação neste trabalho acadêmico, subcomponentes cruciais são o ( $v$ ) e ( $m$ ), onde a variação dos mesmos é tão mais lucrativa ao capital, quanto maior exploração do trabalho; ainda nesta lógica, outra forma de aumentar a lucratividade é pelo aumento da produtividade do capital, sendo subcomponente pertinente ao processo ( $c$ ), porém, tal operação dentro do capitalismo, mediante competição entre os próprios detentores do capital, tende a derrubar rentabilidade geral (Marx, 1996).

*Esgotamento: Elevação do custo de mão de obra (capital variável), derivado do histórico aumento “absoluto” (não relativo) do poder social operário, implica empecilho para manutenção da dinâmica de valorização, cuja força motriz é exploração de trabalho alheio (ARRIGHI, 1998).*

Na busca do capital por valorização, muitas são as possibilidades para contorno da desvalorização, uma delas é a expansão internacional pela conquista de novos territórios, não importando sua forma: da democrática a bélica, desde que viabilize objetivo inicial. As nações hospedeiras deste processo tem implantado em seu cotidiano o DNA da dinâmica capitalista, operando nas mesmas leis pertinentes ao modo de produção. Conforme a nação hospedeira (de maneira autônoma ou subserviente) passa operar dinâmica de acumulação, o capital experimenta iguais empecilhos de momento anterior (nação de origem); um destes empecilhos (em combinação com os já citados) é

o esgotamento de investimentos que gerem rentabilidade desejada pelo capital, sem incorrer transformação na forma de valorização (exploração da força de trabalho). Pelos acontecimentos anteriores ocorre alastramento da cultura capitalista em nível internacional (Luxemburg, 1970).

*Esgotamento: Os fatores para expansão do capitalismo, tal sua forma de acumulação tradicional, são finitos: 1) nações; 2) nações sem autonomia sobre sua dinâmica e; 3) força de trabalho em condições específicas (ARRIGHI, 1998).*

A busca do capital por valorização perpassa fases do sistema capitalista, sendo última e contemporânea a dinâmica monopolista (Lenin, 2011). Particularidade desta fase é permitir não só aumento do (e), como sua concentração e centralização em classe e núcleo dominante; esta constatação vai de encontro a tendência a queda da (l') com colapso da dinâmica correspondente, apesar de, ter seu arcabouço científico derivado da mesma - possibilidade já ensejada pelos “fatores contrarrestantes a queda da taxa de lucro” - (BARAN e SWEEZY, 1978). Esta nova constatação sobre o (e) deriva das relações monopolistas (cujo agente central é a multinacional), que não permitem descarte e recuperação do estoque de capital, em velocidade e quantidade necessária (FOSTER E MCCHESENEY, 2012).

*Esgotamento: Vide modo anterior, “intensifica-se” esgotamento das alternativas para investimento do (e) - dinâmica de acumulação necessária para manutenção sistêmica - tornando-se recorrentes as crises econômicas, como formas de contorná-las (investimentos especulativos de caráter financeiro). O tom desta dinâmica à medida que caminha-se para o século XXI torna-se menos de crescimento econômico e mais de estagnação (FOSTER E MCCHESENEY, 2012).*

Como já pontuado, as multinacionais são agentes centrais da fase monopolista, sendo sua importância tal, que permitisse questionar autonomia dos Estados. Operam não só concentração e centralização do (e) crescente, mas emperram competição pela elevação da produtividade (elevação da COC, que exige menos mão-de-obra a produção),

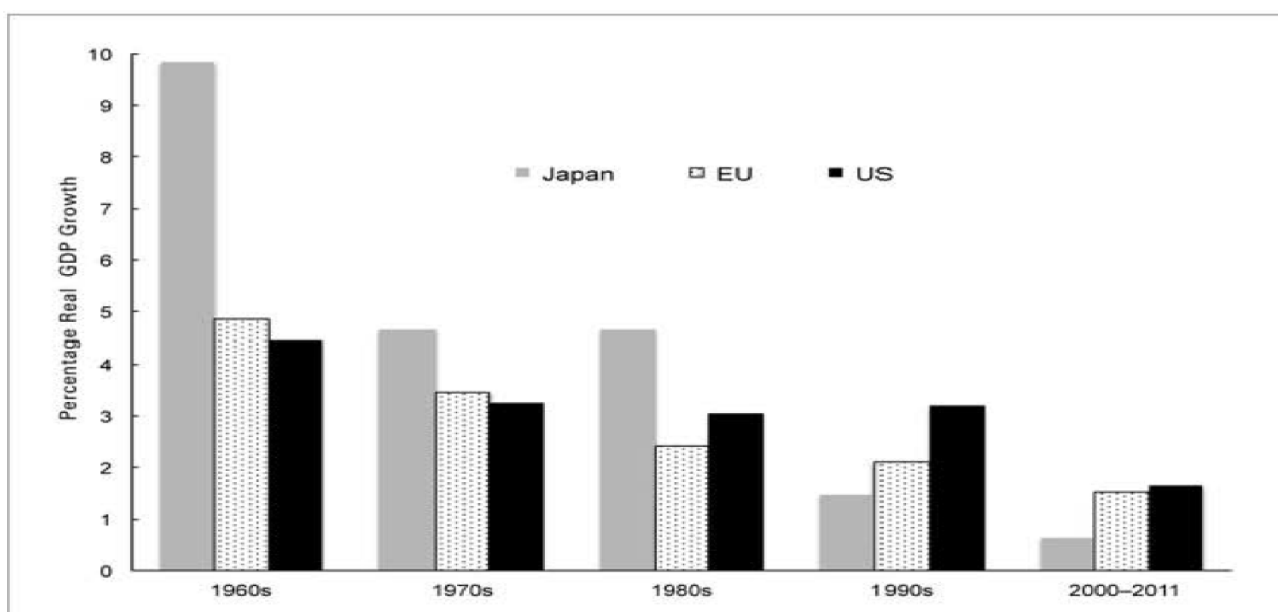


de forma que, aproveitam ao máximo valorização do capital pela ultra exploração do trabalho alheio (CHESNAIS, 1996). O peculiar desenvolvimento asiático, proporciona maneira particular de competição as suas multinacionais, tais operam não só tradicional modo monopolista, como excepcional gestão de liquidez internacional, isto em contexto de esgotabilidade, das tradicionais formas de valorização (ANDREFF, 2000).

*Esgotamento: A escassez dos fatores que permitem as diversas nações nucleares manutenção da tradicional forma de acumulação, acirra rivalidade entre as mesmas (no campo bélico e/ou produtivo), onde na presença de crise sinalizadora do CSA Norte-Americano, desponta-se como candidata ao posto de Hegemonia região asiática (ARRIGHI, 1996).*

O cenário apresentado diz respeito a fase recente do capitalismo, fase monopolista, onde apesar da Ásia candidatar-se como potencial líder hegemônica, alavancando produção internacional, o faz sobre bases contraditórias ampliadas, vide tal dinâmica apresentar sinais de esgotamento desde o século XX; conforme Foster e McChesney (2012, p.25), recentes pesquisas apontam um quadro secular de estagnação, ressaltando se quer um sólido fluxo empregatício desde o século XX; tal conjuntura estende-se para EUA, União Europeia e Japão, onde o gráfico abaixo mostra que a queda na taxa de crescimento real do PIB para tais nações acontece desde 1960, sendo a crise das ações em 2000 (EUA), remediada com “sobreposição” de outra bolha, a imobiliária (estoura em 2008):

Gráfico 7 - Taxa de crescimento real do PIB, para EUA, União Europeia e Japão



Fonte: Foster e McChesney, 2012, p.25

Dentro da lógica dos ciclos econômicos, normalmente, após um período de crise, segue fase de estagnação (tal como em 1930), onde preferencialmente, busca-se alternativa anticíclica com lastro no real. Porém, tendo em vista a inclinação sistêmica pela financeirização, a crise de 2008, passou longe de tal preferível medida, onde o que se viu foi basicamente a salvaguarda do sistema, pela intensificação da financeirização. Mesmo com a liquidação de algumas instituições bancárias, a alternativa utilizada foi a injeção de recursos no complexo monetário (FOSTER E MCCHESENEY, 2012, p.43).

Assim os efeitos conjuntos desta nova forma de organização, fazem com que a economia opere num nível de produção que apesar de “equilibrado” é estagnado. Entre as consequências deste regime estão um subemprego persistente e, em contraposição a deflação que foi norma no século XIX, uma inflação no plano de preços. As inovações apesar de serem alternativa de fuga a estas características, tendem ser cada vez menos eficientes, pois seus resultados têm menor poder mobilizador; por exemplo, diferente da indústria férrea no século XIX e automobilística no século XX, o ramo de gestão da informação, apesar de seus avanços, não mobiliza recursos humanos como os anteriores. Bolhas que substituem bolhas permeiam este crescimento estagnado, onde a qualidade do crédito só decai e obriga em momentos recorrentes (vide acontecimentos posteriores a 70), interferência dos Bancos Centrais como emprestadores de última instância (FOSTER

E MCCHESENEY, 2012, p.54).

Vide estagnação no séc. XXI, análises conjunturais que preconizam o fim do capitalismo apresentam-se comuns em momentos de crise, porém, a luz dos anos 1970 (onde as crises do capitalismo levaram críticos a decretar seu fim) vale alerta: “longos períodos de crise, reestruturação e reorganização - ou seja, de mudanças com descontinuidade - têm sido muito mais típicos da história da economia capitalista mundial do que os breves momentos de expansão” (ARRIGHI, 1996, p.342), sendo resultado da reorganização, dinâmica sistêmica mais complexa.

As nações centrais têm consciência da possibilidade de reorganização, no entanto, vide o até agora exposto, prezam pela fuga a crise terminal da dinâmica capitalista, assim, este trabalho tem como Síntese para pergunta tema:

*Colocada à prova estabilidade da dinâmica monopolista, existem perspectivas para novas formas de acumulação?*

Resposta: Não irreversibilidade das crises sinalizadoras mas, de acordo com os pontuais esgotamentos, transição para uma nova forma de acumulação que minimize contradições futuras mais brutais ao funcionamento do capitalismo. Resgatando o que foi proposto inicialmente com Marx (1996), a alternativa ensejada é um modelo de competição/acumulação que contente-se com menor taxa de rentabilidade, permitindo-se disputar espaços internacionais, não mais pela “ultra exploração da força de trabalho alheia” mas, pela “elevação da composição orgânica do capital”, em outras palavras, pela elevação da produtividade, que enseja processos de inovação. Esta seria via de desenvolvimento alternativa para economia mundial estagnada, caso não deseje forçosa transição sistêmica.

Este trabalho contentou-se em apresentar fatores que permeiam novo modo de acumulação no capitalismo, no entanto, limita-se em não fazer prognósticos sobre estrutura e superestrutura associada.

## REFERÊNCIAS

ANDREFF, Wladimir. multinacionais globais. bauru: edusc, 2000, p. 198.

ARRIGHI, Giovanni. A ilusão do desenvolvimento. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 371p. (Zero à esquerda). ISBN 8532618855.

ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: UNESP; São Paulo: UNESP, 1996. 393p ISBN 8585910100 (broch.).

BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

CHANG, Ha-Joon. Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: UNESP, 2004. 266p ISBN 8571395241.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996. 335p ISBN 8585833149 : (broch.).

FOSTER, John Bellamy; MCCHESENEY, Robert W.. The Endless Crisis: How Monopoly.

MARX, Karl. O capital : crítica da economia política. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996- v ISBN 8528602974 : (broch.).

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. 10. ed. São Paulo: DIFEL, 1985. V.

LENIN, Vladimir Ilitch. Imperialismo, estágio superior do capitalismo: São Paulo: Navegando, 2011. 271p.

LUXEMBURG, Rosa. A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo ; Anticrítica. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. xlii, 418 p. (Os economistas).

LUXEMBURG, Rosa. A acumulação do capital. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. 515p.

PIKETTY, Thomas. O capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. 672 p. ISBN 9788580575811.

BROADCASTING, B. C. (15 de 04 de 2015). BBC Brasil. Fonte: BBC:

[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150415\\_brasil\\_zelotes\\_evade\\_fd](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150415_brasil_zelotes_evade_fd).

NEWSWIRES, Dow Jones;. (3 de 1 de 2017). Após Trump criticar GM, Ford cancela plano de nova fábrica no México. Fonte: Valor econômico:

<http://www.valor.com.br/internacional/4824478/apos-trump-criticar-gm-ford-cancela-plano-de-nova-fabrica-no-mexico>.

